

Pesquisa em Comunicação: Jornalismo, Raça e Gênero



Francielle Maria Modesto Mendes
Francisco Aquinei Timóteo Queirós
Wagner da Costa Silva



NEFAN

Pesquisa em comunicação: jornalismo, raça e gênero

Organização

Francielle Maria Modesto Mendes
Francisco Aquinei Timóteo Queirós
Wagner da Costa Silva

Nepan Editora
Rio Branco - Acre
2021



N E P A N

Editora do Núcleo de Estudos das Culturas Amazônicas e Pan-Amazônicas
www.nepaneditora.com.br | editoranepan@gmail.com

Diretor administrativo: Marcelo Alves Ishii

Conselho Editorial: Agenor Sarraf Pacheco (UFPA), Ana Pizarro (Universidade de Santiago do Chile), Carlos André Alexandre de Melo (Ufac), Elder Andrade de Paula - (Ufac), Francemilda Lopes do Nascimento (Ufac), Francielle Maria Modesto Mendes (Ufac), Francisco Bento da Silva (Ufac), Francisco de Moura Pinheiro (Ufac), Gerson Rodrigues de Albuquerque (Ufac), Hélio Rodrigues da Rocha (Unir), Hideraldo Lima da Costa (Ufam), João Carlos de Souza Ribeiro (Ufac), Jones Dari Goettert (UFGD), Leopoldo Bernucci (Universidade da Califórnia), Livia Reis (UFF), Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro (Ufam), Marcela Orellana (Universidade de Santiago do Chile), Marcello Messina (UFPB/Ufac), Marcia Paraquett (UFBA), Marcos Vinicius de Freitas Reis (Unifap), Maria Antonieta Antonacci (PUC-SP), Maria Chavarria (Universidade Nacional Maior de São Marcos, Peru), Maria Cristina Lobregat (Ifac), Maria Nazaré Cavalcante de Souza (Ufac), Miguel Nenevé (Unir), Raquel Alves Ishii (Ufac), Sérgio Roberto Gomes Souza (Ufac), Sidney da Silva Lobato (Unifap), Tânia Mara Rezende Machado (Ufac).

Diagramação: Marcelo Ishii

Projeto Gráfico: Marcelo Ishii

Arte final da Capa: Marina Bylaardt

Todo conteúdo nesta publicação é de responsabilidade de seus autores e organizadores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474

Pesquisa em comunicação: jornalismo, raça e gênero / organização Francielle Maria Modesto Mendes, Francisco Aquinei Timóteo Queirós, Wagner da Costa Silva. – Rio Branco: Nepan, 2021.

163 p.: il.

E-book no formato PDF.

Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 978-65-89135-20-3

1. Comunicação social. 2. Jornalismo. 3. Raça e gênero. I. Mendes, Francielle Maria Modesto. II. Queirós, Francisco Aquinei Timóteo. III. Silva, Wagner da Costa. IV. Título.

CDD 22. ed. 070.4495

Pesquisa em
Comunicação:
Jornalismo, Raça e Gênero

SUMÁRIO

PREFÁCIO 7

FERNANDA SALVO

APRESENTAÇÃO..... 10

*FRANCIELLE MARIA MODESTO MENDES, FRANCISCO AQUINEI TIMÓTEO QUEIRÓS,
WAGNER DA COSTA SILVA*

**POR UM JORNALISMO DE CULTURA
POP FEMINISTA: GÊNERO E RAÇA
NAS CRÍTICAS SOBRE PANTERA NEGRA..... 12**

CHRISTIAN GONZATTI

**INTERSECCIONALIDADE COMO
PERSPECTIVA DE ABORDAGEM
SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO
DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 26**

MARIA CLARA AQUINO BITTENCOURT

**A MULHER SEM NUANCES: A
REPRESENTAÇÃO DA “NOVINHA” NO
MUNDO DO FUNK 41**

WAGNER DA COSTA SILVA

**RACISMO E CRÍTICA JORNALÍSTICA
NAS COLUNAS DE OMBUDSMAN DA
FOLHA DE S. PAULO (1989-2020)50**

DIANA DE AZEREDO

**“NÃO SOU RACISTA, MINHA OBRA
PROVA”: UMA REFLEXÃO SOBRE
JORNALISMO E RACISMO NO BRASIL63**

FRANCIELLE MARIA MODESTO MENDES, FRANCISCO AQUINEI TIMÓTEO QUEIRÓS

**UM ESTUDO SOBRE A COBERTURA
DA QUINZENA DA MULHER NEGRA
NO SITE NOTÍCIAS DO ACRE 77**

JAINÉ ARAÚJO DA SILVA, FRANCIELLE MARIA MODESTO MENDES

**ONDE ESTÁ RUANDA NO MAPA?
DECOLONIALIDADE, SUBJETIVIDADE
E O RACISMO EPISTÊMICO DO JORNALISMO.....94**

MARCIA VEIGA DA SILVA, FABIANA MORAES

**“ARMATO DI CARNAGIONE”:
CHROMATIC REGIMES OF RACIAL
PROFILING IN THE ITALIAN PRESS..... 110**

MARCELLO MESSINA, STEFANIA CAPOGRECO

**A SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA
NO COLUMNISMO SOCIAL ACREANO:
UMA PAUTA INVISÍVEL..... 125**

PÂMELA FERREIRA DA SILVA

**LADO A LADO – TELENÓVELA,
ESTEREÓTIPOS, IDENTIDADES:
LEITURA DA REPRESENTAÇÃO DO
‘NAVIO NEGREIRO’ 139**

GUILHERME MOREIRA FERNANDES

SOBRE OS AUTORES 160

PREFÁCIO

Pesquisa em Comunicação: jornalismo, raça e gênero, organizado por Aquinei Timoteo Queirós, Francielle Modesto e Wagner da Costa Silva, materializa uma discussão de profundo interesse para o campo da Comunicação Social na atualidade: a invenção de novos paradigmas que desafiem as hegemonias discursivas sedimentadas pelos meios noticiosos, principalmente, em sua abordagem das questões de gênero, raça e classe.

Esse tema faz vizinhança a um dos debates de maior ênfase nas Ciências Sociais nas últimas décadas, que ganhou impulso nos escritos de importantes intelectuais ligados à crítica decolonial. Segundo os pensadores filiados a essa vertente, nas ex-colônias prevalecem os critérios dominantes de conhecimento validados pela modernidade ocidental, sobretudo, aqueles respaldados pela matriz de pensamento eurocêntrica que, desde a expansão colonizadora, promoveu o sistemático extermínio epistemológico e cultural dos povos dominados, solapando suas formas de subjetividade, conhecimento e de produção do conhecimento.

Sob a perspectiva decolonial, a globalização hegemônica da contemporaneidade resulta das operações eurocêntricas que culminaram na formação da América e do capitalismo colonial/moderno. Isso significa que os padrões da atual “colonialidade do poder”, de que fala Aníbal Quijano, recompõem os processos de inferiorização racial e epistêmica determinantes da geopolítica instaurada no século XVI.

Em razão desse estado de coisas, as teorias decoloniais submeteram, nas últimas décadas, os saberes modernos hegemônicos do Ocidente à ampla crítica. Em seus estudos, os autores decoloniais destronam esquemas antigos, propondo novas formas de interpretação de temas como identidade, alteridade, hibridismo cultural, raça e gênero. A finalidade maior dessas teorizações é discutir as relações globais de dominação, buscando construir novos paradigmas e epistemologias que absorvam os saberes, conhecimentos e vozes de comunidades periféricas, historicamente silenciadas pela matriz de poder colonial/moderna/capitalista/racializante, conformada pela Europa hegemônica.

O jornalismo, nascido no compasso da modernidade e caudatário do positivismo de Auguste Comte, tem seus valores ideológicos fortemente implicados nessa discussão. Dogmas que sustentam as práticas jornalísticas, ainda hoje, como a objetividade, o rigor, a isenção e o culto dos fatos, são marcas epistemológicas herdadas do pensamento positivista. Em pleno século XXI, os processos produtivos do jornalismo se valem de crenças que remetem à concepção positivista do século XIX, defensora da razão e do cientificismo como base do conhecimento. Deriva dessa perspectiva a abordagem tecnicista prevalecente nas narrativas jornalísticas produzidas pelos meios noticiosos hegemônicos. Nas redações, os métodos

quantitativos e estatísticos, que transformam singularidades em generalizações e homogeneizações, são o resultado da busca incessante pelo rigor e a precisão. De modo análogo, o jornalista converte-se num narrador que se esconde, pois ao produzir relatos em terceira pessoa, visando garantir o distanciamento e a mítica objetividade, oculta a mediação e a discursividade inerentes à atividade jornalística.

Os princípios positivistas e funcionalistas, que mantêm viva a lógica transmissiva da comunicação, interferem, igualmente, na prática das entrevistas, dificultando que a relação entre quem observa e quem é observado se abra a processos mais dialógicos e intersubjetivos, capazes de redimensionar as assimetrias do encontro, possibilitando que algo da singularidade do Outro se afirme no relato.

Há tempos, a racionalidade tecnicista da produção jornalística tem se mostrado insuficiente para corresponder às demandas de uma sociedade plural e diversa. Questões que dizem respeito às minorias e a grupos economicamente mais frágeis não encontram eco na forma hegemônica do jornalismo, que reduz problemáticas complexas às formulações e procedimentos simplificadores legitimados pelas ideologias do campo.

Nesse sentido, a crítica endereçada pelos artigos reunidos no livro *Pesquisa em Comunicação: jornalismo, raça e gênero* é política e certa. Por diferentes abordagens teóricas e escrutinando objetos empíricos variados, os autores que compõem a publicação indagam sobre as perspectivas epistemológicas, conceituais e práticas da atividade jornalística, considerando o quanto suas lógicas de produção resvalam em abordagens preconceituosas, redutoras e reprodutoras das manifestações do racismo estrutural que vigora na sociedade brasileira.

Para os autores, as transformações sociais das últimas décadas impõem ao jornalismo tradicional a urgente tarefa de revisão dos critérios noticiosos excludentes, regidos por enquadramentos homofóbicos, machistas, classistas, sexistas e racializantes, que inferiorizam pessoas, grupos sociais e espaços geográficos devido às hierarquias instituídas pelos valores respaldados na cultura profissional.

Os artigos são atravessados pela reivindicação de que o fazer jornalístico encontre formas mais solidárias de narrar o mundo, encurtando as distâncias entre o “eu e o Outro” e evitando, com esse gesto, as identificações prévias, que conduzem a tipificações inconstantes. Há um clamor nos textos de que o jornalismo, um dos principais agentes da construção social da realidade nos cenários contemporâneos, assuma suas mediações e produza narrativas mais integrais das existências que relata, promovendo rearranjos sensíveis que interfiram na ordem das visibilidades e, desse modo, reconfigurem o *comum*, introduzindo nesse domínio a parte excluída — a “parcela dos sem parcela”, para retomar a formulação de Jacques Rancière.

Se o jornalismo é uma forma de conhecimento vinculada à experiência cotidiana, como propõe Eduardo Meditsch, e se relatos jornalísticos tecem saberes acerca do mundo, é exatamente o terreno intrincado das disputas simbólicas da sociedade que os autores reunidos nesse volume tangenciam, quando identificam as narrativas em confronto na vida social, escrutinando os quadros sensíveis da experiência. Mesmo quando os fenômenos comunicacionais analisados extrapolam o campo estrito do jornalismo, abarcando formas de expressão oriundas da música ou da telenovela, o que está em jogo é a denúncia de fórmulas

canonizadas pelo mercado, que obstaculizam a inscrição respeitosa da alteridade nas produções da indústria cultural.

Uma das forças do trabalho, em seu conjunto, é revitalizar a reflexão sobre a teoria e a prática no jornalismo, sobre os poderes e as resistências no campo midiático, sobre a ética e a política das representações e, ainda, sobre as produções de sentido que convocam engajamentos nas lutas do presente, impulsionando a reversão de processos discriminatórios e de opressão na vida cotidiana.

Pelo debate que promove, *Pesquisa em Comunicação: jornalismo, raça e gênero*, converte-se em referência fundamental para o campo de investigação da Comunicação Social, possibilitando diálogos interdisciplinares com as demais áreas do conhecimento que se interessam pelas relações entre mídia, discurso, poder, sociedade e cultura contemporânea.

Fernanda Salvo

Professora do curso de jornalismo da Universidade Federal do Acre (UFAC)
Doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Pós-doutora pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)

APRESENTAÇÃO

O segundo volume da série *Pesquisa em Comunicação: Jornalismo, Raça e Gênero* é parte das atividades desenvolvidas pelos grupos de pesquisa MÍDIAS, IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÃO – UMA CARTOGRAFIA DAS AMAZÔNIAS (MIRCA), NARRATIVA, LITERATURA e JORNALISMO (NALIJOR) e COMUNICAÇÃO, CULTURA E REPRESENTAÇÃO, vinculados ao curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre (UFAC), em parceria com pesquisadores de outros lugares do Brasil e do mundo. A obra reúne perspectivas de estudo que se revestem de duas temáticas candentes e em diálogo constante com os processos de comunicação: gênero e raça.

O livro chega a seu público no contexto desafiador da pandemia da Covid-19, e isso torna as discussões aqui apresentadas ainda mais urgentes na construção de outros saberes e dizeres sociais, em que a diferença, no que se refere a questões de gênero e raça, não deve ser indicadora de exclusão (WOODWARD, 2009)¹ ou morte social. Mas uma porta aberta a diferentes possibilidades de ser, fazer e pertencer no mundo.

Esta obra é composta por dez textos que enfatizam quão necessários são os debates interseccionais - classe, raça, gênero - nos meios de comunicação, pois eles dispõem de ferramentas fomentadoras sobre temáticas que integram a agenda de discussão da sociedade, permitindo, assim, a construção de novas e de outras reflexões, representações, epistemologias e sentidos.

Apesar das ameaças advindas das instâncias de poder e dos constantes cortes de recursos para pesquisadores e programas de pós-graduação no Brasil, a presente obra evidencia a obrigação global das Universidades (BUTLER, 2018)² de se manterem no combate às limitações, censuras e criminalizações do conhecimento. As pesquisas demonstram o compromisso de muitos estudiosos e das instituições de ensino superior em debater assuntos que contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, respeitando as diferenças e tratando-as como parte da vida dos “corpos” que transitam em coletividade.

Nas rotinas produtivas com espaços e tempos limitados para veiculação de conteúdos, com compromissos com anunciantes e grupos políticos, os meios de comunicação, em seus diferentes suportes e formatos, muitas vezes, não se dedicam a assuntos que envolvem as temáticas motivadoras desta obra e, quando os fazem, perpetuam representações e estere-

1 WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

2 BUTLER, Judith. **A Criminalização do Conhecimento**. Tradução Carolina Medeiros. 4 jun 2018. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/a-criminalizacao-do-conhecimento-por-judith-butler/8391>. Acessado em 02 de setembro de 2020.

ótipos irrigados de preconceitos e deslocados de uma sociedade em constante processo de transformação.

Em seu conjunto, os pesquisadores se conectam neste livro por meio de textos que buscam discutir o papel da comunicação nos dias de hoje, nos mais diversos circuitos - jornal, música, cinema, telenovela. Sabe-se, que na atualidade, principalmente, os jornalistas e o jornalismo, vivem sob constantes ameaças e descréditos, apesar de exercerem papel prioritário na compreensão do mover social. Este volume apresenta textos que, inclusive, repensam as práticas jornalísticas, estimulam avanços e tentam retirar pessoas e discussões da invisibilidade.

Espera-se que esses textos contribuam com o debate proposto e abram caminhos para mudanças e transformações no modo de pensar e fazer comunicação. Os artigos aqui em discussão elucidam, por fim, a necessidade de se articular um desvio do olhar. Desse modo, as lógicas binárias que revestem as visões culturais, históricas e políticas do jornalismo devem ser observadas a contrapelo.

O prisma analítico não deve reverberar as cores do pensamento abissal (SANTOS, 2010)³, exacerbando as distinções e as vulnerabilidades. Muito pelo contrário, espera-se que a Comunicação, em sentido amplo; e o Jornalismo, em sentido particular, possam enunciar novas maneiras de pensar as distinções e as diferenças. Para isso, é preciso fugir – recorrendo a Mbembe (2018)⁴ – dos “procedimentos de fabulação”, que historicamente, “inventaram” lugares, marcas e normas para situar corpos, saberes e imaginários. Construir novos diálogos, com novas epistemologias, não é fim – é travessia, é vida em movimento.

Francielle Maria Modesto Mendes
Francisco Aquinei Timóteo Queirós
Wagner da Costa Silva

Pandemia da Covid-19/2020

3 SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

4 MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

POR UM JORNALISMO DE CULTURA POP FEMINISTA: GÊNERO E RAÇA NAS CRÍTICAS SOBRE PANTERA NEGRA

Christian Gonzatti

“Em uma época de opressões, resistir com ideias é um ato revolucionário”.
Panteras Negras

INTRODUÇÃO

A cultura pop é atravessada por contratos, construções, hibridizações, disputas, rupturas, representações, contradições e outros complexos processos em relação ao gênero e demais marcadores da diferença, tais como raça, classe, sexualidade e geração. Há, nesse sentido, afetações mobilizadas por representações circulantes na cultura pop sobre as diferenças em relação ao gênero. É nessa perspectiva que as críticas ao filme Pantera Negra são trazidas como objeto que interessa aqui.

Pantera Negra, lançado no dia 15 de fevereiro de 2018 no Brasil e dirigido por Ryan Coogler, foi uma ruptura representativa no contexto da cultura pop, sendo aclamado por muitas pessoas devido a esse aspecto. O filme tem como protagonista T'Challa, príncipe do reino de Wakanda, um país fictício do continente africano que esconde muitos segredos por medo da ganância do Ocidente. Com a morte do pai, o herdeiro do trono precisa conquistar o seu lugar através de uma cerimônia de batalha, mas no decorrer da narrativa é surpreendido pelo retorno de um primo desconhecido, Erik Killmonger, que o vence na disputa, reivindica o trono e os poderes do Pantera Negra – entre eles estão a velocidade, força e os sentidos apurados. O pai do parente perdido havia sido julgado como um traidor, sendo morto pelo progenitor de T'Challa. Assim, Erik cresceu em um contexto racista, percebendo e vivenciando opressões pelas quais as pessoas negras passam nos Estados Unidos. A sua intenção como rei é exportar o *vibranium*, metal precioso de Wakanda, para a fabricação de armas que possibilitem aos oprimidos inverterem a situação desigual entre pessoas negras e brancas.

Os estudos feministas, gays e lésbicos, queer, raciais e suas múltiplas, históricas e complexas perspectivas, têm nos ajudado a dimensionar o porquê alguns corpos e vidas pesam mais do que outras (BUTLER, 1999) e como as resistências emergem em contextos violentos e desiguais. Lopes Louro (2003a) aponta que existem muitas instâncias pedagógicas sobre

as diferenças de gênero em intersecção com outros marcadores: a escola, a família, a mídia e muitas instituições. Partindo do pressuposto de que as mídias afetam, integram, rompem e/ou potencializam a transformação das dissidências em desigualdades, esse estudo tem como foco, portanto, compreender o que o jornalismo de cultura pop ensina e sinaliza sobre o gênero e suas intersecções através da operacionalização crítica da narrativa de Pantera Negra em dois contextos distintos. Para tal movimento, tomo como objeto dois espaços: o Omelete¹, um dos mais conhecidos e visibilizados veículos de cobertura *nerd* do país, e o Delirium Nerd², um coletivo midiático de mulheres que se apresenta como um espaço seguro para dialogar sobre “nerdices” em uma perspectiva feminista interseccional.

PEDAGOGIAS DAS DIFERENÇAS

Ao falar em diferenças, estou tomando como ponto reflexivo a proposta de Miskolci (2015) de estudarmos as problemáticas de gênero, sexualidade, raça, classe e outros marcadores através de “marcas das diferenças”. Compreende-se, assim, que tais reflexões não podem ser realizadas em um movimento excludente – refletindo-se sobre uma a uma, separadamente, em processualidades analíticas, por exemplo – e, de outro modo, trazendo uma perspectiva crítica sobre a lógica da diversidade, que pressupõe a existência de um Outro, mas não constrói contratos de diálogo transformadores, reconfiguração de privilégios e desigualdades e a noção de que todas e todos nos diferenciamos em complexos aspectos.

Os vetores de poder funcionam simultaneamente um através do outro. Nessa lógica, assim como a heterossexualidade requer a homossexualidade para constituir a sua coerência, a branquitude também requer a negritude (SALIH, 2015; RIBEIRO, 2019). Miskolci (2016) analisa, nesse contexto, a maneira como os ideais da branquitude e da masculinidade hegemônica foram construídos através de uma ideia de nação que congregou forças em um projeto autoritário que visava transformar o povo em uma imagem das classes superiores e brancas. A ordem e o progresso que estampam a nacionalidade seria um mote que afirmava o papel das elites em guiar o Brasil em direção ao branqueamento, não somente por intermédio de polícias militarizadas que lidavam, desde o império, com aqueles sujeitos marcados como inimigos, mas também através de uma ordenação do desejo. O agenciamento da sexualidade para a reprodução do “branco” mostra que a ideologia do branqueamento perpassou as práticas sociais e estruturou-se como ideologia. Hegemonizar as práticas dos Outros que também compunham o que se definiu como Brasil, violentando os desejos fora das lógicas da branquitude e da heterossexualidade europeia, foi o desejo de uma elite que se fantasiava – e ainda se fantasia – como branca, heterossexual e com o masculino como signo de poder. O medo dos conservadores que até a contemporaneidade é perpetuado, apelando a uma fantasmagórica ordem natural e/ou religiosa, é herdeiro dessa concepção de sociedade baseada em uma hegemonia sexual, étnico-racial e a sua aura de respeitabilidade moral.

Como enfatiza Hall (2009) do ponto de vista conceitual, a categoria raça não é científica, mas trata-se de uma construção política e social. “É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão - ou seja, o racismo” (HALL, 2009, p. 66). Para o autor, o racismo, como prática discursiva, possui

1 <https://www.omelete.com.br/>. Acesso em: 26 jul. 2018.

2 <http://deliriumnerd.com/>. Acesso em: 26 jul. 2018.

uma lógica própria. Ele age tentando justificar as diferenças sociais e culturais em termos de distinções genéticas/biológicas, buscando apelo no natural. Diferenças corporais levam, assim, a mecanismos de fechamentos discursivos em situações cotidianas. A etnicidade, no entanto, gera um discurso em que a diferença se funda em características culturais e religiosas – embora, da mesma maneira, os estigmatizados por razões étnicas, por serem culturalmente diferentes e, portanto, inferiores, são também discriminados por termos físicos e por estereótipos sustentados socioculturalmente. É nesse sentido que Hall (2009) entende que o racismo biológico e a discriminação cultural não constituem sistemas distintos, mas registros do racismo.

Scott (1995) compreende que os sistemas de significados são instrumentalidades capazes de construir experiências através de representações. Ao compreender o gênero como constituído e entrelaçado ao poder, a autora permite a reflexão sobre todas as coisas do mundo através de atributos generificados. Assim, as matrizes ocidentais impõem um modelo de inteligibilidade sobre as convenções de gênero e sexualidade que partem de um pressuposto normativo de coerência entre genitália, gênero, identidade, desejo e prática sexual – leem também o sexo como um dado da natureza, pré-discursivo (BONETTI, 2012). Nessa lógica, também, priorizaram-se as reflexões sobre as mulheres brancas, de classe média e o corpo convencionado como feminino não foi refletido em relação às pessoas negras (hooks, 1995).

Gênero é percebido aqui como uma categoria epistemológica, o que, na compreensão de Bonetti (2009a), configura uma compreensão dele e dos marcadores que o atravessam como um princípio que funda e constrói o social, sendo impregnado pelo poder. Essa perspectiva traz uma potência para pensar o gênero não só no corpo, ou em relação às mulheres, mas na linguagem e todas as práticas simbólicas que constituem os nossos mundos (BONETTI, 2003). Em tais conjunturas, diferentes culturas – através de fábulas, mitos e ideias – constroem, percebem, ensinam, refletem e reproduzem masculinidades e feminilidades. Há, ainda, uma tarefa implicada na lente epistemológica que está dada na superação da ideia de o feminismo ter como objeto as mulheres, alargando e resignificando o substantivo feminismo e o adjetivo feminista (BONETTI, 2009b). O que não significa, como defende Louro (2003b), um desprezo em relação ao fato das mulheres e dos homens que não compartilham da masculinidade hegemônica (CONNEL, 1995) terem de enfrentar mais manobras do poder. Reside, nesse movimento, uma potência para tirar o gênero, a sexualidade e a raça – para citar algumas marcas da diferença – como presentes somente nos corpos e os levar para as relações simbólicas que constituem os nossos mundos, uma força que interroga o lugar de construção de saberes, compreendendo que a afirmação e reafirmação da norma e dos privilégios colocam a sua credibilidade em dinâmicas de caráter universais e permanentes, concedendo a eles a aparência de natural. Tudo o que é construído fora desse lugar do centro passa a assumir o caráter de diferente, a ser excluído ou a ocupar a posição do excêntrico, do alternativo, do exótico, do acessório (LOURO, 2003a). Os espaços pedagógicos nos ensinam, assim, sobre as Culturas com C maiúsculo e as margens excêntricas que as constituem.

Compreendo, em interface com o que foi discutido até, as pedagogias das diferenças através da noção educativa de Meyer (2003), na qual o ensino engloba um complexo de forças e processos – incluindo os meios de comunicação, os brinquedos, a literatura, o cinema,

a música – através dos quais as pessoas aprendem a se reconhecer como homens e mulheres, assim como reconhecem o seu Outro e as diferenças – que podem ser colocadas no âmbito da excentricidade que reforça a norma. A autora defende que tais processos educativos são envolvidos por estratégias complexas de naturalização que podem ser reconhecidas e problematizadas. Classificar e hierarquizar são, em tais quadros, exercícios de poder que reproduzem, modificam e/ou atualizam as formas de pensar, dizer e viver masculinidades e feminilidades. O jornalismo e a cultura pop estão, em consequência, inscritos nesse contexto.

JORNALISMO DE CULTURA POP E COLETIVOS MIDIÁTICOS FEMINISTAS

Incursa na concepção de gênero apresentada no item anterior, Veiga da Silva (2014; 2015) nos demonstra como o jornalismo hegemônico/tradicional pode ser compreendido como masculino – nos entendimentos sobre as diferenças das/dos jornalistas, nas suas relações sociais, na produção de notícias, no ensino das práticas – construindo realidades através dessa lógica.

Através das notícias, a realidade nos é apresentada a partir de visões mundo predominantes que trazem implícitas nossos sistemas e hierarquias de valores hegemônicos – como os de gênero, de classe, de raça – e que parecem não ser refletidas criticamente no fazer jornalístico. É também através das notícias que aprendemos, por exemplo, a conviver com a dominação (seja de um sujeito ou povo sobre o outro, seja da natureza), com a prevalência da força sobre a diplomacia na resolução de conflitos, o que indica uma valoração maior de atributos como força, imposição, disputa e agressividade, que estariam ligados ao que socialmente convencionamos como masculino, e a entendermos tais resoluções como “normais” ou “naturais”, sem necessidade de esforço para justificá-las. (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 22).

Partindo desse entendimento, define-se que o jornalismo de cultura pop, em relação à cobertura mais voltada às divas da música pop e celebridades, traz uma associação com signos mais próximos de LGBTQs e capaz de romper com alguns pressupostos do masculino – seja em suas redes digitais ou nas convenções de jornalistas (GONZATTI, 2017). O entendimento do campo dessa modalidade jornalística tem nos mobilizado em entender as lógicas de construção de sentidos no contexto da cultura digital – empenho no qual adoto uma perspectiva semiótica. Para Peirce (2002), o signo pode ser entendido como algo que ocupa o lugar de outra coisa, produzindo equivalentes, designados como interpretantes, que, na condição de signo, produzem outros interpretantes, em movimentos vetorizados para o futuro, para a expansão, mas mantendo os vínculos com os objetos que desencadearam o processo. Toda essa processualidade é entendida como semiose: a geração, ação e propagação de signos, em potenciais e múltiplas redes.

Uma rede digital de um veículo jornalístico pode ser definida através das muitas conexões que ele desenvolve com perfis através de sites, aplicativos e diversas plataformas. Essas conexões, ao possibilitarem a participação dos públicos a partir do uso de linguagens, materializam semioses, que se estabelecem como material narrativo distinto. Lotman (1996) explica que a semiosfera se refere ao espaço de processamento e metabolização das semioses, isto é, dos processos que produzem sentidos na sociedade – através dela, culturas e práticas são constituídas no que ele entendia como textos culturais. Compreendendo que a biosfera traz em si elementos análogos para compreender-se a semiosfera, infere-se que, em relação

à cultura, a diversidade também é uma garantia de permanência e criação. As diferenças, em ambientes midiáticos, podem ser, portanto, potencialidades que impulsionam a propagação das diferenças, sobretudo com os atravessamentos e permeabilidades nas suas fronteiras. Tendo em vista que as redes digitais, acionadas em torno de veículos jornalísticos podem revelar configurações de disputas através das semioses que as constituem, entendemos esses espaços como territorialidades semióticas (HENN, 2017), territórios construídos através de signos que, ao configurarem semioses, são delimitados, permeados e convulsionados através de tensões que podem sinalizar fechamentos ou aberturas em relação às diferenças de gênero, sexualidade, raça – entre outras questões.

Portanto, o jornalismo de cultura pop, engendrado por potencialidades/esvaziamentos da cultura digital, estrutura-se em matrizes noticiosas diversas através de veículos que possuem como recorte temático algum campo específico daquilo que podemos entender genericamente como cultura pop: um conjunto de práticas, experiências e mercadorias conduzidas por lógicas midiáticas e de entretenimento, estabelecidas de fruções e consumos que permeiam sentidos estruturados através de lógicas transnacionais e globalizantes e que se ancoram em modos de fabricação atrelados às indústrias culturais – entendimento alinhado às ideias de Soares (2014). Em trabalho anterior (GONZATTI, 2017), foram percebidas a presença de sete eixos temáticos através dos quais a cobertura do pop é sistematizada no contexto brasileiro, configurando diferentes territorialidades semióticas. Entre materiais informativos e noticiosos destinados ao universo da cultura pop, da música pop, das celebridades, de filmes e séries, das telenovelas e de conteúdos humorísticos, notou-se uma proeminência de territorialidades e sentidos que emergem por questões relacionadas ao fechamento às temáticas de sexo/gênero, sexualidade e raça na cobertura do universo *nerd*³.

A cultura pop, na qual o meio *nerd* está incurso, para Pereira de Sá (2016), tem múltiplas implicações estéticas, é sublinhada por questões de gosto e valor e é afetada por relações de trabalho, capital e poder. Ao mesmo tempo em que pode sinalizar volatilidades, transitoriedades e contaminações dos produtos culturais pela lógica do mercado e do consumo, também traduz estruturas de sentimentos e exerce profunda afetação nos modos como as pessoas experimentam o mundo. Para a autora, as práticas das/dos fãs iluminam muitos rastros sobre as mobilizações socioculturais, econômicas, políticas e geográficas do pop.

O ativismo de fãs é compreendido por Amaral, Vieira de Souza e Monteiro (2015) como um fenômeno de resistência cultural que articula as relações entre as indústrias do entretenimento, participação política, cultura pop, mobilização política e a criatividade dos fãs em suas práticas mais populares. Maria Clara Aquino Bittencourt (2015) utiliza o termo coletivos midiáticos para designar grupos que se organizam dentro e/ou fora das redes digitais, produzindo e fazendo circular conteúdos, construindo narrativas sobre os acontecimentos, cobrindo protestos e participando, ou não, de atos de rua, não dependendo de veículos hegemônicos nesses processos. Entendemos, portanto, que a emergência de alguns veículos informativos que são criados com a intenção de trazer um olhar feminista/LGBTQ para a

3 Define-se como cobertura *nerd* os veículos que se dedicam a construir notícias, matérias e críticas em relação aos produtos com narrativas do gênero fantasia, *sci-fi*, das super-heroínas e super-heróis e dos múltiplos meios através dos quais essas histórias são transnarrativizadas.

cultura pop vincula-se a noções de ativismo de fãs e dos coletivos midiáticos, configurando territórios semióticos no contexto do jornalismo de cultura pop⁴.

Nesse contexto, como discutido por Veiga da Silva e Marocco (2018), outros movimentos jornalísticos têm demonstrado possibilidades de serem atravessados por lógicas femininas, como alguns livros de repórter. Eles sinalizam transições e rupturas

[...] de um jornalismo moderno-positivista-masculinista para um jornalismo pós-moderno-complexo-feminino; de uma objetividade positivista incorporada para uma objetividade situada e corporificada; de uma visão que se promete totalitária para uma visão declaradamente localizada; de um pensamento binário para um pensamento complexo sobre a realidade; de uma ética construída sobre um ideário deontológico, prescrito por uma racionalidade fixa e tecnicista, que interdita a subjetividade e a reflexividade sobre a prática (e acaba por reproduzir relações desiguais de poder), para uma ética que prevê a subjetividade como caminho para a permanente reflexividade sobre a prática e em constante dialogia entre o eu e o outro (o que permite a alteridade e diminui o potencial de transformação de diferenças em desigualdades). (2018, p. 39)

Ao compreender que os coletivos midiáticos feministas podem sinalizar possibilidades do feminino emergir no jornalismo de cultura pop, passamos a analisar tomando as marcas da diferença como epistemologias duas críticas sobre o filme *Pantera Negra* – uma publicada em um contexto mais hegemônico da cobertura *nerd* e outra em um coletivo midiático feminista de fãs.

QUATRO OVOS, EMPOLGANTE, DESTEMIDO E UNIVERSAL

O Omelete, assim como outras instâncias da cobertura de produções midiáticas da cultura pop mais próximas de comunidades *nerd*, tem sido percebido nas pesquisas que venho desenvolvendo como um contexto de potente fechamento às diferenças de gênero, sexualidade e raça, principalmente pela ação de muitos públicos que consomem notícias e materializam sentidos em suas redes digitais. Assim, passei a analisar a crítica de *Pantera Negra*, publicada pelo portal, através de tais entendimentos sobre as diferenças, buscando, como propõe Dagmar Meyer (2003), compreender os textos jornalísticos como integrantes de uma pedagogia cultural.

Começo com a discussão trazendo a crítica⁵, publicada no Omelete, no dia 06 de fevereiro de 2018, que recebeu como avaliação “quatro ovos⁶” numa escala de um a cinco, e elaborada pela jornalista Natália Bridi. Tendo em vista a discussão sobre representatividade mobilizada pelo filme, cabe questionarmos como as marcas da diferença operam nos corpos e vidas que constituem o veículo. Através do mapeamento de informações na internet e na interface do site, conseguimos acessar dados sobre a autora do texto e o corpo editorial do Omelete. Das treze pessoas que integram a equipe de profissionais do veículo⁷, sete são homens e seis mulheres. Todas brancas. Não foi possível obter informações sobre a sexualidade das/dos profissionais.

4 Em Gonzatti (2017), há um mapeamento de veículos jornalísticos de cultura pop que trazem exemplos dessas iniciativas.

5 Disponível em: <https://www.omelete.com.br/filmes/criticas/pantera-negra-critica>. Acesso: 27 jul. 2020.

6 O Omelete classifica os filmes através de “ovos”.

7 Érico Borgo, Marcelo Forlani, Marcelo Hessel, Thiago Romariz, Bruno Silva, Rafael Gonzaga, Aline Diniz, Natália Bridi, Patricia Gomes, Arthur Eloi, Mariana Canhisares, Julia Sabbaga e Camila Souza.

Uma pesquisa⁸ realizada em 2012, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, em convênio com a Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, mostrou que o exercício do jornalismo é feito por uma maioria de mulheres, brancas e jovens (64%), mas que elas ocupam cargos menores e com salários mais baixos que o dos homens. Jornalistas negras e negros somavam 23% – lembrando que o grupo compõe a maioria populacional do Brasil⁹. Outra pesquisa¹⁰ mais recente, desenvolvida entre 2016 e 2017 pelo coletivo de mídia Vaidapé, apontou que as pessoas negras são 3,7% das apresentadoras e apresentadores de TV, estando 80% em programas de entretenimento e 20% em religiosos (as categorias jornalismo, educativo e infantil não obtiveram representações no contexto temporal da análise). A produção de críticas no Omelete, contexto no qual o jornalismo tem se permitido romper com noções positivistas, como a imparcialidade (VEIGA DA SILVA, 2015), inscreve-se nesse contexto de invisibilidade e exclusão estrutural da negritude. Não afirmamos que se houvesse uma pessoa negra no corpo editorial ela devesse obrigatoriamente assumir a pauta, mas cabe refletir como as diferenças não estão presentes em contextos institucionais com equidade.

O texto é aberto com o lide: “Ryan Coogler cria filme de super-herói empolgante, destemido e universal”. Continua, então, narrando a estreia de “Pantera Negra” nas HQs, em *Fantastic Four* #52, em julho de 1966, o que comprovava, para a autora, “[...] a capacidade dos quadrinhos de captar a situação social ao traduzir em cores e ação o Movimento pelos Direitos Civis nos EUA”. Assim, 50 anos depois a obra surgiria, na compreensão da jornalista

[...] não apenas para atender a necessidade por diversidade e representatividade no cinema. Pantera Negra é um manifesto cultural, sem medo de falar sobre as questões raciais nos EUA, passadas e atuais, ao mesmo tempo em que faz um filme de super-herói empolgante e universal (BRIDI, 2018, online).

É apresentada, assim, a importância do filme para o diretor, Ryan Coogler, que, segundo a jornalista, o concebe como algo pessoal e perpassado pelo seu questionamento do que seria ser africano, o que o mobilizou na escrita do roteiro com Joe Robert Cole. A fórmula de filmes da Marvel torna-se “[...] uma oportunidade de gritar mais alto, permeando a linguagem preestabelecida por um poderoso subtexto”. O parágrafo seguinte é destinado a Erik Killmonger, o vilão, discutido em relação à T’Challa como um “[...] paralelo rico e oportuno [...]”, “[...] o outro lado da moeda, uma oportunidade de reflexão sobre o legado de Wakanda e o alcance da sua responsabilidade [...], uma oportunidade para que o protagonista aprenda com erros do passado a ser um líder melhor”. Para a crítica, o “peso social” da história não interferiu em sua capacidade de entreter. São apresentadas, assim, personagens bem construídas, independentes do herói principal, que contribuem para a “leveza” da história: Shuri, Garra Sônica, o agente Everett K. Ross, a espiã Nakia, da líder das Dora Milaje, Okoye, dos guerreiros M’Baku e W’Kabi, da rainha-mãe Ramonda. É apontada, a seguir, a percepção de insegurança do diretor com efeitos visuais para, então, discutir o figurino da produção, criado por Ruth E. Carter, que seria baseado no trabalho artístico de Jack Kirby, e com “[...] a

8 Disponível em: <http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/01/pesquisa-perfil-jornalista-brasileiro.pdf>. Acesso: 27 jul. 2020.

9 De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2014, organizada pelo IBGE, 53% da população brasileira é composta por pretos ou pardos, grupos agregados na definição de negros.

10 Para acessar: <http://vaidape.com.br/2017/06/pesquisa-apresentadores-negros-na-televisao/>. Acesso: 27 jul. 2020.

tarefa de dar personalidade à nação, criando tribos e líderes para um mundo tão tecnológico quanto ancestral”. A crítica é encerrada com a seguinte reflexão:

Coogler encara Pantera Negra como uma declaração da importância do imaginário na formação de uma sociedade plural e inevitavelmente faz um filme histórico. Seu herói é forte, ágil, justo e está pronto para ser admirado por uma geração de crianças e adultos e se tornar uma das figuras centrais no futuro do universo cinematográfico da Marvel (BRIDI, 2018, online).

A construção de notas – “ovos” – para as produções midiáticas da cultura pop geram hierarquias e possibilidades comparativas. Pantera Negra recebeu, portanto, a mesma avaliação que Carros 3 (2017), Thor: Ragnarok (2017), Jogador Nº 1 (2018), Homem Formiga e a Vespa (2018), e uma nota abaixo de Star Wars VIII – Os Últimos Jedi (2017), para que se tenha um parâmetro.

O poder foucaultiano (FOUCAULT, 1999) é uma força que circula e se produz nas relações (BONETTI, 2009a), atravessando e produzindo a linguagem e, portanto, “verdades”. Nessa perspectiva, podemos questionar o recorrente uso de “filmes de super-heróis” como uma expressão para se referir a produções da cultura pop. E as super-heroínas? Ao mesmo tempo que não possuem o mesmo número de representações no cinema, passam a ser colocadas sobre a perspectiva do masculino como sinônimo universal para tudo (LOURO, 2003b).

A crítica do Omelete, embora cite atrizes e os atores que interpretam as personagens de Pantera Negra, não aprofunda ou disserta sobre a ruptura que há, nesse contexto, em um elenco e produção desenvolvido quase que integralmente por pessoas negras. Transmite, no entanto, a potência que há nos quadrinhos, uma mídia, de se engendrar a questões políticas. Ao discutir Movimento pelos Direitos Civis nos EUA, não há menção aos Panteras Negras, grupo ativista do qual, por exemplo, Angela Davis foi membra, e que dá o nome do super-herói. Reconhece que há uma necessidade de representatividade (mais marcas das diferenças, no sentido de Miskolci (2015)) no cinema, mas não nos revela os porquês de tal reivindicação. Erik Killmonger, possivelmente o personagem mais complexo da obra, é discutido em relação à T’Challa, sendo visto como um projeto que falhou e que poderia ser evitado por Wakanda. Qual a mensagem do roteiro ao colocar um homem negro, ativista, criado nos Estados Unidos e em uma comunidade pobre como um vilão mobilizado pelo ódio, que escolhe morrer como os negros que se atiraram dos navios do período colonial para não se tornarem escravos? Caberia discutir a diferença de Erik em outras dimensões, mas parece não haver muito espaço para um pensamento sobre raça e colonialidade no texto.

A narrativa da história, atravessada pelos aspectos discutidos e por uma realidade desigual para pessoas negras, é lida como carregada de um “peso social” e complementada com uma intenção elogiosa de que essa característica não interfere no entreter. A ideia de peso para qualificar uma produção significativa e geradora de rupturas no contexto da cultura pop, parece-me esvaziadora do caráter político de todo o entretenimento. Não há um “peso social” na condição heterossexual, cisgênera e branca de todas as personagens cinematográficas do Universo Marvel? Também não há um “peso social” na objetificação e invisibilidade de super-heroínas? Após dez anos de filmes desse universo, temo um filme com uma mulher protagonista, *Capitã Marvel*. Mas nesse movimento, também não há peso? Há peso e

possibilidades de barrar o entretenimento apenas quando as representações rompem com a norma.

Aprendemos a nos divertir no cinema pop predominantemente com homens, brancos, cisgêneros, piadas machistas, racistas, preconceituosas (como quando Thor, em *Os Vingadores* (2012), justifica o ataque do seu irmão, Loki, a Nova York por ele ser adotado), relacionamentos heterossexuais engendrados pelo casamento e desejo de filhos, pouco espaço (e talvez nenhum) para os femininos e masculinos que não sejam os hegemônicos. Essa lógica, notavelmente política, dificilmente é lida como tal por seu aspecto regulatório e normativo (BUTLER, 2014). Assim, pessoas que possuem os marcadores em consonância com os valores normativos, ou são perpassadas por ela sem a questionar, podem rir, sendo tranquilizadas pelas doses de diversão imaginária da cultura pop. Tal lógica só se torna política caso seja questionado o seu caráter naturalizador (MEYER, 2003) ou quando passa a envolver vivências mais concretas de, por exemplo, LGBTQs e mulheres – o que se complexifica quando também há a negritude presente.

Há muitas lacunas obliteradas na crítica do Omelete. As palavras têm história e revelam lógicas do poder, como demonstra Joan Scott (1995). Assim, embora seja um texto de caráter subjetivo (e qual não é?), não há menção a nenhum aspecto relacionado a gênero na história; os figurinos são apontados como uma construção que tomou como base as artes de Jack Kirby, não o afrofuturismo; Wakanda é ancestral em seu caráter tribal, o que reitera uma possibilidade de ler comunidades fora das lógicas ocidentais como não integrantes de um presente; o filme é visto como histórico, mas não digno dos “cinco ovos”, critério hierárquico do site, por algum motivo que não é percebido ou explicitado concretamente; é universal por ser admirado por ser uma possibilidade de identificação para toda geração de crianças e adultos, mas não discute que é também uma possibilidade de identificação para crianças e adultos que não tinham um protagonismo representativo nesse contexto há muito tempo. Seguimos, agora, para outra territorialidade do jornalismo de cultura pop.

O FILME QUE ESPEREI A VIDA INTEIRA PARA VER

O *Delirium Nerd* estrutura-se como um coletivo midiático – nas lógicas apresentadas por Maria Clara Aquino Bittencourt (2015) – de mulheres. De acordo com as diretrizes do *Delirium*, qualquer pessoa que se interesse pela cultura pop e queira escrever sobre ela em uma perspectiva feminista interseccional pode entrar em contato e colaborar com algum texto¹¹. Isabelle Simões é a criadora, editora e redatora do veículo¹². Atualmente, o site conta com mais de vinte colaboradoras fixas e textos de convidadas. Entendemos, aqui, o coletivo como integrante das territorialidades semióticas do jornalismo de cultura pop no Brasil (GONZATTI, 2017).

A crítica publicada¹³ no dia 19 de fevereiro por Tânia Seles, mulher negra¹⁴, formada em artes visuais e fã de produções da cultura pop – o que a mobilizou a começar a escrever e pesquisar – parte de uma dimensão de saber localizado (HARAWAY, 1995) e de intelectualidade negra (hooks, 1995), na qual a autora nos traz aspectos subjetivos e de sua vivência

11 Disponível em: <http://deliriumnerd.com/colabore/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

12 Disponível em: https://apoia.se/delirium_nerd. Acesso em: 28 jul. 2020.

13 Disponível em: <http://deliriumnerd.com/2018/02/19/filme-pantera-negra/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

14 Na assinatura do site, há essa informação junto a uma imagem da autora.

para explicar o porquê Pantera Negra foi um filme que ela aguardou durante toda a sua vida. O lugar de fala (RIBEIRO, 2019), nesse sentido, emerge no texto não como um ato de fechamento ao Outro, mas assumindo que todas e todos temos a nossa intelectualidade atravessada por relações estruturais, “[...] refutando a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequentes da hierarquia social” (RIBEIRO, 2019, p. 64).

O texto inicia situando Pantera Negra como um marco histórico da cultura pop, um ponto de virada na representação de personagens negros, principalmente para as mulheres negras. Para isso, contextualiza outros filmes do “gênero herói” (mantém-se o masculino universal) que já foram protagonizados por atores negros – Blade (1998), Spawn (1997) e Hancock (2008), por exemplo – apontando que somente no filme da Marvel há um elenco, uma equipe e produção majoritariamente desenvolvida por pessoas negras.

Dirigido por Ryan Coogler (Creed), o filme contou com uma equipe de pessoas negras que finalmente tomaram as rédeas de sua própria história. Do figurino feito por Ruth Carter, que bebeu na fonte da ancestralidade de diversas etnias africanas, assim como no afrofuturismo, à trilha sonora com curadoria de Kendrick Lamar e composta por Ludwig Göransson. tudo no filme é uma exaltação a cultura negra (SELES, 2018, online).

Depois do trecho, é apresentado um vídeo no qual a designer de moda Ruth Carter discute o que seria o afrofuturismo, apontando-o como uma mistura de ficção científica com as culturas africanas. Ela também disserta sobre a confusão que há em entender a África como uma “coisa só”, pois o continente é complexo e apresenta muitas diferenças. Cita e caracteriza algumas das tribos que inspiraram o figurino do filme: Turkana, Himba, Ndebele, entre outras. Assim,

Os pequenos detalhes do filme também são declarações políticas sobre a negritude, do cabelo das mulheres protagonistas, em que não se vê nenhum tipo de alisamento e sim uma variedade de texturas crespas, ao sotaque de T’Challa, que é uma resposta à supremacia branca e ao colonialismo. Não haveria como a nação de Wakanda, que nunca foi conquistada pelos europeus, falar com um sotaque europeu, como próprio ator Chadwick Boseman já chegou a declarar.

O arrecadamento comercial do filme é visto como uma possibilidade de romper com as ideias das indústrias culturais, geridas por executivos brancos, de que filmes com protagonistas negros são de nicho, não dando retorno financeiro e merecendo investimento – assim como Mulher-Maravilha (2017) agiu em relação às mulheres como protagonistas. Dessa introdução, o texto é dividido em seis partes: “Wakanda Forever”, “As Dora Milaje”, “O papel das mulheres negras no filme”, “O amigo branco”, “As motivações de Killmonger” e “As questões políticas”.

Wakanda é vista como utopia afrofuturista, que representa o imaginário do que poderiam ser os países da África sem a exploração e a colonização europeia – assim como uma cultura na qual cerimônia e rituais não foram roubados e demonizados. Tânia Seles aproxima o texto da sua realidade ao escrever que ali está, também, o que ela poderia ter sido, aproximando a estética e a moda do país da geração tombamento¹⁵. As Dora Milaje, exército de Wakanda formado por mulheres, são definidas como uma representação que rompe com

15 “Geração tombamento especifica um grupo de jovens com forte discursividade político-cultural, com muitas pessoas negras da periferia, que encontram na música e na estética um campo para desenvolver ativismos. Há, também, uma disposição em utilizar peças esportivas nesse contexto, misturadas com estampas e tecidos coloridas ou étnicas”. Para saber mais: <https://www.geledes.org.br/o-estilo-da-geracao-tombamento/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

estereótipos de gênero e raça, na medida em que elas podem ser fortes, gentis, apaixonadas, respeitadas e não precisam lutar com armaduras que deixam o corpo exposto, como as amazonas de *Liga da Justiça* (dirigido por Joss Whedon e lançado em 2017). Uma foto histórica nos apresenta a inspiração para o exército: as Dahomey, mulheres guerreiras da África. As mulheres negras também são analisadas em outras instâncias, sendo apontados os momentos nos quais elas ganham mais destaque do que T'Challa, como a irmã do protagonista, Shuri.

Cada personagem tem a sua importância, que foge dos clichês que rodeiam personagens femininas e principalmente mulheres negras. Shuri é uma cientista que nunca soube quem foi Albert Einstein ou qualquer outro homem branco símbolo de inteligência, ela é segura quanto a sua capacidade e trata tudo com humor, já que a mesma é respeitada e não precisa provar nada e nem competir com ninguém. Quantas representações de mulheres negras cientistas você já viu? E em quantas delas a mulher tinha que provar o seu valor constantemente?

O personagem Everet Ross, definido como “[...] um cara branco que não tem história de background, quase nenhuma fala relevante, serve como alívio cômico e apesar de você gostar dele, não faria diferença nenhuma na trama se ele morresse”, funciona como uma inversão da representação do amigo negro em filmes da cultura pop. Em alguns trechos, a crítica utiliza a expressão “pessoas de cor”, o que mobiliza uma reflexão sobre o branco, assim como o masculino, ser lido como universal, na medida em que alguém *de cor* seria sempre uma pessoa negra – entendemos que é importante rompermos com as linguagens que reforçam tais violências simbólicas. A relação entre Erik e T'Challa é lida como uma analogia às ideias de Martin Luther King Jr. e Malcom X, na qual o primeiro acreditava em uma revolução mais pacífica e o outro no uso da força contra a opressão. Killmonger é colocado em um plano de compreensão no texto. Outras questões políticas são destacadas, como o imperialismo, o colonialismo, a escravidão, a xenofobia de Donald Trump e o posicionamento antirrefugiados, a tomada de peças históricas e artísticas do Egito por museus como o Louvre, a diáspora, as revoltas contra absolvição de policiais estadunidenses que mataram e torturam Rodney King em 1992, o racismo e a violência contra a população negra.

A iniciativa proposta pelo Delirium Nerd atravessa algumas possibilidades de ver o feminino emergir no jornalismo. Seguindo algumas das inferências de Marcia Veiga da Silva e Beatriz Marocco (2018), podemos perceber que o coletivo rompe com o ideal de um jornalismo moderno-positivista-masculinista, traz um pensamento complexo sobre a realidade, ajuda a ampliar e complexificar o olhar, diversificando vozes, desencadeando o pensamento crítico e fazendo emergir os saberes até então interditados e marginalizados pelo híbrido poder-saber. Ao mesmo tempo, algumas reflexões são focadas em apontar desigualdades e destacar a necessidade de transformações socioculturais em um plano ativista. Incorporando, muitas vezes, características de uma ordem agonística, coloquial e com desejos e interesses concretos e específicos.

Lopes Louro (2003b) propõe delineamentos para uma análise feminista, na qual a/o pesquisador/a surge como um indivíduo real, histórico, na qual a competição dá lugar a cooperação e há um interesse declarado em mudar/transformar situações. Portanto, ao mesmo em que há a valorização daquilo que convenciamos como feminino no texto de Tânia Se-

les sobre Pantera Negra, ele também aponta para um jornalismo de cultura pop feminista, na medida em que exerce um ativismo (de fãs) através da crítica cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As duas críticas, através do dito e do não dito, ensinam sobre raça, gênero e sexualidade. No Omelete, é importante sublinhar que o texto foi publicado alguns dias antes da estreia do filme no Brasil, o que mobiliza o tensionamento das críticas sem *spoilers* e o seu esvaziamento reflexivo sobre as produções da cultura pop. Tal articulação pode apontar para as limitações do material crítico quando ele é atravessado por lógicas publicitárias. Ao mesmo tempo, a subjetividade localizada do texto não revela afetações e percepções da jornalista em relação a como ela se percebe diante da narrativa do filme. Gênero, sexualidade e raça permanecem no “armário”.

O contexto hegemônico e institucionalizado, no sentido de o Omelete ser uma empresa com interesses também financeiros, não se apresenta como um espaço de circulação notável das diferenças. A crítica acaba por retroalimentar os sistemas de valores dominantes, reproduzindo conhecimentos hegemônicos, ainda que de forma provavelmente inconsciente por parte da jornalista¹⁶.

No Delirium Nerd, os saberes e a vivência da autora da crítica nos colocam sobre uma dimensão mais enriquecedora, trazendo dados e informações que se articulam diretamente ou em camadas metafóricas à obra. São, também, utilizados outros recursos de linguagem da cultura digital para colocar o filme em diálogo, como vídeos. Ao mesmo tempo, determinadas discussões perdem fôlego em alguns momentos – não se discute, por exemplo, a exclusão de um relacionamento lésbico¹⁷ presente nas HQs da história.

O Partido dos Panteras Negras também não surge na discussão com tantas analogias políticas. Ao mesmo tempo, cabe questionar qual feminismo interseccional que se manifesta quando “somente mulheres” podem ter espaço em um coletivo dedicado às diferenças? Não permanecem, assim, excluídas e em condição desigual masculinidades que não hegemônicas, como a dos homens trans, por exemplo? Quais são as mulheres que vem ganhando espaço no coletivo?

A autocrítica é compreendida como um dos legados mais significativos dos feminismos (LOURO, 2003b). Penso, portanto, que a produção acadêmica talvez possa agir na interface de uma pedagogia das diferenças promovida pelos jornalismo de cultura pop apontando problemáticas, contradições, desvios, fornecendo dados históricos, discussões políticas e críticas capazes de complexificar as produções midiáticas através de lentes teóricas diversas – o que, de certa maneira, já vem sendo feito. Defendo, sinteticamente, uma retroalimentação crítica entre academia, sociedade e mercado.

No Delirium Nerd, por exemplo, há o atravessamento de saberes localizados e de uma incursão em pesquisas que leva a autora a enquadrar “Pantera Negra” como uma produção que pode ensinar sobre as diferenças, fazendo emergir saberes através do pop. Ainda há muitas questões que podem continuar a serem feitas a partir do artigo: o que tais críticas acionam de sentidos e disputas em um contexto de redes digitais? Como se dá a sua apro-

16 Comentário colocado no artigo em diálogo com as percepções de Marcia Veiga da Silva.

17 Para saber mais: <http://prosalivre.com/pantera-negra-nao-tera-um-romance-lesbico/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

priação midiática em perspectiva mais ampla? O que elas mobilizam em outras pessoas de reflexão ou transformação? Aqui, fica o entendimento de que territorialidades semióticas distintas nos ensinam sobre as diferenças através de operações dissidentes, mas que não precisam ser confrontadas através da exclusão ou de uma análise binária. Podem funcionar como o que virá do imaginário pop construindo entre o Ocidente e Wakanda – penetrando-se, transformando-se, dialogando, rompendo limites e mobilizando utopias¹⁸.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Adriana; SOUZA, Rosana Vieira de; MONTEIRO, Camila. De westeros no #vempraru à shippagem do beijo gay na TV brasileira. Ativismo de fãs: conceitos, resistências e práticas na cultura digital. **Galaxia (São Paulo, Online)**, n. 29, p. 141-154, jun. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/DEoI2s>. Acesso em: 03 set. 2018.
- AQUINO BITTENCOURT, Maria Clara. As narrativas colaborativas nos protestos de 2013 no Brasil: midiaticização do ativismo, espalhamento e convergência. **Revista Latinoamericana Comunicación**. Chasqui, v. 1, p. 325-343, 2015.
- BONETTI, Alinne de Lima. Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político. **Cadernos Pagu** (20) pp.177-203, 2003.
- _____. Etnografia, gênero e poder: Antropologia Feminista em ação. **Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, p. 105-122, Jul/Dez. 2009b.
- _____. Gênero, poder e feminismos: as arapiracas pernambucanas e os sentidos de gênero da política feminista. **Estudos Feministas**, janeiro/junho 2012.
- _____. Sermerssuasq cariocas? Convenções de gênero entre adolescentes negras no Rio de Janeiro. IN: STELLA, R. Taquette. **Aids e juventude: gênero, classe e raça**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009a.
- BRIDI, Natalia. **Pantera Negra | Crítica**. Omelete, 06 fev. 2018. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/filmes/criticas/pantera-negra-critica>. Acesso em: 25 set. 2020.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In.: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.
- _____. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu** (42), janeiro-junho de 2014.
- CONNELL, Raewyn. Políticas de Masculinidade. **Educação e Realidade**, 20(2)- jul/dez 1995.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- GONZATTI, Christian. **Bicha, a senhora é performática mesmo: sentidos queer nas redes digitais do jornalismo pop**. Dissertação de Mestrado, Unisinos, 2017.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/UNESCO, 2009.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 5. Campinas, Ed. Unicamp, vol 5, 1995.
- HENN, Ronaldo. Territorialidades semióticas: uma cartografia da disputa de sentidos em rede. **III Jornada dos Grupos de Pesquisa em Semiótica**, USP, 2017.
- hooks, bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, 1995.
- LOTMAN, Yuri. **La semiosfera: semiótica de la cultura y del texto**. Madri: Catedra, 1996.
- LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: O “normal”, o “diferente” e o excêntrico. IN: LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate sobre contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2003a.
- _____. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003b.
- MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. IN: LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate sobre contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2003.
- MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- _____. Uma outra história da República: amor, ordem e progresso. **Cult**, São Paulo: Editora Bregantini, nº 6, ano 19, janeiro 2016.

¹⁸ Parafraseando Marcia Veiga da Silva em aula para o PPGCCOM da Unisinos em março de 2018: “A utopia mobiliza”.

- PEIRCE, Charles Sanders. **The Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Past Masters, CD-ROM. EUA, IntelLex Corporation, 2002.
- PEREIRA DE SÁ, Simone. Somos Todos Fãs e Haters? Cultura Pop, Afetos e Performance de Gosto nos Sites de Redes Sociais. **Revista Eco Pós**, v 19, n.3, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/4QPSfE>. Acesso em: 03 set. 2018.
- RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Editora Pólen, 2019.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, 20 (2), jul/dez, 1995.
- SELES, Tânia. Pantera Negra: o filme que esperei a vida inteira para ver. Delirium Nerd, 19 fev. 2018. Disponível em: <https://deliriumnerd.com/2018/02/19/filme-pantera-negra>. Acesso em: 25 set. 2020.
- SOARES, Thiago. Abordagens Teóricas para Estudos Sobre Cultura Pop. **Logos**, v.2, n. 24, 2014.
- VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.
- _____. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. Tese de Doutorado, Comunicação e Informação, UFRGS, 2015.
- VEIGA DA SILVA, Marcia; MAROCCO, Beatriz. O Feminino no “Livro de Repórter”: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas. **Braz. journal. res.**, Brasília, DF, Vol. 14, N. 1, Abril 2018.

INTERSECCIONALIDADE COMO PERSPECTIVA DE ABORDAGEM SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Maria Clara Aquino Bittencourt

INTRODUÇÃO

Desde final de 2019, a COVID-19, uma doença aguda respiratória causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2) foi identificada oficialmente em Wuhan, na província de Hubei, na China, espalhando-se para outros países no início de 2020. Com o aumento do número de mortes pela COVID-19 e do número de casos em diferentes países, no dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto como uma pandemia. O primeiro caso no Brasil foi notificado em 25 de fevereiro. No dia 27 já eram 132 casos suspeitos em 16 estados, 85 deles no estado de São Paulo. Até julho de 2020, período de fechamento deste capítulo, o Brasil já tinha atingido os números de 2.303.661 casos confirmados e 84.440 mortos¹. No mundo inteiro até então foram 15.473.870 casos confirmados e 633.397 mortos². Além das mortes e dos problemas nos sistemas de saúde de cada país, entre as diversas dificuldades enfrentadas pelas nações que lidam com a pandemia da COVID-19, como a crise financeira; as disputas políticas também se tornaram um agravante de uma crise que se tornou mundial.

No Brasil, o presidente Jair Bolsonaro desde as primeiras ocorrências de casos no país se posicionou contrário às medidas de distanciamento e isolamento social recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), subestimando a gravidade da doença, alegando a necessidade de resguardar a economia. O mesmo movimento foi visto nos Estados Unidos, quando ainda em fevereiro o presidente Donald Trump também ignorava a gravidade da situação adotando um comportamento negacionista e atrasando a adoção de medidas de prevenção e combate ao vírus. No entanto, quando a OMS declarou estado de pandemia, o comportamento de Trump mudou e, diante do aumento do número de casos no país e quando impactos significativos no mercado e na economia americana começaram a acontecer, medidas mais restritivas foram tomadas nos Estados Unidos. Ainda assim, quando

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/24/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-24-de-julho-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>. Acesso: 24. Jul. 2020

² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51718755>. Acesso: 24 jul. 2020

a campanha eleitoral no país teve início, Trump ignorou a continuidade do crescimento de casos no país e saiu para comícios em diversos estados, promovendo aglomerações e ignorando medidas de proteção, como o uso de máscaras. No Brasil, governadores e prefeitos passaram a tomar medidas mais restritivas, a partir de decretos estaduais e municipais que os permitiram agir diante dos impasses no governo federal.

Com as medidas de restrição impostas, escolas e universidades foram fechadas, o comércio fechado ou restringido, dependendo da localidade, os serviços limitados, entre outras mudanças que afetaram o cotidiano de toda a população. O avanço da doença tem sido avassalador no Brasil, em grande parte pela falta de organização de estratégias e ações coordenadas capazes de conter a disseminação do vírus em um país tão grande e com uma diversidade de composições geográficas e populacional tão vasta. Embora com o isolamento social alguns índices de violência tenham diminuído, outros aumentaram.

No contexto familiar, a realidade brasileira é muito diversa, são vários tipos de composição familiar, o que inicialmente não é um problema, até o momento em que “ficar em casa” não é sinônimo de proteção. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019³ mostrou que a cada quatro horas uma menina menor de 13 anos é vítima de violência sexual no Brasil. Este dado é um exemplo que reflete como pode ser aterrorizante para as vítimas de violência de gênero cumprir uma quarentena quando o agressor muitas vezes está dentro de casa. Além disso, milhares de pessoas vivem nas ruas, problema que também se agravou no período da pandemia, já que há quem não tenha nem uma casa, o que dirá condições de comprar um sabonete para lavar as mãos ou uma máscara para evitar a contaminação. Desse modo, manter o isolamento em casa como medida de prevenção e combate ao coronavírus nunca foi uma possibilidade para a totalidade da população.

A imprensa constituída pelos jornais e veículos de comunicação de mais alcance e visibilidade no país, prioriza a narrativa do distanciamento e do isolamento social, da necessidade de cumprimento das normas de restrição adotadas pelos estados e municípios, invisibilizando ainda mais questões relacionadas a algumas parcelas da população. Dados do Ligue 180 disponibilizados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos indicam que houve um aumento de 17% no número de denúncias de violência contra a mulher durante março, o primeiro mês de quarentena⁴. Dados do Instituto de Segurança do Rio de Janeiro, do Instituto Maria da Penha e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontaram aumento dos casos de violência doméstica - que também acomete idosos e crianças.⁵ A Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (Antra) divulgou um boletim que apontava o aumento dos casos de assassinatos de pessoas trans no início da pandemia⁶. Coube a coletivos midiáticos (AQUINO BITTENCOURT; GONZATTI E RIOS, 2018) e outras iniciativas jornalísticas pautarem questões de violência de gênero durante o período de confinamento, já que muito do que se tem visto na imprensa se reduz a números que não aprofundam as especificidades do problema.

3 Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso: 24 jul. 2020.

4 Disponível: <https://www.cartacapital.com.br/saude/violencia-domestica-na-quarentena-como-se-protoger-de-um-abusador/>. Acesso: 24 jul. 2020.

5 Disponível: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-domestica-durante-pandemia-de-covid-19-edicao-02/. Acesso: 24 jul. 2020.

6 Disponível: <https://antrabrasil.org/2020/05/03/assassinatos-de-pessoas-trans-voltam-a-subir-em-2020/>. Acesso: 24 jul. 2020.

Este capítulo tem como objetivo tecer uma reflexão sobre a perspectiva da interseccionalidade como uma ferramenta capaz de articular a problematização da violência de gênero. Parte-se de um projeto de pesquisa já em andamento que tensiona conceitos relacionados ao tema da violência contra mulheres e LGBTs para, neste texto, construir um recorte sobre a violência doméstica contra mulheres, que tem sido noticiada no período da pandemia do coronavírus.

Entende-se a necessidade de contextualizar as particularidades da situação para discutir como as narrativas jornalísticas, já tensionadas antes deste acontecimento, devem dar conta da complexidade dos elementos envolvidos. Inicialmente aborda-se a violência de gênero como um tipo de violência doméstica, expondo dados sobre o cenário brasileiro e apontando as formas como a imprensa lida com a pluralidade de marcadores sociais envolvidos na problemática, já adentrando no diálogo com as referências que tratam sobre o conceito de interseccionalidade. Em um segundo momento, aprofunda-se o objetivo aqui proposto, trazendo para o debate estudos que colocam o conceito no centro do diálogo sobre a necessidade de reconfiguração de práticas jornalísticas, tensionando a questão no contexto da pandemia.

A (IN)VISIBILIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA SOCIEDADE

A reunião à distância inicia pela plataforma de videoconferência. Na tela, quatro participantes: um homem, Renato, e três mulheres, Lúcia, Mariana e Carla. Lúcia elogia Carla, que aparece com uma roupa elegante e maquiagem que se destaca para uma reunião normal entre colegas que têm se encontrado diariamente, cada um de sua casa, para falar sobre assuntos de trabalho. Ela diz que está cansada de estar sempre com a mesma aparência, de pijama, por isso, resolveu se arrumar e melhorar o visual. Mariana desconfia. O companheiro de Carla aparece ao fundo tomando uma cerveja sentado no sofá. Assim que começa a reunião, Mariana abre uma tela de chat no modo privado com Carla, perguntando se está tudo bem. O vídeo escurece e aparece uma legenda “10 minutos depois”. Batem na porta de Carla e ela avisa ao marido que chegou uma encomenda para ele e que ele deve descer para buscar. Assim que ele sai, Mariana começa a gritar na tela para Carla trancar a porta, pergunta se a polícia já chegou mesmo e tenta acalmá-la dizendo que agora está tudo bem. Carla tranca a porta e aparenta nervosismo. Renato e Lúcia ficam sem entender e perguntam o que está acontecendo. O vídeo escurece novamente e aparece a legenda “10 minutos antes”, quando Carla responde para Mariana no chat: “Me ajuda. O Rafael me bateu”. O vídeo, feito pelo Instituto Maria da Penha, é um alerta para o aumento de 50% da violência doméstica durante o período de confinamento, em 2020. É com essa informação que é finalizado, junto com os números 190, para ligações em casos de emergências, e 180 para a realização de denúncias.

Entre os diferentes tipos de violência, a violência de gênero é parte da violência doméstica ou da violência familiar. A opressão sexista que recai sobre a mulher historicamente (LOURO, 1997) é um dos, se não o principal, ponto de partida para a constituição da violência de gênero. É vital apontar aqui que a diferença da violência de gênero para outros tipos de violência está na sua origem, naquilo que motiva o agressor a cometer o ato de violência contra a vítima. Lorente-Acosta (2020) aponta os três elementos básicos que diferenciam a

violência de gênero dos outros tipos de violência: componente estrutural, objetivo de controle e o isolamento que ela gera.

O Brasil é um dos países com os maiores índices de violência de gênero e um dos fatores que contribuem para a realidade desses números são as diversas desigualdades que se estabelecem desde o nascimento. Condutas de gênero, pautadas por normas sociais e culturais, que pré-determinam que meninas vestem rosa e meninos vestem azul, reforçam padrões de comportamento e costumes sociais que, com base no sexo biológico dos indivíduos, acabam por reforçar estruturas dicotômicas que desvalorizam a mulher e amedrontam pessoas que escondem suas verdadeiras identidades por medo da reação de seus familiares e amigos.

O componente estrutural aparece nos discursos jornalísticos em textos que reforçam normas e hábitos historicamente enraizados nas sociedades. O racismo é o exemplo mais contundente desse estruturalismo. Silvio Almeida (2018) explica como raça é uma noção construída pela modernidade utilizada como classificação para diferenciar os seres humanos no momento em que o homem se torna objeto da biologia e da física. As capacidades intelectuais, morais e psicológicas do indivíduo são definidas a partir de características biológicas e geográficas, o que provoca uma hierarquização dos atributos biológicos e étnico-culturais das pessoas. Não há comprovação da existência de raças humanas, mas Almeida aponta como o conceito é utilizado como uma categoria política para justificar as desigualdades. Conceituando o racismo a partir da categoria de discriminação racial fundamentada nas relações de poder, o racismo estrutural é decorrente da estrutura da sociedade que normaliza e toma como verdade padrões discriminatórios de raça. Assim, o racismo estrutural é decorrente de um processo histórico e político, que discrimina sistematicamente, onde o racismo é regra e não exceção.

No jornalismo, matérias e reportagens que não contribuem para a quebra de padrões como os praticados pelo racismo estrutural, que colocam homens em posições mais favoráveis que as mulheres, ainda que sem querer, não colaboram para a efetivação de mudanças necessárias. Essas matérias fazem uso de linguagens que não condizem com a diversidade de identidades de gênero e de orientações sexuais. São formas de escrita que reforçam lógicas de desigualdade nas quais mulheres e LGBTd permanecem desfavorecidos, invisibilizados e discriminados. Almeida (2018) reforça a importância de haver não só o combate ao racismo estrutural como a constituição de práticas antirracistas, que no caso do jornalismo requerem alterações que partem da própria produção e redação das matérias.

Coelho et. al (2020) apontam um apagamento das dinâmicas dos casos de mortes e violências sofridas por vítimas mulheres, a partir de uma análise feita em matérias de portais de notícias sobre violência contra a mulher. Segundo os resultados apresentados pelos pesquisadores, não há aprofundamento das questões que são fundamentais para que se possa compreender de modo abrangente a dimensão do problema da violência de gênero, principalmente pelo apagamento do gênero enquanto dimensão crucial da violência. As matérias invisibilizam os agressores, retirando deles a responsabilidade pelas agressões e colocando as vítimas em segundo plano na cobertura, pois são reduzidas quanto à sua dimensão de gênero e também enquanto pessoas.

A partir de Foucault, da filosofia da ciência, dos estudos pós-colonialistas, feministas e queer, Veiga da Silva (2015) explica essa dinâmica, enraizada em diferentes setores

da sociedade, apontando o híbrido poder-saber que opera na produção de normatividades que acabam entranhadas em diferentes instâncias e ao próprio jornalismo. Tanto nas notícias quanto nas formas de ensino do jornalismo e até nas teorias do campo, a pesquisadora identifica uma racionalidade baseada em um paradigma moderno/positivista, em um sistema-mundo capitalista, masculinista, racista, heterossexista e ocidentalista, que estabelece os valores que legitimam o saber como verdade. Como consequência, o potencial crítico e revolucionário do jornalismo se esvai, é limitado, ao passo que a reprodução simbólica das racionalidades dominantes é potencializada, assim como as desigualdades.

É dessa forma que, além do gênero, marcadores sociais como raça, classe e sexualidade deflagram as desigualdades que atingem as mulheres pobres, negras e LGBTs. Em 2019 o número de mulheres mortas, simplesmente por serem mulheres, foi de 1314; um número que demonstra o objetivo de controle, mencionado por Lorente-Acosta (2020). Este foi o total de feminicídios, um aumento de 7,3% com relação a 2018. Porém, este não é o total do número de mulheres mortas por crimes de violência, já que nem sempre um assassinato cometido contra uma mulher é tipificado como feminicídio. Dados do Atlas da Violência de 2019 mostram que de todas as mulheres assassinadas em 2017, 66% eram negras. Segundo o levantamento anual do Grupo Gay da Bahia, que há 40 anos realiza pesquisas de forma autônoma, em 2019 foram 329 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) que morreram em decorrência de violência no Brasil, vítimas da homotransfobia.

O desconhecimento acerca dos processos históricos, simbólicos, linguísticos e sociais acerca dos modos como historicamente as convenções de gênero e de sexualidade foram normatizadas de forma hierárquica, tendo a linguagem papel central, vem sendo um fator para a permanência das naturalizações das desigualdades de gênero a partir de justificativas meramente biologizantes. A linguagem nos processos de nomeação e atribuição de valores aos gêneros (sendo o masculino o que se circunscreve com maiores atributos considerados positivos, tais como força, dominação, competição) é relevante para pensar as relações de poder que se estabelecem. Nesse sentido, analisar a forma como o jornalismo nomeia e aborda atores envolvidos em casos de violência de gênero ajuda a compreender quais valores sociais estão em circulação e em que medida participam dos processos de transformar diferenças em desigualdades. Esse tipo de análise serve para compreender o nível de conhecimento dos produtores de conteúdos, tornando mais evidenciadas as noções circulantes na sociedade, para gerar dados para posteriores análises sobre o nível de conhecimento das audiências sobre os conceitos de identidade de gênero e de orientação sexual.

Como bem situa Carla Akotirene, (2019) a ocorrência de discursos masculinos produzidos pela ordem patriarcal, apontados pela teoria feminista, modelaram subjetividades femininas condicionadas a tornar a mulher uma categoria de Outro. As mulheres negras foram enquadradas nessa categoria, mas não ficaram na inércia, propondo “ação, pensamento e sensibilidade interpretativa contra a ordem patriarcal racista, capitalista, sem nenhuma co-nivência subjetiva com a dominação masculina” (2019, p. 30). Akotirene (2019) evidencia o papel das mulheres negras na luta pelo sufrágio e pela abolição, defendendo homens negros e mulheres brancas, mostrando como o marcador gênero explica as violências sofridas pelas mulheres brancas e a categoria raça o racismo imposto aos homens negros. É por considerar a importância de resgatar estudos sobre as experiências de mulheres negras escravizadas

que Angela Davis (2016) aponta as lições que essas pesquisas revelam sobre a era escravista, elucidando muito sobre a luta atual de mulheres negras e de todas as mulheres que até hoje lutam por emancipação nas sociedades.

No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica à dos homens. Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 25).

As agressões sofridas pelas mulheres negras na época da escravidão demonstram a historicidade da violência de gênero. Da mesma forma que os homens, as mulheres negras eram espancadas, mutiladas e açoitadas. Para além de todas essas agressões, também eram estupradas e submetidas a outros tipos de violência sexual. Davis (2016) explica que na condição de objetos de propriedade dos feitores, as mulheres escravas não tinham onde morar, eram separadas dos pais, muitas vezes, ainda quando crianças. Os senhores das casas exerciam seu domínio econômico pelo estupro, uma expressão ostensiva de poder e controle sobre as vítimas na condição de trabalhadoras. Fazendo uma aproximação com as vítimas de violência sexual de hoje, a prática do abuso financeiro por parte do marido ou companheiro que sustenta a família é recorrente. De acordo com dados do Anuário de Segurança Pública de 2019, das vítimas de estupro, 28,6% são meninas de 10 a 13 anos, 50,9% são negras, 96,3% dos agressores são homens, e 75,9% são conhecidos das vítimas.

Para além das questões de gênero e raça, outro marcador que atravessa o problema da violência de gênero é a sexualidade. Vítimas LGBTQs são agredidas por motivos relacionados a suas identidades de gênero ou orientação sexual, conceitos muitas vezes mal interpretados ou desconhecidos pelos agressores. Vítimas do preconceito, da discriminação e da exclusão social, essas pessoas são espancadas, são excluídas de espaços de convivência, são assassinadas ou absolutamente ignoradas pela sociedade por se identificarem com um gênero diferente do sexo biológico que carregam em seu corpo ou por praticarem um tipo de sexualidade que não converge com o padrão heteronormativo. Um exemplo desse marcador é o dossiê que aponta informações e histórias de lésbicas vítimas de lesbocídios (assassinatos de lésbicas), elaborado por Peres e Dias (2017). Entre os anos de 2014 e 2017, no Brasil, foram 126 mulheres mortas por serem lésbicas. Em 2018, apenas nos meses entre janeiro e setembro, 117 casos haviam sido registrados.

O vídeo citado no início deste item é uma campanha do Instituto Maria da Penha⁷, para chamar a atenção sobre como a combinação das tensões econômicas provocadas pela pandemia e o isolamento forçado impacta na vida de mulheres que vivem em relacionamentos abusivos. As cenas exemplificam uma situação que é recorrente em milhares de casas brasileiras e demonstra o terceiro elemento citado por Lorente-Acosta (2020), o isolamento provocado pela violência de gênero.

⁷ Disponível: <https://www.facebook.com/InstitutoMariadaPenha/videos/campanha-call-instituto-maria-da-penha/679763169425347/>
Acesso: 24 jul. 2020.

As vítimas desse tipo de violência, intimidadas ou ameaçadas pelos agressores acabam isoladas, distantes de amigos e familiares, de pessoas que normalmente lhe são próximas, por medo de que os outros saibam o que acontece e denunciem o agressor. Em um estado de pandemia, a necessidade de distanciamento social potencializa o isolamento a que as vítimas estão submetidas pela violência que sofrem, acentuando os problemas que enfrentam. As subnotificações aumentam, conseqüentemente. O vídeo também provoca alguns tensionamentos a partir de como se configuram grande parte dos lares brasileiros na contemporaneidade. Como dito inicialmente, a consolidação de um estado de pandemia mundial obrigou muitas famílias a ficar em casa, fazendo com que a violência doméstica, que acomete não só mulheres, mas também idosos e crianças em grande número, por exemplo, acentuasse a gravidade de situações problemáticas de muitas pessoas.

A convivência de vítimas com seus agressores pode ter tornado-se, em muitos e muitos casos, uma alternativa muito pior do que contrair a COVID-19. O vídeo exemplifica o problema, aponta caminhos de ajuda, e desperta a atenção que se quer chamar aqui para como a raça, a sexualidade e o gênero ainda são invisibilizados nos discursos jornalísticos e a necessidade de o jornalismo atuar para fazer circular conceitos fundamentais para a ampliação do conhecimento para que questões relacionadas à violência de gênero possam ser melhor debatidas e compreendidas pela sociedade. O caso de Carla, exemplificado no vídeo, é de uma mulher branca, que fica em casa, trabalha remotamente e é acometida pelos abusos do companheiro. Carla possivelmente conseguirá se sustentar sem o companheiro, poderá pagar por uma terapia e conta com o apoio dos amigos. A realidade de Carla que o vídeo mostra, no entanto, não condiz com o cotidiano de milhares de mulheres em situação de risco pelo confinamento. O vídeo chama ainda mais a atenção, pois entre os três colegas de trabalho de Carla, quem capta os sinais de violência é a mulher negra.

Um comunicado emitido pelo português António Guterres, secretário-geral da ONU, em abril de 2020, alertava para o crescimento desenfreado da violência doméstica em nível global. Nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Distrito Federal foram ampliados os serviços de delegacia eletrônica e disponibilizados registros online de ocorrência. Há que se apontar que a subnotificação, já recorrente nesses casos por fatores como o medo que a vítima tem do agressor, as dificuldades no contexto de uma pandemia como a falta de acesso à conexão aumentam, em função das restrições econômicas, perda de emprego, etc. A subnotificação se agrava ainda mais no período de quarentena, pois as vítimas, sem poder se deslocar às delegacias e por estarem ainda mais próximas dos agressores, não conseguem sequer realizar o envio de uma mensagem ou fazer uma ligação para realizar as denúncias. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta que no mês de março, o primeiro da quarentena, os registros oficiais de casos de lesão corporal dolosa tiveram quedas significativas em vários estados com relação ao mesmo mês de 2019. O mesmo levantamento mostra que o número de Medidas Protetivas de Urgência concedidas pelos Tribunais de Justiça também apresenta uma redução considerável⁸. A queda dos números pode parecer um bom sinal, no entanto, segundo Jamila Jorge Ferrari, coordenadora das Delegacias de Defesa da Mulher de São Paulo, os crimes seguem ocorrendo e em maior escala. Isso signi-

⁸ Disponível: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-04/sp-violencia-contra-mulher-aumenta-449-durante-pandemia>. Acesso: 24 jul. 2020

fica a confirmação de que a subnotificação aumentou durante a pandemia de coronavírus. Samira Bueno critica Jair Bolsonaro pela má condução da crise, comparando o Brasil com outros países, e apontando as dificuldades dos serviços públicos no país, pois quando uma vítima de agressão vai a um posto de saúde, pode nem ser atendida, já que estes locais estão cheios de pessoas com COVID-19.

A interseccionalidade, que já era um problema na narrativa jornalística sobre violência de gênero (LEAL; CARVALHO E ANTUNES, 2020) pela total ausência desse conceito das abordagens, torna-se uma questão ainda mais latente. Questões de gênero, raça, classe e sexualidade pouco ou quase nada visibilizadas em narrativas jornalísticas sobre violência acabam ofuscadas pelo aumento do número de casos em meio à pandemia. A questão é que esses números crescem, porém crescem mais em contextos específicos e é dessas especificidades que muitas vezes o jornalismo deixa de dar conta.

Há um reconhecimento crescente de que o tratamento simultâneo das várias diferenças que caracterizam os problemas e dificuldades de diferentes grupos de mulheres pode operar no sentido de obscurecer ou de negar a proteção aos direitos humanos que todas as mulheres deveriam ter. Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são 'diferenças que fazem diferença' na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação (CRENSHAW, 2002, online).

Precursora do termo interseccionalidade, Kimberlé Crenshaw (2002) elabora o que chama de condição de opressão interseccional, constituída por opressões distintas, mas que por operarem de modo interconectado colocam algumas mulheres em situações de maior vulnerabilidade do que outras. As opressões interseccionais mais conhecidas são geralmente as mais trágicas, baseadas na raça e na etnia, segundo Crenshaw; e é crucial frisar que o racismo opera como um sistema de poder, que estrutura as sociedades historicamente. Gabriela Kirillos (2020) explica o papel e a relevância da interseccionalidade como uma ferramenta de análise que dá conta de mais de uma forma de opressão simultaneamente, de modo que os processos discriminatórios não sejam compreendidos de forma isolada e nem somados uns aos outros, mas que a complexidade do cruzamento dos processos discriminatórios seja considerada para que se possa compreender as situações específicas que deles decorrem.

A interseccionalidade como ferramenta de análise ganha força na medida em que as pesquisas sobre gênero se debruçam sobre sociedades colonizadas numa tentativa de descolonizar o gênero. "O sistema de gênero é não só hierárquico mas racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade e, portanto, gênero às colonizadas" (LUGONES, 2014, online). A descolonização do gênero é uma práxis, que Lugones (2014) apregoa como necessária para "decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social" (LUGONES, 2014, online). A urgência pela desconstrução de paradigmas pautados por uma compreensão dicotômica de gênero, a partir da qual a construção da distinção sexual e, conseqüentemente, da construção de gênero resultam da definição de tarefas que são realizadas, algumas por homens e outras por mulheres é o que demanda essa descolonização. Este processo, que Lugones

(2014) chama de feminismo descolonial, inclui uma série de aprendizados para desenraizar estruturalismos que fundamentam opressões que colonizam as mulheres.

A NECESSIDADE DE UMA COBERTURA SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA PANDEMIA SOB A PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

As mudanças que a pandemia gerou na vida das pessoas foram diferentes para cada composição familiar. O que funciona para uns pode não funcionar para outros. Para muitas famílias, o aumento do trabalho doméstico, o cuidado com crianças, idosos ou familiares doentes é acumulado com as dificuldades financeiras, a perda de emprego e a incerteza sobre um futuro que depende da descoberta de uma cura ou vacina. Em muitas casas, esses cuidados e responsabilidades recaíram sobre as mulheres e a imprensa geralmente reproduz a narrativa de que, estressados, os homens descarregam a frustração dos problemas da situação nas mulheres. Em outras matérias, a justificativa para a violência de gênero acontece pela culpabilização da vítima, que por ter de sair de casa para trabalhar, acaba deixando os filhos com o agressor, que comete os atos de violência doméstica contra as crianças, e depois contra a companheira. São frequentes as narrativas de culpabilização e invisibilização da vítima (LEAL; CARVALHO E ANTUNES, 2020) que já se disseminavam antes da pandemia e se intensificam nesse momento de exceção.

Marques et. al (2020) explicam diversos fatores que contribuem para o aumento da violência doméstica num contexto de pandemia, em diferentes âmbitos da vida em sociedade. Há diminuição da coesão social e do acesso a serviços e instituições públicas que fazem parte das redes sociais das pessoas. Serviços de proteção social estão com sedes fechadas, igrejas, escolas e creches também, outros espaços com acesso restrito, o que acaba impedindo ou dificultando o deslocamento das vítimas e aumentando a subnotificação. A rede social de apoio da vítima se enfraquece, na medida em que amigos e parentes estão mais distantes. Um questionamento, ou vários, apontados por Kirillo (2020) nesse momento, se referem às especificidades que por vezes desaparecem das narrativas jornalísticas. De quais vítimas se está falando nos dados divulgados? Quais os cotidianos dessas vítimas? Seria a pandemia responsável pela violência e seu aumento? A pesquisadora se refere à violência doméstica, mas pode-se pensar, obviamente, sobre a violência de gênero a partir destas perguntas. Em seguida, alerta que todos esses ruídos, mais do que qualquer outra coisa, abafam e silenciam.

Em um estudo sobre a violência contra as mulheres no período da pandemia, Barbosa et. al (2020) mostram como mesmo prejudicando a todos, a COVID-19 tem afetado grupos sociais de formas diferentes, o que contribui para o aumento das desigualdades já existentes. O alerta que as pesquisadoras fazem é o de que alguns artigos científicos e matérias da imprensa possam sugerir que o aumento da violência de gênero esteja acontecendo por causa da pandemia, numa relação direta de causalidade, desconsiderando perspectivas históricas e sociais que envolvem a questão. Esta relação, por vezes pode ser excessivamente baseada em números, sem uma explicação que contextualize os casos e aprofunde as causas, provendo os leitores com dados e informações que lhes permitam refletir sobre o assunto. Isso inviabiliza o debate e, pode, inclusive, reverter os progressos já feitos com relação à igualdade de gênero e direitos das mulheres. Incluem-se aqui também os direitos de LGBTs.

Ao considerar o aumento da violência contra as mulheres, especialmente a violência doméstica, como um dos efeitos da pandemia, corre-se o risco de privatizar um problema social: o isolamento social por si só não ocasiona a violência, mas tem a potência de colocar em evidência as vivências dessas mulheres em situação de violência doméstica e de desvelar o machismo estrutural como real gerador da violência, dando ênfase às desigualdades raciais, de gênero e de classe social, além das opressões decorrentes das relações dentro do sistema patriarcal, estruturado historicamente na sociedade brasileira, e que tem impactos deletérios, particularmente sobre as mulheres. (BARBOSA ET. AL, 2020, online)

Tomando a pandemia como um dispositivo analítico, as pesquisadoras entendem que a interseccionalidade deve ter como foco as mulheres que assumem as posições nessas intersecções diversas, retomando-as como sujeitos que atuam num emaranhado de momentos de uma contextualização social na qual o isolamento deve ser considerado uma das categorias da intersecção. Dessa forma, de acordo com o raciocínio das autoras, e tomando o isolamento como categoria da interseccionalidade, as particularidades de cada situação de isolamento precisam ser consideradas nos textos jornalísticos sobre a violência de gênero no período da pandemia. Assim como as particularidades dos cotidianos das vítimas fora do período de isolamento e distanciamento também devem ser levadas em conta, as especificidades da situação se tornam agora um marcador social que em certa medida pode, inclusive, se tornar um fator de risco e até um fator determinante para as agressões.

Nesse sentido, é preciso considerar que as classes mais baixas não possuem acesso à internet como as classes mais favorecidas, não podendo acionar ajuda a qualquer momento. Marques et. al (2020) destacam que a convivência de famílias pobres que moram em casas de poucos cômodos, muitas vezes aglomeradas, reduz a possibilidade de denúncia com segurança, desencorajando as vítimas. Outro agravante para a violência destacado pelos autores é o nível de estresse dos agressores que aumenta nesses casos, por medo de adoecer, pela incerteza sobre o futuro, pela impossibilidade de transitar e conviver com outras pessoas, por perda de emprego ou baixa no nível da renda, assim como o aumento do uso de álcool, drogas ou de outras substâncias psicoativas. A sobrecarga com o trabalho doméstico que muitas vítimas sofrem também reduz a capacidade de evitar o conflito com os agressores, o que, segundo os pesquisadores, pode tornar a vítima ainda mais vulnerável à violência psicológica e à coerção sexual. O medo de que os filhos sofram violência também é outro agravante, que paralisa as vítimas e aumenta a subnotificação dos casos. Por fim, os autores citam a dependência financeira que muitas vítimas sofrem de seus agressores, impedindo o rompimento do ciclo de violência.

É notável, portanto, que as especificidades da violência de gênero são ainda mais acentuadas numa pandemia, o que provoca o ruído de que todos esses agravantes gerados pela situação de isolamento acabam legitimando a compreensão de que as violências são reações normais, decorrentes de momentos de estresse em situação de crise. Se fora de um contexto desses as narrativas jornalísticas invisibilizam as histórias de vida das mulheres que sofrem violência física e psicológica, por não abordarem ou abordarem equivocadamente questões sobre gênero, raça, classe e sexualidade (LEAL; CARVALHO E ANTUNES, 2020), as particularidades da violência em meio à crise do coronavírus têm sido amplamente ignoradas.

A incidência das narrativas que repetem os números de mortes e contaminados, reproduzindo a medida do distanciamento social como forma de proteção contra o vírus, reforça a prerrogativa de que as vítimas de agressões devem se proteger. Esse raciocínio reforça a invisibilização do papel do agressor (LEAL; CARVALHO E ANTUNES, 2020), que consequentemente também acaba sendo orientado a ficar em casa e assim deixa de ser culpabilizado. O machismo também aparece nos discursos jornalísticos, que ao abordarem o aumento de afazeres domésticos por conta de as pessoas estarem mais tempo em casa atribuem diretamente às mulheres a sobrecarga de trabalho.

O fato de todas as mulheres estarem confinadas em suas casas concentra no ambiente doméstico todas as formas de violência vivenciadas por elas na sociedade, tornando-as mais evidente e fazendo emergir esse fenômeno como uma questão de gênero, portanto intimamente ligada às estruturas patriarcais, que se manifestam através do sexismo e machismo (BARBOSA ET. AL, 2020, p. 9).

A necessidade de abordar a violência de gênero através de uma perspectiva interseccional precisa ser considerada quando se entende que o isolamento social não é apenas responsável pela ocorrência e pela potencialização da violência, mas por colocar em evidência o machismo estrutural como causador da violência de gênero, enfatizando as desigualdades raciais e de classe social entre as opressões decorrentes de um sistema patriarcal (BARBOSA ET. AL, 2020).

Estes marcadores sociais que agravam os casos de violência já são defasados no que tange à sua visibilidade para a sociedade, em termos do que, quanto e como a cobertura jornalística da imprensa de maior alcance no país retrata em seu discurso sobre as vítimas e seus agressores. Recuperando o conceito de racismo estrutural inicialmente apontado aqui através de Silvio Almeida (2018), é fundamental também destacar a importância de não homogeneizar as questões referentes às mulheres, principalmente as negras, conforme indica Ribeiro (2018), por causa do processo histórico de isolamento e de invisibilidade pelo qual passam ao longo dos séculos.

Uma das dificuldades do jornalismo é desvencilhar-se da padronização de gêneros jornalísticos e normas que incidem nas rotinas produtivas que dificultam a incorporação das singularidades e particularidades de mulheres e das situações nos textos. O desafio que a inserção de novos modos de produção, narrativas e formas de operar, diversos dos padrões estabelecidos, impõe a transformação do *status quo*, o que não converge com as lógicas de mercado que mantém a operação em funcionamento. A dificuldade de transformar ou reconfigurar as práticas jornalísticas, na busca por narrativas antirracistas, que efetivamente combatam a violência de gênero a partir de padrões desviantes dos conceitos e normas estruturalizados na sociedade, depende de um esforço que bate de frente com as lógicas do sistema capitalista de produção.

Diante das “estruturas epistêmicas do sistema-mundo capitalista, patriarcal, ocidental, moderno”, Moraes e Veiga da Silva (2019) discutem como a noção de objetividade jornalística prevalente se constitui. O debate que as autoras propõem é urgente e necessário para as pesquisas que questionam as práticas jornalísticas sobre acontecimentos de interesse público e, sobretudo, os relacionados aos direitos humanos. Desmistificando a noção de objetividade, tão romantizada nas redações e cristalizada no ensino das graduações, as

duas autoras chamam atenção de que o jornalismo acabou eximindo-se de complexificar de modo consistente problemáticas referentes a parcelas gigantescas da sociedade, quando deveria, de acordo com sua função originária, iluminar áreas obscuras para a sociedade. Esta argumentação elucida de modo muito apropriado o mecanismo que ocorre com as narrativas acerca da violência de gênero que perpassam sobre números e relatos que visam a cobertura dos fatos de modo quase que de maneira protetiva, como se a adoção de qualquer nível de subjetividade fosse, de alguma maneira, prejudicar o agressor, que nunca foi e jamais será a vítima nos casos.

Moraes (2020) fala⁹, inclusive, sobre a relação do jornalismo de subjetividade com uma postura ética e ativista do jornalismo. Destaca a importância de os jornalistas atuarem de modo posicionado, buscando construir posturas assertivas e contundentes na elaboração das narrativas, percebendo-se como seres dinâmicos, para que a subjetividade possa fazer parte do jornalismo e orientar as perspectivas que venham a transformar o jornalismo calcado em preceitos positivistas e binários, que simplificam e oprimem. Essa transformação deve acontecer para que as matérias comecem a permitir aos leitores uma leitura desconstrutiva do racismo, do machismo, da misoginia, frequentemente enraizados nas redações, como já analisado por Veiga da Silva (2014).

O que não fica evidente no exemplo trazido aqui no texto, através do vídeo que ilustra um caso de violência de gênero durante a pandemia, são as especificidades dessa violência. Os atravessamentos entre os marcadores sociais desaparecem em um produto que cumpre, em parte, uma função de alerta sobre um problema social, em uma circunstância única. No entanto, deixa de atender a uma parcela de vítimas que estão em conjunturas absolutamente diversas, tão precárias e desprovidas de qualquer tipo de acesso, que provavelmente nem chegarão a visualizar aquela produção. Isso, obviamente não invalida o propósito da ação, apenas serve de indicativo para uma série de outros produtos midiáticos e jornalísticos que excluem especificidades que são cotidianamente invisibilizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 08 de julho de 2020, foi sancionada a Lei n. 14.022¹⁰, que altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. A alteração visa assegurar o funcionamento pleno, durante a pandemia, de órgãos de atendimento a mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas e com deficiência que sejam vítimas de violência doméstica ou familiar. Em meio à crise, a lei torna essencial o atendimento às vítimas, de modo que não poderá ser interrompido enquanto o estado de calamidade causado pelo coronavírus perdurar.

Tornar essencial o atendimento nesse momento é permitir que as vítimas possam registrar as denúncias online. Antes da pandemia qualquer denúncia de violência doméstica deveria ser realizada presencialmente, o que é uma incoerência no atual estágio em que se encontra a sociedade atualmente. Por mais que haja uma parcela significativa da população que não tenha acesso à conexão de internet, há também dificuldades de acesso às delegacias, de modo que o registro online desse tipo de ocorrência já deveria ter sido permitido.

9 Entrevista dada por Fabiana Moraes ao site Objethos. Disponível em: <https://objethos.wordpress.com/2020/05/19/fabiana-moraes-toda-pratica-jornalistica-e-posicionada-e-ideologica>. Acesso: 24 jul. 2020.

10 Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/89916-lei-n-14-022-2020-assegura-medidas-de-enfrentamento-a-violencia-domestica-e-familiar-durante-pandemia>. Acesso: 24 jul. 2020

Foi preciso haver uma pandemia, ter sido instituído estado de calamidade pública em todo o país, para que esse tipo de serviço, por parte dos servidores públicos, fosse disponibilizado e considerado essencial. Esse também é um tipo de crítica que o jornalismo deveria fazer, apontando as carências da segurança pública. Além disso, como já dito aqui, a situação da violência de gênero no momento em que a crise do coronavírus se agrava intensifica a subnotificação já que, mesmo com a possibilidade de registro online, o isolamento em conjunto com os agressores inviabiliza até mesmo essa ação por parte das vítimas.

A Lei n. 14/022 também estabelece que as denúncias feitas pelos canais de telefones, cujos números já existiam antes desta lei, deverão ser encaminhados às autoridades em até 48 horas. A lei traz a exigência de que todos os órgãos de segurança criem canais gratuitos de comunicação interativos para atendimento virtual, acessíveis por celulares e computadores. Casos emergenciais devem ser atendidos presencialmente: feminicídio; lesão corporal grave ou gravíssima; lesão corporal seguida de morte; ameaça praticada com uso de arma de fogo; estupro; crimes sexuais contra menores de 14 anos ou vulneráveis; descumprimento de medidas protetivas; e crimes contra adolescentes e idosos. Os exames de corpo de delito deverão continuar sendo feitos, e os governos poderão criar equipes móveis para atender às vítimas de crimes sexuais. Sobre as medidas protetivas, previstas na Lei Maria da Penha, e que são imposições ao agressor com o objetivo de garantir a integridade da vítima, a nova lei permite que possam ser solicitadas por meio de atendimento online.

Campanhas como *Sinal Vermelho para a Violência Doméstica* e *Máscara Roxa* são iniciativas de órgãos públicos que visam auxiliar mulheres em situação de violência a pedir ajuda em farmácias no Brasil. A primeira é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Associação Nacional dos Magistrados Brasileiros (AMB) e funciona através de um sinal de x em vermelho que as vítimas devem mostrar nas farmácias para receberem ajuda nos estabelecimentos, que fazem uma ligação para os órgãos de segurança. A segunda é uma campanha lançada pelo Comitê Gaúcho Impulsor Eles por Elas / He for She, ligado à ONU Mulheres, e conta com o apoio de órgãos da segurança e do Judiciário. A vítima de agressão procura uma farmácia que deve ter o selo “Farmácia amiga das mulheres” e pode pedir uma máscara roxa, como se tivesse a intenção de se proteger do coronavírus. O atendente, já treinado, dirá que o produto está em falta, mas pedirá quatro informações para avisar sobre a chegada do equipamento de proteção: nome, endereço e dois telefones. Estas informações serão repassadas para um número de WhatsApp disponibilizado pela Polícia Civil.

Os brasileiros enfrentam a pandemia como podem, sob um governo federal que ignora as medidas de proteção e que pouco contribui para a condução do país em direção à contenção do vírus e à diminuição dos casos. Em meio ao caos da saúde e da economia a violência de gênero vai crescendo, e medidas paliativas como estas vão sendo geradas para tentar conter um problema que tem suas raízes em outras disfunções, decorrentes do racismo estrutural atravessado por questões de gênero e classe que não podem passar despercebidas pelo discurso jornalístico, cujo dever não é o de apenas informar, mas, como prática social, contribuir para a constituição da realidade.

Todos os dias são centenas de exemplos que demonstram o quanto o jornalismo não vem sendo capaz de complexificar fenômenos sociais inspirados pelo machismo e pelo racismo, bem como pelo heterossexismo e o classismo. No Brasil, as desigualdades sociais são marcadamente de raça, de gênero e de classe, colocando às margens gigantescas parcelas da população a partir de sistemas de classificação e hierarquização de diferenças cujas de-

sigualdades se forjam na cultura, nos sistemas simbólicos, em que a linguagem se constitui central. Nesse sentido, o jornalismo vem operando enredado às tramas de poder-saber, reproduzindo valores dominantes a partir das lentes de uma racionalidade excludente. O poder simbólico (BOURDIEU, 2010) do jornalismo é uma das redes por onde se tecem os fios de sentidos que em última instância alimentam os altos índices de feminicídio e o genocídio das populações negras e indígenas no país (MORAES E VEIGA DA SILVA, 2019, online).

Neste capítulo, buscou-se apontar o papel da interseccionalidade como perspectiva de abordagem em tempos de pandemia. O vídeo trazido como exemplo e problematizado em alguns momentos do texto certamente não pode ser utilizado como referência para afirmar que o jornalismo não vem cobrindo as especificidades da violência de gênero na pandemia de forma abrangente o suficiente para dar conta de todos os atravessamentos mencionados neste texto. Esta reflexão, como se pode observar, também não realizou uma análise empírica sobre a cobertura jornalística acerca das questões problematizadas aqui. O objetivo foi tensionar argumentações teóricas diante de uma situação em andamento a partir de uma problemática no campo do jornalismo que já é recorrente há mais tempo. Ao apontar falhas e carências das práticas que deixam de abordar os marcadores sociais reproduzindo normas e padrões estruturais, o que se coloca em discussão a partir das referências e do exemplo citado é a urgência de reconfigurações.

O vídeo reproduz o padrão de heteronormatividade, no qual o machismo impera diante da tentativa incansável de uma mulher permanecer aparentemente normal em frente a seus colegas de trabalho. A narrativa de uma empresa que, mesmo em meio ao caos da pandemia, permanece “saudável” economicamente, exige dos funcionários um desempenho costumeiro diante da situação, coloca a colaboradora, vítima de agressão na obrigação de, mesmo machucada, estar presente no momento da reunião, com seu agressor no mesmo ambiente, atrás dela, na sala. É pela conexão de internet, ao perceber que a colega está diferente, que a pessoa próxima reconhece sintomas de violência doméstica e toma uma atitude. Uma situação peculiar dentro de outra. Uma exceção em meio a inúmeros outros casos que, durante uma pandemia, continuarão acontecendo e, machucando e até matando outras mulheres. A peça não é inválida, mas ainda assim, sem qualquer traço de interseccionalidade, reproduz padrões que invisibilizam marcadores sociais.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais. Editora Polen Livros: São Paulo, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte. Letramento, 2018.
- AQUINO BITTENCOURT, Maria Clara; GONZATTI, Christian; RIOS, Tainá. Nunes. A midiaticização do ativismo e os elementos constitutivos e de análise do conceito de coletivo midiático. **Cadernos De Comunicação (UFSM)**, v. 22, p. 60-78, 2018. Disponível: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/26515> Acesso: 24 jul. 2020.
- BARBOSA, Jeanine Pacheco Moreira; LIMA, Rita de Cássia Duarte; MARTINS, Gabriela de Brito; LANNA, Solange Drummond; ANDRADE, Maria Angélica Carvalho. **Intersectionality and other views on violence against women in times of pandemic by covid-19**. 2020. Pre-print. Disponível: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/pps-328> Acesso: 24 jul. 2020.
- COELHO, Dalila; CHAGAS, Isabelle; PRATES, Patricia; CARVALHO, Carlos Alberto. Violência contra mulher em portais de notícias: (des)continuidades narrativas na cobertura jornalística. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto; ANTUNES, Elton. **Um problema cotidiano: jornalismo e violência contra mulher no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.

- CRENSHAW, Kimberlé. **Documentos para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. Estudos Feministas, 10 (1): 171-18 2002. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> Acesso: 24 jul. 2020
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Boitempo Editorial: São Paulo, 2016.
- KIRILLOS, Gabriela. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. Rev. Estud. Fem. vol.28, nº.1, Florianópolis, 2020. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2020000100204&script=sci_arttext. Acesso: 24 jul. 2020.
- LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto; ANTUNES, Elton (Org.). **Um problema cotidiano: jornalismo e violência contra mulher no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.
- LORENTE-ACOSTA, Miguel. Violencia de género en tiempos de pandemia y confinamiento. Revista Española de Medicina Legal. Volume 46, Issue 3, July–September 2020, p. 139-145. Disponível: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0377473220300250#bibo255>. Acesso: 24 jul. 2020
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v22n3/13.pdf> Acesso: 24 jul. 2020
- MARQUES, Emanuele Souza; MORAES, Cláudia Leite; HASSELMANN, Maria Helena; DESLANDES, Suely Ferreira; REICHENHEIM, Michael Eduardo. A violência contra mulheres, crianças e adolescente em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. Cad. Saúde Pública 36 (4), 30 Abr 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00074420>.
- MORAES, Fabiana; VEIGA DA SILVA, Marcia. A objetividade jornalística tem raça e gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo do XXVIII Encontro Anual da Compós, PUCRS, Porto Alegre, 2019. Disponível: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5L-FXYWXOMDTM6JSBQBBT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf. Acesso: 24 jul. 2020.
- PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018. Disponível: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossi%C3%AA-sobre-lesboc%C3%ADdio-no-Brasil.pdf>. Acesso: 24 jul. 2020.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** Companhia das Letras: São Paulo, 2018.
- VEIGA DA SILVA, Márcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.
- VEIGA DA SILVA, Márcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015. Disponível: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/118550>. Acesso: 24 jul. 2020.

A MULHER SEM NUANCES: A REPRESENTAÇÃO DA “NOVINHA” NO MUNDO DO FUNK¹

Wagner da Costa Silva

FUNK: TECENDO BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DO GÊNERO

Fenômeno musical que vem alcançando um público cada vez maior, o funk carioca saiu dos bailes de favela e passou a ser consumido por pessoas de diferentes classes sociais. O ritmo conquistou, ainda, espaço nos programas de TV e de rádio, nas capas de revista e alguns de seus artistas se apresentam, atualmente, em locais que antes eram vistos quase como inacessíveis. Nomes como Anitta e Ludmila marcam presença nas listas que enumeram os principais artistas do país.

Marginalizado pela mídia durante o seu início, desde a década de 1970, nos subúrbios do Rio de Janeiro, o funk já movimentava um grande número de pessoas. Todavia, a história do ritmo é motivo de acaloradas discussões. Diferente do que conhecemos hoje, os primeiros sons ouvidos no Brasil e que são já identificados com o funk remetem à música produzida nos Estados Unidos durante a década supracitada.

A história do funk carioca tem origem na junção de tradições musicais afrodescendentes brasileiras e estadunidenses. Não se trata, portanto, de uma importação de um ritmo estrangeiro, mas sim de uma releitura de um tipo de música ligado à diáspora africana. Desde seu início, mesmo cantado em inglês, o funk foi lido entre nós como música negra, mais próxima ao samba e aos batuques nacionais do que a um fenômeno musical alienígena. (FACINA, 2009).

Nesse primeiro momento, os bailes de funk carregam uma importante carga política, uma forma, por exemplo, de denunciar e lutar contra o preconceito racial. “Esses bailes dos anos 1970, que foram comandados por pioneiros como Ademir Lemos, Big Boy, Dom Filó, Mister Funky Santos, entre outros, misturavam muitas vezes o entretenimento com a intenção de conscientização política dos negros” (FACINA, 2009).

No texto “Funk e Cultura Popular Carioca”, Hermano Vianna (1990) já sublinhava que na década de 1980 os bailes na periferia do Rio, freqüentados em sua maioria por jovens que pertenciam as classes mais pobres da população, já atraíam, à época, mais de um milhão de

¹ Em 2019, uma versão preliminar deste texto foi apresentada no XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte e publicada nos anais do referido evento.

pessoas, o que tornava o funk, segundo o autor, uma diversão que só perdia para a praia em número de freqüentadores.

Todavia, deve-se destacar que o ritmo e seus artistas nesse período estiveram à margem dos espaços mais importantes da indústria musical carioca. As emissoras de televisão não investiam no gênero, as rádios não tocavam esse tipo de música e as gravadoras não divulgavam os discos que eram lançados. Como exemplo, Vianna (1990) destaca o lançamento do disco do DJ Marlboro e como ele foi invisibilizado pela gravadora que iria lançá-lo.

Um bom exemplo desse “apartheid” musical carioca foi a trajetória do disco Funk Brasil, lançado em 1989 (portanto, dois anos depois que encerramos nosso trabalho de campo nos bailes funk cariocas) pelo DJ (disc-jôquei) Marlboro. A gravadora do disco, Polygram, não fez qualquer esforço para divulgar seu novo produto. Na mesma época, estava sendo lançado o LP Burguesia, do cantor de rock Cazusa, e todo o esquema promocional da gravadora estava empenhado em vender este último disco. Para surpresa do pessoal da Polygram (apenas um de seus diretores, aquele que contratou Marlboro, acreditava que um disco de hip hop brasileiro pudesse ser sucesso), as vendas do disco Funk Brasil superaram por meses aquelas do Burguesia, chegando até a superar a marca das cem mil cópias vendidas, número que no Brasil equivale ao “disco de ouro”. (VIANNA, 1990, p.249).

Marginalização, preconceito e demais adjetivos depreciativos marcam, assim, a trajetória do funk. Ao insinuar um “apartheid musical carioca”, o autor reflete sobre as duas fases da cidade do Rio de Janeiro: de um lado uma cultura que era consumida por quem habitava a zona sul, as pessoas de melhores condições financeira e, de outro, a música da periferia, o funk, para o qual muitos viravam as costas e fechavam os ouvidos.

A história do funk no Rio de Janeiro passa por importantes processos de mudança. As festas movidas ao ritmo, aos poucos, vão deixando de ser um lazer freqüentado apenas pelos jovens das classes mais populares. As letras das músicas passam a refletir sobre as dificuldades vivenciadas pelas comunidades carentes, e, em um período mais longo, começam a apostar em versos com carga de maior teor sexual. Nesse cenário, em especial, a mulher é a principal figura retratada pelo gênero.

Beschizza (2014) relata que na década de 1980 o funk começa um processo de nacionalização. Em seu início, os bailes realizados eram movidos por música de *hip hop*, *soul* e *disco* que chegavam ao Brasil dos Estados Unidos. Porém, a partir do momento que ganha uma bateria eletrônica DR-110 do pesquisador Hermano Vianna e adquire um teclado sampler SK1 da Cássio, o DJ Marlboro começa a realizar experimentos musicais que iriam culminar com o surgimento de um funk com raízes brasileiras

O resultado das investigações sonoras do DJ ainda não era difundido para o grande público: suas performances aconteciam limitadas aos bailes em que discotecava, que inclusive gozavam de uma aceitação muito grande por parte do público. Apesar do sucesso nos bailes, permaneceu receoso em divulgar seu projeto abertamente em seu programa de rádio até produzir resultados que agradassem todas as suas exigências qualitativas. Encarregou-se também de escrever as letras dos melôs que criava, inspirando-se no que era cantado pelo público em seus bailes, até chegar a um resultado que agradou seu lado radialista. Aliado ao MC Abdullah lança a experiência “Melô da mulher feia” na rádio, que, para a satisfação do DJ, fez um sucesso estrondoso. Esse melô é tido como o sucesso pioneiro do funk carioca como gênero musical. (BESCHIZZA, 2014, p.7).

Beschizza (2014) destaca ainda que nesse período a base das músicas de funk ainda era influenciada pelos ritmos oriundos dos Estados Unidos como o *hip hop*, por exemplo. No entanto, o ritmo, a partir das invenções do DJ Malboro, buscava a sua independência.

A independência do ritmo só ocorre no novo milênio, quando vários DJs tentaram aproximar o ritmo do funk ao samba e outros ritmos brasileiros. O Miami Bass vai se tornar obsoleto apenas em 2002, momento em que o tamborzão torna-se seu irreverente substituto. Na transição ao tamborzão, a temática das letras também muda, apresentando tendências significativamente mais eróticas e sexuais. O sampling, por outro lado, marcou a década de 1990 e continua importante até hoje. (BESCHIZZA, 2014, p.9).

Com a conquista de sua independência, a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, o funk passa a viver uma nova fase. Abraçado por programas de sucesso como o da apresentadora Xuxa Meneghel, no qual o DJ Malboro tinha um espaço fixo, com maior espaço para as músicas do gênero nos programas de rádio, músicas cada vez mais conhecidas pela população do Rio de Janeiro e de outros estados, o funk deixa de ser uma diversão da favela e desce para o asfalto conquistando novos públicos e seus artistas passam a ser conhecidos.

A aproximação entre Xuxa e o funk fez bem ao movimento. Naquela ocasião, Xuxa era uma das mais importantes apresentadoras do país, adorada por milhares de pessoas, e, mesmo tentando se desvencilhar do público infantil em busca de uma audiência maior, ela continuava com a imagem imaculada de “Rainha dos baixinhos”, além de “linda”, “loira”, “rica” e “inofensiva”, ou seja, exatamente o oposto da visão que a sociedade tinha sobre os funkeiros. Considerar, portanto, que a presença semanal do funk nos programas dessa apresentadora amenizou a imagem negativa sobre os funkeiros é uma hipótese bastante válida. (PASSOS, 2016, p. 62).

Todavia, a grande exposição do funk na mídia provocou um efeito reverso para o gênero e seus artistas. Foi durante a década de 1990, com maior exposição na mídia, que o funk foi protagonista de inúmeras matérias que associavam os bailes e seus artistas ao tráfico de drogas, à violência e a prática de sexo, o que culminou com a proibição de inúmeros bailes. “Com a proibição de alguns bailes começa a surgir o ‘proibidão’, que são os funks em que as letras falam, sem nenhum tipo de verniz ou censura, da realidade das periferias e que muitas vezes têm uma relação direta com o ‘crime’ e o tráfico de drogas” (PEDRO, 2015, p.51).

FUNK E SEXUALIZAÇÃO: A MULHER NO TAMBORZÃO

Ao se comentar sobre funk palavras como erotismo, sexualização, sensualidade estão presentes em todas as discussões. Do jornalista ao estudante do ensino médio, do professor ao trabalhador do comércio, essa visão norteia o imaginário sobre o ritmo. Ademais, o funk tem se notabilizado pelo sucesso junto a um público cada vez mais jovem e por letras que exaltam o corpo e a sexualidade, principalmente da mulher.

A imagem mais erotizada sobre o gênero ganha contornos nos anos 2000. Nesse período, jornais e emissoras de TV do país fizeram inúmeras matérias sobre a prática de sexo durante os bailes, o aumento no número de adolescentes grávidas na periferia do Rio de Janeiro e a proliferação do vírus HIV. É nesse período que as músicas começam a exaltar a sexualização. Letras como a da música “Um tapinha não dói” que, para muitos de forma

ingênua, fala de uma relação sexual em que a mulher coloca-se numa posição de submissão perante o homem, e expressões como “balançar o popozão”, conquistam enorme sucesso.

Em 2001, o funk carioca ressurge deixando para trás as letras que fazem menção ao tráfico e à vida cotidiana nas favelas. A nova força do funk aparece em letras sexualizadas, denominadas como pornofunk. Com isso, os olhares voltam-se mais uma vez para o funk carioca. Diante da desaprovação da mídia e da sociedade em relação às letras com temáticas violentas e à violência praticada nos bailes, organizadores da festa passam a dar mais relevância às performances eróticas, sendo, durante muito tempo, acusados de promover orgias e a exploração sexual de menores. (BONFIM, 2015, p.80).

Nesse novo momento de um funk mais erotizado, a mulher vai surgindo como um objeto de satisfação do homem, numa posição de submissão na maioria das vezes, que tem o seu corpo e a sua sexualidade como principais valores. Dessa forma, ao homem cabe todos os direitos, inclusive o de trair e ter isso retratado como uma qualidade masculina.

Na cena do mundo funk, as performances de gênero são encenadas de modo polarizado: entre o espaço da sexualidade e o espaço do compromisso com o casamento. Cabe destacar que, nessa polarização, existe uma ênfase na dominação masculina e nos padrões assimétricos dos gêneros. Assim temos, de um lado, “o jovem macho sedutor”, que “tudo pode”, pois ele circula entre esses dois espaços: tanto o da sexualidade quanto o do casamento – ele pode seduzir e fazer sexo por prazer, mas também pode casar. E, de outro lado, a personagem “fiel” (como aquela que se estabelece vínculos do casamento) e a “amante” (aquela que está apenas no espaço da sexualidade). Além de amantes, as mulheres também se posicionam no funk como “cachorras”, “putas”, “piranhas” etc. Cabe destacar que para as mulheres não é possível cruzar as fronteiras ou circular publicamente entre esses dois espaços – o da sexualidade (incorporando a performance da “amante”) e o do casamento (incorporando a performance da “fiel”), o que provocaria, de alguma maneira, uma quebra nesse padrão de dominação masculina. (LOPES, 2010, p.144).

Portanto, no universo que se constrói para a mulher a partir das letras que fazem sucesso em todo o país, a ela não cabe a fluidez para as suas identidades, para as nuances que podem marcar as múltiplas personalidades do universo feminino. No terreno que se faz rígido, a mulher está entre a sacralização do modelo perfeito, aquele que é feito para casar, formar família, como rege a lógica tradicional; e a mulher que é vendida como “puta”, “piranha”, aquela que, no universo funk, é vista como adereço capaz de satisfazer os desejos masculinos.

Nesse universo de erotização do funk, portanto, cabe a mulher assumir, na maioria das vezes, a condição de um produto, um papel estático, não fluido. Sua sexualidade e suas identidades não possuem nuances, como possui a masculina. Não é permitido, nas letras de muitas músicas, a ela assumir outros papéis que não o de submissão. A sua identidade fica limitada, de forma recorrente, ao que o seu corpo pode oferecer. Não existindo nuances em seu papel, ela não possui uma profissão, não estuda, não tem seus desejos, ela aceita e atende o desejo do outro.

Então, é, justamente a partir da primeira década do terceiro milênio, que o funk terá o seu respirar por meio de um caráter cada vez mais erótico, e a figura das mulheres estará cada vez mais presente, pois o processo de erotização do funk só foi possível em virtude das crescentes representações do feminino nas músicas do gênero. (LOPES, 2010, p.145).

Nos anos 2000, o movimento funk vê surgir muitas cantoras. Tati Quebra Barraco e Valesca Popuzada são alguns dos nomes mais conhecidos. Também com conotação bastante erótica, o trabalho dessas funkeiras lança novos olhares para a mulher dentro do movimento funk. A partir de suas músicas, elas começam a expor a sua sexualidade, os seus desejos, e conquistam sucesso.

Por outro lado, com o surgimento desses novos personagens no movimento, palavras como “cachorra”, “piranha”, entre outras, tornam-se cada vez mais comuns, o que alimenta inúmeros debates dentro e fora do movimento.

As performances dessas funkeiras têm sido avaliadas muitas vezes como negativas, como um retrocesso em relação aos direitos conquistados pelas mulheres através de movimentos feministas. A exibição minuciosa de corpos moldados por intervenções cirúrgicas e estéticas, por exemplo, não é algo que deve ser ignorado. Ainda mais quando se considera a cooptação (até desejada pelas próprias funkeiras) e veiculação desses corpos pela mídia. De fato, não há nada de transgressor nisso. O aspecto positivo é, no entanto, a visibilidade que elas ganham para poder fazer circular as suas vozes. (BONFIM, 2015, p.74).

No entanto, para uma parcela do público o trabalho dessas artistas serve para libertar os desejos femininos, tirando as mulheres de uma posição de submissão, fazendo-as donas de seus próprios corpos, uma espécie de voz do feminismo por meio de uma música que se notabiliza por ter sido consumida principalmente por jovens das classes populares.

A cantora Tati Quebra Barraco, por exemplo, em seu trabalho muitas vezes realiza paródias de letras cantadas por homens e que colocam a mulher numa posição de inferioridade. Ao adotar esse tipo de postura, a artista promove uma inversão de papéis, o que nem sempre é compreendido em um universo acostumado a perceber a mulher como ser submisso.

A opção de parodiar letras de músicas que tenham um discurso machista resulta particularmente interessante por várias razões. Ao inserir a fala masculina dentro de um novo contexto, Tati se apropria de padrões representacionais do feminino, lançando sobre o sexo oposto a mesma violência tradicionalmente dirigida às mulheres, o que origina uma inversão irônica. No entanto, essa mudança na ordem das coisas nem sempre é entendida como ironia. (BONFIM, 2015, p.82)

Há, ainda, os que atiram severas críticas sobre o trabalho dessas artistas. Reforçar o estigma de sexualidade do funk ou rebaixar a imagem das mulheres foi as principais críticas recebidas no início de suas respectivas carreiras. As músicas, recheadas de palavrões e de frases que traduziam posições sexuais, eram alvo de constantes críticas.

A Tati Quebra-Barraco é a mulher que faz sexo selvagem e satisfatório. É quem representa a “preparada”, tipo de mulher que está sempre pronta para o sexo. Evidentemente, essa mulher não existe no plano real, o que confere a fala de Tati um exagero, exemplificando um discurso que somente existe no campo da performatização. Por outro lado, “quebrar o barraco” também significa fazer confusão, “botar a boca no trombone”, reclamando de alguma coisa que desagrada. E esse aspecto também está presente nas músicas de Tati Quebra-Barraco. Portanto, ser imbatível no sexo (característica que compõe o tom desafiante da voz de Tati) e “esculachar” o comportamento sexual masculino compõem a personalidade da MC em sua performance. (BONFIM, 2015, p.84).

Percebe-se, portanto, que a sensualidade entra, nesse mundo, como artifício mercadológico, em músicas que buscam atingir ao grande público, promover uma maior divulgação

dos artistas e ocupar os primeiros lugares nas listas de músicas mais executadas do país. Não se pode configurar o trabalho realizado por essas artistas como um novo feminismo.

O segundo argumento de que o funk seria um tipo de novo feminismo passa por uma compreensão muito superficial dos 'bastidores' do mundo funk, como também do próprio termo 'feminismo'. É preciso reconhecer que, no chamado "funk putaria", muitas jovens ganharam voz e visibilidade na cena funk, bem como algumas performances dessas funkeiras passaram a subverter certos significados tradicionalmente atribuídos a identidade de homens e de mulheres. Porém, isso não significa – como destacam algumas estudiosas dessa prática musical –, que essas vozes femininas do funk por si só configurem ou reivindiquem para si "um novo tipo de feminismo". (LOPES, 2010, p. 131-132)

É importante frisar, todavia, que a sensualidade e a sexualidade evidenciadas dizem respeito apenas ao corpo e aos desejos femininos. A sexualidade ou o corpo masculino não surgem nas músicas e, quando surgem, destacam a figura do garanhão, do conquistador, do sedutor, dá, ao homem, certo *status*, diferente da mulher que, ao ter sua sexualidade colocada em relevo, assume um papel que, aos olhos do público, deprecia a forma como a sociedade a enxerga.

Independente desse papel estático que no universo funk tem cristalizado para o feminino, estamos em uma sociedade em movimento, que tem mudado, que circula, que caminha para outros horizontes. Nesse universo que se constrói pelo fluxo, não pela estagnação, estamos assumindo diferentes papéis, nos revestindo de outras várias identidades todos os dias. Dessa forma, ao feminino não cabe apenas o papel de objeto sexual, o feminino já expandiu seu espaço, já ramificou, espalhou suas raízes por lugares que durante anos pensou ser dispensado ao masculino.

NOVINHA: UM ELEMENTO PERFORMÁTICO NO MUNDO DO FUNK

O funk é hoje um dos pilares da indústria cultural brasileira. Seus artistas ocupam espaços destacados em números de visualização em plataformas digitais como o *youtube*, *spotify* e *deezer*, movimentam uma potente indústria de shows e ocupam espaço nos principais programas de televisão. Longe do estigma de preconceito que marcou o início de sua história no país, pode-se dizer que o funk ganhou espaço entre públicos de diferentes classes sociais, não sendo mais um produto cultural consumido apenas por jovens das classes mais populares, o que em seu início revestia o gênero e seus respectivos artistas por camadas de preconceito.

Desde meados da década de 1990, o funk carioca deixou de ser apenas uma diversão da juventude pobre e favelada do Rio de Janeiro. Atualmente, o funk carioca, além de ser uma espécie de porta-voz dessa juventude, é uma prática musical que penetrou o universo da chamada classe média, como também transformou-se em uma cadeia de produção e consumo, criando novas oportunidades econômicas sobretudo para os jovens de baixa renda. (LOPES, 2010. p.86)

Neste artigo, buscamos fazer uma análise de dois funks que trazem a palavra "novinha" como um de seus principais elementos. O termo remete a uma hipersexualização das mulheres menores de idade que, no universo funk, despertam fetiches, por exemplo, como os da virgindade e da beleza jovial, o que a diferem de outras figuras femininas que gravitam

os espaços dos bailes. No texto “Novinhas, malandras e cachorras: jovens, funk e sexualidade”, Moreno (2011) destaca que no universo funk existe uma gradação entre as mulheres.

Há uma classificação dicotômica entre os gêneros, porém estabelece-se uma gradação entre as mulheres que se inicia com as novinhas - as mais cobiçadas e objeto de desejo dos rapazes - seguidas por aquelas que já possuem experiência reconhecida (embora só possa ser presumida) pelo simples fato de serem mais velhas e aquelas que são malandras ou cachorras e que são ativas na cena do funk ou nas conquistas dos homens. Estas afirmam uma feminilidade autônoma, independente e uma sexualidade livre de impedimentos e compromissos com parceiros fixos. (MORENO, 2011, p.8).

Termo presente em um grande número de letra de funk, atualmente, a adoção da palavra “novinha” por artistas que integram o movimento ganhou maior destaque desde o final da primeira década dos anos 2000, momento em que um funk de cunho mais sexualizado já estava solidificado as referências sexuais e tornou-se um artifício mercadológico utilizado por muitos artistas do gênero.

Entre 2009 e 2010, na autoria e voz de Mc Saed, a música “quê isso novinha quê isso?”, talvez tenha corroborado com a expansão desta expressão em escala midiática. Em 2015, na autoria e voz de Mc Romântico, a música “as novinha tão sensacional” usa esta gramática já incorporada a um vocabulário coloquial carioca, que engrossa outros imaginários. Novinha passa a ser conduzida por uma via binária, na busca de identificar a possibilidade construtiva sobressalente na figura da mulher, em especial a que se relaciona diretamente com o universo funkeiro. (ASSIS, 2017, p.6)

Neste capítulo, buscamos discutir a representação da novinha em duas letras de músicas do gênero e que alcançaram elevados números de visualização na plataforma youtube, são elas: “Ôh novinha”, Mc Don Juan, que alcançou mais de 78 milhões de visualizações; “Tudo de bom”, Mc Livinho, mais de 230 milhões de visualizações.

Com mais de 78 milhões de visualizações no youtube, “Ôh novinha” do Mc Don Juan, diz em seus versos que “quer ver a novinha contente”. No entanto para que isso ocorra ela não deve “abandonar o peru da gente”, peru, neste caso, remete ao órgão sexual masculino. Em um gênero marcado por colocar a mulher em posição de submissão em relação ao homem, cuja sua performance social é voltada apenas ao sexo que pode proporcionar aos integrantes do sexo masculino que compõem os grupos, a música condiciona a alegria da novinha ao contato com o órgão sexual masculino. No verso seguinte: “Que no Helipa confesso tu tem moral/ Vinha aqui na favela/Pra senta pra senta pra sentar no pau”.

Neste trecho da música a expressão “ter moral”, uma gíria que nos grupos principalmente formados por jovens remete a pessoas com alguma notoriedade, que possui importância, que faz algo que merece destaque, reconhecimento. Neste caso, a referência leva em consideração a performance sexual da novinha que dá a ela dentro deste grupo uma certa notoriedade. No seguir da música, o papel apenas sexual desempenhado pela mulher no mundo do funk permanece, tendo em vista que a música diz para ir à favela “sentar no pau”, sem que outra ação esteja explícita ou pelo menos insinuada. É a mulher sem nuances, sem movimento, que tem apenas o seu corpo para dar prazer ao homem: “Vai no seu contato e procura o número dela/ Pra ligar pra ela/pra ligar pra ela/Hoje deu uma vontade de come a xereca dela”.

Ao cantar que “liga pra ela, hoje deu vontade de comer a xereca dela” a música objetifica a mulher e o corpo feminino que parece estar sempre à mercê do desejo masculino e pronto para lhe servir bastando, apenas, um telefonema. Dessa forma, desmerece os avanços femininos, as diferentes conquistas, tornando a mulher apenas um objeto sexual à disposição do homem.

“Tudo de bom”, música do Mc Livinho alcançou mais de 230 milhões de visualizações no youtube. O funk em questão se destaca pela postura autoritária do homem em relação à mulher, no caso a novinha. Durante toda a música, o personagem masculino surge dando ordens ao personagem feminino, o que ratifica o papel de submissão que a mulher ocupa dentro do universo do funk. Percebe-se isso em versos como: “Livinho que vai mandar, /é pra tu obedecer/Bota a mãozinha no chão e começa a remexer”. Ou: “Dá uma lapada no chão, dá uma lapada no chão”.

Evidencia-se nos versos do funk aqui discutido que a performance feminina é limitada nesse universo regido, em sua maioria, por homens que usam a música como forma de marcar um território, uma divisão social que coloca os sujeitos do sexo masculino em posição de superioridade, de comando. Frases como “Livinho que vai mandar, é pra tu obedecer” confirmam essa lógica de raciocínio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode negar, pelo discutido neste capítulo, que funk e erotismo têm mantido uma profunda relação, seja pelo fato das letras incitarem a sexualidade ou pelas danças de caráter sensual. Além do mais, é preciso reconhecer que esse estilo musical é hoje parte da paisagem cultural brasileira. Todavia, não se deve descosiderar que na cena musical do funk o homem ocupa posições de comando, de poder, de dominação, estando a figura feminina, muitas vezes, na posição de submissão.

Em parte deste universo, a mulher surge como adereço sexual em que sua performance sexual marca o espaço que ocupa no grupo. Neste bailar de um único passo, em que o homem domina a situação, a submissão da mulher supera a barreira da idade. As “novinhas”, figuras cada vez mais presentes nas festas e letras de música e que despertam a fantasia dos sujeitos do sexo masculino, já se vêem numa posição de inferioridade desde muito jovens, o que pode marcar a sua trajetória de vida. A mulher, a partir dessa ótica, torna-se um sujeito social sem nuances, que não obtém capilaridade para a sua posição no grupo senão for pelo desempenho sexual.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Mayara Souza de. **Atura ou Surte**: uma reflexão sobre novinha no universo funk. Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, 2017.
- BESCHIZZA, Christian Barcelos Carvalho Lima. **Uma introdução ao funk carioca**: trajetória inicial e um guia bibliográfico para futuras pesquisas. 2014. Trabalho de iniciação científica. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: Minas Gerais. Disponível em: www.seer.ufu.br. Acesso em: 20 fev. 2019.
- BONFIM, Leticia Laurindo de. **Funk carioca, voz feminina e o caso Tati Quebra-Barraco**. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

- FACINA, Adriana. **“Não Me Bate Doutor”**: funk e criminalização da pobreza. V Enecult - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, 2009.
- LOPES, Adriana Carvalho. **Funk-se quem quiser no batidão negro da cidade carioca**. Campinas, SP, 2010.
- MORENO, Gilberto Geribola. **Novinhas, malandras e cachorras**: jovens, funk e sexualidade. In Ponto Urbe, nº 9, USP, São Paulo, 2011.
- PASSOS, Enrico Marques Ferreira. **Funk ostentação**: o luxo da periferia. FUMEC. Belo Horizonte, 2016.
- VIANNA, Hermano. **Funk e cultura popular carioca**. Rio de Janeiro UFRJ - Revista Estudos Históricos, v. 3, n. 6, 1990, p. 244-253.

RACISMO E CRÍTICA JORNALÍSTICA NAS COLUNAS DE OMBUDSMAN DA FOLHA DE S. PAULO (1989-2020)

Diana de Azeredo

TENSIONAMENTOS NEGROS EM UMA SOCIEDADE RACISTA

O ano de promulgação da Lei n. 7.716¹, que prevê punição para o crime de racismo, coincide com o da criação do primeiro cargo de *ombudsman*² na imprensa brasileira: 1989. O que se pretende, neste capítulo, é analisar, no decorrer de 30 anos, as 16 colunas publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* que têm como parâmetro de crítica o racismo. Antes, no entanto, convém apresentar um breve panorama sobre as questões raciais e como elas estruturam a nação brasileira.

Para isso, é possível partir do entendimento de que, conforme Almeida “a sociedade contemporânea não pode ser compreendida sem os conceitos de raça e de racismo” (2019, p. 20). Ele lembra que o uso de diferentes classificações para seres humanos tem origem no século XVI, a partir da expansão burguesa e da cultura renascentista, sendo enfatizado durante o colonialismo. A concepção de raça opera com base nas características biológicas e étnico-culturais. Embora o tratamento diferenciado de pessoas considerando aspectos da biologia e da etnia-cultura já não se justifique cientificamente, Almeida explica que “a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de *grupos sociologicamente considerados minoritários*” (2019, p. 31, grifo do autor).

O pesquisador atenta para a distinção entre preconceito racial (visão estereotipada sobre algum grupo), discriminação racial (tratamento diferenciado a algum grupo – atitude que requer poder) e racismo. Este é definido por Almeida como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam” (2019, p. 32).

Em sua pesquisa, demonstra como o racismo perpassa estruturas políticas, jurídicas e econômicas, constituindo, velada e/ou explicitamente, a normalidade social. Exemplifican-

1 Lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm Acesso em: 13 ago. 2020.

2 Em trabalhos anteriores (AZEREDO, 2019a; 2019b), foram realizados esforços mais conceituais acerca do cargo de *ombudsman* (cujas funções não se restringem apenas à ouvidoria ou à crítica, mas abrangem a complexa combinação de ambas) e sobre como a luta de minorias sociais tem potencial para pautar a prática jornalística e a crítica de mídia.

do manifestações racistas subjetivas, que demandam exercício crítico para que indivíduos tomem consciência delas, Almeida argumenta que “o racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional” (2019, p. 61).

No entanto, esse conjunto de ideias passou a coexistir, cada vez mais, com resistências e tensões. A fim de visualizar quais dinâmicas têm contribuído para promover a inserção de novos valores na cultura brasileira, a escolha é pela pesquisa de Gomes (2017; 2019), que volta o olhar para os saberes desenvolvidos pelo movimento negro e para sujeitos que agem coletivamente a fim de romper fenômenos opressivos.

Quanto mais os setores conservadores, de direita, os ruralistas e os capitalistas se realinham nas relações sociais e de poder, provocando ainda maiores desigualdades, mais compreendo a força dos movimentos sociais nas lutas emancipatórias e pela democracia. Em especial, entendo ainda mais a trajetória de luta do Movimento Negro Brasileiro e a produção engajada da intelectualidade negra como integrantes do pensamento que se coloca contra os processos de colonização incrustados na América Latina e no mundo; movimento e intelectualidade negra que indagam a primazia da interpretação e da produção eurocentrada de mundo e do conhecimento científico. Questionam os processos de colonização do poder, do ser e do saber presentes na estrutura, no imaginário social e pedagógico latino-americanos e de outras regiões do mundo. (GOMES, 2017, p. 15-16).

A pedagoga e doutora em Antropologia percebe o movimento negro como produtor de saber e ator político. Entre as conquistas, ela cita a “inclusão do racismo como crime inafiançável na Constituição Federal e a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e particulares” (GOMES, 2017, p. 19), além das políticas afirmativas para a reserva de vagas a candidatas negras em cursos universitários e empregos no setor público. Embora reconheça a necessidade de avançar nessa trajetória, a pesquisadora ressalta que, até então, as vitórias só foram possíveis de serem alcançadas por causa do trabalho coletivo que visa à educação e à articulação de indivíduos conscientes.

O Movimento Negro ressignifica e politiza a raça, compreendendo-a como construção social. Ele reeduca e emancipa a sociedade, a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a diáspora africana. (...) São questões presentes na trajetória do Movimento Negro e que nos colocam diante do desafio de entender ainda mais a complexa relação entre diversidade, desigualdade e relações étnico-raciais no Brasil. (GOMES, 2017, p. 38).

Enfatizando a capacidade do movimento para fazer emergir problematizações até então invisibilizadas, Gomes questiona: “é possível educar para a diversidade em uma sociedade marcada pelo colonialismo, pelo capitalismo, pelo machismo e pelo racismo? Se os movimentos sociais reeducam a sociedade (...), que saberes eles têm trazido (...)?” (2017, p. 43). Ela sintetiza e apresenta esse conhecimento, desenvolvido de forma mais orgânica no Brasil a partir de 1970, categorizando-o em três tipos: identitários (que dizem respeito à visibilidade da identidade negra), políticos (que abrangem a conexão entre Estado, raça e desigualdade) e estético-corpóreos (que envolvem a superação da visão do corpo negro como exótico, erótico, atrasado e/ou violento).

Ao focar os saberes estético-corpóreos, explicando como eles se relacionam com os políticos e identitários, Gomes (2017) descreve três situações que exemplificam as tensões

no campo social e pedagógico. A primeira trata do período abolicionista, quando o corpo negro era tido ora como violento e incapaz para o trabalho livre e assalariado, ora passivo na situação de escravo. Em segundo lugar, a autora lembra da questão da estética negra e como o padrão europeu (de pele branca, traços finos e cabelo liso) foi convencionado, principalmente pela mídia, como belo, desejável. Por fim, menciona as ações afirmativas e a luta contra a falácia meritocrática (perversa e excludente). Gomes (2017) salienta que coube aos integrantes do movimento ensinar outros pontos de vista (por exemplo, a beleza do cabelo crespo), desfazer fantasias (como a da igualdade de condições de disputa no vestibular), contar histórias não reveladas (de heróis como Zumbi dos Palmares). Em suma, colocar em circulação, novos valores nesta sociedade que Gomes identifica como “Brasil – país do racismo ambíguo, do mito da democracia racial e das desigualdades raciais” (2017, p. 85).

A autora atualiza a reflexão acerca dos processos regulatórios (racistas) e emancipatórios (resistentes e libertadores) de corpos negros. De acordo com Gomes, trata-se de um esforço a ser empreendido no sentido de “analisar as lutas antirracistas e a resistência democrática sob nova perspectiva, sempre em diálogo com a sociedade e o pensamento crítico” (2019, p. 124-125). Ela lembra que a mobilização contra o racismo se somou às campanhas contra a ditadura militar no país. Atualmente, diante da “obsessão do governo de extrema-direita e seus apoiadores pela destruição das pautas identitárias e da diversidade” (GOMES, 2019, p. 128), chama a atenção a afinidade entre o movimento negro e outros grupos progressistas quanto a valores favoráveis à democracia e à justiça social.

JORNALISMO E CRÍTICA ENQUANTO PRÁTICAS CULTURAIS E POLÍTICAS

Para melhor discernir como as questões raciais tangenciam o desempenho jornalístico e crítico, é válido considerar olhares que observam o elo entre jornalismo, crítica, cultura e política. Essa conexão é encontrada nas reflexões de Silva e Soares (2013; 2016; 2019). As estudiosas vislumbram a “cultura (...) como um sistema de partilha e de estabelecimento do que é comum a determinada sociedade” (SILVA; SOARES, 2019, p. 73).

Fazendo referência à “compreensão do jornalismo como produto e produtor de cultura, e ao entendimento da prática noticiosa como experiência cultural” (SILVA; SOARES, 2016, p. 11), Soares e Silva contribuem para o entendimento de que, ao criticar as práticas jornalísticas, é preciso considerar a complexidade da sociedade onde elas estão inseridas. Conforme as autoras, “criticar as mídias é fazer crítica cultural” (SILVA; SOARES, 2013, p. 829). Elas assumem o desafio de examinar o exercício de apreciação de uma obra a partir de três pontos de vista: autoridade, parâmetros e finalidade.

Sobre o primeiro aspecto, diferenciam a crítica especializada (acadêmica e jornalística) da popular-social. A respeito de como criticar, Silva e Soares cogitam a recomendação de “fazer a distinção entre critérios éticos, estéticos, técnicos, morais, mercadológicos, sabendo serem todos orientados por valores e juízos” (2013, p. 834). Concluem essa primeira abordagem do tema, ponderando acerca da “*finalidade última de qualquer crítica, que deseja, extrapolando o esforço de compreensão, promover alguma ação de transformação do mundo*. Tal questão deixa explícito o largo horizonte do problema político que envolve o ato de fazer crítica” (SILVA; SOARES, 2013, p. 835, grifo das autoras). Mais de cinco anos depois, as pesquisado-

ras avançam nessa terceira perspectiva, retomando elementos da teoria crítica e dos estudos culturais para pensar crítica de mídia no contexto nacional contemporâneo.

Tais aspectos nos impõem muitos desafios, devido às tensões dos graves problemas políticos pelos quais passa a sociedade brasileira neste momento, levando-nos a algumas indagações: como politizar a crítica de mídia em sua relação com os conflitos e as desigualdades sociais, percebendo-a, também, como crítica das hegemonias? Como estudar as lutas identitárias e as disputas por reconhecimento pela via da crítica das representações midiáticas? Como examinar criticamente os discursos em circulação nas mídias e as diversas vozes neles presentes tratando-os como espaços de construção de visibilidades e invisibilidades sociais? (SILVA; SOARES, 2019, p. 63).

Em busca de respostas para essas inquietações, as autoras percorrem discussões, tradicionais no campo da arte, sobre a autonomia da crítica em relação à conjuntura de sua produção. “A tensão entre valores internos e aspectos externos retorna com grande potência nos cenários contemporâneos, em que lutas identitárias e disputas por reconhecimento se tornam, cada vez mais, parâmetros para o exercício da crítica cultural” (SILVA; SOARES, 2019, p. 68). Para elas, na análise de uma produção, interessa a busca pelo equilíbrio, “considerando as condições específicas de elaboração e sustentação de uma obra enquanto manifestação estética e, ao mesmo tempo, empreendendo uma análise crítica que possa articular seus aspectos históricos, sociais e políticos” (SILVA; SOARES, 2019, p. 69). Ambas reconhecem a

(...) urgência em tratarmos a crítica em geral, e a crítica midiática em particular, como um fazer histórico e em estrita conexão com seu tempo, o que significa atestar seu caráter eminentemente político e seu compromisso ético no que diz respeito aos sujeitos nas e das representações figuradas nas mídias. Finalmente, um terceiro aspecto se destaca, impulsionado pelas crescentes lutas identitárias e disputas por reconhecimento social, pautadas pelas mídias e delas demandando posturas mais firmes. A exigência de posicionamentos a respeito de obras culturais polêmicas envolvendo representações de minorias, reforço ou desconstrução de estigmas e questionamento de preconceitos e estereótipos naturalizados no tecido social obriga a um constante reposicionamento da crítica midiática e ao estabelecimento de diálogos entre a crítica e as demandas por reconhecimento. (SILVA; SOARES, 2019, p. 75).

Mesmo assumindo “a centralidade do papel político da crítica” (SILVA; SOARES, 2019, p. 72), as autoras, reiteram que o posicionamento desejável para quem avalia é no lugar situado entre a crítica do texto e a crítica da sociedade. “Entre a autonomia da crítica (os elementos internos à obra) e a crítica social (os elementos a ela externos), vemos possibilidades para o exercício da crítica de mídia em seus compromissos políticos e comprometimentos éticos com os sujeitos do tempo presente”, (SILVA; SOARES, 2019, p. 76).

Ainda sobre a diferenciação proposta pelas autoras entre as críticas popular-social e especializada (realizada por acadêmicos ou jornalistas), cabe mencionar dois exemplos de apreciação oriunda da academia. A primeira é de autoria de Weschenfelder (2015) e se insere entre investigações de âmbito regional e sobre décadas mais recentes, contribuindo para visualizar formatos de representação midiática das minorias em pequenas cidades brasileiras. O segundo exercício crítico é empreendido por Silva (2018), situado entre estudos de abrangência nacional e que têm como objeto discursos jornalísticos do início do século XIX

a respeito da abolição da escravatura. Considerando esses trabalhos como amostras do quão diversa pode ser a crítica acadêmica, parte-se agora para a análise da crítica jornalística, especificamente, de *ombudsman*.

A PAUTA RACIAL EM 16 COLUNAS DE OMBUDSMAN

Ao completar 30 anos de implementação do cargo e após ter contado com 12 jornalistas na função, a *Folha de S. Paulo* anunciou em abril de 2019 a primeira *ombudsman* negra, Flavia Lima. A nomeação já sinalizava para uma atenção maior com a diversidade e essa expectativa é confirmada quando a produção é analisada de modo comparativo. De um total de 1.405 colunas publicadas em três décadas, apenas 16 (ou seja, 1%) abordam, como tema principal a partir do título, o racismo. São pareceres sobre a cobertura jornalística de questões relacionadas à visibilidade negra.

Desses, três estão localizados na primeira década (de setembro de 1989 a dezembro de 1999), outros três na segunda (entre janeiro de 2000 e março de 2010) e 10 na terceira (de abril de 2010 a junho de 2020). Entre os 16, cinco são assinados pela atual ouvidora e crítica. Vale salientar que foram descartadas as colunas referentes a charges, artigos de opinião e outros materiais não noticiosos. Também foram desconsideradas colunas que tratavam da cobertura sobre negritude, mas em retrancas, tópicos secundários.

Quadro 1 – A pauta racial em colunas de *ombudsman*

Data:	Data, título e <i>ombudsman</i>:	Síntese da coluna:
31/03/1991	Preconceitos – Caio Túlio Costa	Uso de termos preconceituosos e destaque à reação neoliberal contra manifestos antipreconceito na mídia nos EUA. É como se a <i>Folha</i> estivesse endossando a ideia de que prestar atenção à veiculação de termos preconceituosos representasse um atentado à liberdade de expressão.
03/05/1992	LA Urgente – Mario Vitor Santos	Falta de cobertura do protesto, em Los Angeles, decorrente da absolvição de quatro policiais filmados espancando um negro (eles foram absolvidos por juízes brancos e a <i>Folha</i> só noticiou o resultado do julgamento, sem reportar as reações ao caso).
11/07/1999	‘Que é negro’ – Renata Lo Prete	Informação destacada sobre a raça/etnia do novo diretor-geral da PF – considerada racista.
26/08/2001	Os invisíveis – Bernardo Ajzenberg	Falta de informações sobre a Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância; a invisibilidade e discriminação dos negros na imprensa.

09/07/2006	Ações afirmativas – Marcelo Beraba	Desequilíbrio da cobertura sobre votação das políticas afirmativas, com tendências favoráveis ao posicionamento do jornal (contra cotas/estatuto).
30/12/2007	Na <i>Folha</i> , as festas são brancas – Mário Magalhães	Falta de representatividade na foto de capa e na cobertura em geral.
03/11/2013	Um rosto – Suzana Singer	Jovem negro detido, fotografado e tendo sua imagem na capa do jornal, associada ao crime.
20/08/2017	Lá como cá, no rastro de palavras – Paula Cesarino Costa	Uso do termo “supremacista” em vez de “racista” e risco da falsa equivalência.
12/11/2017	Âncoras ao mar – Paula Cesarino Costa	Tentativa de proteger Waack em cobertura sobre comentário racista.
18/03/2018	O estampido nas ruas – Paula Cesarino Costa	Falta de destaque e demora para a contextualização do assassinato de Marielle e Anderson.
12/08/2018	Beijos fora de lugar – Paula Cesarino Costa	Perfil preconceituoso da policial militar Juliane dos Santos Duarte.
29/09/2019	Uma satisfação para Ágatha – Flavia Lima	Falta de destaque para assassinato da criança negra.
20/10/2019	Ecos que ainda vêm da casa-grande – Flavia Lima	Ausência de crianças negras em capa de jornal e de profissionais negros e negras nas redações.
17/11/2019	O ‘novembrismo’ da mídia – Flavia Lima	Excesso de notícias sobre o mês da Consciência Negra e ausência do tema em outros períodos.
31/05/2020	Sobre violências – Flavia Lima	Cobertura dos protestos contra a morte de negros e negras pela violência do Estado, enfatizando a violência dos manifestantes.
07/06/2020	Sim, somos racistas – Flavia Lima	Ausência de jornalistas e intelectuais negros e negras para debater sobre racismo nos veículos.

Fonte: Elaborado pela autora.

A primeira abordagem principal sobre o tema é feita quase um ano e meio após a publicação da primeira coluna de *ombudsman*. Assim como a segunda, trata da cobertura de fatos ocorridos fora do Brasil, como se aqui, no início da década de 1990, não houvesse vio-

lência policial, injustiça nos tribunais ou reações racistas a manifestações negras, embora seja possível argumentar que a recente retomada democrática, na época, obliterasse outras demandas políticas nacionais.

Interessante também que a próxima crítica sobre o assunto (primeira a abordar um caso brasileiro) é publicada seis anos depois (intervalo longo que se repete entre 2007 e 2013). Essa coluna de Lo Prete (1999) desperta mais estranheza devido aos critérios de avaliação, pois considera racista uma notícia sobre o novo diretor da Polícia Federal que o identifica como “primeiro negro” a assumir o cargo, ignorando a importância da representatividade – conquista consagrada como um valor quase duas décadas seguintes, apesar de ser por vezes questionada quanto a real efetividade. “Ainda que essencial, a mera presença de pessoas negras e outras minorias em espaços de poder e decisão não significa que a instituição deixará de atuar de forma racista” (ALMEIDA, 2019, p. 52).

Os textos de Ajzenberg (2001), Magalhães (2007) e Lima (2019b; 2019c) integram o conjunto dos que apontam a invisibilidade de negros e negras ou de questões relacionadas à negritude na cobertura jornalística em um país de maioria negra. Interessante que Ajzenberg (2001) já começa a coluna reconhecendo que desde 1995, a *Folha*, que fez uma publicação especial intitulada *Racismo Cordial*, demonstrava competência para tratar do tema com mais vigor e seriedade.

Aquilo que poderia ter significado a inauguração de uma modificação estrutural no tratamento dedicado pela imprensa como um todo à questão do racismo acabou, no entanto, por engavetar-se. A verdade é que, de lá para cá, refletindo a indiferença velada para com o tema que perpassa a sociedade brasileira (...), a imprensa pouco alterou o seu comportamento na cobertura de formas específicas, mais ou menos subliminares, de expressão do racismo. (...) Com raríssimas exceções, o racismo e suas mazelas não frequentam as pautas diárias, estão alijados de qualquer iniciativa regular e permanente. (AJZENBERG, 2001, online).

O problema volta a ser denunciado por outro *ombudsman* seis anos depois, que critica a foto na capa de um caderno que fazia alusão à pintura *A Última Ceia*, mas só com modelos brancos. “A foto não representa o caldeirão racial do país onde a *Folha* é editada nem a diversidade dos seus leitores. Tem sido assim há um bom tempo na cobertura de consumo em geral e moda em particular” (MAGALHÃES, 2007, online).

Trata-se, basicamente, da mesma falha cometida, após mais de uma década, pela equipe do jornal *Correio Braziliense* ao publicar uma foto com 27 crianças, todas brancas, sob o título “Elas são o futuro do Brasil”. Segundo Lima, “falta sensibilidade para perceber quão absurdo é excluir crianças negras desse tipo de cobertura” (2019b, s.n.). Nessa coluna, a *ombudsman* traz informações sobre a pouca presença de profissionais negros e negras nas redações (tópico que voltou a abordar em publicação recente), mas avalia como um avanço o fato de que “a diversidade tem sido aos poucos incorporada como um valor também pela grande mídia” (LIMA, 2019b, online).

A ausência de pautas sobre visibilidade negra também é apontada pela *ombudsman* ao julgar a cobertura realizada durante o mês de novembro, celebrado como mês da Consciência Negra. Segundo ela, é contraproducente oferecer uma superabundância de informações somente nesse período e ignorar o tema durante o ano. “A banalização do racismo ainda faz que pessoas negras, mortas em certos lugares, não gerem notícia impactante (...) negros não

frequentam com regularidade as páginas de maior prestígio dos jornais. Ausências criam uma capa de invisibilidade que repercute em todas as áreas” (LIMA, 2019c, online).

Outras duas colunas que expõem a falta de espaço para as demandas negras na mídia também podem ser vistas pela perspectiva de Gomes (2017) quanto à regulação (limitação) do corpo negro. Em seus textos, Costa (2018a) e Lima (2019a) criticam, respectivamente, a falta de destaque para os assassinatos de Marielle Franco, Anderson Gomes e Ágatha Vitória Sales Félix. Sobre os tiros contra a vereadora, Costa (2018a, online) comenta: “a impressão é de que, se algo assim tivesse acontecido com uma parlamentar negra americana, o jornal teria feito cobertura melhor e mais consistente”. A respeito da morte da menina de 8 anos, Lima sintetiza: “Ao não dar peso merecido aos fatos, o jornal alimenta a dor, mas não a reflexão” (2019a, online).

Cabe destacar que há uma outra coluna que pode compor a tríade com as duas anteriores, onde se tem a impressão que a temática racial aparece constituindo sujeitos que se caracterizam para além dela. Quando critica, por exemplo, o perfil jornalístico sobre a policial militar Juliane dos Santos Duarte, Costa (2018b) acrescenta que a mulher negra, a vítima assassinada, também é homossexual. Ao descrever o comportamento da servidora em uma festa antes de ser morta, o perfil apela para a visão estereotipada mais vinculada à orientação sexual. Os casos de Marielle e Ágatha também possibilitam debates para além do racismo, pois, na primeira história, trata-se de uma política e pesquisadora que denunciava a violência policial e, na segunda, de uma criança moradora da periferia, vítima da truculência de policiais.

A relação entre práticas violentas e preconceito é tratada em outras duas colunas. A primeira rechaça a publicação da foto de um jovem negro, detido durante manifestação, acompanhada de um título sobre a suspeita da presença de facções criminosas em outro protesto. “A diagramação induz o leitor a relacionar o estudante com o PCC: (...) Nem havia motivo para a fotografia do estudante estar na ‘Primeira Página’ daquele dia” (SINGER, 2013, online). Gomes (2017) explica que um dos principais estereótipos em relação ao corpo negro é enxergá-lo como violento. O segundo texto é de Lima:

O assassinato de mais um homem negro por um policial, desta vez nos EUA, leva a imprensa a repetir equívocos. A descrição de foto na capa do *Estado de S. Paulo* de sexta-feira (29) é chocante: “Morte de negro nos EUA causa violência”. A violência foi causada por quem e contra quem? Na cobertura dos dias seguintes ao crime, na imprensa brasileira e americana, a discussão sobre a violência do Estado contra a população negra foi, em alguns casos, encoberta por imagens de negros ameaçadores e violentos saqueando comércios e queimando carros. A mudança de foco só reforça estereótipos e ajuda a eliminar culpas, mantendo as coisas no trágico lugar em que sempre estiveram (2020a, online).

Outra produção jornalística criticada foi sobre a votação de projetos de ações afirmativas (Lei de Cotas e Estatuto da Igualdade Racial). Os diretores da *Folha* se manifestaram contra essas iniciativas em editorial. Entretanto, a cobertura deveria noticiar com equidade argumentos contrários e favoráveis. Isso não ocorreu em três momentos, segundo o *ombudsman*. O veículo de comunicação forneceu menos espaço para manifestações a favor das políticas públicas e ofereceu aos leitores noticiário superficial. “A discussão sobre questões raciais é sempre difícil. Mas não é difícil fazer uma cobertura jornalística equilibrada e plu-

ralista, que não se deixe contaminar pela opinião do jornal. Basta vigilância e vontade” (BERABA, 2006, online).

Novamente, episódio ocorrido nos Estados Unidos pauta o noticiário e a crítica de mídia no Brasil. Desta vez, no ano de 2017, foram manifestações racistas e antirracistas e o uso do termo “supremacistas brancos”. “Concordo com o colunista Janio de Freitas, que, em 17 de agosto, defendeu que o uso da palavra ‘supremacistas’ provoca atenuação das aparências. Janio argumentou que não há razão para acobertar o racismo, com um subterfúgio que só presta serviço aos racistas” (COSTA, 2017a, online). Ela também sintetizou debates recentes sobre a falsa equivalência e o risco de conceder o mesmo espaço a racistas e vítimas de racismo.

No mesmo ano, a *ombudsman* voltou à questão para analisar a maneira como veículos jornalísticos divulgaram o vídeo e a repercussão do comentário racista proferido pelo colega de profissão William Waack. Segundo Costa (2017b), a cobertura errou ao enfatizar a carreira exitosa do jornalista e não promover uma abordagem mais ampla sobre o tema que, como mostra, dividiu opiniões.

O leitor Caio Márcio Cunha protestou “contra a injustificável crucificação” imposta ao jornalista. Para ele, Waack limitou-se a expressar uma opinião, em caráter privado, tendo sido vítima de injustiça. “Não pretendeu ofender (injuriar) a quem quer que fosse nem o fez”, escreveu. Visão oposta manifestou o leitor Igor Patrick, que reclamou de certa condescendência da Folha por ter lembrado em reportagem o extenso perfil profissional do jornalista: “Waack foi flagrado em um comentário extremamente racista. Não é o momento de exaltar seus grandes feitos e nem sequer pincelar seus defeitos. Desculpe, soa panfletário”. (...) Quando um dos seus repete comportamentos que condenariam em personalidades públicas, os grupos jornalísticos não podem se omitir, sob o risco de se tornarem cúmplices. (COSTA, 2017b, online).

Essa controvérsia, incluindo o exemplo de Waack, emerge quase três anos depois em função da cobertura do assassinato de George Floyd, em maio de 2020, e dos protestos subsequentes contra a violência policial. Lima (2020b, online) é taxativa no título: “Sim, somos racistas”. Ela acusa a falta de negros e negras nas redações e de intelectuais negrxs em notícias que tinham como foco o racismo. Lembrou casos mais explícitos da programação dos canais de televisão CNN e Globo News. A Globo, aliás, pediu desculpas e fez uma nova edição do programa de debates que, na primeira versão, bastante criticada nas redes sociais, contava apenas com jornalistas brancxs.

O que vimos ao longo da semana na imprensa brasileira foi um certo esforço, obviamente válido, para responder a uma questão nunca abordada (a não ser de modo ocasional) seriamente - o racismo da sociedade brasileira e a falta de profissionais negros em veículos de comunicação. Os episódios revelaram despreparo para lidar com a falta de diversidade nas equipes e com o próprio racismo. (...) Mas esses episódios também deixaram claro que, havendo vontade, recursos humanos e audiência não faltam. Se veremos mudanças mais profundas nas Redações, ainda é muito cedo para dizer. Mas deveria estar claro o quão importante é termos profissionais com experiências distintas participando de todas as etapas da produção jornalística e falando também de política, economia, saúde e segurança pública. É certo que razões históricas e estruturais nos trouxeram ao lugar em que estamos, mas elas têm sido descortinadas já há algum tempo e, portanto, não podem ser usadas eternamente como justificativa para o imobilismo da mídia. (LIMA, 2020b, online).

Um ano antes, a titular da coluna já apontava a falta de diversidade nas equipes jornalísticas como um dos principais motivos para as falhas na cobertura de questões relacionadas à visibilidade negra. Porém, além desse fator, a *ombudsman* não ignorava o perfil majoritariamente branco do público que assina o impresso. “Feita por e para a elite, a grande imprensa sempre refletiu seus medos, preconceitos e preocupações. Ela ajudou a normalizar o quadro de desigualdades raciais e agora precisa contribuir para superar essa narrativa” (LIMA, 2019c, online). Nesse mesmo texto, ressaltou o papel de ativistas da luta negra no sentido de contrapor o ideário predominante.

O debate étnico-racial ganhou força apenas no fim do período da ditadura, sobretudo após o surgimento do Movimento Negro Unificado. A inflexão na cobertura jornalística veio, porém, bem depois disso, a partir do debate sobre as políticas de ação afirmativa desenhadas para incrementar a participação de pretos, pardos e indígenas no ensino superior brasileiro. Mais recentemente, discussões feitas nas redes sociais são seguidas pela grande mídia e têm conseguido pautá-la. (LIMA, 2019c, online).

A referência aos comentários oriundos de postagens em redes sociais, das mensagens de leitores ou de colegas de profissão é constante nas colunas aqui analisadas. À crítica especializada é combinada a popular-social. Dessa constatação, é possível supor que: 1) titulares da coluna buscam se amparar nas observações do público e/ou de outros especialistas, atenuando os perigos da polêmica e desencorajando ataques divergentes inflamados e 2) a crítica, especialmente a de mídia, influencia e é influenciada por valores que circulam na sociedade.

O RACISMO COMO PERSPECTIVA DE AVALIAÇÃO DAS PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS

Assume-se que, sob o ponto de vista biológico e antropológico, o racismo não se justifica. O conceito foi superado pelo conhecimento científico. No entanto, ainda tem força política significativa. Seguindo esse raciocínio, é possível avaliar que ao excluir ou apresentar de maneira estereotipada a causa negra ou corpos negros, os veículos de comunicação não apenas evidenciam posturas preconceituosas. Tendo a mídia poder para regular essa visibilidade, determinando quem merece e quem não merece aparecer, demonstra uma atitude discriminatória. E sendo esse comportamento sistemático ao longo do tempo (neste trabalho, foi considerado o período de 30 anos), é possível afirmar que se trata de prática racista.

Para além de uma única empresa ou de um único grupo profissional, o racismo estrutura a sociedade, sendo parte constituinte do que se entende como normalidade social. Mesmo nesse contexto, saberes desenvolvidos por intelectuais reunidos no movimento negro, principalmente a partir de 1970, começam a ganhar força a ponto de tensionar discursos predominantes. Conhecimentos identitários, políticos e estético-corpóreos passam a circular em espaços até então interditados e, assim, contribuem para promover mudanças nos valores compartilhados na cultura brasileira.

No contexto de luta contra a ditadura militar, ativistas da causa negra somam esforços ao lado de outros grupos progressistas na luta por democracia e justiça social. Em tempos atuais de vitórias da extrema-direita, quando ganham popularidade ideias conservadoras e neoliberais, os princípios democráticos ficam sob ameaça. Ideais relativos à preservação ambiental, à justiça social e às pautas identitárias passam a sofrer pressão diária. Esse difícil

momento, de emergência de crenças e regras que se poderia julgar obsoletas, requer mais esforço de pensamento.

Tanto o jornalismo quanto a crítica são práticas culturais. Portanto, influenciam e são influenciadas pelas ideias, pelos princípios do ambiente onde estão situadas. Concordando que público e especialistas recebem autorização para criticar e que o exercício crítico tem uma finalidade política, podem-se dar passos reflexivos a fim de examinar como os critérios éticos são articulados aos elementos históricos e sociais. Nesta breve investigação sobre 16 colunas de *ombudsman*, o racismo foi identificado como parâmetro de avaliação da cobertura jornalística, atendendo a essa urgência de comprometimento ético-político da crítica contemporânea.

Em um país de maioria negra, marcado historicamente por 300 anos de escravidão e que, atualmente, se tornou palco de ascensão da extrema-direita, a crítica das produções midiáticas não pode prescindir do conhecimento sobre as causas valorizadas pelo movimento negro. Seria demasiadamente arriscado ignorar parte fundamental do contexto brasileiro, onde essas produções cumprem seu ciclo de desenvolvimento e circulação. Muito possivelmente atentos a essa dinâmica de desconstrução e reformulação de preceitos, integrantes da diretoria da *Folha de S. Paulo* optaram por manter o cargo de crítico e ouvidor e autorizar a publicação de mais colunas sobre questões raciais, mesmo que isso tenha significado expor, publicamente, características negativas mais arraigadas na cultura empresarial e profissional.

Nesse sentido, aliás, vale frisar o cuidado para não resvalar para outra visão estereotipada, com a expectativa de que, sendo a primeira *ombudsman* negra, Flavia Lima tenha obrigação de tratar do tema. Esse argumento não se sustenta quando são consideradas as colunas assinadas por Paula Cesarino Costa: quatro abordaram questões relacionadas à visibilidade negra. Há um aumento notável de textos críticos sobre racismo nesta terceira década e essa tendência pode ser justificada, entre outras explicações sobre as alterações sociais já apresentadas, pela maior atenção aos aspectos da crítica social, sem que se tenha abdicado da crítica textual.

Nesta análise, cabe ressaltar a percepção de que, em um conjunto de 1.405 colunas, o fato de apenas 1% tratar de questões raciais como tema principal, sinaliza a necessidade de avanços. Sabe-se que desde 1989, o Brasil passou a contar com uma lei para punir crimes de racismo. Mesmo assim, dilemas raciais da sociedade brasileira foram ignorados da crítica de *ombudsman* de um dos principais veículos de comunicação do país por mais de dez anos. Em 1995, a equipe de redação já demonstrava condições de produzir conteúdo que promovesse debates mais sérios e abrangentes sobre a pauta identitária. Apesar disso, no entanto, processos de invisibilidade acerca das lutas negras persistiram na cobertura e nas colunas de *ombudsman*.

Nesta terceira década, o número de textos críticos sobre questões raciais mais que triplicou. Os critérios também estão mais afinados com a realidade nacional e com valores do movimento negro, como representatividade e combate à violência policial. É válido o esforço de continuar acompanhando as publicações e, em futuras investigações, buscar compreender até que ponto essa reformulação significa um progresso efetivo. Também é possível

empreender um estudo comparativo a fim de averiguar perspectivas em diferentes críticas de uma mesma produção midiática.

O que importa é reafirmar o entendimento do exercício crítico como gesto político que não pode, sob o risco do descrédito e da irrelevância, abandonar seu compromisso ético. Assim como o jornalismo, a crítica de mídia também se viabiliza considerando o interesse público. Tendo por pilares o texto e a sociedade, a apreciação de toda obra completa sua função ao buscar elementos do entorno no qual se insere. Observar como valores sociais são tensionados, desconstruídos, modificados e incorporados às diversas práticas culturais permanece como um imperativo para quem se dispõe a arriscar passos nos caminhos do conhecimento – ainda mais nestes tempos, ainda mais no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AJZENBERG, Bernardo. Os invisíveis. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 ago. 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardoajzenberg/2001/08/1520184-os-invisiveis.shtml> Acesso em: 08 ago. 2020.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- AZEREDO, Diana. **A crítica da cobertura jornalística nos 30 anos da coluna de ombudsman da Folha de S. Paulo**. 2019. 263 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019a. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PJOR0132-D.pdf> Acesso em: 08 maio 2020.
- AZEREDO, Diana. A crítica da cobertura jornalística sobre minorias a partir das colunas de *ombudsman*. **Rumores**, São Paulo, v. 13, n. 26, jul./dez. 2019b. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2019.160825>
- BERABA, Marcelo. Ações afirmativas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 jul. 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marceloberaba/2006/07/1519911-acoes-afirmativas.shtml> Acesso em: 08 ago. 2020.
- BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.
- CHRISTOFOLETTI, Ricardo; MOTTA, Luiz Gonzaga (Orgs.). **Observatórios de mídia**: olhares da cidadania. São Paulo: Paulus, 2008.
- COSTA, Caio Túlio. Preconceitos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 mar. 1991. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/caiotulio costa/1991/03/1521148-preconceitos.shtml> Acesso em: 08 ago. 2020.
- COSTA, Paula Cesarino. Lá como cá, no rastro de palavras. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 ago. 2017a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2017/08/1911431-la-como-ca-no-rastro-de-palavras.shtml> Acesso em: 08 ago. 2020.
- COSTA, Paula Cesarino. Âncoras ao mar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 nov. 2017b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2017/11/1934852-ancoras-ao-mar.shtml> Acesso em: 08 ago. 2020.
- COSTA, Paula Cesarino. O estampido nas ruas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 mar. 2018a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2018/03/0-estampido-nas-ruas.shtml> Acesso em: 08 ago. 2020.
- COSTA, Paula Cesarino. Beijos fora de lugar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 ago. 2018b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2018/08/beijos-fora-do-lugar.shtml> Acesso em: 08 ago. 2020.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GOMES, Nilma Lino. A compreensão da tensão regulação/emancipação do corpo e da corporeidade negra reinvenção da resistência democrática. **PERSEU**: História, Memória e Política, São Paulo, n. 17, 2019. Disponível em: <https://revis-taperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/301> Acesso em: 10 ago. 2020.
- LIMA, Flavia. Uma satisfação para Ágatha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 set. 2019a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2019/09/uma-satisfacao-para-agatha.shtml> Acesso em: 08 ago. 2020a.

- LIMA, Flavia. Ecos que ainda vêm da casa-grande. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 out. 2019b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2019/10/ecos-que-ainda-vem-da-casa-grande.shtml> Acesso em: 08 ago. 2020b.
- LIMA, Flavia. O ‘novembrismo’ da mídia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 nov. 2019c. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2019/11/o-novembrismo-da-midia.shtml> Acesso em: 08 ago. 2020c.
- LIMA, Flavia. Sobre violências. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 maio 2020a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2020/05/sobre-violencias.shtml> Acesso em: 08 ago. 2020d.
- LIMA, Flavia. Sim, somos racistas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 jun. 2020b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2020/06/sim-somos-racistas.shtml> Acesso em: 08 ago. 2020e.
- LO PRETE, Renata. ‘Que é negro’. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 jul. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/renataloprete/1999/07/1520717-que-e-negro.shtml> Acesso em: 08 ago. 2020.
- MAGALHÃES, Mário. Na Folha, as festas são brancas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 dez. 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mariomagalhaes/2007/12/1519293-na-folha-as-festas-sao-brancas.shtml> Acesso em: 08 ago. 2020.
- SANTOS, Mario Vitor. LA Urgente. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 maio 1992. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mariovitorsantos/1992/05/1521701-la-urgente.shtml> Acesso em: 08 ago. 2020.
- SILVA, Gislene; SOARES, Rosana de Lima. Para pensar a crítica de mídias. **FAMECOS – Mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 820-839, set./dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2013.3.14644>.
- SILVA, Gislene; SOARES, Rosana de Lima. Possibilidades políticas da crítica em perspectiva teórica. **Rumores**, São Paulo, v. 13, n. 26, jul./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2019.163281>.
- SILVA, Gislene; SOARES, Rosana de Lima. Lugares da crítica na cultura midiática. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 13, n. 37, maio/ago. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18568/cmc.v13i37.1140>.
- SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- SINGER, Suzana. Um rosto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 nov. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/suzanasinger/2013/11/1366057-um-rosto.shtml> Acesso em: 08 ago. 2020.
- WESCHENFELDER, Viviane Inês. **Processos de (in)visibilidade do sujeito negro: o jornal de Venâncio Aires/RS em questão**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2015.

“NÃO SOU RACISTA, MINHA OBRA PROVA”: UMA REFLEXÃO SOBRE JORNALISMO E RACISMO NO BRASIL

Francielle Maria Modesto Mendes
Francisco Aquinei Timóteo Queirós

INTRODUÇÃO

“I can’t breathe”. Essas foram algumas das últimas palavras do afro-americano George Floyd, assassinado no dia 25 de maio de 2020 por policiais brancos estadunidenses, que o mantiveram deitado de bruços por oito minutos e quarenta e seis segundos no asfalto, na cidade de Minneapolis.

Essa violência desencadeou uma série de protestos contra o racismo nos Estados Unidos e em diversos outros países, reacendendo a discussão sobre o preconceito, a discriminação, os privilégios da branquitude nas sociedades contemporâneas, entre outros aspectos de igual relevância.

Oito dias depois da morte de George Floyd, o garoto negro Miguel Otávio Santana da Silva, de 5 anos, morre após cair do nono andar de um prédio de luxo em Recife. A queda acontece enquanto sua mãe, negra e empregada doméstica, caminhava com o cachorro da patroa.

O que essas mortes têm em comum? A necessidade do debate sobre racismo na sociedade. E qual é o papel do jornalismo nesta discussão? O que pode acontecer quando os meios de comunicação hegemônicos reforçam o racismo, os estereótipos e as desigualdades?

Para Ciro Marcondes Filho (2009), definir a notícia, escolher a angulação, a manchete, a posição na página ou simplesmente não dá-la é um ato de decisão consciente dos próprios jornalistas. É sobre a notícia que se centra o interesse principal no jornalismo, pois ela é “um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político” (MARCONDES FILHO, 2009, p.78). Por isso, algumas temáticas como as raciais e de gênero não são discutidas com frequência, pois, simplesmente, não fazem parte do cotidiano dos profissionais jornalistas, homens, brancos, heterossexuais que na imprensa atuam como grupo dominante.

Segundo pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas (GEMAA), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 2016, o gênero masculino é predominante nos três dos principais jornais do país (O globo, Folha de São

Paulo, Estadão) e perfaz, respectivamente, 74%, 73% e 72% do total de colunistas em cada um. Em relação à cor/raça a desigualdade é ainda mais severa, com os dados de colunistas de cor branca atingindo 91% para o jornal O Globo, 96% para a Folha de São Paulo e 99% para o Estadão (CANDIDO; FERES JÚNIOR, 2016).

Para fazer essa discussão sobre jornalismo e racismo, o objetivo deste texto é estudar três casos de racismo praticados por jornalistas na televisão brasileira: William Waack (novembro de 2017¹), Stanley Gusman (julho de 2019) e Rodrigo Bocardi (fevereiro de 2020).

PAPEL SOCIAL DO JORNALISMO

O processo de construção social articulado pelo jornalismo é clivado por um complexo jogo de interesses e saberes. Queirós (2020) explica que na redação, as diretrizes do jornal e os valores compartilhados “cimentam normas profissionais que articulam uma forma de escrutinar os contextos sociais, encenam modos de ver e definem quais vozes merecem ser ouvidas e quais devem ser emudecidas” (QUEIRÓS, 2020, p. 144). Sob esse pressuposto, é possível postular que o jornalismo define uma topografia para determinados corpos, cujas “gramáticas” são lidas sob a lupa do preconceito, do racismo ou do exotismo, por exemplo.

Marcia Veiga da Silva (2014) diagnostica que há uma correspondência entre as visões alimentadas pelo jornalismo e pela sociedade. Desse modo, as apreensões cognitivas de mundo deslocam-se em direção às bases de natureza consensual da sociedade, privilegiam as hierarquias hegemônicas e legitimam instâncias de poder, “compartilhadas como parâmetro social e cultural. Assim, o jornalismo é um conhecimento social que se reproduz com uma função pedagógica cultural que pretende explicar os modos de ser e estar no mundo (...)” (SILVA, 2014, p. 63).

De tal modo, Silva (2014) argumenta que o jornalismo dar a ver uma especificidade do cotidiano – equilibrada por meio dos discursos, dos recursos técnicos e humanos “capazes de fornecer os saberes legitimados e atuar didaticamente junto à sociedade” (SILVA, 2014, p. 63).

Nos espaços de debate público, algumas vozes alcançam repercussão, enquanto um grande número de discursos e sujeitos aparece meramente como espectros fugidios (QUEIRÓS, 2020). Essa assimetria pode ser compreendida à luz dos locais de relevância ocupados por determinados grupos sociais:

Os grupos mais poderosos exercem no âmbito social um vasto domínio sob os papéis, gêneros, oportunidades e modalidades de falas públicas. O poder apresenta-se, portanto, de modo mais sistemático na configuração do discurso, notadamente, nos termos de sua produção material, distribuição e influência. (QUEIRÓS, 2020, p. 82-83)

Teun A. Van Dijk (2015) aponta que o processo de produção discursiva dos *media* é atravessado por forças advindas das chamadas “elites simbólicas”, abrangendo “jornalistas, escritores, artistas, diretores, acadêmicos e outros grupos que exercem o poder com base no ‘capital simbólico’” (DIJK, 2015, p. 45). Queirós (2020), em diálogo com Dijk (2015), ressalta que as elites simbólicas gozam de certa liberdade no domínio das relações sociais, aparecendo como mensageiras do poder. Nesse sentido, observa-se que as elites simbólicas articulam

¹ O episódio envolvendo o jornalista foi gravado em 2016, mas só foi divulgado nas redes sociais em 2017.

conhecimentos, padrões morais, crenças, posturas, regras, ideologias e preceitos públicos – tidos como parâmetros universais. Queirós (2020) complementa que,

(...) o poder simbólico não se restringe à sua organização interna, mas abrange uma difusa zona de influência. Situa-se, por conseguinte, na definição de uma agenda pública, na determinação da relevância dos tópicos tratados no âmbito social, no domínio sobre a quantidade e a modalidade da informação e, principalmente, na delegação de quem deve alcançar destaques público e de que forma. (QUEIRÓS, 2020, p. 83)

Os *media* assumem, de modo geral, um discurso marcado pela defesa das liberdades; entretanto, nos interstícios do relato, é possível observar a manutenção de privilégios, de poderes constituídos e de saberes hegemônicos.

Muniz Sodré (2009) frisa que a prática da imprensa é tangenciada por “mitos progressistas capazes de encobrir o jogo de poder que preside a constituição do discurso jornalístico” (2009, p. 13). O autor evidencia que o relato de homogeneização social conduzido pelos *media* é herdeiro de uma perspectiva normatizadora da sociedade:

(...) e de edição dos acontecimentos a partir de uma cultura eurocêntrica e colonial inerente ao nascimento da imprensa moderna. (...) A ideologia, no limite, assumida pela imprensa industrial como a conhecemos é universalmente burguesa e europeia, tecnicamente aperfeiçoada pelos norte-americanos. (...) As reformas gráficas e textuais dos jornais latino-americanos tiveram e continuam a ter como fontes, com raras exceções, os experimentos técnicos levados a cabo pela corporação jornalística nos Estados Unidos. As transformações e inovações dos formatos comunicativos acompanham a evolução das máquinas de informação, majoritariamente expandidas pelo mercado norte-americano. (SODRÉ, 2009, 13-14)

Em consonância com a perspectiva apontada por Sodré (2009), Jean Charron e Jean de Bonville (2016) explicitam que o jornalismo instaura um paradigma cujas bases estão assentadas no preceito de práticas reproduzíveis. Desse modo, é possível verificar em espaços como a redação jornalística – a adoção de técnicas profissionais, uma hierarquia de atitudes e o emprego de esquemas cognitivos marcados pelas “condições concretas e particulares do exercício de seu ofício” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 46).

Sob esse panorama, o jornalismo processa um olhar caracterizado por um gradual “apagamento” das indecisões cotidianas. Stuart Hall *et al.* (2016) postulam que as frestas deixadas pelo jornalismo são preenchidas pela “natureza consensual da sociedade” (2016, p. 312). Em diálogo com Hall *et al.*, Queirós salienta que,

(...) o processo de significação encontra arrimo nos conhecimentos comuns partilhados por membros de uma mesma sociedade; pelo acesso aos “mapas de significados” e também através dos interesses, valores e preocupações que estas “cartografias” suscitam no âmbito da comunidade. Os laços sociais e culturais funcionam, desse modo, como um tecido de “consensualidade” mais forte do que as assimetrias e divisões proporcionadas pelos grupos ou classes de grupos no âmbito da sociedade. (QUEIRÓS, 2020, p. 69-70)

A lógica definida pelos mapas culturais e pela consensualidade encerram realidades marcadas pelos definidores primários e por um paulatino apagamento das fontes secundá-

rias. Hall *et al.* (2016) compreendem que os definidores primários² têm a seu favor a possibilidade de controle dos recursos cognitivos assimilados pelas fontes hegemônicas, fato que os situa no âmbito das principais demarcações do mundo social.

Tal perspectiva cria uma assimetria entre as fontes hegemônicas e as fontes alternativas – cabendo as primeiras a “universalização” de uma dada gramática da realidade e as segundas, um *locus* de subalternidade. Hall *et al.* (2016) explicitam como se processa esse postulado:

A sua universalidade garante que sejam partilhadas, até certo ponto, pelas classes subordinadas da sociedade. Os que governam, governam também através das ideias; deste modo, governam com a aprovação das classes subordinadas, e não principalmente através de sua manifesta coerção. Parkin faz uma afirmação semelhante: ‘As definições sociais e políticas dos que têm posições dominantes tendem a ser objetivadas nas normas institucionais principais, fornecendo, assim, a estrutura moral para todo o sistema social’ (Parkin, 1971). (HALL *et al.*, 2016, p. 318)

Silva (2014) salienta que não se pode compreender o “papel do jornalismo”, sem levar em consideração o entendimento das dinâmicas culturais. A pesquisadora destaca que “a participação do jornalismo na normatização da sociedade fica evidente por esse prisma, bem como nos processos pelos quais são valoradas as relações sociais” (SILVA, 2014, p. 61). Isso pode ser constatado na representação que é direcionada a grupos sociais específicos, como as mulheres, os pobres, os negros e também nas assimetrias presentes nos debates sobre gênero, raça e racismo.

Observa-se, nesse sentido, que o mapa de leitura processado pelo jornalismo é conduzido por uma dinâmica das fontes hegemônicas e por um *ethos* cuja gramática determina uma normativa das práticas, de um tipo singular de “cultura” e de um “saber” específico – afastando da zona de discussão um conjunto profuso de outras epistemologias, narrativas e representações.

Entende-se que os casos de racismo de William Waack (novembro de 2017), Stanley Gusman (julho de 2019) e Rodrigo Bocardi (fevereiro de 2020) desempenham aquilo que Dijk (2015) define como “práticas sociais dirigidas contra minorias (...), uma forma de discriminação verbal” (DIJK, 2015, p. 134), social, cultural, histórica e econômica. O pesquisador compreende que o racismo organiza um intrincado sistema social de dominação, cujas linhas mestras são identificadas por meio da ação de um discurso comunicativo específico:

Em outras palavras, com as muitas estruturas sutis de sentidos, forma e ação, o discurso racista geralmente enfatiza as Nossas coisas boas e as coisas más Deles, e desenfatisa (atenua, oculta) Nossas coisas más e as coisas boas Deles. Esse quadrado “ideológico” aplica-se não apenas à dominação racista, mas também, em geral, à polarização intragrupal-extragrupal em práticas sociais, discursos e pensamentos. (DIJK, 2015, p. 137)

Teun A. Van Dijk (2015) destaca que o sistema de racismo é formado por um subsistema social e por um subsistema cognitivo. O primeiro é composto por atitudes sociais marcadas pela discriminação, situadas tanto no âmbito das relações cotidianas quanto nas “relações

2. Queirós (2020) destaca que o quadro social determinado pelos definidores primários e pelo aparato dos *media* engendra uma ótica em que os promotores das notícias estabelecem a definição ou interpretação primária dos fatos e acontecimentos. Desse modo, a classificação de todas as futuras coberturas ou discussões passa pela interpretação dos definidores institucionais. Isso implica que a definição primária alberga um conjunto de referências e interpretações primordiais – cuja indexação está assentada na dinâmica das fontes.

de abuso de poder por grupos, organizações e instituições dominantes em um macro nível de análise” (DIJK, 2015, p. 134).

O subsistema cognitivo, por outro lado, engendra processos discriminatórios fundados sobre uma base mental. Assim, os grupos ou instituições hegemônicas processam modelos “tendenciosos de interações e eventos étnicos, que por sua vez encontram-se enraizados em preconceitos e ideologias racistas” (DIJK, 2015, p. 135). Desse modo, observa-se que os saberes postos em circulação sobre o racismo, “pressupõem representações mentais socialmente compartilhadas e negativamente orientadas acerca de Nós sobre Eles” (DIJK, 2015, p. 135).

Os subsistemas sociais e cognitivos quando postos em consonância com os *media* e mais, especificamente, com o jornalismo, podem colaborar para a propagação do racismo no âmbito da instância midiática. Van Dijk (2015) observa que os principais discursos sobre o outro contrastante aparecem embebidos pela sintaxe da mídia. Depreende-se, desse modo, que “não somente para os cidadãos comuns, mas também para as próprias elites, a mídia é hoje a principal fonte de conhecimento e opinião étnicos na sociedade” (DIJK, 2015, p. 144).

Compreende-se que os casos representados pelas manifestações públicas de William Waack (novembro de 2017), Stanley Gusman (julho de 2019) e Rodrigo Bocardi (fevereiro de 2020) produzem uma diversificada gama de significados sociais. Constata-se que os “posicionamentos” dos jornalistas não constituem uma singularidade, mas uma norma estrutural da realidade brasileira, que incorpora um conjunto de crenças, representações e valores mentais sobre um grupo étnico específico – os negros. O *corpus* em análise desvela uma realidade problemática, situada, principalmente, no papel dos *media* na reprodução do racismo.

RACISMO

No debate sobre questões raciais é preciso entender que o conceito de raça é uma construção. Para Silvio Almeida, “raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado” (ALMEIDA, 2018, p.19). Assim como Almeida (2018), Achille Mbembe também afirma que “a raça não existe enquanto fato natural físico, antropológico ou genético. A raça não passa de uma ficção sutil, uma construção fantasmática ou uma projeção ideológica” (MBEMBE, 2018, p. 28-29).

Mbembe (2018) salienta que o termo negro vem envolto em signos cambiantes e mutáveis, pois esse termo ao ser criado pelo ocidente conduz para experiências dilacerantes e vacantes:

[...] para milhões de pessoas apanhadas nas redes de dominação racial, de verem corpos e pensamentos operados a partir de fora e de se verem transformadas em espectadores de algo que, ao mesmo tempo, era e não era a sua própria existência. E não é tudo. Produto de um maquinário social e técnico indissociável do capitalismo, de sua emergência e globalização, esse termo foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado. Humilhado e profundamente desonrado, o negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria – a cripta viva do capital. (MBEMBE, 2018, p. 20-21)

As circunstâncias históricas de meados do século XVI ajudaram nessa construção. Esse conceito é criado a partir da necessidade dos europeus de demarcarem o “direito das gen-

tes” (MBEMBE, 2018, p. 29) durante o seu processo de expansão marítima. Os europeus se apresentaram para o mundo como sendo os civilizados, possuidores de costumes, hábitos, tradições, arte, religião, cultura, conhecimento:

Só ele [Ocidente] conseguiu edificar uma sociedade civil das nações compreendida como um espaço público de reciprocidade do direito. Só ele deu origem a uma ideia de ser humano dotado de direitos civis e políticos, permitindo-lhe exercer seus poderes privados e públicos como pessoa, como cidadão pertencente ao gênero humano e, enquanto tal, interessado por tudo o que é humano. Só ele codificou uma gama de costumes aceitos por diferentes povos, que abrangem uma gama de costumes aceitos por diferentes povos, que abrangem os rituais diplomáticos, as leis de guerra, os direitos de conquista, a moral pública e as boas maneiras, as técnicas do comércio, da religião e do governo (MBEMBE, 2018, p. 29-30).

Diante disso, “o projeto era levar a *civilização para onde ela não existia* que redundou em um processo de destruição e morte” (ALMEIDA, 2019, p. 21, grifo nosso) denominado de colonialismo. Esse processo foi acentuado no século XIX com a ideia de alguns estudiosos, caso de Arthur de Gobineau, sobre evitar a “mistura das raças”. No século XX, a ideia de raça vira um “elemento essencialmente político” (ALMEIDA, 2018, p. 24) marcado por um evento histórico – a Segunda Guerra Mundial e o genocídio da Alemanha nazista.

Esse entendimento sobre o que é raça complementa a discussão sobre racismo na sociedade em geral, pois o racismo é “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento”, e complementa o autor, ele “se manifesta por meio de práticas conscientes e inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2018, p.25).

Como citado anteriormente na pesquisa do GEMAA, a ausência significativa de jornalistas negros(as) na imprensa brasileira explica parcialmente a carência do tema racismo nos debates midiáticos e permite entender o porquê de, muitas vezes, os próprios jornalistas serem preconceituosos em seus espaços de fala e em suas abordagens noticiosas.

A pequena quantidade de jornalistas brasileiros negros/negras nos meios de comunicação no Brasil pode ser entendida como parte do racismo estrutural, termo usado por Silvío Almeida (2018) para explicar que o racismo acontece na própria estrutura social, se organizando nas relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares. A não experiência racial desses profissionais que se denominam brancos na comunicação impede que sejam instauradas outras narrativas capazes de abordar dimensões variadas sobre a população negra (BORGES, 2012). Essas ausências e silêncios nos debates midiáticos ajudam no entendimento do que é o racismo e de como ele se acomoda facilmente no cotidiano do brasileiro.

Lília Moritz Schwarcz (2012) discute em seu livro *Nem preto nem branco, muito pelo contrário* sobre uma pesquisa emblemática realizada em 1988 que explica bem como pensa e se comporta o brasileiro sobre a discussão de raça e racismo: 97% dos entrevistados afirmaram não ter preconceito e 98% dos mesmos entrevistados afirmaram conhecer outras pessoas que tinham preconceito. Quando questionados sobre o grau de relação com aqueles que consideravam racistas, os entrevistados apontavam parentes próximos, namorados e amigos íntimos. Para Lília Schwarcz, “todo brasileiro parece se sentir, portanto, como uma ilha

de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados” (SCHWARCZ, 2012, p. 30) e isso persiste até os dias atuais. A autora completa afirmando:

Tudo isso indica que estamos diante de um tipo de particular de racismo, um racismo silencioso e que se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade e da igualdade das leis, e que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação. Com efeito, em uma sociedade marcada historicamente pela desigualdade, pelo paternalismo das relações e pelo clientelismo, o racismo só se afirma na intimidade (SCHWARCZ, 2012, p. 32).

E foi o argumento de “num momento particular” que o William Waack usou no seu texto “Não sou racista, minha obra prova”, publicado na Folha de São Paulo em 14 de janeiro de 2018: “Aquilo foi uma piada – idiota, como disse meu amigo Gil Moura –, sem a menor intenção racista, dita em tom de brincadeira, *num momento particular*” (WAACK, 2018, grifo nosso). Mais do que nunca “o racismo se afirma na intimidade” como explicitado por Schwarcz (2012).

No que se refere à garantia de universalidade e igualdade das leis, bell hooks (2019) corrobora com o pensamento de Schwarcz, quando afirma que isso é uma ideia sentimental que faz as pessoas pensarem que “o racismo deixaria de existir se todos esquecessem a raça e apenas vissem uns aos outros como seres humanos iguais” (hooks, 2019, p. 50-51).

O comentário de Waack (2018) torna inteligível um aspecto contemporâneo – que pode ser traduzido pela negação do racismo. Sentenças marcadas pelo “Aquilo foi uma piada”, “sem a menor intenção racista, dita em tom de brincadeira” suscitam formas cognitivas, sociais e culturais marcadas pelo tom ameno conferido à violência cotidiana sofrida pelos negros/negras. Ao transformar uma realidade complexa num gracejo, num chiste, Waack esgota os sentidos advindos do corpo negro – situando-o no vazio, como existência reduzida ao riso, como corpo do leite.

Esse olhar fragmentado alimentado por Waack – guarda contiguidade com a perspectiva crítica apontada por Mbembe (2018). O filósofo camaronês afirma que o pensamento europeu não compreende a identidade sob as bases de um pertencimento mútuo, “mas antes na relação do mesmo com o mesmo, do surgimento do ser e da sua manifestação em seu ser primeiro ou, ainda, em seu próprio espelho” (MBEMBE, 2018, p. 11-12). Desse modo, quando Waack (2019) define sua atitude como “piada” ou “brincadeira”, aciona todo um imaginário das sociedades ocidentais sobre o negro/negra e sobre a raça. Disso redundam que as,

Designações primárias, pesadas, perturbadoras e desequilibradas, símbolos de intensidade crua e de repulsa, a aparição de um e de outra no saber e no discurso moderno sobre o homem (e, por consequência, sobre o “humanismo” e a “humanidade”) foi, se não simultâneo, pelo menos paralelo; e, desde o início do século XVIII, constituíram ambos o subsolo (...), ou melhor, o complexo nuclear a partir do qual se difundiu o projeto moderno de conhecimento – mas também de governo. Ambos representam figuras gêmeas do delírio que a modernidade produziu. (MBEMBE, 2018, p. 11-12)

Mbembe (2018) compreende que os termos “negro” e “raça” foram produzidos pela modernidade. Nesse sentido, o intelectual aponta dois percursos elementares de constituição do negro como delírio. O primeiro aponta para a compreensão da raça e do negro como irracionalidade, isso “deve-se ao fato de o negro ser este (ou então aquele) que vemos quando nada se vê, quando nada compreendemos e, sobretudo, quando nada queremos compreen-

der” (MBEMBE, 2018, p. 12). Isso implica que o negro não pode ser entendido nos limites do cognoscível, mas sob as bases de uma passionalidade – que resvala para um mundo onírico.

Um segundo aspecto do delírio da raça e do negro é o espaço vazio e a ausência de referenciais de identificação. Desse modo, como explicita Mbembe (2018), “ninguém – nem aqueles que o inventaram e nem os que foram englobados nesse nome – gostaria de ser um negro ou, na prática, de ser tratado como tal” (MBEMBE, 2018, p. 13). O filósofo destaca que ao instaurar o negro e a raça como irracionalidade e ausência, o mundo europeu alicerça uma ficção:

Ao reduzir o corpo e o ser vivo a uma questão de aparência, de pele e de cor, outorgando à pele e à cor o estatuto de uma ficção de cariz biológico, os mundos euro-americanos em particular fizeram do negro e da raça duas versões de uma mesma figura: a da loucura codificada. Funcionando simultaneamente como categoria originária, material e fantasmática, a raça esteve, no decorrer dos séculos precedentes, na origem de inúmeras catástrofes, tendo sido a causa de devastações psíquicas assombrosas e de incalculáveis crimes e massacres. (MBEMBE, 2018, p. 13)

O “posicionamento” de William Waack (2018) propaga aquilo que Mbembe (2018) define como “dimensão fantasmagórica” do negro – ao situá-lo como espectro da neurose, da obsessão e da histeria. Disso redundam também o “alterocídio”, que constitui “o outro não como semelhante a si mesmo, mas como objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou ao qual caberia simplesmente destruir, na impossibilidade de assegurar seu controle total” (MBEMBE, 2018, p. 27).

CASOS EM ESTUDO

Como dito antes, os casos aqui estudados são do William Waack (2017), Stanley Gusman (2019) e Rodrigo Bocardi (2020). O jornalista William Waack estava em 8 de novembro de 2016 em Washington, participando da cobertura da eleição presidencial nos Estados Unidos. Um carro passou buzinando na frente do estúdio panorâmico da Globo quando Waack e o comentarista Paulo Sotero se preparavam para entrar ao vivo. Irritado com o barulho, o jornalista disse a seguinte frase: “Tá buzinando por quê, seu merda do cacete? Não vou nem falar, porque eu sei quem é... é preto. É coisa de preto!”.

Um ano depois, o áudio foi divulgado na internet e o apresentador do Jornal da Globo foi afastado e, posteriormente, demitido da emissora. Em nota, publicada na revista *Veja*, em 8 de novembro de 2017, “a Globo afirmou que era visceralmente contra o racismo em todas as suas formas e manifestações” (VEJA, 2017) e que o jornalista não lembrava do que havia dito naquele dia. Como bem explica Grada Kilomba (2019), esse esquecimento ao ser confrontado protege o sujeito branco do reconhecimento do Outro, no caso, a pessoa negra:

Uma vez confrontado com verdades desconfortáveis dessa história muito suja [racismo], o sujeito branco comumente argumenta ‘não saber...’, ‘não entender...’, ‘não se lembrar...’, ‘não acreditar...’ ou ‘não estar convencido...’. Essas são expressões desse processo de repressão (...) (KILOMBA, 2019, p.42).

Em julho de 2019, o jornalista Stanley Gusman, que apresenta o *Alterosa Alerta*, na TV *Alterosa*, em Minas Gerais, questionou, com comentários racistas, os resultados do Ibope. Isso aconteceu em diálogo ao vivo com o repórter Rafael Martins: “O nome do cara é Monte-

negro. Se ele fosse do bem, ele ia chamar Montebranco”, afirmou em crítica ao presidente do instituto de pesquisa Ibope, Carlos Augusto Montenegro. Em seguida a sua fala, ele foi questionado por algum colega no ponto eletrônico e reiterou o que havia dito: “Não é de cor não gente. É escuro, escuridão. Céu branco, inferno negro. Ih, vocês também são muito, né?!”.

A fala teve repercussão negativa imediata nas redes sociais e entre políticos do estado de Minas Gerais, o que fez o apresentador pedir desculpas logo no dia seguinte:

Eu preciso me manifestar sobre o erro que cometi ao comentar o resultado da audiência no início do programa de ontem. Eu quero pedir desculpas a quem possa ter ofendido. Eu estou absolutamente constrangido por isso. Eu peço desculpas a você, telespectador da TV Alterosa, que sempre me dedicou confiança e carinho. Eu peço desculpas ao meu colega de programa, Rafael, que de alguma forma eu expus durante o meu comentário. Peço desculpas também a TV Alterosa por este meu erro. Por fim, quero dizer que este episódio está me permitindo refletir muito. Me desculpem. (O TEMPO³, 10/07/2019).

Outra consequência do caso foi o pedido de demissão do repórter Rafael Martins, que alegou ter se sentido constrangido pelo colega nesta situação.

Em fevereiro de 2020, durante uma conversa ao vivo com Leonel, um jovem negro entrevistado pelo repórter Tiago Scheuer, em uma estação de metrô em São Paulo, Bocardi questionou se o rapaz estava indo ao Clube Pinheiros “para pegar bolinha de tênis”, referindo-se aos gandulas do local. Leonel respondeu que, na verdade, é atleta e joga polo aquático no clube. Em nota no instagram, o jornalista se defendeu e se desculpou pela repercussão negativa:

Muito triste a acusação de preconceito. Eu pratico tênis no Clube Pinheiros. Os jogadores de tênis não usam uniformes, mas os pegadores/rebatedores, sim: uma camiseta igual a do Leonel, com quem tive o prazer de conversar hoje. Ao vê-lo com a camiseta que vejo sempre, todos os dias, pegadores/rebatedores de todas as cores de pele, pensei que fosse um deles. Não frequento outras áreas do clube onde outros esportes são praticados. E não sabia que a camiseta era parecida. Se soubesse, teria perguntado em qual área ou esporte trabalhava ou treinava. Nunca escondi minha origem humilde. Comecei a vida como garoto pobre, contínuo, andando mais de duas horas de ônibus todos os dias para ir e voltar do trabalho e escola. Alguém como eu não pode ter preconceito. Eu não tenho, nunca tive, nunca terei. E condeno atitude assim todos os dias. Mas se ofendi pessoas que não conhecem esses meus argumentos e a minha história, peço desculpas. Não o chamei de pegador pela cor da pele ou pela presença num trem. Chamei-o por ver que vestia o uniforme que eu sempre vejo os pegadores usarem. Peço desculpas a todos e em especial ao Lionel. Obrigado.⁴

Na postagem de Bocardi é possível perceber o incômodo, do qual falam as intelectuais negras Grada Kilomba (2019) e Djamila Ribeiro (2017), da pessoa branca ao ser acusada de racista. Segundo Ribeiro (2017), a pessoa branca tem dificuldade de ouvir:

[...] por conta do incômodo que as vozes silenciadas trazem, do confronto que é gerado quando se rompe com a voz única. Necessariamente, as narrativas daquelas que foram forçadas ao lugar do Outro, serão narrativas que visam trazer conflitos necessários para a mudança. O não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele

3 Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/apos-episodio-de-racismo-apresentador-stanley-gusman-pede-desculpas-1.2207490>. Acesso em 26 de junho de 2020.

4 Texto publicado em 7 de fevereiro de 2020 no instagram do jornalista: <https://www.instagram.com/p/B8RM8QClCsi/>. Acesso em 19 de junho de 2020.

que se intitula poder falar sobre os *Outros*, enquanto esses *Outros* permanecem silenciados (RIBEIRO, 2017, p. 80).

No caso dos três jornalistas, o que se evidencia é uma “imagem profundamente negativa do que é ser negro: imagens que atacam a psique de todos” (hooks, 2019, p.25). O negro, no caso, é um inconveniente que atrapalha o andamento natural das atividades cotidianas, é oposição ao bem ou é alguém que só é capaz de fazer atividades braçais sem prestígio social.

A perspectiva suscitada nas manifestações de William Waack, Stanley Gusman e Rodrigo Bocardi são herdeiras de uma lógica marcada pelo olhar do “civilizado”, pelos saberes constituídos a partir da gramática do Ocidente e por uma forma particular de leitura sobre o outro. Desse modo, a “compreensão” que os jornalistas manifestam sobre o negro está articulada por meio de uma inteligibilidade fabulatória.

Achille Mbembe (2018) destaca que o mundo europeu acionou um conjunto de pensamentos, hierarquias e imaginários sobre uma África singular e com sujeitos homogêneos. Como consequência, as epistemologias tecidas no cotidiano e pelo saber erudito se encarregaram de enunciar os mundos distantes sob o crivo de “procedimentos de fabulação” (MBEMBE, 2018, p. 31). Assim, o que se compreende como negro resvala de uma acepção objetiva para uma conotação inventada, ficcional. A relação que se estabelece entre o europeu e o indivíduo africano é “fundamentalmente imaginária, mesmo quando sua pretensão era desenvolver saberes destinados a apreendê-lo objetivamente” (MBEMBE, 2018, p. 31). O filósofo camaronês explicita que as consequências dessa realidade reverberam na contemporaneidade:

As principais características dessa relação imaginária ainda estão longe de ser elucidadas, mas os procedimentos graças aos quais o trabalho de fabulação pôde ganhar corpo, assim como seus efeitos violentos, são hoje bem conhecidos. Nesse sentido, há pouco a acrescentar. No entanto, se existe um objeto e um lugar que esta relação imaginária e a economia ficcional que a sustenta se dão a ver do modo mais brutal, distinto e manifesto, é exatamente esse signo que chamam de negro e, por tabela, o aparente não lugar que chamamos África, cuja característica é ser não um nome comum e muito menos um nome próprio, mas o indício de uma ausência. É verdade que nem todos os negros são africanos e nem todos os africanos são negros. Apesar disso, pouco importa onde eles estão. Enquanto objetos de discurso e objetos do conhecimento, desde o início da época moderna, a África e o negro têm mergulhado numa crise aguda tanto a teoria da nominação quanto o estatuto e a função do signo e da representação. (MBEMBE, 2018, p. 31-32)

Quando se observa os “posicionamentos” dos jornalistas aqui estudados – é preciso levar em consideração que as narrativas sobre os corpos negros é atravessada por marcas históricas, culturais e, principalmente, econômicas. Mbembe (2018) salienta o papel de Espanha e Portugal para o fluxo de escravos e também de homens livres para a Europa. A expansão marítima, com acesso pelo Atlântico, inaugurou um contato direto com a África Ocidental e Central. Portugueses e espanhóis já não necessitavam das rotas transaarianas controladas pelos mouros para o provisionamento de escravos.

Mbembe (2018) destaca que o primeiro capitalismo se encarregou de forjar uma “consciência negra”, tendo como força propulsora a tradição das viagens e da circulação. O filósofo explica que o processo de transnacionalização demarca a condição negra no âmbito da modernidade.

A realidade instaurada pela travessia do Atlântico se converte em uma sintaxe do corpo negro. Desse modo, o escravo traficado se transforma em “objeto de venda, [em] escravo por condenação, [em] escravo de subsistência (criado doméstico perpétuo), [em] escravo parceleiro, [em] meeiro, [em] manumisso ou ainda [em] escravo liberto ou [em] escravo de nascença” (MBEMBE, 2018, p. 36-37).

Aliada ao comércio negreiro destaca-se também a consolidação da colônia de *plantation*, entre 1630 e 1680, nos Estados Unidos. O *plantation* é caracterizado pelos grandes latifúndios, pela monocultura, pelo trabalho escravo e pela exportação para a metrópole. A sociedade de *plantation* define como regra a servidão vitalícia de pessoas africanas e a cor como sintoma de “inferioridade”. Mbembe (2018) salienta que a plantação se converteu paulatinamente “numa instituição econômica, disciplinar e penal. Os negros e seus descendentes podiam, dali em diante, ser comprados para sempre” (MBEMBE, 2018, p. 45).

Além da servidão perpétua, a plantação consolida um processo legislativo de construção dos “sujeitos raciais” em solo estadunidense. Fica patente, portanto, no âmbito das plantações que o negro não era um homem como os demais:

O negro foi de fato o elemento central que, ao permitir a criação, por meio da *plantation*, de uma das formas mais eficazes de acumulação de riqueza na época, acelerou a integração do capitalismo mercantil, da mercantilização e do controle do trabalho subordinado. A *plantation* representava na época uma grande inovação, e não simplesmente do ponto de da privação de liberdade, do controle de mobilidade da mão de obra e da aplicação ilimitada da violência. A invenção do negro também abriu caminho para inovações cruciais nas áreas do transporte, da produção, da comercialização e dos seguros. (MBEMBE, 2018, p. 45-46)

É preciso rastrear o aspecto histórico, econômico e social das falas de William Waack, Stanley Gusman e Rodrigo Bocardi, justamente, para não incorrer na simplificação de realidades complexas.

Quando Bocardi pergunta a Leonel se ele estava indo ao Clube Pinheiros “para pegar bolinha de tênis”, emerge na pergunta um componente historicamente construído – que atrela a cor a uma variável social. Por que a leitura de Leonel como atleta do Clube Pinheiros não foi feita de imediato? Evidencia-se que o componente da negritude instaura um *locus* de sentido no qual Leonel pode ser lido como gandula, mas não pode ser interpretado como atleta de polo aquático.

É o que se constata, na mesma medida, com Waack e Gusman. Os jornalistas não percebem suas atitudes como ofensivas. William Waack, inclusive, diz se tratar de uma “piada”. Na nota publicada na *Folha*, Waack afirma que durante toda a sua vida combateu todo tipo de intolerância, inclusive, a racial. Contudo, no texto, o jornalista vai deixando vestígios daquilo que Van Dijk (2015) define como as negações do racismo.

Para compor a tessitura de seu raciocínio, o jornalista aponta que os veículos de comunicação tradicionais viraram reféns das redes sociais. O pressuposto de Waack é o de que ao se legitimar algumas agendas políticas tidas como “corretas”, a “mídia tradicional” coloca em segundo plano a credibilidade dos guardiões dos “fatos objetivos” e da “verdade dos fatos”:

Abraçados a seu deplorável equívoco, esquecem ainda que a imensa maioria dos brasileiros está cansada do radicalismo obtuso e primitivo que hoje é característica inegável do ambiente virtual.

Por ter vivido e trabalhado durante 21 anos fora do Brasil, gosto de afirmar que não conheço outro povo tão irreverente e brincalhão como o brasileiro. É essa parte do nosso caráter nacional que os canalhas do linchamento — nas palavras, nesta Folha, do filósofo Luiz Felipe Pondé — querem nos tirar.

Prostrar-se diante deles significa não só desperdiçar uma oportunidade de elevar o nível de educação política e do debate, mas, pior ainda, contribui para exacerbar o clima de intolerância e cerceamento às liberdades – nas palavras, a quem tanto agradeço, da ministra Cármen Lúcia, em aula na PUC de Belo Horizonte, ao se referir ao episódio. (WAACK, 2018, Online)

Waack procura referendar seu “posicionamento” não racista, colocando em discussão as palavras da ministra Cármen Lúcia e do filósofo Luiz Felipe Pondé. No postulado presente na nota, Waack busca ratificar a sua fala como uma “piada” de mau gosto, cujas consequências foram o linchamento virtual e o cerceamento das liberdades. O jornalista não compreende sua atitude como um comportamento racista, mas como um “gracejo”, consequência de um erro interpretativo.

Do mesmo modo, Gusman confere uma normalidade a sua fala. A reflexão acerca do que ele havia dito só aparece no dia seguinte – no momento em que as redes sociais repercutem negativamente o seu “posicionamento”. A atitude racista de Stanley Gusman teve consequências. O Ministério Público Federal (MPF)⁵ quer que o SBT, a TV Alterosa e o jornalista paguem R\$ 4,2 milhões em indenização pela fala racista durante o programa da emissora em 2019.

Infere-se, nos exemplos aqui discutidos, que raça e racismo são operados como estruturas imaginárias. Mbembe (2018) demonstra que nesse processo é típico da raça ou do racismo “engendrar um duplo, um substituto, um equivalente, uma máscara, um simulacro” (MBEMBE, 2018, p. 69). O autor prossegue:

No lugar desse rosto, faz-se emergir das profundezas da imaginação um rosto de fantasia, um simulacro de rosto e uma silhueta que, desse modo, tomam o lugar de um corpo e um rosto humanos. O racismo consiste, pois, em substituir aquilo que é por algo diferente, uma realidade diferente. Além de uma força de deturpação do real e de um fixador de afetos, é também uma forma de distúrbio psíquico, e é por isso que o conteúdo recalcado volta brutalmente à superfície. Para o racista, ver um negro é não ver que ele não está lá; que ele não existe; que ele não é outra coisa senão o ponto de fixação patológica de uma ausência de relação. (MBEMBE, 2018, p. 69)

A intelectual bell hooks (2019) afirma que a supremacia branca e o racismo não terão fim se não houver mudança fundamental em todas as esferas da cultura, em especial no universo de criação de imagens. E o jornalismo faz parte deste processo de criação e manutenção do imaginário e das representações.

⁵ Disponível em: <https://noticias.r7.com/minas-gerais/apresentador-e-emissora-podem-ter-que-pagar-r-42-mi-por-fala-racista-17082020>. Acesso em 19 de agosto de 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto fica explicitado que o racismo emerge das relações historicamente construídas. Por isso, observa-se que o racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) está presente nas ações cotidianas, como no caso de Floyd e Miguel, citados na Introdução deste texto. Diante disso, o jornalismo hegemônico amplia o olhar estereotipado que se tem em relação ao negro/negra.

Nos três episódios estudados neste capítulo, William Waack assume uma postura de defesa ao enunciar que sua fala não se trata de racismo, mas de um “gracejo”, de uma “piada”. Stanley Gusman disse em seu programa estar refletindo sobre o assunto, além de fazer o pedido de desculpas. Enquanto isso, Bocardi fez sua defesa no instagram, justificando o seu comportamento e desculpando-se com o público. Esse último jornalista deixou bem claro que o pedido de desculpas era para quem se ofendeu por não conhecê-lo. Dito de outro modo, quem o conhece não teria motivo para se ofender, sob seu ponto de vista, ele não havia feito nada de errado.

A negação apresentada por pelo menos dois dos jornalistas demonstra que uma sociedade que vive deste recurso “não permite que novas linguagens sejam criadas” (KILOMBA, 2019, p. 12). Como afirma Kilomba, não se processam novas configurações de poder e de conhecimento, negando as mais diversas formas de racismo. “Só quando se reconfiguram as estruturas de poder é que as muitas identidades marginalizadas podem também, finalmente, reconfigurar a noção de conhecimento” (KILOMBA, 2019, p. 13).

Por isso, bell hooks alerta para a necessidade do público “distinguir o racismo que está relacionado ao preconceito declarado das formas mais sutis da supremacia branca” (2019, p. 49). Esse processo de despertar pode ser feito por um jornalismo mais responsável e preocupado com a sociedade, principalmente, com a população negra. Se esse despertar acontecer, o jornalista não confundirá comentários racistas com “gracejo” ou “piada de português” (WAACK, 2018), como disse Waack em seu texto publicado na Folha.

As formas sutis mencionadas por hooks (2019) dialogam com a ideia de zonas imperfeitas de Mbembe (2018). O autor enfatiza que os acercamentos em torno da raça ou racismo não são estabelecidos por meio de uma linguagem explícita, mas aparecem recobertos por zonas imperfeitas, dúbias, ou nos termos do autor “até inadequada” (MBEMBE, 2018, p. 27). Diante disso, é necessário que os jornalistas intervenham no já-dado e no já-dito, como bem afirmou Rosane Borges (2012) para edificar outras formas de pensar, descolonizando as mentes e as imaginações, como assim deseja bell hooks (2019).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BORGES, Rosane. Mídia, racismos e representações do outro: ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negra. In: BORGES, Roberto; BORGES, Rosane. **Mídia e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alli, Brasília, DF: ABPB, 2012.
- CANDIDO, Marcia Rangel; FERES JÚNIOR, João. **Jornalismo Brasileiro: gênero e cor/raça dos colunistas dos principais jornais do país**. 2016. Disponível em: <http://gema.iesp.uerj.br/infografico/jornalismo-brasileiro-genero-cor-raca-dos-colunistas-dos-principais-jornais/>. Acesso em 18 de junho de 2020.
- CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

- DIJK, Teun A. Van. **Discurso e poder**. Organização Judith Hoffnagel, Karina Falcone. São Paulo: Contexto, 2015.
- HALL, Stuart *et al.* A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Florianópolis: Insular, 2016.
- hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.
- KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria**. São Paulo: Paulus, 2009.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução: Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- QUEIRÓS, Francisco Aquinei Timóteo. **Brechas da narrativa e profundezas do cotidiano: micro-história italiana e jornalismo em O olho da rua**, de Eliane Brum. 253f. Tese (Doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Vale do Rio dos Sinos, 2020.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.
- SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- VEJA**. Globo afasta William Waack após vazamento de vídeo na internet. 8 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/entretenimento/globo-afasta-william-waack-apos-video-vazado-na-internet/>. Acesso em: 19 de junho de 2020.
- WAACK, William. Não sou racista, minha obra prova. In: **Folha de S. Paulo**. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2018/01/1950180-nao-sou-racista-minha-obra-prova.shtml>. Acesso em 26 de junho de 2020.

UM ESTUDO SOBRE A COBERTURA DA QUINZENA DA MULHER NEGRA NO SITE NOTÍCIAS DO ACRE

Jaine Araújo da Silva
Francielle Maria Modesto Mendes

A notícia é instrumento útil para a compreensão do mundo, segundo Alfredo Pereira Júnior (2005). O autor parte do princípio de que o jornalismo é um espaço de construção do real, sendo que a produção da notícia depende do envolvimento de diversos atores, entre os quais podem ser citados os próprios jornalistas e as empresas de comunicação às quais eles estão vinculados. Ou seja, a notícia é um produto construído por diversas mãos, sendo afetada por vários atores e, portanto, por suas ideologias, objetivos e interesses.

Pereira Júnior (2005) supõe que “os jornalistas constroem representações da economia, da política e da cultura que contribuem fortemente para a construção do mundo pela sociedade” (PEREIRA JÚNIOR, 2005, p. 03). Na visão do autor, o jornalismo desempenha papel fundamental no modo como as pessoas formulam ideias acerca dos assuntos noticiados e, mais do que isso, influencia a forma como lidam com os assuntos.

Para tanto, as notícias são processadas dentro dos próprios veículos de comunicação a partir de práticas profissionais naturalizadas e rotinizadas. Neste sentido, Mauro Wolf (1999) argumenta que na produção de notícias em massa há, de um lado, a cultura profissional e, de outro, as restrições inerentes à organização do trabalho. Esses dois aspectos provocam a existência do que Wolf chama de noticiabilidade dos fatos, ou seja, “o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que selecionar as notícias” (WOLF, 1999, p. 85).

Os valores-notícia, por sua vez, são considerados por Wolf (1999) como componentes da noticiabilidade. Esses componentes combinados entre si de modos variados são utilizados para facilitar a elaboração das notícias, pois simplificam a complexidade dos fatos a partir de suas características. Os valores/notícia podem ser utilizados de duas formas: 1) como “critérios de seleção dos elementos dignos de serem incluídos no produto final, desde o material disponível até a redação” (WOLF, 1999, p. 85); e 2) como “linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na preparação das notícias a apresentar ao público” (WOLF, 1999, p. 85). Os

valores/notícia permeiam, então, toda a rotina profissional dos jornalistas, do início ao fim da publicação do material, guiando e definindo os procedimentos de produção da notícia.

Com base nisso, esta pesquisa compreende a notícia como uma forma de constituir representações, posto que é uma re-apresentação dos acontecimentos noticiados. Assim, o estudo tem como fio condutor a pergunta: como o *site Notícias do Acre* tratou a cobertura sobre a Quinzena da Mulher Negra entre os anos de 2015 e 2019? Pressupõe-se que, por ser um veículo da assessoria de comunicação do governo do estado, as pautas relacionadas à Quinzena são tratadas tendo foco nos feitos do governo com relação às mulheres negras.

O objetivo geral deste artigo é estudar sobre as representações da Quinzena construídas pelo jornalismo no *site Notícias do Acre*. Os objetivos específicos são: 1) discutir o conceito de representação e sua aplicação no jornalismo; 2) investigar como a Quinzena da Mulher Negra é construída nas matérias do *site* no que diz respeito a sua origem, objetivos, programação, espaços ocupados e relação com a vida das mulheres negras acreanas.

A pesquisa justifica-se pelo fato da Quinzena da Mulher Negra ser um evento importante à medida que chama a atenção para os interesses e os problemas sociais que atingem as mulheres negras, pessoas socialmente subjugadas e cujo acesso a direitos é impedido por mecanismos construídos em todas as esferas de poder, inclusive no simbólico.

Na visão de Lélia Gonzalez (1984), o lugar específico que mulheres negras ocupam determina a interpretação sobre o fenômeno duplo que envolve racismo e sexismo: “Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZALEZ, 1984, p. 224).

Assim, considera-se importante analisar as pistas que o jornalismo de um veículo² vinculado ao governo do estado dá quanto ao tratamento da pauta de um evento tão significativo. Em se tratando da metodologia empregada, será feito uso de pesquisa bibliográfica para explorar o conceito de representação e sua aplicação no jornalismo bem como para explicar as origens da Quinzena da Mulher Negra no âmbito internacional e nacional. Já para o estudo do *corpus*, será utilizada a Análise de Conteúdo com base na perspectiva adotada por Laurence Bardin (2016).

REPRESENTAÇÕES NO JORNALISMO

Conforme Murilo Soares (2009), todas as realizações humanas podem ser analisadas a partir do conceito de representação. Para o autor, os meios de comunicação modernos constituem a tecnologia máxima da representação no sentido da reapresentação, da semelhança, da simulação, de modo que a comunicação midiática não deixa aparente as expressões

1 Entre 2015 e 2018 o *site* fez assessoria para o governo de Tião Viana (Partido dos Trabalhadores). A partir de 2019, assessora Gladson Cameli (Progressistas).

2 Conforme Graça Monteiro (2009), a análise de notícias produzidas tendo as instituições como geradoras de informação facilita a compreensão da ideia de que jornalistas não são isentos. Para a autora, divulgação e ocultamento de ocorrências só podem ser efetivados caso haja interesses nisso. Nessa dinâmica, os assessores de imprensa são a ponte entre instituição assessorada e veículos jornalísticos, encaminhando *releases* – notícias produzidas pela assessoria – e sugerindo pautas, a fim de agendar os assuntos e potencializar a chance de cobertura jornalística. Dessa forma, entendemos que os textos produzidos em âmbito institucional têm semelhanças em relação ao trabalho desenvolvido pelos veículos de jornalismo, pois em ambos os casos a notícia é uma construção da realidade e, como tal, está sujeita a influências humanas e editoriais. Por isso, os textos serão analisados a partir dos pressupostos do jornalismo, embora tenham origem em um veículo de assessoria.

das ideologias, “elas se manifestam de forma tácita, como vestígios ou traços implícitos em narrativas do jornalismo, da ficção, da publicidade e da propaganda.” (SOARES, 2009, p. 18).

De acordo com o autor, a ideia de representação parte do reconhecimento do caráter produzido inerente a ela. “No entanto, as marcas dessa produção podem ser obliteradas sutilmente, ficando invisíveis, tanto no caso dos discursos verbais como nas imagens fotográficas ou eletrônicas” (SOARES, 2009, p. 19). Isso é o que fazem os jornalistas e os veículos de comunicação quando afirmam que apenas relatam os acontecimentos.

Neste sentido, Miquel Alsina (2009) defende que “A notícia é uma representação social da realidade quotidiana, gerada institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (ALSINA, 2009, p. 14). O jornalismo produz um discurso social que está inserido em um sistema de produção que obedece a uma lógica industrial, conforme o autor, embora muitos jornalistas e veículos se autointitulem como portadores da verdade, do real, colocando-se como meros receptores e transmissores de informação para o público.

Indubitavelmente, a organização condiciona a produção não só no nível técnico, mas também no nível ideológico. A própria profissão do jornalismo se autolegitima no seu papel de puro e simples transmissor da realidade social. Mas dificilmente os jornalistas reconhecem que levam à frente uma construção da realidade social, como se isso fosse reconhecer a existência de uma espécie de “pecado original” do próprio jornalismo (ALSINA, 2009, p. 52).

Segundo Soares (2009), por se apresentarem como um retrato do mundo, as representações veiculadas por meio das culturas de massas

instauram ou sancionam, homologam, naturalizam certos vieses, os quais, no âmbito discursivo, sugerem que esse é o modo de ser da sociedade representada, podendo servir para fixar ou confirmar estereótipos étnicos, sociais, de gênero, profissionais. Trata-se ora da instauração de padrões “normais” ou “modelos”, ora de imagens pejorativas ou idealizadas de populações, categorias sociais, minorias etc (SOARES, 2009, p. 19-20).

Assim, a interferência ativa dos autores dos discursos, sejam eles imagéticos, sejam verbais, tem potencial para influenciar as percepções sobre o que ou quem é ali representado, o que contribui para o estabelecimento ou para a fixação de estereótipos (SOARES, 2009). O autor ressalta que o jornalismo é “um relato particular dos acontecimentos, ou seja, uma narrativa construída sobre um aspecto do mundo selecionado” (SOARES, 2009, p. 20). Assim, há diálogo com o que Alsina (2009) observa sobre a notícia: “apenas mais uma das realidades que nós, indivíduos, construímos todos os dias” (ALSINA, 2009, p. 52).

Para Alsina (2009), os jornalistas são construtores da realidade, assim como todas as outras pessoas, porém têm o poder de dar estilo narrativo e divulgação a essa realidade, tornando-a pública. Por meio do trabalho dos jornalistas é transmitida, então, a atualidade, conhecimento específico ao qual os sujeitos têm acesso caso queiram alcançar o conhecimento de determinado contexto (ALSINA, 2009). O jornalismo desempenha um papel que vai além da mediação entre as pessoas e suas percepções acerca do mundo. Assim, fazer notícia é uma das formas de construir a realidade e a relação das pessoas com ela.

O papel de construção da realidade social como realidade pública e socialmente relevante desempenhado pelos jornalistas é institucionalizado e legitimado (ALSINA, 2009). Contudo, o autor frisa que a construção da notícia não envolve apenas a sua produção, mas também a circulação e o consumo. Para que as três fases sejam de fato desenvolvidas é ne-

cessário que seja firmado um “contrato pragmático fiduciário social e historicamente definido” (ALSINA, 2009, p. 47). A estratégia é construir um discurso digno de confiança. É para isso que o jornalista faz uso das aspas, apresenta dados e depoimentos que evidenciem que não existem dúvidas sobre a questão abordada na matéria jornalística, conforme o autor.

QUINZENA DA MULHER NEGRA: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha foi instituído em 1992 a partir do primeiro Encontro de Mulheres Negras Latinas e Caribenhas em Santo Domingo, na República Dominicana (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019, online). O Encontro teve a finalidade de discutir e propor soluções para os problemas que atingem massivamente a população negra e, de modo ainda mais específico, as mulheres negras, tais como a desigualdade socioeconômica e a violência. Havia o entendimento de que só seria possível solucioná-los efetivamente caso partissem das vivências e das perspectivas dessas mulheres.

A partir do Encontro de Mulheres Negras Latinas e Caribenhas houve a criação da Rede de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas que lutou junto à Organização das Nações Unidas (ONU) para a definição do dia 25 de julho como o Dia Internacional da Mulher Negra, Latino Americana e Caribenha. No Brasil, devido à Lei nº 12.987/2014, a data é definida como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019, online).

Como aponta texto publicado no *site*³ da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Tereza de Benguela é um dos nomes apagados pela historiografia oficial brasileira. Não há certeza quanto a seu local de nascimento, tampouco sobre as causas de sua morte. Ela viveu no século XVIII e foi casada com o líder do Quilombo do Piolho, José Piolho. Este quilombo foi o maior do Mato Grosso.

Sob o comando de Tereza de Benguela, o também conhecido como Quilombo do Quariterê resistiu à escravidão abrigando mais de 100 pessoas, com notada presença de negros e indígenas. No território de difícil acesso Tereza coordenou um aparato de defesa e articulou uma espécie de parlamento para que as ações da comunidade fossem decididas em grupo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, online).

Assim, em alusão ao Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra são promovidos eventos em diversos estados do Brasil para expor, debater e elaborar formas de enfrentamento aos problemas sociais que atingem majoritariamente mulheres negras. No Acre, é realizada a Quinzena da Mulher Negra desde 2013. As últimas duas semanas do mês de julho são destinadas à execução de eventos que tratam das problemáticas que atingem as mulheres negras. As atividades são realizadas pelo governo do estado em parceria com prefeituras.

CORPUS E METODOLOGIA DE ANÁLISE

O *corpus* desta pesquisa é composto por matérias publicadas no *site Notícias do Acre*⁴, a agência de notícias do governo do Acre. Criado em 2007, o veículo tem sete mil acessos diários, conforme matéria publicada no endereço em outubro de 2019 (NOTÍCIAS DO ACRE,

³ Disponível em: <https://bit.ly/38ByiTe>. Acesso em 8 de julho de 2020.

⁴ Disponível em: < <https://agencia.ac.gov.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

2019, online). Os textos coletados foram publicados entre os anos 2015 e 2019⁵. A escolha da temática se justifica pela repetição significativa de textos sobre a Quinzena da Mulher Negra no referido *site*. Para fins de seleção, foi definido que seriam analisadas as matérias que mencionassem diretamente a Quinzena no título. Deste modo, no universo de 24 textos coletados no *site Notícias do Acre*, chegou-se ao resultado final de 10 textos que citam a Quinzena logo no título (Tabela 1).

Tabela 1 – Matérias analisadas

Título	Autoria	Data de publicação
Acre se prepara para 3ª Quinzena da Mulher Negra	Concita Cardoso	02 jun. 2015
Terceira Quinzena da Mulher Negra começa dia 16 de julho	Concita Cardoso	06 jul. 2015
Quinzena da Mulher Negra discute políticas afirmativas para a população negra.	Concita Cardoso	16 jul. 2015
Começam os preparativos para a 5ª Quinzena da Mulher Negra	Texto não assinado (Notícias do Acre)	15 jun. 2017
Abertura da 5ª Quinzena da Mulher Negra é realizada na Baixada do Sol	Texto não assinado (Notícias do Acre)	18 jul. 2017
Debates da 5ª Quinzena da Mulher Negra são promovidos no interior.	Texto não assinado (Notícias do Acre)	28 jul. 2017
Quinzena da Mulher Negra será realizada em Rio Branco	Texto não assinado (Notícias do Acre)	13 jul. 2018
VI Quinzena da Mulher Negra promove conscientização da população	Texto não assinado (Notícias do Acre)	16 jul. 2018
Quinzena da Mulher Negra discute o enfrentamento ao racismo	Luana Lima	04 jul. 2019
Estado participa da 7ª Quinzena da Mulher Negra	Luana Lima	11 jul. 2019

Fonte: Elaborada pela autora.

Para exploração do *corpus* será feita uma análise do conteúdo (AC), definida por Laurence Bardin como

⁵ Este *corpus* constitui parte do conteúdo a ser analisado em uma pesquisa mais ampla, que está em andamento, acerca das representações das mulheres negras em veículos acreanos de comunicação. Por este motivo, as matérias analisadas aqui foram encontradas por meio de buscas das palavras-chave “mulher negra” e “mulheres negras”, no *Google* e no próprio *site* que é o objeto empírico desta pesquisa, deixando de lado a possibilidade de fazer uso da palavra-chave “Quinzena da Mulher Negra” nas buscas. Também devido a esta metodologia de coleta dos textos, não foram identificados textos referentes à Quinzena da Mulher Negra realizada em 2016.

um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (BARDIN, 2016, p. 37)

Para a autora, a análise de conteúdo tem duas funções que podem ou não coexistir: 1) a heurística, quando a AC é utilizada com o objetivo exploratório; 2) a de administração da prova, quando é usada para testar hipóteses. A intenção deste conjunto de técnicas é inferir conhecimentos sobre as condições de produção e, eventualmente, de recepção, recorrendo a indicadores que podem ser ou não quantitativos (BARDIN, 2016).

Nesta investigação, com base na hipótese e nos objetivos geral e específicos propostos, foram definidas as seguintes categorias de análise: 1) Relação da Quinzena com a vida das mulheres negras que vivem no Acre; 2) Origem da Quinzena; 3) Objetivos da Quinzena; 4) Espaços ocupados pela Quinzena; e 5) Programação da Quinzena.

ANÁLISE DOS TEXTOS

De acordo com o Censo Demográfico feito em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Acre tem 733.559 habitantes. Destes, 365.235 são mulheres. Quando analisamos os dados a partir dos critérios de autodeclaração de cor/raça percebemos que 66,3% das mulheres acreanas se autodeclararam pardas (241.081 pessoas). Enquanto as pretas representam 5,8% (18.280 pessoas). A população negra do país é composta pela soma desses dois grupos de cor/raça, segundo a definição do IBGE. A partir desta soma, conclui-se que 72,1% das mulheres acreanas são negras. Os resultados da pesquisa na capital do estado são semelhantes: 70,4% da população feminina rio-branquense é negra.

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019, o Acre ocupa o segundo lugar no *ranking* de estados mais pardos com 74,1% de pessoas autodeclaradas dessa forma, ficando atrás apenas do Amazonas onde o índice chega a 78,7%. Com relação à cor preta, o Acre ocupa a vigésima primeira colocação, com 5,1% da população autodeclarada deste modo.

Entretanto, pensando na primeira categoria de análise, nas matérias coletadas não há nenhuma referência a estes ou a outros dados ou estudos que evidenciem que a presença de pessoas negras no Acre é bastante expressiva. É importante ressaltar isso porque impera no estado, assim como em outros locais do país, uma negação do reconhecimento da identidade negra. Ou seja, muitas pessoas não consideram a si ou a outras pessoas como negras.

No que diz respeito à categoria “Relação da Quinzena com a vida das mulheres negras que vivem no Acre”, as matérias analisadas trazem referências às ações propostas a partir da Quinzena da mulher negra, caso do texto *Acre se prepara para 3ª Quinzena da Mulher Negra*:

“A ajuda de parceiros na elaboração de uma agenda extensa para a construção de estratégias de enfrentamento ao racismo, discriminação, preconceito e outras desigualdades raciais e sociais é de suma importância. Grandes avanços já foram registrados nas áreas de saúde, educação, segurança”, afirma a chefe do Departamento de Promoção da Igualdade Racial da Sejudh, Almerinda Cunha. [...] Segundo a secretária Adjunta da Mulher em Rio Branco, Graça Lopes, “a ideia é estabelecer, nesses quinze dias, ações para serem implementadas” (CARDOSO, 2015a, online).

Apesar de afirmar que há avanços nas áreas de segurança, saúde e educação, a matéria não explica quais seriam esses avanços. Se explicasse, o texto conseguiria se aproximar mais da realidade das leitoras, pois apresentaria maior materialidade, relação com a vida das mulheres negras. Na segunda fala, há menção a ações a serem implementadas e, mais uma vez, não se explica que ações são essas, como seriam executadas e, principalmente, como impactariam a vida das mulheres negras que vivem no Acre.

No texto *Terceira Quinzena da Mulher Negra começa dia 16 de julho*, Almerinda Cunha, chefe do Departamento de Promoção da Igualdade Racial da Sejudh, afirma que:

Infelizmente no Brasil a cidadã negra apresenta menor nível de escolaridade, trabalha mais e com rendimento mínimo. As poucas que conseguem romper as barreiras do preconceito e da discriminação racial e ascender socialmente necessitam se empenhar mais e abdicar de outros aspectos de suas vidas, como lazer, relacionamento e maternidade. (CARDOSO, 2015b, online)

No trecho é possível perceber uma referência às desigualdades e opressões enfrentadas por mulheres negras no Brasil no que diz respeito às áreas de educação, trabalho e renda. Há ainda a abordagem sobre os sacrifícios que mulheres negras precisam fazer para alcançar alguma melhora de vida. Para Sueli Carneiro (2011, online), o cimento para todas as hierarquias de gênero e raça foi a violência sexual imposta às mulheres negras escravizadas. Conforme a pensadora,

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras. (CARNEIRO, 2011, online)

Dito de outro modo, existe uma série de ações que devem ser executadas para que de fato o movimento feminista consiga atender às demandas das mulheres negras que têm especificidades em relação às mulheres não-negras, além de serem dotadas de capacidade intelectual para projetar alternativas de mudança social. Carneiro (2011, online) cita ações nas áreas da saúde, do mercado de trabalho, da segurança – referindo-se aos casos de violência contra mulheres negras. Todas essas especificidades só são percebidas se houver olhar atento para a forma como a sociedade se organiza e lida com essas problemáticas. É a partir da observação às vivências e aos arranjos sociais que podem ser estruturadas alternativas de enfrentamento aos problemas que se apresentam.

Entretanto, a jornalista que assina o texto não apresenta dados que aproximem a mulher acreana das problemáticas apresentadas na fala da gestora Almerinda Cunha. Além disso, não discute pontos como estes apresentados por Carneiro (2011), por exemplo, como áreas em que as mulheres negras estão em maior vulnerabilidade.

A matéria *Começam os preparativos para a 5ª Quinzena da Mulher Negra* apresenta uma fala de Manoel Lima, secretário municipal de Articulação Comunitária e Social de Rio Bran-

co: “Nós fizemos uma reunião com todos os coordenadores das regionais urbanas e rurais de Rio Branco e estamos nessa luta para combater qualquer tipo de preconceito e discriminação” (NOTÍCIAS DO ACRE, 2017a, online). Há referência às palavras “preconceito” e “discriminação” sem que haja uma explicação ou reflexão mais aprofundada sobre os termos. Que discriminações foram identificadas? Como a articulação comunitária e social, área de trabalho do secretário, pode ajudar a enfrentá-las? Os coordenadores das regionais urbanas e rurais de Rio Branco apresentaram demandas sobre isso vindas de seus bairros de atuação? São perguntas que permanecem sem respostas no texto.

O texto *Quinzena da Mulher Negra discute políticas afirmativas para a população negra* fala: “o governo do Estado, por meio das Secretarias de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh) e de Políticas para as Mulheres (SEPMulheres), em parceria com a prefeitura de Rio Branco, pretende refletir, sensibilizar e pensar políticas públicas voltadas para esse público” (CARDOSO, 2015c, online). Apesar da ênfase em dizer que o governo do estado e a prefeitura da capital estão empenhados em pensar políticas públicas para as mulheres negras, mais uma vez há uma lacuna no que diz respeito às explicações ou pelo menos à listagem destas políticas públicas.

O texto *Abertura da 5ª Quinzena da Mulher Negra é realizada na Baixada do Sol* afirma que a Caravana da Igualdade Racial “proporciona a população o conhecimento das políticas de promoção da igualdade racial” (NOTÍCIAS DO ACRE, 2017b, online). Apesar disso, não explica como esse conhecimento chegou à população, qual a metodologia utilizada para sua difusão, quem foram as pessoas atingidas. Além disso, o texto também deixa a desejar, pois já que se trata de um evento que supostamente tem caráter popular, por que o/a jornalista não ouviu ao menos uma cidadã que participara do evento? A utilização de falas de outras pessoas serve justamente para que o texto jornalístico não seja apenas um relato do profissional, mas um discurso digno de confiança (ALSINA, 2009).

A notícia traz, ainda, uma fala genérica do secretário de Justiça e Direitos Humanos, Nilson Mourão: “Queremos ser portadores de uma mensagem na qual as pessoas possam viver de modo humanizado, respeitadas, com dignidade, independentemente de qualquer coisa” (NOTÍCIAS DO ACRE, 2017b, online). Em certa medida, a frase expressa o já conhecido discurso de que “somos todos iguais” que em nada contribui para o avanço nas discussões raciais e de gênero, por exemplo. Na prática, em razão da generalização, há o afastamento dos debates que envolvem o público central da Quinzena, as mulheres negras, pois quando se generaliza deixa-se de lado a possibilidade de entender como se dão as dinâmicas de opressão sofridas por este grupo e, conseqüentemente, renuncia-se à possibilidade de entender como as problemáticas que se apresentam podem ser resolvidas.

Discurso semelhante pode ser percebido no texto *Quinzena da Mulher Negra será realizada em Rio Branco*, no qual Almerinda Cunha diz: “Este é um evento que visa alcançar a sociedade civil seja negra ou não, queremos ampliar o debate sobre direitos e deveres de todos os cidadãos independente (*sic*) da cor da pele” (NOTÍCIAS DO ACRE, 2018a, online). A frase expressa a ideia de interesse na ampliação das discussões para toda a sociedade. Porém, ao final, gera a noção de falsa simetria entre cidadãos negros e brancos. Ao dizer que as discussões sobre direitos e deveres independem da condição racial, tira-se o foco das mulheres negras, que, vale ressaltar, estão longe de ocupar situação de igualdade com os demais grupos.

Neste sentido, Sueli Carneiro (2011) argumenta que a posição ocupada pelas mulheres negras nas lutas dos movimentos negros e feministas é singular e estratégica, diferenciando-se, por um lado, das mulheres brancas e, por outro, dos homens negros:

O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, 2011, online).

Voltando à análise do texto, Cunha continua: “Segundo o IBGE a maioria dos acreanos é considerada negra, embora muitos ainda não tenham esse entendimento. Queremos ampliar as políticas de promoção da igualdade racial, a valorização dos povos e nossas culturas” (NOTÍCIAS DO ACRE, 2018a, online). A partir da fala expressa no primeiro período da frase, percebe-se que ela tem ciência da recorrência da negação da negritude em terras acreanas. Mais uma vez, a/o repórter perde a oportunidade de explorar tal colocação.

No segundo período, repete-se o ato de apenas anunciar o que se pretende fazer, sem dar detalhes ou mostrar resultados dos trabalhos já realizados, afinal a primeira edição da Quinzena da Mulher Negra no Acre fora realizada dois anos antes. A matéria diz, ainda, que o evento prepararia as participantes para o Encontro Nacional de Mulheres Negras, a ser realizado em São Paulo em agosto daquele ano, mas não explica do que se trata esse encontro.

O texto VI *Quinzena da Mulher Negra promove conscientização da população* afirma que na abertura do evento a prefeita de Rio Branco, Socorro Neri, lançou o Plano Municipal de Igualdade Racial “que tem por objetivo geral estabelecer políticas com ações permanentes, sendo incorporada uma agenda pública reconhecendo as demandas específicas da população afrodescendente e povos indígenas residentes na cidade de Rio Branco” (NOTÍCIAS DO ACRE, 2018b, online).

A publicação do Plano foi celebrada pela secretária adjunta de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Elza Lopes, que o considera uma conquista de toda a sociedade rio-branquense: “Para nós é um marco importante. Nos quinze dias de ativismo, estaremos apresentando nossa bandeira de luta de promoção de igualdade de direitos sociais, além do lançamento do plano municipal de igualdade racial, que é uma conquista de todos nós” (NOTÍCIAS DO ACRE, 2018b, online). A publicação de um documento como este é importante. Porém, a matéria não traz nada a respeito do documento em si. O aprofundamento deste assunto poderia gerar uma aproximação da Quinzena com as mulheres negras que vivem no Acre, pois mostraria o que de concreto está sendo feito para o enfrentamento das opressões que as atingem de forma singular.

O texto *Quinzena da Mulher Negra discute o enfrentamento ao racismo* também traz falas de gestoras, como é o caso de Goreth Pinto, da Secretaria de Estado de Assistência Social, dos Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres (SEASDHM): “No momento há pelo menos três projetos em fase de execução, sendo que para o ano de 2020 está sendo construído um novo projeto objetivando formar gestoras para o enfrentamento ao racismo institucional em todos os municípios no Acre” (LIMA, 2019a, online). Apesar da aparente boa notícia, não há explicações sobre como seriam executados tais projetos.

As matérias VI *Quinzena da Mulher Negra promove conscientização da população* (NOTÍCIAS DO ACRE, 2018b, online) e *Estado participa da 7ª Quinzena da Mulher Negra* (LIMA, 2019b, online) chegam a citar brevemente a baixa representatividade de mulheres negras na política e em cargos de poder e decisão, mas as/os profissionais que assinam os textos também não aproveitam a oportunidade para expor dados referentes à realidade acreana.

No que diz respeito à categoria “Origem da Quinzena”, apenas uma das 10 matérias coletadas faz menção à criação do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha: “O Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, 25 de julho, teve origem durante o 1º Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Caribenhas realizado em Santo Domingo, na República Dominicana, em 1992” (LIMA, 2019b, online).

Além disso, a matéria detalha que a definição do dia 25 de julho, no Brasil, é uma homenagem a Tereza de Benguela, que é apresentada do seguinte modo:

líder quilombola que se tornou rainha, resistindo bravamente à escravidão por duas décadas. Tereza de Benguela foi uma liderança quilombola, que viveu durante o século 18. Com a morte do companheiro, ela se tornou a rainha do quilombo, e, sob sua liderança, a comunidade negra e indígena resistiu à escravidão por duas décadas, sobrevivendo até 1770, quando o quilombo foi destruído. (LIMA, 2019b, online)

Outros 6 textos relacionam a Quinzena com o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, e apenas 3 falam sobre a definição da data. O texto *Acre se prepara para 3ª Quinzena da Mulher Negra* diz: “A data foi designada em 1992 para propor uma reflexão do papel das mulheres negras nesses continentes” (CARDOSO, 2015a, online). Já nos textos *Terceira Quinzena da Mulher Negra começa dia 16 de julho* e *Quinzena da Mulher Negra discute políticas afirmativas para a população negra*, há a frase “A data é um marco internacional da luta e resistência da mulher negra contra a opressão de gênero, o racismo e a exploração de classe” (CARDOSO, 2015b, online; CARDOSO, 2015c, online).

Observa-se, então, que há a prática de copiar e colar conteúdo do próprio *site*, sem nenhum cuidado com a edição ou busca por aprofundamento ou variação das questões tratadas. Vale ressaltar, ainda, que apenas 10 dias separam a publicação dos textos. Apesar disso, nota-se que a autora cita três das principais fontes de opressão de mulheres negras brasileiras: opressão de gênero, de raça e de classe, embora não discorra sobre nenhuma delas. Além disso, nenhuma das matérias menciona a Lei nº 12.987/2014, que institui o dia 25 de julho como Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, no Brasil.

Analisando os textos a partir da terceira categoria, percebe-se que os *leads* de 5 das 10 matérias coletadas apresentam os “Objetivos da Quinzena”: “Tornar visível a situação das mulheres negras, expor as dificuldades e, principalmente, promover sua acessibilidade às políticas públicas” (CARDOSO, 2015a, online), diz o texto *Acre se prepara para 3ª Quinzena da Mulher Negra*. Na matéria *Terceira Quinzena da Mulher Negra começa dia 16 de julho*, repete-se a mesma frase só que sem a palavra “principalmente” (CARDOSO, 2015b, online). O texto *Quinzena da Mulher Negra discute políticas afirmativas para a população negra* diz que a Quinzena da Mulher Negra 2015 buscava “divulgar e debater sobre as políticas afirmativas voltadas para a população negra” (CARDOSO, 2015c, online). Na notícia *Abertura da 5ª Quinzena da Mulher Negra é realizada na Baixada do Sol* afirma-se que o objetivo do evento era “fortalecer a identidade e as organizações das mulheres negras” (NOTÍCIAS DO ACRE, 2017b, online).

Por último, o texto *Debates da 5ª Quinzena da Mulher Negra são promovidos no interior* diz que “intensificar os debates para combater o racismo contra mulheres negras e, ainda, ampliar e assegurar direitos dessa população” foram as metas da 5ª Quinzena (NOTÍCIAS DO ACRE, 2017c, online).

Diante destes *leads* é possível inferir que a prática de copiar e colar conteúdo do próprio *site* permanece sendo exercida. Além disso, nota-se que são apontados como objetivos da Quinzena: 1) a difusão das especificidades das vidas de mulheres negras, ou seja, o evento serve, segundo os textos, para expor as problemáticas que atingem de forma específica esse grupo que representa parte expressiva da população acreana; 2) divulgar e debater políticas públicas e direitos desse grupo; 3) fortalecer identidade dessas mulheres; e 4) promover o enfrentamento ao racismo.

Apesar da significativa presença nos *leads*, a referência aos objetivos da Quinzena não se limita a esse espaço textual. É possível percebê-la nas falas das fontes em outros parágrafos, caso do texto *Começam os preparativos para a 5ª Quinzena da Mulher Negra*: “A proposta da quinzena é intensificar o debate sobre o enfrentamento ao racismo, sobre a vulnerabilidade socioeconômica da mulher negra e os demais temas que são empecilho à igualdade racial” (NOTÍCIAS DO ACRE, 2017a, online).

Este trecho foi publicado entre aspas. A frase teria sido dita pela chefe da Sejudh, Almerinda Cunha. Entretanto, a matéria *Abertura da 5ª Quinzena da Mulher Negra é realizada na Baixada do Sol*, também sem assinatura e publicada três dias depois, traz exatamente a mesma frase no meio do texto, sem aspas. Isso evidencia novamente a prática de copiar e colar conteúdo.

A notícia *Quinzena da Mulher Negra será realizada em Rio Branco* também apresenta objetivos da Quinzena em nome de Cunha:

Representando a Associação de mulheres negras do Acre, Almerinda Cunha, considera que o evento é uma oportunidade fazer (*sic*) conhecer as ações desenvolvidas no estado visando a promoção da igualdade racial, promover o debate sobre o que ainda precisa ser feito sobre a temática, além de oportunizar espaços de manifestações de cultura dos povos afrodescendentes (*sic*). (NOTÍCIAS DO ACRE, 2018a, online)

Nesta passagem é possível perceber ênfase na divulgação de ações desenvolvidas no estado para a promoção da igualdade racial. Contudo, não há exposição dessas ações. Se elas existem, por que as/os jornalistas da assessoria do governo não escrevem sobre elas?

No texto *Estado participa da 7ª Quinzena da Mulher Negra* afirma-se: “Assim como o Dia Internacional da Mulher (comemorado em 8 de março), o 25 de julho não tem como objetivo festejar, a ideia é fortalecer as organizações voltadas às mulheres negras e reforçar seus laços, trazendo maior visibilidade para sua luta” (LIMA, 2019b, online). Dessa forma, repete-se dois dos quatro objetivos listados anteriormente.

Em se tratando dos “Espaços Ocupados”, quarta categoria de análise, as atividades da Quinzena ocorrem majoritariamente em espaços institucionais em Rio Branco. No que se refere às aberturas, percebe-se que as Quinzenas de 2015 e 2019 foram realizadas no auditório da prefeitura da capital acreana, conforme os textos *Quinzena da Mulher Negra discute políticas afirmativas para a população negra* (CARDOSO, 2015c, online) e *Estado participa da 7ª Quinzena da Mulher Negra* (LIMA, 2019b, online). A abertura da edição de 2018 foi promovida

na biblioteca pública, também situada no Centro, segundo a matéria *Quinzena da Mulher Negra será realizada em Rio Branco* (NOTÍCIAS DO ACRE, 2018a, online).

Somente a abertura de 2017 foi feita em outro bairro, como registra o texto *Abertura da 5ª Quinzena da Mulher Negra é realizada na Baixada do Sol* (NOTÍCIAS DO ACRE, 2017b, online). Conforme a matéria, a abertura ocupou uma praça localizada em uma região distante do centro da cidade e que agrega uma série de bairros, a Sobral. Conforme o texto, Almeirinda Cunha informou que a caravana já havia passado pelo bairro São Francisco e passaria depois pelo bairro Seis de Agosto. Na mesma notícia, Cunha questiona: “De que adianta ter políticas se a população não conhece. (sic) Então o nosso dever enquanto gestores de políticas de igualdade racial é levar esse debate para frente” (NOTÍCIAS DO ACRE, 2017b, online). Apesar disso, o texto não explica quais atividades foram/seriam realizadas nesses locais, tampouco apresenta informações quanto à participação das comunidades ou ouve cidadãos que participaram dos eventos.

O auditório da prefeitura de Rio Branco foi ocupado durante outras atividades: mesa-redonda com jornalistas sobre representações de mulheres negras nos meios de comunicação – Quinzena 2015 (CARDOSO, 2015c, online); definição da programação da Quinzena 2017 (NOTÍCIAS DO ACRE, 2017a, online); formação de preparação da Quinzena 2019 (LIMA, 2019a, online); e segundo encontro estadual de mulheres negras – 2019 (LIMA, 2019b, online).

Ainda na região central de Rio Branco foi realizada a Festa da Negritude, no Casarão, em 2017 (NOTÍCIAS DO ACRE, 2017c, online). Além disso, a definição da programação da Quinzena 2015 foi realizada na Secretaria Municipal Adjunta da Mulher (CARDOSO, 2015a, online) e a exposição fotográfica Mulheres Negras de Rio Branco, na Fundação Hospitalar de Rio Branco, ou seja, distante do Centro (CARDOSO, 2015b, online).

Entre os textos coletados há pouca referência às cidades do interior. O texto *Debates da 5ª Quinzena da Mulher Negra são promovidos no interior* (NOTÍCIAS DO ACRE, 2017c, online) afirma que atividades foram realizadas nos municípios de Xapuri, Brasileia, Epitaciolândia, Assis Brasil, Porto Acre, Sena Madureira, Capixaba, Senador Guiomard, Acrelândia, Capixaba, Bujari e Plácido de Castro.

O texto descreve somente as atividades realizadas neste último município com aspas da coordenadora da Associação de Mulheres Negras, Amine Carvalho: “Fizemos uma oficina sobre o racismo. Abordamos o histórico do Dia Internacional da Mulher Latino Americana e Caribenha, falamos do feminicídio e os altos índices de violência contra as mulheres negras” (NOTÍCIAS DO ACRE, 2017c, online). Contudo, mais uma vez, a matéria não apresenta dados referentes à situação acreana que corroborem a fala da coordenadora.

Observa-se, ainda, que é recorrente a listagem de municípios que serão ou que já foram alcançados pelas atividades da Quinzena da Mulher Negra, porém esta listagem fica isolada, sem que haja uma abordagem que enfoque as atividades realizadas nestes municípios. Este é o caso dos textos *Acre se prepara para 3ª Quinzena da Mulher Negra* (CARDOSO, 2015a, online); *Debates da 5ª Quinzena da Mulher Negra são promovidos no interior* (NOTÍCIAS DO ACRE, 2017c, online); e *Quinzena da Mulher Negra será realizada em Rio Branco* (NOTÍCIAS DO ACRE, 2018a, online).

Em contrapartida, são identificados alguns textos em que há a explicação de quais atividades foram realizadas em municípios acreanos. A notícia *Quinzena da Mulher Negra discute políticas afirmativas para a população negra* (CARDOSO, 2015c, online) registra a realização do 3º Encontro de Mulheres Negras de Epitaciolândia, e do 5º Encontro de Mulheres Negras de Xapuri.

Na quinta e última categoria, “Programação da Quinzena”, chama atenção o fato dos textos apresentarem adjetivos para caracterizar a programação, o que aparenta ser uma tentativa de hipervalorização. Isso pode ser percebido nos textos *Acre se prepara para 3ª Quinzena da Mulher Negra* (CARDOSO, 2015a, online) e *Terceira Quinzena da Mulher Negra começa dia 16 de julho* (CARDOSO, 2015b, online) que dizem: “O evento propõe uma série de atividades que vão tratar as especificidades de cada problema que envolve as mulheres negras e demandam políticas públicas”. A matéria intitulada *Quinzena da Mulher Negra discute políticas afirmativas para a população negra* afirma que “Uma extensa programação foi pensada para os próximos dias” (CARDOSO, 2015c, online). A notícia *Quinzena da Mulher Negra será realizada em Rio Branco*, por sua vez, diz: “serão desenvolvidas diversas atividades em Rio Branco, Xapuri, Epitaciolândia, Brasileia e Assis Brasil” (NOTÍCIAS DO ACRE, 2018a, online). E o texto *Estado participa da 7ª Quinzena da Mulher Negra* ressalta que o evento teria “uma vasta programação durante o mês de julho” (NOTÍCIAS DO ACRE, 2019b, online).

As atividades programadas para 2015 foram: mesa-redonda com jornalistas negras, exposição fotográfica Mulheres Negras de Rio Branco, encontro de mulheres negras de Brasileia e Xapuri, oficina de beleza afro em Bujari, roda de conversa com mulheres das comunidades tradicionais de matriz africana, encontro de mulheres negras: lutas, conquistas e desafios, e diálogo com a Segurança Pública sobre a juventude negra com recorte de gênero, conforme os textos *Terceira Quinzena da Mulher Negra começa dia 16 de julho* (CARDOSO, 2015b, online) e *Quinzena da Mulher Negra discute políticas afirmativas para a população negra* (CARDOSO, 2015c, online).

Já em 2017, a programação incluiu rodas de conversa, palestras, mostras de vídeo e atividades culturais, de acordo com a matéria *Abertura da 5ª Quinzena da Mulher Negra é realizada na Baixada do Sol* (NOTÍCIAS DO ACRE, 2017b, online). No ano em questão, foi realizada uma oficina sobre racismo no município de Plácido de Castro, o único para o qual existe uma matéria dedicada especificamente, o texto *Debates da 5ª Quinzena da Mulher Negra são promovidos no interior*. (NOTÍCIAS DO ACRE, 2017c, online).

Sobre a Quinzena de 2018, fala-se no texto *Quinzena da Mulher Negra será realizada em Rio Branco*: “Dentro da programação está inserida rodada de conversa (*sic*), capacitações, palestras, ocorrerá também o seminário estudantil de política de promoção da igualdade racial nos municípios, e o primeiro encontro estadual de mulheres negras” (NOTÍCIAS DO ACRE, 2018a, online). Na matéria *VI Quinzena da Mulher Negra promove conscientização da população* declara-se que acontecerá “atividades em Rio Branco e outras cidades acreanas, incluindo palestras, capacitações, oficinas, rodas de conversa, mostra de filmes, exposições e outras” (NOTÍCIAS DO ACRE, 2018b, online). Apesar disso, as matérias não falam especificamente de nenhuma dessas atividades.

Acerca da Quinzena 2019, o texto *Estado participa da 7ª Quinzena da Mulher Negra* (LIMA, 2019b, online) é o único que traz ao seu final uma lista com toda a programação. A lista é

extensa e traz atividades que seriam realizadas do dia 12 ao dia 30 de julho, em que pese o fato da abertura da Quinzena 2019 ter sido realizada somente dia 16 de julho. As atividades listadas na matéria são: palestras, debates e audiências públicas sobre diversos temas como violência doméstica e familiar, feminicídio, racismo institucional, direitos da mulher no parto, saúde da mulher negra, igualdade de gênero; há também a realização de um minicurso sobre a representação da mulher negra no cinema.

Além dessas atividades, outras, listadas no mesmo texto, chamam atenção. Naquele ano foi realizado um bate-papo com 750 mulheres que estavam sob medida protetiva “sobre os serviços disponíveis na Rede de Proteção e o cadastro no Botão da Vida”; um “Diálogo violência contra a mulher ribeirinha, indígenas e no campo, perspectivas e soluções”; “Roda de Conversa com jovens do Abrigo”; e “Roda de Conversa no CRAS-DPIR/DPM-SASDH”. Neste último caso, o fato da jornalista não abrir as siglas para evidenciar seu significado vai contra o que se costuma fazer na escrita de textos jornalísticos. Quando uma sigla não é amplamente conhecida o jornalista diz o que significa cada uma das letras que a compõem, justamente para facilitar a compreensão do público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A categoria “Relação da Quinzena com a vida das mulheres negras que vivem no Acre” permite concluir que os textos não mostram dados que corroborem as informações apresentadas nas notícias. Consequentemente, não há aproximação das informações com a vida local, e isso pode comprometer o interesse por parte das leitoras que não encontram nas matérias ligação entre suas vidas e as temáticas vinculadas à Quinzena da Mulher Negra.

Neste sentido, é possível relacionar tal comportamento do *site Notícias do Acre* com uma das categorias dos critérios de noticiabilidade referentes ao público: as notícias que permitem uma identificação por parte do espectador, como frisa Wolf (1999), com base em Gans (1979). Os textos analisados podem ter sido escritos tendo em vista a proximidade da temática com o público, levando em conta a presença significativa de mulheres negras no Acre. Entretanto, a análise dos textos leva à conclusão de que sua construção não foi pautada nisso. Ou seja, o valor/notícia “identificação por parte do espectador” não foi considerado ao longo de toda a produção das matérias.

Com relação à segunda categoria, “Origem da Quinzena”, percebe-se que os textos fazem uma apresentação breve que poderia ser melhor explorada a fim de evidenciar a importância da luta organizada de todos os grupos oprimidos, no geral, e de mulheres negras, em específico, tendo em vista a interseção de opressões sobrepostas em suas vivências.

Quanto à categoria “Objetivos da Quinzena”, nota-se o uso recorrente de verbos de ação na sua apresentação. Entretanto, é difícil notar nos textos registros que evidenciem a busca e a concretização dos objetivos, o que gera a percepção de que, embora se fale muito das várias ações almejadas, poucas medidas estão sendo tomadas para alcançá-las. Além disso, nos objetivos listados nas matérias, o foco sempre é voltado para a problemática do racismo, dispositivo fundamental à opressão de mulheres negras, mas não o único.

Com relação aos “Espaços ocupados”, conforme se percebe nas matérias, a Quinzena concentra a realização de suas atividades na região central de Rio Branco. Por um lado, isso é positivo, pois promove a ocupação de espaços públicos pelas cidadãs. Por outro lado, é

negativo pelo fato da Quinzena da Mulher Negra não se fazer presente com a mesma intensidade nas comunidades afastadas dali e que, na verdade, deveriam ser o principal público-alvo de ações como as da Quinzena. Afinal,

é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha (GONZALEZ, 1984, p. 231).

Quanto à “Programação da Quinzena”, por meio da leitura das matérias não foi possível identificar se nas Quinzenas de 2015, 2016, 2017, 2018 houve a mesma vastidão de atividades que em 2019. Mas, caso tenha havido, o jornalismo do *site Notícias do Acre* deixou de lado sua exploração, que renderia pautas interessantes. Isso fica ainda mais evidente quando se considera que é um *site* de assessoria do governo, pois, por exemplo, o bate-papo com as mulheres que estavam sob medida protetiva tinha potencial de gerar uma pauta que poderia chamar atenção dos veículos de jornalismo locais, ao passo em que a assessoria teria sucesso na missão de divulgar as ações dos órgãos públicos estaduais com relação às mulheres negras – neste caso, as que sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar.

Assim, conclui-se que se por um lado é conferido à pauta da Quinzena da Mulher Negra amplo espaço em se tratando de repetição da temática, por outro, ela é pouco cuidada e explorada, o que denota falta de êxito ou até mesmo de interesse na cobertura eficiente dessa pauta – em que pese o fato de em nenhuma das matérias analisadas haver o registro da presença dos governadores, Tião Viana e Gladson Cameli, o que pode ser um indicativo do motivo da falta de interesse em cobrir essa pauta com mais profundidade. Essa observação pode ser relacionada ao critério de noticiabilidade vinculado à importância da notícia “Grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável”, que diz respeito à presença ou relação de instituições governamentais com o fato noticiado.

Quando se comparam os textos de 2015 a 2018 (gestão de Tião Viana) e 2019 (gestão de Gladson Cameli), percebe-se que não há diferenças significativas. Em ambos os períodos, as matérias sobre a Quinzena somente apresentam fontes oficiais, notícias focadas nas atividades e em objetivos que estão em aberto e em afirmações genéricas sobre temáticas referentes às mulheres negras sem contextualização com a realidade local. O único elemento que diferencia os textos com relação a essa divisão periódica é o fato da última matéria publicada – *Estado participa da 7ª Quinzena da Mulher Negra* (LIMA, 2019b, online) – apresentar a lista com todas as atividades a serem realizadas na Quinzena daquele ano.

A análise também possibilita concluir que mais importante para o *site* é o volume de publicações e não sua qualidade, o que pode ser relacionado ao critério de noticiabilidade referente à “Disponibilidade de materiais e características específicas do produto informativo”. Este critério diz respeito à facilidade de acesso dos jornalistas ao fato que se pretende noticiar. Desse modo, entende-se que a alta frequência da pauta da Quinzena no *site* é possibilitada pela facilidade de acesso dos jornalistas do veículo aos gestores das secretarias relacionadas ao evento, fontes únicas das matérias.

Assim, deixa-se de lado uma abordagem interessada em falar para além do que já fora dito – fato corroborado pelas práticas de copiar e colar conteúdo nas matérias, apenas lis-

tar objetivos e atividades sem explicação de nenhum deles, colocar aspas de gestores que dizem pouco ou utilizam palavras de forma genérica sem ter o cuidado de explicar como tais problemáticas se manifestam no Acre etc. Desse modo, a hipótese sugerida no início da pesquisa foi parcialmente confirmada, pois a análise dos textos comprova que há a tentativa de evidenciar os feitos dos órgãos vinculados ao governo do estado e à prefeitura da capital – mesmo que esta não seja assessorada pelo veículo –, embora não haja a exposição de tais feitos nas matérias jornalísticas analisadas.

REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Tradução de Jacob A. Pierce. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. – São Paulo: Edições 70, 2016.
- CARDOSO, Concita. Acre se prepara para 3ª Quinzena da Mulher Negra. **Notícias do Acre**, 2 jun. 2015a. Disponível em: <https://bit.ly/39nLYBx>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- CARDOSO, Concita. Terceira Quinzena da Mulher Negra começa dia 16 de julho. **Notícias do Acre**, 6 jul. 2015b. Disponível em: <https://bit.ly/2WNS757>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- CARDOSO, Concita. Quinzena da Mulher Negra discute políticas afirmativas para a população negra. **Notícias do Acre**, 16 jul. 2015c. Disponível em: <https://bit.ly/30AU4Tr>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Geledés**, 06 mar. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3hzWIZH>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **25 de julho – Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha**. 26 jul. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/38CyuSo>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: <https://bit.ly/2ZSaV4Y>. Acesso em: 23 jul. 2020.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Disponível em: <https://bit.ly/2DbLjHz>. Acesso em: 29 set. 2019.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019**. Disponível em: <https://bit.ly/39zxBKM>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- LIMA, Luana. Quinzena da Mulher Negra discute o enfrentamento ao racismo. **Notícias do Acre**, 4 jul. 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/3jwghKZ>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- LIMA, Luana. Estado participa da 7ª Quinzena da Mulher Negra. **Notícias do Acre**, 11 jul. 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/30FHJoj>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- MONTEIRO, Graça França. A notícia institucional. In: DUARTE, Jorge (org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. São Paulo: Atlas S.A, 2009, p. 140-160.
- NOTÍCIAS DO ACRE. Comunicação do Estado lança novo site da Agência de Notícias nesta segunda-feira. **Notícias do Acre**, 18 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/36mEf4V>. Acesso em: 18 out. 2019.
- NOTÍCIAS DO ACRE. Começam os preparativos para a 5ª Quinzena da Mulher Negra. **Notícias do Acre**, 15 jun. 2017a. Disponível em: <https://bit.ly/32F1nw6>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- NOTÍCIAS DO ACRE. Abertura da 5ª Quinzena da Mulher Negra é realizada na Baixada do Sol. **Notícias do Acre**, 18 jul. 2017b. Disponível em: <https://bit.ly/30IoEuC>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- NOTÍCIAS DO ACRE. Debates da 5ª Quinzena da Mulher Negra são promovidos no interior. **Notícias do Acre**, 28 jul. 2017c. Disponível em: <https://bit.ly/2OP8eL8>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- NOTÍCIAS DO ACRE. Quinzena da Mulher Negra será realizada em Rio Branco. **Notícias do Acre**, 13 jul. 2018a. Disponível em: <https://bit.ly/32KGXBK>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- NOTÍCIAS DO ACRE. VI Quinzena da Mulher Negra promove conscientização da população. **Notícias do Acre**, 16 jul. 2018b. Disponível em: <https://bit.ly/32MF1st>. Acesso em: 08 jul. 2020.

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo Eurico Vizeu. Jornalismo e representações sociais: algumas considerações. **Revista Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 12, p. 1-12, janeiro/junho 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2OaOCLz>. Acesso em: 09 jul. 2020.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Tereza de Benguela**: a escrava que virou rainha e liderou um quilombo de negros e índios. Sem data. Disponível em: <https://bit.ly/38ByiTe>. Acesso em: 08 jul. 2020.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**: mass media; contexto e paradigmas, novas tendências, efeitos a longo prazo, o newsmaking. 8. Ed. Lisboa, Presença, 1999.

ONDE ESTÁ RUANDA NO MAPA? DECOLONIALIDADE, SUBJETIVIDADE E O RACISMO EPISTÊMICO DO JORNALISMO.

Marcia Veiga da Silva
Fabiana Moraes

INTRODUÇÃO: O CONHECIMENTO QUE DESCONHECE

Na última reunião da Compós, em 2019, um dos trabalhos apresentados trazia, para discutir objetividade, subjetividade, noticiabilidade e sua relação com o racismo e o machismo, a obra *Newsweek*, do artista chileno Alfredo Jaar. Nela, 17 capas do extinto semanário norte-americano são reunidas para mostrar que, enquanto milhares de pessoas iam sendo dizimadas em um conflito étnico em Ruanda, país africano, a revista optava por trazer assuntos como mercado financeiro, viagens a Marte, suicídios de celebridades, etc. A *Newsweek* só deu devida atenção ao assunto quando os mortos em Ruanda chegaram a quase um milhão. Hutus e tutsis entraram em confronto em 1995.

A presença desse exemplo no texto chamou atenção de um dos pesquisadores. De acordo com ele, não foram questões pertinentes ao racismo que invisibilizaram Ruanda e África no espaço do jornalismo, como sugeriu Jaar. O lugar foi e é desvalorizado historicamente enquanto notícia por uma razão simples, defendeu o pesquisador: não possui importância econômica. A afirmação foi acompanhada de cópias de um mapa do continente africano que o mesmo distribuiu entre as pessoas do grupo. Enquanto isso, perguntava: “alguém pode responder onde está Ruanda no mapa?”

O pesquisador estava correto a respeito da ignorância comum sobre a África: para a maioria das pessoas, inclusive aquelas presentes em um congresso de pós-graduação em Comunicação, extrato de uma elite acadêmica nacional, o lugar permanece um mistério. Assim, o ato explicitava, ainda que não fosse a intenção, uma série de vazios e violências que constituem nosso jornalismo. É a discussão destes que em parte anima esse debate: entendendo o jornalismo como uma forma de conhecimento (GENRO FILHO, 1987; MEDITSCH, 1992), isso significa seu fracasso em nos informar sobre o continente que mais enviou pessoas cativas até o Brasil, segundo lugar no mundo depois da África em número de negros? Como entender o resumido interesse midiático a respeito da segunda maior população da

¹ Este artigo é uma versão do trabalho submetido e aceito para o Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo do XXIX Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande – MS, apresentado no ano de 2020.

terra (somente na África, os negros somam 1.200 bilhão de habitantes)? Por qual razão o jornalismo não conseguiu que nos sentíssemos capazes de responder onde está Ruanda, palco de um dos maiores genocídios da história contemporânea, naquele desconhecido mapa?

O silêncio frente às cópias do gráfico representando a África, não minam, entendemos aqui, o argumento crítico de Jaar e, conseqüentemente, o texto que trazia sua arte para questionar os limites da objetividade jornalística e suas restrições epistemológicas. Pelo contrário, o episódio nos informa que, desde sua concepção, o jornalismo nos fez entender que são mais humanas as pessoas que estão nos lugares que “importam economicamente”, enquanto as que habitam espaços fora da geografia do poder podem conhecer o genocídio sem que isso seja notícia.

Essa “ética”, evidenciada não só nas capas da *Newsweek* como também nas palavras do pesquisador, sustenta uma maneira de fazer jornalismo calcada a partir de uma perspectiva epistêmica que preza a objetividade, a neutralidade e a universalidade. Esse cenário nos remete a compreensão do quanto a epistemologia na qual o jornalismo se fundamenta está assentada na “matriz do poder colonial” (QUIJANO, 2000), que constitui os modos pelos quais seus saberes, métodos e práticas seguem construindo noções de realidade e delimitando as condições de pensamento tanto do campo quanto de suas inter-relações com a sociedade.

O episódio descrito nos suscitou interesse em dar continuidade ao debate pelo entendimento do quanto a performance do pesquisador é reveladora das condições de pensamento do campo, bem como das relações de poder que se estabelecem em decorrência destas mesmas epistemologias dominantes, não apenas na área da Comunicação e do jornalismo, mas da produção do saber de um modo geral. Tal exemplo nos remete a reivindicar o processo descolonizador do jornalismo como um caminho para outras formas de produção do conhecimento jornalístico, capazes de dar conta das complexidades historicamente simplificadas e marginalizadas pelo conhecimento colonizado(r). Esse artigo é também uma oportunidade de resgatarmos para o debate as pesquisas por nós desenvolvidas, centradas nas discussões acerca das condições de pensamento que delineiam o jornalismo como um conhecimento colonizado, moderno, positivista, masculinista, racista, classista, cisheterossexista (VEIGA DA SILVA, 2015) e reivindicam um jornalismo de subjetividade como uma prática que vai em busca de um modo de apreensão da realidade não respaldado no espetacular e no insólito; não pelo exótico, mas pelo endótico (MORAES, 2019). A subjetividade preza por uma produção discursiva que não se contenta em apontar um “outro” como diferente enquanto mantém o lugar da normalidade para si.

A insistência em um jornalismo de mirada colonial, seja nas universidades, seja nas redações, resulta em um cenário enormemente assimétrico e no qual se mantém a opacidade imagética/discursiva sobre milhões de pessoas. Isso nos leva a pensar caminhos para um jornalismo cuja epistemologia não se assenta em pressupostos universalistas e racializados, nos remetendo diretamente aos estudos decoloniais e sua interação com a comunicação. Aqui, traremos algumas reflexões a partir desse referente, expondo primeiramente o cruzamento entre conhecimento, colonialidade e jornalismo. Depois, seguimos o argumento trazendo autoras e autores que pensam especificamente a comunicação, o jornalismo e a decolonialidade, pontuando também nesse momento estudos que observam jornalismo e raça no Brasil. Finalmente, costuramos o que foi exposto ao jornalismo de subjetividade,

caminho teórico e prático que se irmana fortemente aos pressupostos da mirada decolonial. São tentativas de nos lançarmos a um pensamento pós-abissal problematizado por Sousa Santos (2018) e que nos ajude a entender por qual razão ainda não conseguimos responder onde está Ruanda no mapa.

O JORNALISMO COLONIZADO(R)

O argumento de que Ruanda não seria “um país economicamente viável” elucida as questões acerca da racionalidade que se constitui a partir do processo colonizador do pensamento - e, conseqüentemente, do jornalismo que nele se assenta. A partir dessa argumentação, é possível colocar em evidência o quanto as relações de poder-saber, que forjam a episteme dominante e os regimes de verdade (FOUCAULT, 2012), perpassam o jornalismo para além de suas dimensões estritamente econômicas/mercadoológicas, delimitando o que e como é possível conhecer nos saberes que predominam no campo.

Tal argumento expressa uma racionalidade que parte da compreensão das relações de poder estritamente baseadas na noção do capitalismo como um poder meramente econômico. Uma racionalidade baseada nas noções estruturalistas que privilegiam estritamente as relações de classe e ignoram as demais dimensões sociais, culturais, simbólicas e epistemológicas que formam o chamado sistema-mundo capitalista, patriarcal, moderno (GROSFOGUEL, 2012). Forja condições analíticas em que “as relações de classes e as transformações estruturais no âmbito econômico são privilegiadas em relação a outras relações de poder” (GROSFOGUEL, 2008, p. 121). Trata-se de uma condição de pensamento constituída pelo poder colonial (QUIJANO, 2000) que forjou a epistemologia dominante e rege nossas condições restritivas de pensamento. Segundo Grosfoguel, “na abordagem da ‘colonialidade do poder’, a questão de saber o que vem primeiro, ‘a cultura ou a economia’, é um falso dilema, um mecanismo que turva a complexidade do sistema-mundo capitalista” (GROSFOGUEL, 2008, p. 125).

O jornalismo como uma forma de conhecimento social (GENRO FILHO, 1987; MEDITSCH, 1992) requer ser investigado considerando suas históricas condições de produção em relação aos demais poderes e saberes. Não pode ser descontextualizado dos sistemas de poder que regem as políticas (econômicas, sociais, culturais) da sociedade, nem das racionalidades e condições epistêmicas mais amplas nas quais está interseccionado em suas diferentes formas de conhecer e de produzir conhecimentos. Segundo Foucault, nas sociedades ocidentais a verdade é parte de um regime político e foi sendo “historicamente centrada no discurso científico [...], produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos e econômicos (universidades, exército, escritura, meios de comunicação)” (FOUCAULT, 2012, p. 52).

Para a compreensão dos arranjos de circulação ainda vigentes nos modos dominantes de conhecer e de produzir conhecimentos sobre os sujeitos e as coisas do mundo, tanto a perspectiva foucaultiana quanto as decoloniais e feministas nos servem como lentes pelas quais o jornalismo se constitui como um campo de saber e de poder. Por esses prismas pode-se vislumbrar como foram se desenhando os contornos de sociedades colonizadas, hierarquizadas, generificadas e racializadas, bem como se estruturou o racismo/sexismo epistêmico (GROSFOGUEL, 2016) a partir da colonialidade do poder, delineando nossas

condições de pensamento e as desigualdades sociais. Segundo Grosfoguel (2008), trata-se do que Quijano denomina como heterogeneidade estrutural:

a “heterogeneidade estrutural” de Quijano implica a construção de uma hierarquia étnico-racial global que é, temporal e espacialmente, coeva [sic] da constituição de uma divisão internacional do trabalho com relações centro-periferia à escala mundial. Desde o início da formação do sistema-mundo capitalista, a acumulação incessante de capital esteve sempre enredada com ideologias racistas, homofóbicas e sexistas. A expansão colonial europeia foi conduzida por homens europeus heterossexuais. Aonde quer que chegassem, traziam consigo os seus preconceitos culturais e formavam estruturas heterárquicas de desigualdade sexual, de gênero, de classe e raciais. Deste modo, no “capitalismo histórico” – entendido como “sistema heterárquico” ou “estrutura heterogênea” – o processo de incorporação periférica na acumulação incessante de capital foi sendo constituído por, e enredado com, hierarquias e discursos homofóbicos, sexistas e racistas (GROSFOGUEL, 2008, p. 134)

Pela ótica dos estudos decoloniais, a formação de uma epistemologia eurocêntrica, norteadora do conhecimento científico moderno que incide nas formas de compreensão dos sujeitos e das formas de se estar no mundo, se dá pelo modo como o capitalismo se constituiu como um sistema-mundo hierárquico que

institucionalizou e normatizou simultaneamente, a nível global, a supremacia de uma classe, de um grupo etnoracial, de um gênero, de uma sexualidade, de um tipo particular de organização estatal, de uma espiritualidade, de uma epistemologia, de um tipo particular de institucionalização da produção de conhecimento, de algumas línguas, de uma pedagogia, e de uma economia orientada para a acumulação de capital em escala global. Não é possível entender estes processos separadamente (GROSFOGUEL, 2012, p. 342).

A afirmação de que nossa colonização é epistemológica (MIGNOLO, 2005), equivale dizer que nossas possibilidades de pensar, bem como os tipos de saberes tidos como válidos, foram designados a partir de uma geocultura centralizada nos países colonizadores do hemisfério Norte, origem dos conhecimentos canônicos, que historicamente desqualificaram os saberes (e os sujeitos) do hemisfério Sul, cujas especificidades multiculturais foram silenciadas ou apagadas. A epistemologia dominante se constituiu criando hierarquias não apenas entre os tipos de saberes, mas também entre os tipos de sujeitos e as formas como passamos a conhecê-los e valorá-los, desde a formação dos países colonizados, passando pelo modo como esses países engendram suas organizações sociais (marcadamente desiguais) sob orientação das estruturas de poder e de saber eurocêntricas.

Wallerstein (1991) ao expor sua crítica acerca do sistema-mundo afirma que:

A análise do sistema-mundo pretende ser uma crítica à ciência social do século XIX. Porém, é uma crítica incompleta, inacabada, pois ainda não conseguiu encontrar uma forma de ultrapassar o mais persistente (e enganoso) legado da ciência social do século XIX – a divisão da análise social em três áreas, três lógicas, três níveis – o econômico, o político e o sociocultural. Este trio atravessa-se-nos no caminho, sólido como granito, a bloquear o nosso avanço intelectual. Muitos consideram-no insatisfatório, mas a meu ver ainda ninguém arranjou maneira de prescindir dessa linguagem e respectivas implicações, algumas das quais correctas, mas a maioria delas talvez não. [...] todos nós recorreremos ao uso da linguagem das três áreas em praticamente tudo o que escrevemos. É o momento de tentar enfrentar seriamente a questão. [...] estamos a ir atrás de falsos modelos e a comprometer a nossa argumentação quando continuamos a usar essa linguagem. É urgente começarmos a elaborar modelos alternativos (WALLERSTEIN, 1991a *apud* GROSFOGUEL, 2008, p.130).

Nas bases do paradigma científico, que organizou apartadamente o “legado da ciência social do século XIX”, acima descrito, está igualmente o surgimento do sujeito universal, “o sujeito centrado do conhecimento iluminista, branco, heterossexual e masculinista” (PELÚCIO, 2012, p. 403), centro a partir de onde tudo se organiza. A forja dos sujeitos que importam – do homem universal – que concomitantemente criou os que seriam seus desvios (Ruanda?), também foi feita a partir desta episteme, desta racionalidade que organiza as relações de poder a partir da classificação dos sujeitos, culturas e geolocalização fundamentadas nas noções de humanidade que derivam das origens e marcadores sócio-étnico-geo-culturais do que se pensa como “sujeito universal”.

Justificar o desconhecimento de Ruanda usando como argumento a sua não-importância econômica nos parece ser a expressão desta epistemologia reducionista dominante que também estrutura o pensamento e os pensadores do jornalismo. Evidencia-se, nessa assombrosa assertiva, outro fator limitante das condições epistemológicas que regem o cientificismo em geral e o jornalismo em particular: a estrutura simplificadora na qual se sustenta o paradigma moderno. Não por acaso “a maneira pela qual o paradigma é estruturado hoje possui consequências sociais, [pois um paradigma] veicula uma série de escolhas e prioridades. [E] escolhas políticas e econômicas decorrem dessas prioridades” (FOUREZ, 1995, p. 114-115). Para este filósofo da ciência, “os paradigmas são instrumentos intelectuais poderosos no domínio do mundo” (FOUREZ, 1995, p. 128).

Seria, então,

a partir de um paradigma (moderno, colonial, positivista), de um sistema-mundo (capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista) e de uma epistemologia dominante que se estabeleceria alguns valores que estão presentes nos saberes produzidos como verdade, sendo o jornalismo um destes conhecimentos, como tal, legitimados (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 41).

O reducionismo é igualmente parte dos sistemas de pensamento que conformam o chamado cientificismo, uma vez que “fala-se de cientificismo quando se está persuadindo de que a sua redução dá conta de todo o problema” (FOUREZ, 1995, p. 128). Assim, como “pode-se descrever a ciência como a arte da super-simplificação sistemática, como a arte de discernir o que se pode omitir” (POPPER, 1984, *apud* FOUREZ, 1995, p. 132), em analogia, pode-se perceber os conhecimentos que delineiam o jornalismo na mesma senda reducionista e generalizante acerca dos complexos fenômenos e problemas sociais que se dedica a compreender e a narrar:

Envoltos em um imaginário secular que tem como princípio o progresso e o ordenamento do mundo, vivemos em busca de fórmulas facilitadoras que nos ajudem a apreender o mundo de forma simples; queremos tê-lo explicado, muito mais que problematizado. [...] Não se trata de pensar toda a produção jornalística sob essa perspectiva, mas, em linhas gerais, no quadro epistemológico dominante neste campo, seus números de mortos, suas definições generalizadas, seus rótulos que simplificam problemas antes de tudo complexos muito contribuem para a concepção de um mundo que parece passível de ser ordenado e, no entanto, impossível de ser compartilhado (RESENDE, 2009 p. 7)

Entre os valores paradigmáticos e epistemológicos em que o jornalismo se assenta, destacam-se as noções de objetividade, neutralidade e universalidade, de base moderno-po-

sitivista-masculinista-racista que fundamenta o cientificismo. Tais valores fundamentam os métodos e conceitos que ainda parecem predominar no pensar e no fazer jornalístico, envolvendo o campo como um todo, e não apenas restrito às práticas jornalísticas desempenhadas no mercado. Os jornalistas parecem agir como os pesquisadores partícipes destas visões científicas, que na busca da objetividade “[...] tentam garanti-la por meio de um delineamento reducionista e pelo desenvolvimento de instrumentos padronizados em que a estatística procura garantir fatores como validade e confiabilidade” (SILVINO, 2007, p. 286).

Segundo Veiga da Silva (2015), há indicativos de ser o paradigma moderno-positivista-masculinista-racista-heterossexista que permeia a maior parte das estruturas curriculares, dos métodos e das técnicas dominantes no ensino da prática, constituindo uma racionalidade mais proeminente nas possibilidades de reflexão do e no próprio campo. No âmbito das teorias da comunicação, observa-se uma ampla gama de teorias, hipóteses e conceitos derivados dos modos de compreensão da realidade ligados às perspectivas funcionalistas, estruturalistas e críticas, conforme resgatou Genro Filho (1987). A predominância de determinadas concepções de realidade, em dado momento histórico, pode ter relação com os tipos de análise empreendidos, muito próximo do pensamento marxista, estruturalista e das concepções de sujeito, equivalendo o que diz Foucault:

a verdade é que as pessoas de minha geração foram alimentadas, quando estudantes, por essas duas formas de análise: uma que remetia ao sujeito constituinte e outra que remetia ao econômico em última instância, à ideologia e ao jogo das superestruturas e das infraestruturas (FOUCAULT, 2012, p. 43).

As correntes de pensamento predominantes no campo da Comunicação, campo de saber por onde o jornalismo é majoritariamente teorizado e investigado no Brasil, dão conta das imbricações com pensamento hegemônico em diversos campos de poder e de produção do conhecimento científico. Autores como Brites (2002), França (2001), Vilalba (2007) e Wolf (1995) destacam as teorias funcionalistas, estruturalistas, modelo crítico-dialético marxista e a escola de Frankfurt como as que prevaleceram nos estudos de comunicação no Brasil. Originárias do pensamento eurocêntrico, tais correntes instalaram

[...] un patrón ordenador que, aparte de jerarquizar los saberes en sujeción a las premisas de la ciencia positiva (colonialidad del saber) y en correspondencia con la estratificación eurocéntrica de los pueblos (colonialidad del ser), definió asimismo un prototipo civilizatorio (colonialidad del poder). Consiguientemente, cuando la Comunicación empezó a estructurarse como área de conocimiento y espacio de teorización, adoptó asimismo esas fuentes epistémicas, seleccionó sus líneas temáticas dando prioridad –como resulta obvio– a cuestiones propias de su contexto de origen y aplicó las concepciones teórico-metodológicas preexistentes. Esto explica que el campo teórico comunicacional precise hoy de una intervención decolonizadora (VILLANUEVA, 2018, p. 75)

As condições de pensamento que circunscrevem o jornalismo constituído nas bases paradigmáticas e epistemológicas que tomam as noções positivistas de objetividade, neutralidade e universalidade merecem ainda discussão tendo em vista as estruturações profundas e restritivas na produção de conhecimento do campo. Por novas perspectivas de pensamento, devem ser revisadas as perspectivas fundantes que, em função do tempo histórico e das relações constitutivas de poder-saber nas quais foram elaboradas, acabam por restringir

as condições de compreensão dos sujeitos e das coisas do mundo. Se os vieses estruturalistas, funcionalistas e marxistas não puderem ser revisados a partir do resgate dos processos de colonização do pensamento intrínsecos às relações de poder, corre-se o risco de atrasar ainda mais as capacidades analíticas que complexificam os dispositivos de poder que se re-troalimentam na sociedade também com a participação do/as jornalistas e pesquisadore/as do campo. Não sendo a objetividade e a neutralidade suficientemente problematizadas e complexificadas levando em consideração a “heterogeneidade estrutural” de que nos fala Quijano, seguiremos ignorando Ruanda no mapa. Ou seja, não seremos capazes de romper com o racismo/sexismo epistêmico (GROSFOGUEL, 2016) que forjam nossas lentes. Ao prescrever um ideal de objetividade “que possui um significado inerente à sua positividade e autônomo em relação aos sujeitos” (LAGE, 1979 *apud* GENRO FILHO, 1987, p. 81),

restringe-se à percepção dos processos cognoscentes que cercam a produção do conhecimento social do jornalismo. Desse modo, pode-se compreender as razões pelas quais este viés da objetividade ainda esteja perpassando os discursos sobre a prática não apenas no mercado, mas, também, em alguma medida, no processo ensino-aprendizagem. [...] Ao se prescrever para a produção noticiosa um ideal de objetividade que não prevê a (inter)subjetividade como parte do processo cognitivo na apreensão do real, e que interfere nos contornos do objeto que se irá produzir, restringe-se a percepção do quanto nestas subjetividades reside o simbólico hegemônico que os sujeitos-jornalistas em alguma medida acionarão ao produzir seus discursos. Ao negar a subjetividade potencializa-se a reprodução de visões de mundo hegemônicas nas bagagens culturais dos sujeitos produtores (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 48-49).

Com base nessa racionalidade ainda dominante no campo, a crítica nos estudos de jornalismo seguiu aproximada por longo tempo “do predomínio prolongado da História Social, da tradição marxista [que] secundarizou demais o campo da subjetividade e da dimensão simbólica” (RAGO, 1998, online). Englobando historicamente o arcabouço conceitual no estudo (e no ensino) do jornalismo, esses vieses trazem implícitas formas que, hoje, podem ser consideradas restritas para os modos de compreensão da realidade, dos funcionamentos do poder e da problematização mais efetiva dos próprios conceitos de verdade, como mais recentemente se propõem aquelas problematizações da chamada “virada linguística”, bem como nos sugerem mais profundamente os/as pensadore/as decoloniais.

Nesse sentido, uma noção de objetividade que não prescindia da subjetividade, bem como o resgate dos sujeitos nos processos cognoscentes que envolvem a compreensão complexa da realidade e das relações de poder-saber são caminhos urgentes para as transformações do jornalismo e de uma melhoria de suas históricas limitações de compreensão das alteridades.

Estes conceitos precisam de ser descolonizados e tal só pode ser conseguido por meio de uma epistemologia descolonial que assuma abertamente uma geopolítica e uma corpo-política do conhecimento descolonial como pontos de partida para uma crítica radical (GROSFOGUEL, 2008, p.121).

O jornalismo de subjetividade, entendemos, pode ser um caminho de/para pensar o jornalismo e fissurar o racismo/sexismo epistêmico que o constitui.

SUBJETIVIDADE E DECOLONIALIDADE

Com uma população que somente a partir de 2010 passou a se declarar em maioria preta, o Brasil possui 56,9% de negros e pardos. Este contingente, aliado a questões como as diversas políticas afirmativas que, por exemplo, tornaram possível pela primeira vez que as universidades públicas brasileiras tivessem uma maioria de alunos negros, provocou um lento escurecimento da mídia brasileira – e também da pesquisa acadêmica. Na última, a questão da raça não é nova. Estudos sobre negritude e mídia já realizaram, com precisão, análises sobre representações (CATHUS, 2006), dramaturgia (SANTOS; LOPES, 2010), publicidade (WINCH; ESCOBAR, 2012), imprensa (SCHARWCZ, 2017), etc.

Há, no entanto, especificamente pensando no jornalismo, uma lacuna no que se refere ao racismo que o atravessa a partir de sua própria epistemologia, de onde derivam justamente tantas subrepresentações, construções vitimizantes ou estereotipantes e, fundamental dizer, todo um pensar e fazer até hoje repercutido nas universidades e redações. Raça e outras questões como o machismo, o classismo e o preconceito geográfico não são pensadas a partir dessa construção epistemológica. Essa base estruturante do campo jornalístico foi construída sobre todo um aparato bastante sedimentado no mundo ocidental e estudada, localmente, por nomes como Medina (2008) e Veiga da Silva (2010, 2015, 2018), que identificam a racionalidade europeia que permeia, como dissemos, teoria e prática².

A questão é que, blindado por uma suposta neutralidade e uma mal disfarçada posição de superioridade epistêmica, o jornalismo resiste a pensar a si mesmo como difusor e reprodutor de uma lógica racista. O estrago é imenso. Não é muito dizer que essa área de conhecimento que também repousa, aqui sem usar o termo de maneira diminutiva, no senso comum, encontrou no Brasil da “democracia racial” um ambiente perfeito. Sodré (1999, *apud* CHRISTOFOLETTI; BASSO, 2007), ao afirmar que são várias as estratégias discursivas para o não reconhecimento do racismo nacional, diz que a invisibilidade social do indivíduo aumenta na razão inversa da visibilidade da sua cor.

Esses antecedentes eticamente negativistas, a associação entre a pele escura e o ‘Mal’, bloqueiam historicamente a introjeção pela consciência eurocêntrica de uma identidade plenamente ‘humana’ do sujeito negro. A alteridade africana é conotada como fonte de debilidades físicas e morais (SODRÉ, 1999, *apud* CHRISTOFOLETTI; BASSO, 2007).

Schwarcz (2017), buscando estudar os modos como brancos falavam sobre negros, realizou um excelente levantamento, a partir de uma análise da imprensa paulista no fim do século XIX, dessa consciência eurocentrada que enquadrava pessoas negras (naquele momento, no Brasil, em grande parte cativas) em estereótipos muito específicos: pretos e pretas traduzidos continuamente como violentos, dependentes, bestiais, servís, incivilizados. O negro podia ser o elemento terrível (evitado) ou podia ser o elemento dócil (bem-vindo). Tais roupagens estavam calcadas fortemente na ciência, que ali estimulava uma divisão muito precisa entre, por exemplo, pessoas que podiam deter o saber e as que não eram capazes.

2 Um exemplo é a resposta do Grupo Folha ao presidente Jair Bolsonaro após o último atacar um jornalista. Diz a nota: “O presidente volta a atacar a Folha sem explicar os conflitos de interesse de seu assessor revelados em reportagem. *Continuaremos a praticar um jornalismo técnico*, crítico e apartidário em relação a seu governo, como fizemos com todas as administrações anteriores” (grifo nosso). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/voce-esta-falando-da-tua-mae-responde-bolsonaro-sobre-contratos-de-chefe-da-secom.shtml>.

Jornais como *Correio Paulistano* e *A Província de São Paulo*, ambos professando buscar a imparcialidade, traziam em suas páginas notícias fortemente baseadas em teorias evolucionistas que, blindadas por uma inquestionável verdade, marcavam a diferença “óbvia” entre brancos e pretos. É a partir da abolição em 1888 que o racismo se reconfigura, pois a diferença havia deixado de se dar pela condição entre escravos e libertos e passa a ser percebida pela questão da cor. Os jornais farão questão de sublinhar tal condição de poder:

Menino de rabo – um menino recolhido actualmente em uma casa de caridade apresentava um phenomeno significativo. O menino Francisco Bicodo com 10 a 12 annos de idade, caboclo, mulato e aparentemente regular em suas funções tem anomalias. Diga-se a causa pelo seu nome, o menino tem no final do espinhaço um rabo de mais ou menos 7 cm como se fora um cão. Como não se fora um macaco e a enrola-se e tende a crescer. Agora os darwinistas devem bater palmas de contentes e exultar de prazer vendo no rabo do menino um ponto de apoio a sua doutrina científica” (*Correio Paulistano*, 2 de setembro de 1890) (SCHWARCZ, 2017, p. 123)

Outra notícia, esta do jornal *A Província de São Paulo*, observa que a “civilização” é algo que pessoas negras, com esforço, poderiam alcançar, mas precisavam se adequar primeiramente a um *modus operandi* branco e europeizado:

Club dos Escravos – Na população escrava da cidade de Bragança, nota-se tendências manifestas para a instrução, indício de que não se preocupam exclusivamente com a submissão ao trabalho. *Começam a compreender* que não é só a machina subserviente mas que é também dotada de cérebro susceptível de desenvolvimento e que o saber *não é privilégio de homens livres* (...) o escravo para se tornar *digno de pertencer a essa sociedade* que se pode dizer o *primeiro degrao na escala da civilização regenerará seus costumes, sacrificará suas paixões para atingir o alvo que pretende e nas horas vagas em vez de se entregar ao ócio e ao vício procurará estudar* (4 de setembro de 1881) (SCHWARCZ, 2017, p. 129).

Estas notícias surgiam em veículos que se declaravam publicamente neutros, isentos, como forma de atrair mais pessoas para suas páginas: o primeiro número do *Correio Paulistano* afirmava que

os jornais quase que exclusivamente ocupam-se de interesses de sua parcialidade política e o que mais de questões muitas vezes pessoais tem transviado a nossa imprensa de seu santo ministério. O *Correio Paulistano* pois aspira nesta província o caráter de publicação imparcial (SCHWARCZ, 2017, p. 76).

É importante entender que essa professada imparcialidade/neutralidade dos jornais de então reverbera substancialmente na imprensa atual através de uma mesma chave. As publicações anunciavam que não possuíam amarras com partidos políticos, logo estariam fora de ideologias que maculariam o conteúdo noticioso. É uma explicação bastante parecida com aquela ainda percebida nos jornais atuais, para os quais questões como racismo, misoginia, machismo, xenofobia, etc. são assuntos *fora da política*, que é percebida preferencialmente em seu aspecto partidário (MORAES, 2019).

Os estudos decoloniais conseguem perceber essa separação inócua e instrumental – e que atinge seu objetivo no sentido de “higienizar” os discursos e conferir “credibilidade” aos agentes e veículos noticiosos – entre política e vida. Esta é uma das razões pelas quais eles ganham tamanha força no campo da comunicação e especialmente no jornalismo que, no Brasil, ainda caminha lentamente no enfrentamento, por dentro, das questões raciais.

Como diz Sodré, a m dia opera como um gênero discursivo que é “capaz de catalisar expressões políticas e institucionais sobre as relações inter-raciais, em geral estruturadas por uma tradição intelectual elitista que, de uma maneira ou de outra, legitima desigualdade social pela cor da pele” (SODRÉ, 2015, p. 278).

Autores como Villanueva (2018) sustentam que o “ponto zero” para uma comunicação decolonial se situa na compreensão crítica do momento inicial da violência colonial que significou a negação da humanidade de alguns povos por outros povos auto-considerados superiores. A partir de uma leitura de Quijano, ele enquadra nesse contexto o que chama de uma *in-comunicación*, “a verticalidade dominadora que reprimiu culturas submetidas, recorreu ao genocídio, colonizou os imaginários dos dominados, classificou racialmente os ‘inferiores’ e fixou um padrão excludente de produção do conhecimento” (QUIJANO, 1992, *apud* VILLANUEVA, 2018, p.78). A “comunicação de massa” e o seu desmantelamento epistemológico foram, aliás, razões da própria formação do grupo latino-americano dedicado aos estudos da pós-colonialidade (mais tarde reconfigurado e dedicando-se, parte dele, ao projeto Modernidade/Colonialidade), inspirado, como observou Ballestrin (2013), no Grupo de Estudos Subalternos, organização interdisciplinar de intelectuais sul-asiáticos de larga utilização nas ciências sociais do Brasil (questão criticada por Walter Mignolo e Ramon Grosfoguel). No *Manifiesto inaugural del Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos*, publicado em 1998, lemos:

O atual desmantelamento dos regimes autoritários na América Latina, o final do comunismo e o conseqüente deslocamento dos projetos revolucionários, os processos de democratização, as novas dinâmicas criadas pelo efeito dos meios de comunicação de massa e a nova ordem econ mica transnacional: todos esses são processos que convidam a buscar novas formas de pensar e de atuar politicamente. Por sua vez, a mudança na redefinição das esferas política e cultural na América Latina durante os anos recentes levou a vários intelectuais da região a revisar epistemologias previamente estabelecidas nas ciências sociais e humanidades. A tendência geral para uma democratização outorga prioridade a uma reconceitualização do pluralismo e das condições de subalternidade no interior das sociedades plurais (GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS, 1998, *apud* BALLESTRIN, 2013, p. 94).

Essa perspectiva, em que se pese uma necessária atualização do contexto mundial frente às enormes mudanças percebidas p s fenômenos como espraiamento da internet, o 11/9, o fortalecimento do conservadorismo e a ascensão da extrema-direita em diversos países do planeta, incluindo o Brasil, é vital para alimentar uma crítica aos modelos jornalísticos ainda prevalentes. O grupo Modernidade/Colonialidade assenta-se na observação de um projeto colonial calcado no ser, no saber e no poder, com a raça e a diferença gerada a partir de seu estabelecimento atuando como mola propulsora³. Nesse aspecto, se configura uma diferença epist mica que   cúmplice do universalismo, do sexismo e do racismo (BALLESTRIN, 2013). Cria-se, evoca-se e celebra-se um ser neutro, “limpo” e desinteressado, noção que Castro-Gómez (2005, *apud* BALLESTRIN, 2013) vai localizar na “*hybris del punto cero*”.

A definição dessa perspectiva se casa perfeitamente com os dogmas jornalísticos ainda fortemente em curso. “O ‘ponto zero’   um ponto de partida de observação, supostamente

³ é sempre necessário lembrar que “raça” não precede o racismo – na verdade, o racismo precede a raça, como bem pontua Ta-Nehisi Coates na singular abertura do livro *A Origem dos Outros*, de Toni Morrison. “Se ‘raça’   obra genética ou dos deuses, ou de ambos, então podemos perdoar a nós mesmos por nunca termos solucionado o problema” (2019, p. 12)

neutro e absoluto, no qual a linguagem científica desde o Iluminismo assume-se “como a mais perfeita de todas as linguagens humanas” e que reflete “a mais pura estrutura universal da razão” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 14, *apud* BALLESTRIN, 2013, p. 104). Foi ela – e é – o que sustenta o argumento racional/racista, como por exemplo, uma Ruanda desconhecida por não importar economicamente. Esse sujeito epistêmico universal se coloca e é entendido, divulgado e utilizado como entidade sem gênero, etnia, classe, raça, língua e espiritualidade e será assumido pelas ciências humanas a partir do século XIX “como a epistemologia da neutralidade axiológica e da objetividade empírica do sujeito que produz conhecimento científico” (GROSFUGUEL, 2007, *apud* BALLESTRIN, 2013, p. 104).

Villanueva (2018) propõe uma tomada de posição in/surgente, decolonial, uma intervenção decolonizadora, para traçar um diferente ponto de vista do pensamento teórico da comunicação, tributária desse eurocentrismo universalista. Não o interessa focar nas mediações tecnológicas e suas consequências e contextos políticos, econômicos e culturais, e sim “sacudi-la” a partir de sua epistemologia. Assim, ele vai localizar e realocar o ponto de definição do que chama de fato comunicacional na própria natureza da comunicação histórica e cultural e no seu caráter constitutivo do humano e do social.

En tal sentido, la reflexión y la propuesta decoloniales que acá se presenta operan en un doble nivel: en el epistemológico, donde se propugna historizar y recomponer las bases del conocimiento desde la sub/alternidad; y en el teórico, en el que se busca reconceptualizar la comunicación y su zona de estudio. Consecuentemente, el interés decolonial no se limita, como sucedía con anteriores vertientes críticas, a contraponer una concepción paradigmática o una visión teórica a alguna(s) precedente(s) para enmendarla(s) dentro de un marco comprensivo preexistente. Su norte es más bien pensar y observar lo real social desde una colocación distinta a la fijada por la Modernidad, lo cual hace posible una perspectiva no simplemente contestataria sino in/surgente, esto es, que irrumpe en el espacio del pensamiento desde otro lugar de enunciación y se alza en contra de las pretensiones de autoridad de lo establecido, a la par que ofrece una ruta consistente para reinterpretar la totalidad e intervenir en ella (VILLANUEVA, 2018, p. 79)

Essa insurgência vai até a própria constituição do saber da comunicação para realizar uma crítica do hoje: Villanueva (2018) defende uma intervenção decolonizadora no campo teórico comunicacional. O autor, ao expor um padrão ordenador da colonialidade⁴, traça alguns caminhos-chave (que chama de uma tripla alter/n/atividade) para estabelecer uma comunicação decolonial: ela não nega a possibilidade de uma “Outridade” (otredad) epistemológica e teórica (Alternativa); ela dá ênfase aos aspectos locais e históricos dessa outridade (Alter/nativa); ela está aberta a uma alteração do *status quo* (Alter/ativa). A dimensão tripla que caracteriza essa comunicação colonial encontra enorme ressonância no que procuramos enquadrar no jornalismo de subjetividade (MORAES, 2015), como veremos em breve.

É preciso antes situar que, no Brasil, alguns trabalhos no âmbito da academia já caminham com sucesso nesse articular jornalismo/decolonidade e um repensar epistemológico, aquilo o que reconfigure o jornalismo a partir de dentro. Citemos alguns deles: Veiga da Silva (2010, 2015, 2018) realiza uma leitura a partir não só das autoras e autores do grupo Modernidade/Colonialidade quanto da epistemologia feminista, essencial para sublinhar o

4 Uma comunicação baseada nas premissas da ciência positiva (colonialidade do saber), na estratificação eurocêntrica dos povos (colonialidade do ser) e na autodefinição de um modelo civilizatório (colonialidade do poder).

quanto do pensamento hegemônico se constrói também pela negação de um gênero – um gênero aliás entendido como maculado por uma quase incontrolável subjetividade.

Cruz (2017) pensa o jornalismo narrativo latino-americano como um exemplo de meio capaz de romper o *status quo* jornalístico. Nesse sentido, ele promove um diálogo entre nomes como Dussel e Salcedo Ramos para lançar luzes em algo que o jornalismo até agora falhou: a multiplicidade de rostos e vozes, o fortalecimento de existências outras. A ideia é, também, promover uma reconfiguração das identidades latino-americanas. Queirós (2017) vai em um caminho similar e propõe uma ruptura epistêmica jornalística a partir da adoção de um jornalismo literário alinhado às ideias de Sousa Santos e seu pensamento pós-abissal. Segundo o autor, o jornalismo centrado no lead e na pirâmide invertida engendra óticas de apagamento e instaura uma visão atomizada e hierarquizada do contexto sócio histórico.

A defesa de uma subjetividade jornalística clara, nunca negada, vem se juntar, em maior ou menor grau, a esses estudos que buscam desarticular a consagrada epistemologia jornalística. Neste sentido, o jornalismo de subjetividade, termo que nasce a partir da reflexão de um longo percurso prático e também teórico, propõe, entre outras abordagens: uma busca pela horizontalidade entre o eu e o outro; a dimensão ativista (entendendo que o posicionamento explicitado não macula a prática/reflexão); a escrita e observação a partir de critérios que não se assumem como neutros, mas levando em consideração aquilo o que atravessa também a autora/o autor do texto (MORAES, 2015; MORAES, VEIGA DA SILVA, 2019). A subjetividade refuta os códigos estabelecidos pela colonialidade, ainda que, em sua elaboração inicial, não haja a inclusão de uma teoria decolonial específica.

No entanto, há no cerne dessa abordagem uma crítica aos pressupostos jornalísticos que floresceram justamente sobre ideais eurocentrados e que surgem em normas e práticas jornalísticas naturalizadas. Valores-notícia, por exemplo, são analisados à luz de seu enorme poder de exclusão, de sua configuração racializada – justamente aquela que Alfredo Jaar vai trabalhar não somente na obra *Newsweek*, mas também em *Searching for Africa in Life*, no qual ele reúne 2.128 capas do já finalizado semanário norte-americano. Das 2.128 edições, em 60 anos de circulação, apenas 5 foram dedicadas ao continente africano. Em uma delas, lemos: “a beleza selvagem da África” e vemos um guerreiro, o corpo pintado, apontar-nos ameaçadoramente uma lança.

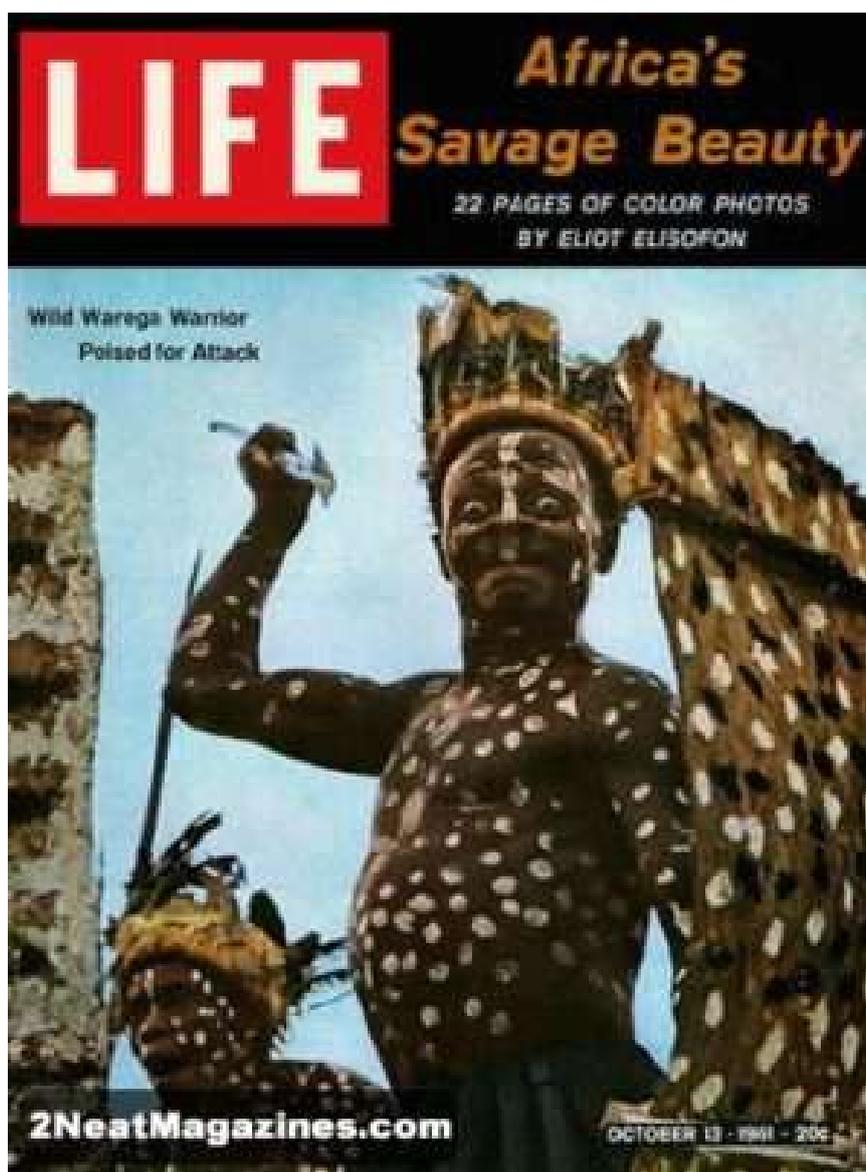


Figura 1 - capa revista Life. Fonte: www.2NeatMagazines.com.

Exotificação, manutenção de estereótipos, discurso que não promove a pluralidade. Todas essas questões encontram eco tanto na construção da diferença denunciada pelos estudos decoloniais quanto no jornalismo de subjetividade. Em ambos, não se percebem como menores, periféricas, não políticas, questões como pobreza, raça, gênero, classismo, preconceito geográfico, entre outras, historicamente deixadas de lado para que não “contaminassem” uma discussão “maior”: aquela pertinente às pessoas auto-classificadas como “universais”.

Soares, Barbosa e Carvalho (2009) realizaram uma pesquisa sobre imagens de África na imprensa brasileira focando os países africanos de língua portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Além da homogeneização no tratamento dado ao continente, observam que há na cobertura a predominância de duas imagens recorrentes: o exotismo cultural (como na capa da *Life* nos anos 1960) e a tragédia da fome e da miséria. “O risco de compartilharmos tal imagem de África é o de, em primeiro lugar, permitir a conclusão de que os povos africanos e seus descendentes no Brasil não teriam qualquer contribuição relevante a dar ao mundo ou à nossa sociedade” (SOARES; BARBOSA;

CARVALHO, 2009, p.2). Couto (2010) vê os meios de comunicação como fundamentais na construção do conflito em Ruanda, assentado justamente na lógica da superioridade de um povo (tutsis) sobre outro (hutus). Esse entendimento foi reverberado pelo governo belga que colonizava o país até 1962. Somente os tutsis, aflados e esguios, tinham, por exemplo, acesso à educação secundária. Movendo-se a partir dessas diferenças feitas estruturais, a imprensa ruandesa promove e instiga o conflito.

É justamente sobre a manutenção dessa absurda irrelevância humana/geográfica – construída objetivamente e tecnicamente através, por exemplo, de valores-notícia - que tratamos aqui. O jornalismo brasileiro precisa assumir-se como um produtor e reproduzidor de uma diferença que ecoa fortemente na sociedade, um meio que constitui um imaginário no qual pessoas negras surgem frequentemente enquadradas nos termos vistos nos jornais do período da abolição (em que se pese mudanças tecnológicas e mesmo em tentativas de inclusão racial por parte de alguns veículos). Entende-se que a subjetividade se junta a essa insurgência decolonial como um caminho possível para que possamos responder, assumindo nossa limitação no campo de conhecimento e na prática cotidiana, onde está Ruanda no mapa⁵.

REFERÊNCIAS

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 11, p. 89-117, Ago. 2013. Disponível em; http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SO103-33522013000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 16 Fev. 2020.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério; BASSO, Marjorie K. J. O preto no branco: democracia midiática no Brasil e presença de negros nas fotos dos jornais. **Estudos em Comunicação**, [s.l.]. n. 2, p. 111-125, 2007.
- BRITTES, Juçara. Enfoques teóricos dominantes nas ciências da comunicação e os distintos olhares sobre o receptor. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 25, 2002, Salvador. **Anais [...]** Salvador: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2002.
- CATHUS, Olivier. O preconceito forte como um leão: repre - sentações do negro e da violência na mídia. **Revista Famosos: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, n. 29, P. 111-121, 2006.
- COUTO, Adréia. Mídia e propaganda racista: como os mass media constroem a imagem da realidade social – uma leitura do genocídio Ruanda. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 1-19, out. 2010.
- CRUZ, Guilherme. As narrativas do poder: aproximações cambiantes entre jornalismo narrativo e decolonialidade. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, Jaguarão-RS, v. 3, n. esp. dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/505>. Acesso em: 17 fev. 2020.
- FOUCAULT, Michael. Microfísica do Poder. In: MACHADO, Roberto (Org.) **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2012.
- FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: UNESP, 1995.
- FRANÇA, Vera. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? In: FRANÇA, Vera; MOTTA, Luiz Gonzaga; PAIVA, Raquel; WEBER, Maria Helena (Orgs.) **Estratégias e Cultura da Comunicação**. Brasília: Editora UNB, 2001.
- GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 115-147, 2008.
- _____. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna decolonial. **Contemporânea, Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos-SP, v. 2, n. 2, p. 337-362, 2012.
- _____. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

5 A República da Ruanda faz fronteira com o Burundi, República Democrática do Congo, Uganda e Tanzânia. A população de 12,2 milhões de pessoas divide-se na maior parte em três grupos étnicos: hutus (quase 90%) tutsis (quase 9%) e twas (cerca de 1%). Foi colonizada pela Bélgica (antes de se tornar país, pela Alemanha). Conquistou a independência em julho de 1962.

- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987. 230 p. Disponível em: <http://www.adelmo.com.br/index3.htm>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: UFSC, 1992
- MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. pp. 71-103. (Colección Sur Sur). Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Mignolo.rtf>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus Editorial, 2008.
- MORAES, Fabiana. **O Nascimento de Joicy**: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Editora Arquipélago, 2015.
- _____. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204-219, 19 ago. 2019.
- _____. VEIGA DA SILVA, Marcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 28., 2019, Porto Alegre. **Anais** [...] Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação: Porto Alegre, 2019. Disponível em http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5LFXYWXMOTM6JSBQBBT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf. Acesso em: 18 fev. 2020.
- PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea, Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos-SP, v. 2, n. 2, p. 395-418, 2012.
- QUEIRÓS, Francisco Aquinei Timóteo. Entre arestas e interditos: o Jornalismo Literário como dupla ruptura epistemológica. **Vozes e Diálogo**, Itajaí-SC, v. 16, n. 01, p. 177-192, mar. 2017. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/9453/5792>. Acesso em: 17 fev. 2020.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.) **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. Disponível em: http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf. Acesso em: 18 fev. 2020.
- RESENDE, Fernando. A Narratividade do discurso jornalístico: a questão do outro. **Rumores**, São Paulo, v. 3, n. 6, dez. 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as epistemologias do Sul**: antologia essencial. Buenos Aires: Clacso, 2018 (Antologías del Pensamiento Social Latinoamericano y Caribeño).
- SANTOS, S. A.; LOPES, I. S. A Representação dos Negros na Rede Globo e na TV Brasil na Semana do “Dia Nacional da Consciência Negra”. **Revista ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2. 2010.
- SILVINO, Alexandre Magno Dias. Epistemologia positivista: qual sua influência hoje? **Revista Psicologia, ciência e profissão**, Brasília, n. 27, v. 2, p. 276-289, 2007.
- SOARES, Astréia; BARBOSA, Luiz; CARVALHO, Vanessa. África como notícia. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 5., 2009, Salvador. **Anais** [...] Salvador: UFBA, 2009. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19405.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros**: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
- SCHWARCZ, Lília. **Retrato em branco e negro**; jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção da notícia. 2010. 249 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- VEIGA DA SILVA, Marcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. 2015. 276 f. Tese

(Doutorado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

VEIGA DA SILVA, Marcia, MAROCCO, Beatriz. O feminino no 'livro de repórter': uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas. **Braz. Journal. Res.**, Brasília, v. 14, n.1, p. 30-55, 2018.

VILALBA, Rodrigo. **Teoria da Comunicação**. São Paulo: Ática, 2007.

VILLANUEVA, Erick R. Torrico. A comunicação decolonial – perspectiva in/surgente. **Rev. Latino-americana de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 15, n. 28. p. 72-81, janeiro-junho, 2018. Disponível em: <https://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/issue/view/32>. Acesso em: 17 fev. 2020.

WINCH, Rafael Rangel; ESCOBAR, Giane Vargas. Os lugares da mulher negra na publicidade brasileira. **Cadernos de Comunicação**, Santa Maria-RS, v. 16, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/8229>. Acesso em: 18 fev. 2020.

WOLF, Mauro. **Teoria da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1995.

“ARMATO DI CARNAGIONE”: CHROMATIC REGIMES OF RACIAL PROFILING IN THE ITALIAN PRESS

Marcello Messina
Stefania Capogreco

INTRODUCTION

Napoli, uomo armato in metropolitana: momenti di panico e feriti lievi [...] Momenti di panico e feriti sulla metro linea 1 di Napoli per la ressa che si è scatenata per la presenza di un uomo, di carnagione mulatta, armato di carnagione di coltello. (IL FATTO QUOTIDIANO.IT, 2017).¹

[Naples, armed man on the metro: moments of panic and several mildly injured [...] Moments of panic and several injured on line 1 of the Naples Metro as a result of the crowd that gathered due to the presence of a man, of mulatto complexion, armed with [his own] complexion with a knife.]

On the 8th of June 2017, the online newspaper *Il Fatto Quotidiano.it* published the above incipit to a press story about a man who had caused fear and panic on the Naples Metro when he showed a 20 centimetre-long knife to the other passengers. After unnecessarily drawing attention to the colour of his skin by using such a racially charged word as “mulatto,” the press story proceeded to shockingly declare that the man was “*armato di carnagione*,” that is, “armed with [his own] complexion” (Fig. 1).

Obviously, this last expression was a “typo,” and after a few hours the wording on the webpage was updated to read as “*armato di coltello*” [“armed with a knife”]. What immediately came to our minds, however, was that such a misprint functioned as a “momentary slip” revealing the widespread, habitually ingrained racial profiling of specific skin tones as “dangerous.” This racial profiling has broader implications in the Italian press, Italian society, and is one which, as we will show, is disseminated globally throughout Italian diasporas (WELCH, 2007; MOODY, 2008; SIMMONS & LECOUEUR, 2008).

In this chapter, we take this typo as an entry point through which we proceed to develop our argumentation over three different levels of analysis. At the first level, we focus on different elements of the quoted press story in order to identify the racial imagery that it sapiently triggers in the readers, both with and without the typo. At the second level, we set the press story into dialogue with other Italian news pieces, editorials and opinion columns, in order to situate its charged language within the shared practices of the national press. Finally, at the third level, we make reference to the general Italian debate in both national

¹ Article appeared on the online newspaper *Il Fatto Quotidiano.it* (online branch of the newspaper *Il Fatto Quotidiano*) on 8 June 2017 <<https://bit.ly/2ZI9R3O>>. Accessed on 8 June 2017. The quoted passage was later modified and the typo was eliminated, but the original version is still available at the Internet Archive Wayback Machine <<https://bit.ly/2BgU3eS>>. Accessed on 19 July 2020.

and diasporic settings, in order to shed some light on the crystallised assumptions that permit — among many other things — the publication of racially charged material disguised as journalistic coverage.



Fig. 1: A screenshot of the news story on the Naples Metro, as it was originally published on *Il Fatto Quotidiano.it* on 8 June 2017.

“NAPOLI, UOMO ARMATO IN METROPOLITANA”: EVOKING THE “ABERRANT CITY”

Stereotypes of Naples as a dangerous city, allegedly controlled by criminal organisations and inhabited by people inclined to illegal behaviours, are diffused and constantly reproduced both in Italian (GRIBAUDI, 2008) and foreign media (DINES, 2013). In particular, Nick Dines talks about the reproduction of “pre-existing ideas about Naples as an aberrant city on the margins of a ‘normal’ Europe” (DINES, 2013, p. 1-2):

Naples has long been regarded as a pathological exception: a city of chronic problems, marked by peculiar cultural practices, ingenious survival strategies and a dearth of law and order. On the one hand it is a city that lacks – a modern class structure, public space, civic traditions and so on – while, on the other, it possesses the residues of an incomplete or anomalous development, such as widespread poverty, organized crime and the lumpenproletariat (DINES, 2012, p. 15).

The *Fatto Quotidiano* news item’s association between Naples and the frightening imagery of an “armed man” is thus part of a recurring cliché, a narrative strategy that serves to encourage the reader to activate a series of pre-formulated, entrenched stereotypes.

In his essay *Whiteness and the Blackening of Italy*, Joseph Pugliese examines the graffiti on the statue of Dante Alighieri in Piazza Dante, Naples, in order to highlight the city’s conflictual relationship with such a monument, which represents the North’s imposition of whiteness on the Southern city (PUGLIESE, 2008)². Pugliese identifies race and racism as

2. Despite being politically exiled from Florence during his time, and banished from the canon for centuries (COULMAS, 2016), Florentine Poet and Nobleman Dante Alighieri has been vigorously inserted into the Italian literary canon, and in fact rehabilitated as the monumental figure of this canon, since the 19th century (PICH, 2010, p. 21): the political icon of the Tuscan author Dante was a key figure through which Risorgimento patriots generated a sense of Tuscan cultural unification predicated on the myth by which Dante represented a collective past (O’CONNOR, 2012, p. 314). Importantly, these “collective myths and memories [were] mapped onto [the] landscape” through the erection of monuments to Dante throughout the Peninsula (O’CONNOR, 2012, p. 321).

the discursive framework that governs the narrated distinction between the North and the South, at least since the age of the Italian Unification (1860-61)³:

From the beginning, then, the so-called *questione meridionale* (Southern question) encoded a set of racialised presuppositions in which the whiteness of the North operated as an a priori, in contradistinction to the problematic racialised status of the South, with its dubious African and Oriental histories and cultures (PUGLIESE, 2008, p. 3).

In this context, the racial anomaly materialised in the *Fatto Quotidiano* article as the “*carnagione mulatta*” (“mulatto complexion”) of the armed man is somewhat already suggested by the title: the mention of “Napoli” already sets the expectations for the readers, who are likely to already imagine a specific type of subject and a specific type of event.

However, two different types of subjects are evoked here: the *terrone* vs. the *extracomunitario*.

In the wake of the waves of migrants from Africa and the Middle East who have come to Italy over the last three decades searching for a livelihood, northerners have coined the neologism *sottoterrone* (‘sub-dirt beneath one’s feet’) to label this new non-white population. At work here is a recalibration of racial hierarchies that effectively functions to reposition targeted racialised subjects on the vertical scale governed by whiteness as the normative standard. In tandem with the entry into the Italian nation of people of colour from Africa, the Middle East and Asia, the racialised extraneity of Southerners has also been somewhat recalibrated. They no longer constitute northern Italy’s absolute other; rather, this position has been assigned to those non-European subjects geopolitically extraneous to the body of the nation. I say ‘extraneous’ as they have been designated by Italians as *extracomunitari*, that is, as people from outside the racially circumscribed national ‘community.’ (PUGLIESE, 2008, p. 20)

The mention of Naples in the title builds expectations towards the “racialised extraneity of Southerners”, whilst the mention of the “*carnagione mulatta*” has precisely the function of recalibrating this extraneity and shifting the attention towards this apparently non-European subject, literally, a “*sottoterrone*”, a new instance of “Italy’s absolute other”.

Even as this recalibration is operative and Southerners are no longer seen as totally extraneous to the body of the nation, instances of violent and gratuitous racism against them remain extremely common. On 21 April 2020, Vittorio Feltri, currently editor-in-chief of the national newspaper *Libero*, declared: “io non credo ai complessi di inferiorità: credo che i meridionali, in molti casi, siano inferiori” [“I do not believe in inferiority complexes: I believe that Southerners, in many cases, are inferior”] (FELTRI, 2020).

What emerges from Feltri’s declaration is that, while Southerners’ role as racial Others within the Italian nation may have been eventually recalibrated, still they must be constantly reminded that entrenched anti-Southern discourses of the inferiority and criminality of Southerners still form the fabric of Italian patriotism, and that such discourses can be drawn on to return Southerners to the status of absolute racial Other with impunity and abandon. Pugliese refers to this implicit but omnipresent possibility in terms of “prosthetic white citizenship”, that is, “what is conferred upon non-white subjects of the white nation”,

³ As part of the Lombrosian School of Criminal Anthropology, anthropologists, criminologists and phrenologists laboured to inscribe the “congenital inferiority” of Southern Italians. For instance, in Cesare Lombroso’s *In Calabria* the trappings of temperament and inheritable aptitude towards violence and criminality were seen as readable in terms of an esoteric model of Southern physiognomy (PUGLIESE, 2008, p. 2; also see SCHNEIDER, 1998; DICKIE, 1999; PUGLIESE, 2002; PUGLIESE, 2007; MOE, 2002; MESSINA, 2019).

as a kind of provisional and conditional integration to the body of the nation, a form of citizenship that “can, precisely because it is viewed in terms of an artificial adjunct to the non-white subject, be withheld or taken away” (PUGLIESE, 2009, p. 16).

Thus, “prosthetic white citizenship” is constantly applicable to Southerners, labelled as *terroni* (meaning, quite literally, “the dirt beneath one’s feet,” inferring the dirt of the boot-shaped nation PUGLIESE, 2008). However, this “integration to the body of the nation” (PUGLIESE, 2009) is all the more provisional and conditional for the armed subject that is visualised in the *Fatto Quotidiano* news story.

“DI CARNAGIONE MULATTA”: VISUAL REGIMES OF RACIAL PROFILING

In his important essay on the murder of Brazilian electrician Charles de Menezes, committed supposedly by mistake by the London Police precisely on a metro train, namely, the Tube, Joseph Pugliese explores the “visual regimes of racial profiling” (PUGLIESE, 2006) that made such an incident possible:

Let me replay the scene of Jean Charles de Menezes’ flight and shooting in order to flesh out the complex discursive relations that were instrumental in the killing of de Menezes. As de Menezes steps outside his flat and proceeds to walk down the street, a regime of visibility activates the stereotypical iconography of racial profiling as it resignifies his ethnic identity from Brazilian to (South) Asian: in advance of any offence he is *racially* suspect. I draw attention to the regime of visibility that is set in train in the course of his walk to the station in order to interrogate the idea that his death was just an “unlucky accident.” The concept of his death as an “unlucky accident” founders on the invisibilised systematicity that constitutes the modes of operation that underpin racial profiling. The term *visibility* materialises the discursive relations of power that effectively constitute, regulate and determine what it is we see (PUGLIESE, 2006, online).

Now, the same “invisibilised systemacity” operates, in the Naples Metro episode, to automatically associate the “mulatto complexion” of the protagonist of the incident to a dangerousness that is “*racially*” imaginable “in advance of any offence” In the *Fatto Quotidiano* article, the underlying idea that the man’s complexion could predict his dangerousness abruptly materialises in the typographic lapsus “*armato di carnagione*” / “armed with [his own] complexion”: literally, the racialised skin becomes an undesired, minacious attribute to the man’s persona, an attribute that not only does emerge as a “metonym[...] of an incipient criminality” (PUGLIESE, 2009, p. 15), but is in fact perceived as the main weapon with which the man is equipped.

Here we must pause and focus again on the expectations built by the title, where the association between “*Napoli*” and “*uomo armato*” [“armed man”] is perhaps likely to evoke images of Neapolitans as recalcitrant *terroni*, connivent with any robbery or murder, perpetuating Southerners’ alleged predisposition to crime and confirming their intermediate racial status. These expectations are both powerfully evoked in the title and immediately retracted in the body of the article, where a whole world of Southern criminality and inferiority based on entrenched stereotypes foregrounds the article’s shift of attention to the man with his “*carnagione mulatta*”.

Crucially, the same Neapolitan *terroni* who seem to be the criminalised violent subject/s of the article from a first reading of its title, emerge now as victims of the man and

his complexion. In other words, the “*carnagione mulatta*,” so highlighted as a threatening attribute which the man wields, serves to immediately reposition these Neapolitans as white, as “unarmed Italians” left at the mercy of this “foreign-looking” individual. Here we actively assume that the insistence on the complexion of the individual is meant precisely to cast him as “foreign” in the imagination of the readers: taking another cue from Pugliese, we refer to the fact that “a regime of racialised visibility inscribes its transient subjects as either obviously ‘foreign’ or self-evidently ‘native’” (PUGLIESE, 2006, online).

The perception of the man’s foreignness, which is never explicitly evoked in the news story, is reinforced by the testimony of a witness who remembered that “*L’uomo ha gridato qualcosa di incomprensibile, poi il treno è giunto alla stazione di Colli Aminei, e la gente è corsa via urlando*” [“the man shouted something unintelligible, then the train arrives at the stop Colli Aminei, and people ran away screaming”] (IL FATTO QUOTIDIANO.IT, 2017). In other words, after the chromatic identification of the man as a racial anomaly, a declaration of linguistic Otherness is used in order to confirm and reinforce the subject’s extraneity to the Italian nation space. There is more, as in the syntactic and semantic context of the sentence uttered by the witness and transcribed in the news story, people run away screaming, not only from the armed man, but also from his unintelligible yells. John Baugh introduced the notion of “‘linguistic profiling’ [...] as the auditory equivalent of visual ‘racial profiling’” (BAUGH, 2003, p. 155): horrified by the man who is armed with a knife, *but who was prior to any knife, first and foremost* armed by his criminalising⁴ complexion and incomprehensible accent, people ran away — this is the racial-discursive schema that seems to emerge from the news story.

THE COLONIAL GENEALOGY OF RACIST “MULATTO” NARRATIVES IN ITALY

Furthermore, the term “mulatto”, used abundantly and uncritically in the news story, belongs to a racist vocabulary reminiscent of the colonial past and present of former Portuguese and Spanish colonies in South America, but also — and not negligibly — of the Italian colonies in Africa (CAPONETTO, 2015). “Mulatto” is a term that evokes a sort of racial anomaly, an “abject” (Cf. PERILLI, 2016; GIULIANI, 2016; CAPOGRECO, 2017; CAPOGRECO; MESSINA, 2020) that carries the stigma of mixed-race relationships historically perceived as taboo (CAPONETTO, 2015). In fact, the figure of the “mulatto” evoked the unthinkable and unspeakable desire and pleasure of the interracial sex act in Fascist and post WWII Italy, and their existence was often attributed to being the product of a Black man raping an Italian woman (GREENE, 2012). Furthermore, the term “mulatto”, strongly interconnected with the term “meticcio” [“half-breed”, “mestizo”] (CAPONETTO, 2015; BARRERA, 2002, p. 22), must necessarily remind us about the fact that, from 1940 to 1955, Italian legislation prohibited the recognition of children born between Italian citizens and African partners, denying them Italian citizenship while, at the same time, imposing on them the status of *sudditi*, that is, subjects of the Crown (PETROVICH NJEGOSH, 2015, p. 14). The insistent use of the term “mulatto” in the *Fatto Quotidiano* news story, in this context, cannot be separated from this historical denial of Italian citizenship to people referred to as “*mulatti*” or “*meticcici*” and in fact, the use of this term functions exactly to withhold his very conditional and

⁴ Because disclosing his status as racial “Other”.

provisional “prosthetic white citizenship” (PUGLIESE, 2009). Describing the suspect as a person of “*carnagione mulatta*”, the newspaper necessarily draws on this racist history of the term, which performs the crucial function of arresting his “prosthetic white citizenship”, thus enabling this man to be inscribed, in the present, as extraneous to the nation space, but as also, at once, a *suddito* (that is, someone whose difference must be policed within the nation space).

Finally, the term “mulatto” evokes a whole set of racio-gendered violences and desires connected to the sexual and reproductive deployment of the wombs of Black women by slave owners. Considering the specificities of racialised subjects in Brazilian society, Denise Ferreira da Silva explores the colonial/erotic economy of lust oriented towards the “*mulata*”, and unearths the concurrence of concupiscence and desire of annihilation in the task of neutralising racialised Afro-Indigenous subjects in favour of Eurodescendants (SILVA, 2006).

Transposing this web of desires to Italy, it is important to mention a well-known episode in the public life of journalist Indro Montanelli in which he participated in the TV programme *L'ora della verità* in 1972. On that occasion, Montanelli recalled his marriage with a 12 year old girl in Ethiopia. To the indignant questions of feminist activist Elvira Banotti, who correctly argued that he had entrapped and raped a child, Montanelli clumsily responded that it was common practice over there (TEGGI, 2018). Elsewhere, Montanelli refers to his same Ethiopian wife as a then 14 year old girl, and offers more details about his relationship with her:

La ragazza si chiamava Destà e aveva 14 anni: particolare che in tempi recenti mi tirò addosso i furori di alcuni imbecilli ignari che nei Paesi tropicali a quattordici anni una donna è già donna, e passati i venti è una vecchia. Faticai molto a superare il suo odore, dovuto al sego di capra di cui erano intrisi i suoi capelli, e ancor di più a stabilire con lei un rapporto sessuale perché era fin dalla nascita infibulata.

[The girl's name was Destà and she was 14 years old: in recent times, this detail got me the rage of some imbeciles, unaware that in tropical countries at fourteen years of age a woman is already a woman, and after twenty she is an old woman. I struggled a lot to overcome her smell, due to the goat tallow with which her hair was soaked; and I struggled even more to establish a sexual relationship with her because she was infibulated since her birth]. (MONTANELLI, 2000, *apud* DURACCIO, 2019, p. 65).

We agree with Caterina Duraccio that Montanelli's declaration “da un lato, mostra la naturalizzazione e la totale accettazione di determinate pratiche coloniali, e dall'altro sottolinea il sentimento di superiorità occidentale che accompagnava quegli anni” (DURACCIO, 2019, p. 65) [“on the one hand, shows the naturalization and the total acceptance of certain colonial practices, on the other hand, highlights the sentiment of Western superiority that accompanied those years”]. What is striking about Montanelli's feeling of white omnipotence is the perceived right to dispose of Destà's body as he prefers, with the added benefit of publicly shaming her body by ridiculing her smell. Montanelli seems to linger on infibulation in order to declare his phallic white superiority against Destà's racialised and diminished sexuality, thus inscribing the progressiveness of his Western “civilised” sexuality and the sexual pathology and backwardness of the non-West (PUAR, 2007). Needless to say, the fact that he calls Elvira Banotti an “imbecile” and argues that she was unaware of the customs and traditions of “tropical countries” serves precisely to obliterate the fact that Banotti

was born and raised in Eritrea, and had also lived and worked in Ethiopia — in an entirely colonial move, Montanelli effaced and debased Banotti's personal and collective history in order to insult her and situate his own knowledge as possessing more “authentic” and superior knowledge, thus attempting to invalidate her incisive objections. The above-mentioned events from Montanelli's personal life represent an eloquent metonym of the entrenched racio-gendered mentality that inscribes nostalgic and adulcorated tropes of the *Africa Orientale Italiana* [“Italian East Africa”, abbreviated as AOI].⁵ In this context, as claimed by Igiaba Scego (2015), the sexual possession of female native bodies is interlaced with the military conquest of the land and with the physical extermination of the population. Addressing an imaginary Ethiopian woman, the Fascist era song “Faccetta Nera” [“Little Black Face”], often sung nostalgically in present days as “la quintessenza più pura del fascismo” [“The purest quintessence of Fascism”] (SCEGO, 2015), alludes precisely to a promised liberation from supposed slavery, which must necessarily go through territorial and sexual subjection to the Italian ruler: “La legge nostra è schiavitù d'amore / Ma è libertà de vita e de penziere” [“Our law is slavery of love / but it is freedom of life and thought”] (MICHELI; RUCCIONE, 1935):

Se sei donna e nera in Italia un riferimento, anche casuale, a Faccetta nera ci scappa sempre. Da piccola me la cantavano spesso all'uscita di scuola per umiliarmi, e in generale la canzoncina aleggia nell'aria come quei microbi da cui non ci si salva. Sono in tanti ad averla come suoneria del cellulare [...]. Ma anche chi non si professa apertamente fascista è sedotto da questa marcetta. Basta canticchiarla un po' per vedere le braccia agitarsi a ritmo battente. [...] *Faccetta nera* [...] è una canzone sessista, oltre che razzista. Una canzonetta che nasconde dietro la finzione della liberazione una violenza sessuale. Non a caso il suo testo a un certo punto dice: “La legge nostra è schiavitù d'amore”.

[If you are a Black woman in Italy, you can always expect people to refer, even randomly, to *Faccetta nera*. When I was a child, they often sang it after school to humiliate me, and in general the song floats in the air like those microbes from which you cannot save yourself. Many people have it as a ringtone in their mobiles [...]. But even those who are not openly fascist are seduced by this little march. Just hum it a bit to see people's arms shake in time [...] *Faccetta nera* [...] is a sexist song, as much as a racist one: it is a song that hides sexual violence behind the false promise of liberation. It is no coincidence that at some point the lyrics say: “Our law is slavery of love”.] (SCEGO, 2015).

A series of humoristic postcards from the same era by Enrico de Seta (1935-36), encapsulate precisely this interconnection between the articulation of a desire for military victory over East Africans, and the sexual possession of the local women (Fig. 2).

⁵ In line with what we have argued above about the racialisation of Southerners and how it is always connected to the racialisation of *extracomunitari*, we need to mention that Montanelli made several controversial (and openly racist) remarks about Sicily and Sicilians during his career (COTUGNO, 2011, p. 82; MASTRODONATO, 2020).

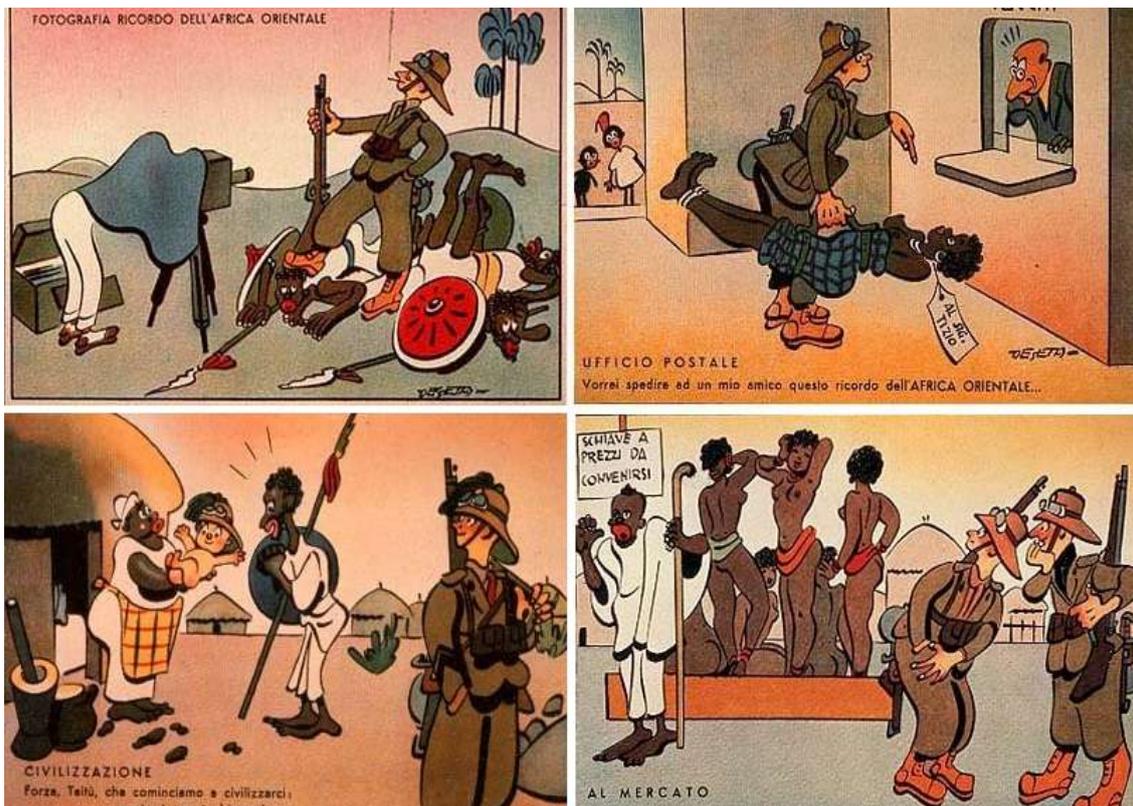


Fig. 2: Humoristic postcards by Enrico De Seta for the Italian troops in East Africa (DE SETA, 1935-36).

In the bottom left illustration of Figure 2, a Black woman shows her companion a white newborn baby, who wears a soldier/explorer helmet (the same helmet as an Italian soldier who watches the scene from afar). The African couple appears obviously enchanted by their newborn baby. Under the title of “Civiltizzazione” [“Civilisation”], a caption below the vignette reads: “Forza, Taitú, che cominciamo a civilizzarci: questo è venuto bianco!” [“Keep it up, Taitú, for we are starting to civilise ourselves: this one came out white!”] (DE SETA, 1935-36). Here the military campaign, disguised as liberation, explicitly identifies female wombs as a territory to be occupied and utterly cleansed from their own derogatorily racialised African status.

In this context, the ridiculous idea which holds that the white baby should be heralded as the emergence of “civilisation” by his Black putative father, effaces the historical reality that such a child would be born into: cast as abject on the grounds of their “mulatto” status. Such a child, not heralded as civilised at all, and who in fact would have no “prosthetic white citizenship,” provisional or otherwise, because of their status as abject “mulatto,” would not have been welcomed as an Italian citizen between 1940 and 1955.

Another important element in the four postcards shown in Figure 2 is the corresponding representations of the disposability of Ethiopian women (reduced to the sexual lust of the coloniser, or else the womb), and Ethiopian men (cast as exterminable enemies). The Ethiopian women are represented as disposable bodies — packages even — at the mercy of the sexual lust of the Italian soldiers: “*schiave a prezzi da convenirsi*” [“slaves for sale at prices to be negotiated”] (DE SETA, 1935-36), as it reads on the bottom right illustration (Fig. 2), or else human parcels, packages to be sent to one’s friend as a “*ricordo dell’Africa Orientale*” [“souvenir from East Africa”] (DE SETA, 1935-36) as shown on the top right illustration (Fig.2).

This operates in tandem with the graphic depiction of male Ethiopians as armed enemies to be exterminated not just with impunity, but turned into “trophy bodies” (cf. PERERA, 2014; MESSINA; DI SOMMA, 2017) with which the Italian soldiers can pose for a photograph, as shown on the top left illustration (Fig.2). It is important to note that even the putative father in the bottom right illustration with the white child (Fig. 2) is depicted as an enemy wielding a spear and a shield: in this case the military threat is neutralised by the sexual possession of the woman and the colonisation of her womb, as it were.

Retracing back to the *Fatto Quotidiano* news story, in being identified with his “carnagione mulatta” [“of mulatto complexion”] (IL FATTO QUOTIDIANO.IT, 2017), the man from the Naples Metro embodies precisely an intermediate space, suspended between the “abjection” (PERILLI, 2016) of the mixed-race offspring⁶ and the perception that such an individual nevertheless represents an intermediate step between Blackness and “civilisation”. Furthermore, this man — in a similar logic to the Ethiopian men in the Fascist postcards — is still depicted as a dangerous Black man, professedly “armato di carnagione” [“armed with [his own] complexion”] (IL FATTO QUOTIDIANO.IT, 2017).

“UN UOMO ALTO DI PELLE SCURA”: THE SEXUALISED MASCULINISATION OF RACIAL FEAR

Era un uomo alto di pelle scura, forse un mulatto – racconta una testimone oculare all'Ansa – aveva una bandana sulla testa e portava dei pantaloni aderenti. L'ho notato già alla Stazione Università, dove sono salita. Una volta sul treno, affollato, è passato accanto a me e ad altri passeggeri e ha sollevato la maglietta, lasciando vedere un coltello lungo e affilato.

[He was a tall, dark-skinned man, perhaps a mulatto - an eyewitness told Ansa - he wore a bandana on his head and tight trousers. I noticed him already at the Station Università, where I got on the train. Once I was on the crowded train, he passed by me and other passengers and lifted his shirt, showing a long and sharp knife] (IL FATTO QUOTIDIANO.IT, 2017).

Seemingly still terrorised by the encounter with the “mulatto,” a woman who was on the train with him gave this testimony to the Italian news agency Ansa. The statement was then published in the *Fatto Quotidiano* news story.

Considering the above-mentioned imagery on Ethiopian women as sexual slaves to be purchased, impregnated, and even packed up and dispatched by the Italian “liberation” troops, what emerges from this statement is a reverse representation of the “tall, dark-skinned man” as a sexual menace. As soon as the eyewitness hops on the train, she notices him immediately, together with his tall stature, his bandana and his “tight trousers” (IL FATTO QUOTIDIANO.IT, 2017). It goes without saying that “when men wear tight trousers” what becomes evident is “the silhouette of the genitalia” (YOO, 2010): in her study of denim preference in Milanese youth, Roberta Sassatelli notes that “the striking majority of the participants in the study to consider jeans as a ‘second skin’, whose attributes are characteriza-

6 In order to get a better sense of the weight of being cast as abject, it is useful to turn to the work of Julia Kristeva who defines abjection in terms of that which disturbs the very boundaries of the “clean and proper body” (le corps propre) required by the dominant order, that is, in this context, the clean and proper body of the Italian nation-state: “Contrary to what enters the mouth and nourishes, what goes out of the body, out of its pores and openings, points to the infinitude of the body proper and gives rise to abjection. Fecal matter signifies, as it were, what never ceases to separate from a body in a state of permanent loss in order to become autonomous, distinct from the mixtures, alterations, and decay that run through it. That is the price the body must pay if it is to become clean and proper” (1982, p. 108).

tions of an explicit sexual nature,” and argues that tight jeans “appear as heavily sexualized items, especially among youth” (SASSATELLI, 2011, p. 138).

As Frantz Fanon would put it, here the unnecessary detail of the tight trousers seems to be intended to cast the Black man as “the incarnation of a genital potency beyond all moralities and prohibitions” (FANON, 2008, p. 136), a genital potency that populates the fears of the train passengers, who, as described in the testimony, anxiously bear witness to him lifting up his shirt, as if he was about to show some intimate portion of his body.

As if flashing his “terrifying penis” (FANON, 2008, p. 136) to the passengers, the man, portrayed as lifting up his shirt, reveals a hidden object that turns out to be extremely phallic indeed: “a long and sharp knife,” that later in the news story is described as measuring “20 centimetri di lunghezza” [“20 centimetres in length”] (IL FATTO QUOTIDIANO.IT, 2017). The obsessive fixation with the measuring of the knife in the news story reproduces the stereotype of penis measurement as a practice intended to assess masculinity, and this is all inscribed in the gendered depiction of the racial Other in terms of monstrously excessive, and therefore threatening, masculinity (GIULIANI, 2016). Therefore, the man armed with not only his complexion, but with the phallic threat of his complexion, then brandishes a knife thus confirming the “invisibilised systematicity” (PUGLIESE, 2006) which automatically equates his “Mulatto complexion” with the trope of the threatening, excessive masculinity of the racial Other (FANON, 2008; GIULIANI, 2016). Additionally, this phallic symbolism might suggest a reading of the knife that transcends its function as a mere accessory, tucked into the man’s jeans but separate from his body: on the contrary, the knife seems to be construed as a natural part of the man’s body, suggesting stereotypes on violence as innate and embodied.⁷

It is no surprise nor coincidence that a few months after the publication of the *Fatto Quotidiano* news story, on 29 August 2017, far right party Forza Nuova published a racist illustration on its social media pages, depicting a Black man about to commit sexual violence against a white woman, with a caption that read “*Difendila dai nuovi invasori. She could be your mother, your wife, your sister, your daughter*”](Fig. 3).

The illustration basically reproduced a Fascist placard that circulated during the years of the Republic of Salò,⁸ only slightly updating the caption with the mention of the “*nuovi invasori*” [“new invaders”]. What is evident here is the continuity that links the Fascist era with present-day debates in Italy, in that the graphic depiction of Black men in the Fascist era as a disposable and monstrous threat continues to shape the ways in which “prosthetic white citizenship” is withheld. Here the double standard of new and old Fascist logics is evident: Italian soldiers have the full right to exploit and abuse East African women, while Black subjects in Italy are “invaders” and must be fought in order to protect Italian women. Importantly, this Fascist narrative by which the black or “mulatto” man threatens to monstrously rape white women (MESSINA; DI SOMMA, 2017; CAPOGRECO, 2017) is steeped in broader racist stereotypes of the “Black Peril” and the “Black Brute” (OWENS PATTON &

⁷ We endlessly thank Maria Pallotta-Chiarolli for suggesting this last idea to us, and also for her precious advice on this essay in general.

⁸ The *Repubblica Sociale Italiana* [“Italian Social Republic”], better known as *Repubblica di Salò* [“Republic of Salò”] was a puppet state of Nazi Germany based in Salò, a small town on the Lake Garda, and with Benito Mussolini as head of state. It lasted from late 1943 till mid-1945 (BURGWYN, 2018).

SNYDER-YULY, 2007; WRIGGINS, 1983) which, as in other colonial contexts, throws a cloak over the common, systematised and normalised practices by which white men, such as the “respectable journalist” Indro Montanelli, rape black women (FEINSTEIN, 2019).

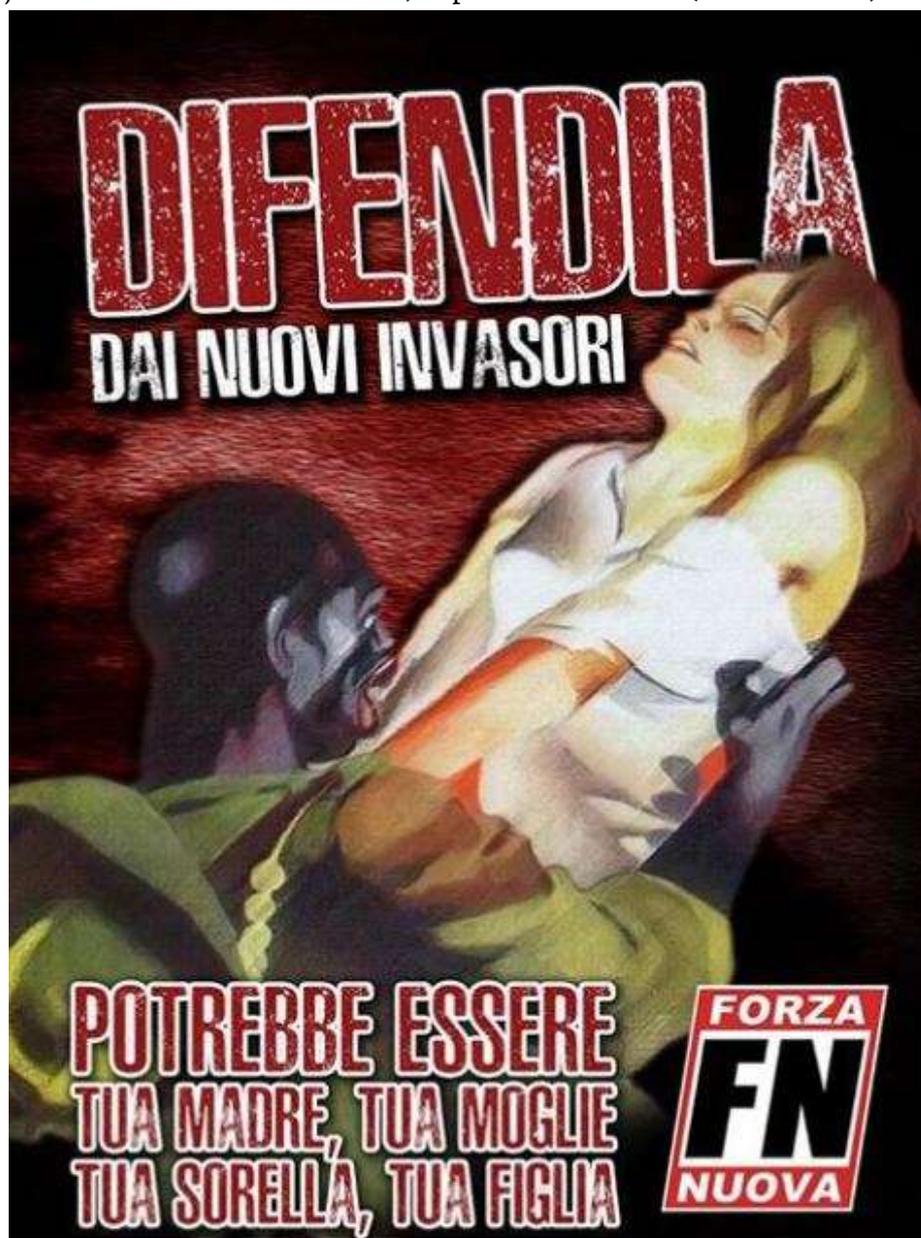


Fig. 3: A placard released by far right Italian party Forza Nuova in August, 2017.

This double standard undoubtedly positions the man of the Naples Metro news story in the same imaginary place as the man depicted in the placard on Fig. 3. Horrified by the look of the man’s dark skin, of his tight trousers and of his knife/phallus, the news item positions the eyewitness as the threatened white woman to be protected. As a Neapolitan, perhaps, she could have been represented elsewhere according to the common “racio-gendered vision of southern Italian women as lawless, immoral, vindictive, violent and murderess” (PALOMBO, 2015, p. 194), however, within this national news story, the Neapolitan woman conveniently does not have her “prosthetic white citizenship” withheld, such that the man might be positioned as absolute racial Other.

FINAL REMARKS: “AMATO DI CARNAGIONE”

The typo “*armato di carnagione*” [“armed with [his own] complexion”] (IL FATTO QUOTIDIANO.IT, 2017) functions as a momentary lapse in what, citing Pugliese, we described as “the invisibilised systematicity that constitutes the modes of operation that underpin racial profiling” (PUGLIESE, 2006). By virtue of such a momentary lapse, the usually concealed modes of operation by which racial profiling takes place become momentarily visible, thus disclosing that the “mulatto man” is rendered in terms of a racially imaginable dangerousness in advance of any offence.

In fact, this momentary utterance which bespeaks the usually unspoken, and momentarily visibilises the routinely invisibilised systematicity by which the “mulatto man” is racially profiled as dangerous, reveals how a series of colonial and Fascist discourses — as manifested in the placards and postcards we have herein provided — functioned to underpin the narration of this news story.

Furthermore, as we have stated, the news story’s ambiguous title and opening whereby the context of the Naples Metro is first vaguely evoked as a site of shootings and robberies, and subsequently embellished as an innocent white place menaced by a dangerous racial Other — in combination with this slip of the tongue, as it were — reveal that notions of the inherent criminality of Neapolitans, as well as the casting of Naples as a zone of uninhabitable criminality, underpin this article.

While in many ways accruing privilege from the above-mentioned “recalibration of racial hierarchies” (PUGLIESE, 2008, p. 20), the position of Southerners is always one of a precarious “prosthetic white citizenship,” underscored by the fact that such anti-Black racism maps onto the very notions of (in this case) Neapolitan criminality. A double manoeuvre is thus in operation, by which Southerners can both be evoked as the dangerous, absolute racial “Other” at any time, while at the same time they can be positioned as white victims in the context of “Black Brute” narratives like this one. In this context, the “dark-skinned man” is immediately turned into a sexual monster that menaces an horrified female witness who, no longer equated with the vilifying stereotype of the Southern female (PALOMBO, 2015), now stands in as synecdoche for the white Italian nation.

Among other things, this double manoeuvre — like the regimes of visibility inscribed by Fascist propaganda that the trope of the white woman as victim draws on — diverts the attention away from the systematised, normalised, and righteously self-justified (and/or outright denied) violence towards Black women, both in the East African colonies and in present-day Italy.

Finally, we need to reflect again on the “*carnagione mulatta*” [“mulatto complexion”] (IL FATTO QUOTIDIANO.IT, 2017), that is meant to immediately evoke the “*extracomunitario*” positionality of the man described in the news story, a positionality that, as we have attempted to illustrate, inevitably evokes the Italian colonies in Africa, and in general alludes to racialised geographies that may have to do with notions such as “Africa”, perhaps “Middle East”, or even “Latin America”, “South Asia”, etc.

Now, as if protecting the vague veil of enchantment that permits the charged visualisation of these places as repositories of racial monsters, the *Fatto Quotidiano* article sapiently

omits the very important detail that the “dark skinned-man” professedly “*armato di carnagione*” [“armed with [his own] complexion”] (IL FATTO QUOTIDIANO.IT, 2017) was actually a Swedish national:

Armato di coltello semina il panico in Metropolitana: ci sono stati feriti nella ressa. L'uomo di nazionalità svedese è stato disarmato dalla polizia. Molti passeggeri sono in stato di shock (CLEMENTE, 2017)

[Armed with a knife, man causes panic in the Metro: some were injured in the crowd. The Swedish national was disarmed by the police. Many passengers are in shock]

The above quotation is taken from a news item on the same event, which appeared on the online newspaper *NapoliToday*. Quite appropriately, this news story avoids mentioning any detail as to the man’s skin tone, choosing to disclose only his nationality. Obviously, in this case the white imagery normally associated with Sweden and its inhabitants impedes the racio-gendered visualisation of the “mulatto” monster evoked in the *Fatto Quotidiano* news story.

This final piece of information, excluded from the racial-discursive schema of the *Fatto Quotidiano* news story, reveals that what is ultimately in operation therein is a web of multiple “geocorpographical” (cf. PUGLIESE, 2017) dislocations, that makes sapient use of signifiers like “complexion,” “dark-skinned,” “mulatto,” “armed,” through to “Napoli,” in order to evoke a series of specific racist associations that are all too evidently addressed to a society that has never given up its colonial, Fascist and anti-Southern mentality.

REFERENCES

- BARRERA, Giulia. Patrilinearità, razza e identità: l'educazione degli italo-eritrei durante il colonialismo italiano (1885-1934). *Quaderni storici*, v. 37, n. 1, p. 21-54, 2002.
- BAUGH, John. Linguistic profiling. In BALL, A.; MAKONI, S.; SMITHERMAN, G.; SPEARS, A. K. (Eds.). **Black linguistics: Language, society and politics in Africa and the Americas**. London: Routledge, p. 155-168, 2003.
- BURGWYN, H. James. **Mussolini and the Salò Republic, 1943-1945: The Failure of a Puppet Regime**. New York: Springer, 2018.
- CAPOGRECO, Stefania. (Dis)Figuring White Template Vision through Passione: Un'avventura Musicale. *Muiraquità - Revista de Letras e Humanidades*, v. 5, n. 2, 2017.
- CAPOGRECO, Stefania; MESSINA, Marcello. Black Babies/White Sovereignities: Tammurriata Nera as perverse mechanism of U.S. and Italian colonialisms. **FULGOR: Flinders University Languages Group Online Review**, v. 6, n. 2, 2020 (forthcoming).
- CAPONETTO, Rosetta Giuliani. **Fascist Hybridities: Representations of Racial Mixing and Diaspora Cultures under Mussolini**. New York: Palgrave Macmillan, 2015.
- CLEMENTE, Nicola. Armato di coltello semina il panico in Metropolitana: ci sono stati feriti nella ressa. *NapoliToday*, 8 June 2017. <https://bit.ly/3oHsaGF>. Accessed: 8/8/2020.
- COTUGNO, Linda. Territory and Population—Demographic Dynamics in Sicily. **Rev. Hist. Geogr. Toponomast**, v. 6, p. 81-91, 2011.
- COULMAS, Florian. **Guardians of Language: Twenty Voices Through History**. Oxford Scholarship Online: DOI: 10.1093/acprof:oso/9780198736523.001.0001. 2016.
- DE SETA, Enrico. **Serie di cartoline umoristiche disegnate ad uso delle truppe italiane dell'Africa Orientale**. Milano: Edizioni d'Arte Boeri, 1935-36.
- DICKIE, John. **Darkest Italy: The nation and stereotypes of the Mezzogiorno, 1860-1900**. New York: Springer, 1999.

- DINES, Nick. Bad news from an aberrant city: a critical analysis of the British press's portrayal of organised crime and the refuse crisis in Naples. **Modern Italy**, v. 18, n. 4, p. 409-422, 2013.
- DINES, Nick. Beyond the aberrant city: towards a critical ethnography of Naples. **Lo Squaderno**, v. 24, p. 21-25, 2012.
- DURACCIO, Caterina et al. Traiettorie postcoloniali: verso una ridefinizione di italianità. **Rev. Soc. Esp. Ita**, p. 61-70, 2019.
- FANON, Frantz. **Black skin, white masks**. London: Pluto Press, 2008.
- FELTRI, Vittorio. **Intervento nella trasmissione "Fuori dal Coro"**. 21 April 2020. <https://youtu.be/Yx8u81ygSIs>. Accessed 8/8/2020.
- FEINSTEIN, R. A. **When Rape Was Legal: The Untold History of Sexual Violence During Slavery**. Routledge: New York & London, 2019.
- GIULIANI, Gaia. Monstrosity, Abjection and Europe in the War on Terror. **Capitalism Nature Socialism**, v. 27, n. 4, p. 96-114, 2016.
- GREENE, Shelleen. Negotiations of Mixed-Race Identity and Citizenship in the Postwar Cinema and Beyond. In S. Greene (Ed.), **Equivocal Subjects: Between Italy and Africa - Negotiations of Racial and National Identity in the Italian Cinema (50-115)**. Bloomsbury Publishing: New York, 2012.
- GRIBAUDI, Gabriella. Il ciclo vizioso dei rifiuti campani. **il Mulino**, v. 57, n. 1, p. 17-33, 2008.
- IL FATTO QUOTIDIANO. IT, Napoli, uomo armato in metropolitana: momenti di panico e feriti lievi, **Il Fatto Quotidiano.it**, 8 June 2017.
- KRISTEVA, Julia. **Powers of horror: An Essay on Abjection**. University Presses of California, Columbia and Princeton, 1982.
- MASTRODONATO, Luigi. Le accuse a Montanelli vanno oltre la sua fama da "grande penna". **Wired.it**, 15 June 2020. <https://bit.ly/2RMuwP8>. Accessed 8/8/2020.
- MESSINA, Marcello. Contra o Museu de Antropologia Criminal "Cesare Lombroso", em Turim, Itália: "corpos-troféus", "vergonha in vitro", e "atavismo colonial". In **Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil**. Recife: ANPUH, 2019.
- MESSINA, Marcello; DI SOMMA, Teresa. Unified Italy, Southern Women and Sexual Violence: Situating the Sexual Assault TV "Prank" Against Emma Marrone Within the Dynamics of Contemporary Italy as a Scopic Regime. **Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura**, vol. 6, no. 1, 2017, pp. 1-18.
- MOE, Nelson. **The view from Vesuvius: Italian culture and the southern question**. Berkeley, California: University of California Press, 2002.
- MOODY, Mia Nodeen. **Black and Mainstream Press' Framing of Racial Profiling: A Historical Perspective**. University Press of America, 2008.
- NAPOLI, James N. Of Plaster Casts and Monks: Images of Cultural Heritage in Risorgimento Italy. **California Italian Studies**, v. 6, n. 1, p. 1-15, 2016.
- O'CONNOR, Anne. Dante Alighieri — from Absence to Stony Presence: Building Memories in Nineteenth-Century Florence, **Italian Studies**, v. 67, n. 3, p. 307-335, 2012.
- PALOMBO, Lara. **The Racial Camp and the Production of the Political Citizen: A genealogy of contestation from Indigenous populations and Diasporic Women**. PhD Thesis. Sydney: Macquarie University, 2015.
- PATTON, Tracey Owens; SNYDER-YULY, Julie. Any four black men will do: Rape, race, and the ultimate scapegoat. **Journal of Black Studies**, 2007, 37.6: 859-895.
- PERERA, Suvendrini. Dead exposures: trophy bodies and violent visibilities of the nonhuman. **Borderlands**, v. 13, n. 1, p. 1-26, 2014.
- PERILLI, Vincenza. Il senso di abiezione della patria: unioni sessuali, genere e razzismo nel secondo dopoguerra italiano. **From the European South**, v. 1, p. 103-109, 2016.
- PETROVICH NJEGOSH, Tatiana. **Il meticcio nell'Italia contemporanea**. Storia, memorie e cultura di massa. *Iperstoria*, n. 6, 2015.

- PICH, Frederica. Dante's 'Strangeness': The Commedia and the Late Twentieth-Century Debate on the Literary Canon. In GRAGNOLATI, M; CAMILLETI, F; LAMPART, F. (Eds.) **Metamorphosing Dante**: Appropriations, manipulations, and rewritings in the twentieth and twenty-first centuries. Berlin: Verlag, Turia + Kant, p. 21 – 35, 2010.
- PUAR, Jasbir K. **Terrorist Assemblages**: Homonationalism in Queer Times. Durham: Duke University Press, 2007.
- PUGLIESE, Joseph. The Souths of "The West": Geocorpographical Assemblages of Plants, Colonialism and Race in Sergio Leone's Metafigural Spaghetti Westerns. **Muiraquitã - Revista de Letras e Humanidades**, v. 5, n. 2, 2017.
- PUGLIESE, Joseph. Compulsory visibility and the infralegality of racial phantasmata. **Social Semiotics**, v. 19, n. 1, p. 9-30, 2009.
- PUGLIESE, Joseph. Whiteness and the blackening of Italy: La guerra cafona, extracomunitari and provisional street justice. **Portal Journal of Multidisciplinary International Studies**, v. 5, n. 2, 2008.
- PUGLIESE, Joseph et al. White Historicide and the Returns of the Souths of the South. **Australian Humanities Review**, v. 42, 2007.
- PUGLIESE, Joseph. Asymmetries of terror: Visual regimes of racial profiling and the shooting of Jean Charles de Menezes in the context of the war in Iraq. **Borderlands**, v. 5, n. 1, 2006.
- PUGLIESE, Joseph. Race as category crisis: Whiteness and the topical assignation of race. **Social Semiotics**, v. 12, n. 2, p. 149-168, 2002.
- SASSATELLI, Roberta. Indigo bodies: Fashion, mirror work and sexual identity in Milan. In MILLER, Daniel; WOODWARD, Sophie (Eds.) **Global denim**. Oxford: Berg Publishers, p. 127-44, 2011.
- SCEGO, Igiaba. "La vera storia di Faccetta Nera". **Internazionale**, 6 de agosto de 2015. <https://bit.ly/3oqroOf>. Accessed 8/8/2020.
- SCHNEIDER, Jane. **Italy's Southern Question**: Orientalism in One Country. Oxford: Berg, 1998.
- SILVA, Denise Ferreira da. À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 1, p. 61-83, 2006.
- SIMMONS, Katie; LECOUTEUR, Amanda. Modern racism in the media: constructions of the possibility of change in accounts of two Australian riots'. **Discourse & Society**, v. 19, n. 5, p. 667-687, 2008.
- TEGGI, Annalisa. "Lei, signor Montanelli, violentò una bambina di 12 anni?" chiese Elvira Banotti. **Aleteia**. 16 August 2018.
- WELCH, Kelly. Black criminal stereotypes and racial profiling. **Journal of contemporary criminal justice**, v. 23, n. 3, p. 276-288, 2007.
- WRIGGINS, Jennifer. Rape, Racism, and the Law. **Harvard Women's Law Journal** 6, p. 103-141, 1983.
- YOO, Dae-kyu. **Girdle underwear for men**. U.S. Patent n. 7,685,651, 30 mar. 2010.

A SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NO COLUNISMO SOCIAL ACREANO: UMA PAUTA INVISÍVEL¹

Pâmela Ferreira da Silva

DE QUE NEGRO SE FALA NO BRASIL: UM OLHAR A PARTIR DA MÍDIA

O presente estudo busca analisar a representação do negro nas colunas sociais de três jornais online de Rio Branco – ContilNet, O Rio Branco e A gazeta – dentro de um período temporal específico: publicações ocorridas na Semana da Consciência Negra no ano de 2018. Todavia, enveredamos em um primeiro momento pelo resgate histórico das relações contruídas entre os meios de comunicação e essa importante parcela da população brasileira.

A história do negro no Brasil é marcada por negligências e preconceitos. Quando voltamos o olhar para a mídia, vemos que esse cenário não é diferente. Schaum (2005) destaca a década de 1990 como um momento que marca o ingresso mais efetivo da imagem do negro nos meios de comunicação. Até esse marco temporal, os programas, as propagandas, as novelas e outros quadros não contavam com a presença significativa de personagens negros.

Sodré (1999) traz à luz um exemplo importante para compreensão da necessidade de mudança na forma como o negro era abordado pelos meios de comunicação: em 1986, na Bahia, foram pregados cartazes publicitários com o título “defeito de fabricação” acima da imagem de um garoto negro com correntinhas no pescoço, canivete na mão e uma tarja nos olhos e, abaixo, o texto dizia: “tem filho que nasce para ser artista. Tem filho que nasce para ser advogado e vai ser embaixador. Infelizmente, tem filho que já nasce marginal” (SODRÉ, 1999, p. 235).

A peça publicitária gerou debates na sociedade brasileira e a mídia nacional defrontou-se com a necessidade de repensar as políticas e ideologias veiculadas em seus produtos. O primeiro passo para mudar esse cenário foi admitir e debater a problemática do preconceito. Exemplo disto é um recorte citado por Sodré (1999) retirado da *Folha de São Paulo* de publicação em 11/05/1997, que diz:

Sou branco, casado com uma negra. A minha filha mais velha é mulata de cabelos crespos, já contando com 14 anos, muito bonita e completamente complexada pelo fato de ser negra.

¹ O presente estudo é resultado do trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Acre (UFAC) no ano de 2019, como requisito para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

Como vou conseguir convencer uma adolescente, negra, filha de um branco, que ela é bonita? Quando ela vê propagandas – televisivas ou impressas – só aparecem brancos e brancas, bonitos, ressaltando uma possível inferioridade da sua beleza (SODRÉ, 1999, p. 235-236).

Para melhor compreender como se deu essa mudança de postura da mídia em relação à representatividade dos negros, faz-se necessário narrar brevemente, a partir dos escritos de Muniz Sodré (1999), a história da imprensa negra no Brasil.

Nas últimas décadas do século XIX, o cenário social e político era marcado pelo fim da escravidão e a proclamação da república. Entre esses dois eventos históricos havia algo em comum: a ausência de um plano para o futuro da população negra, isto é, não havia estratégias para integrar o negro, agora liberto, ao ceio social. A população afrodescendente ficou à beira do sistema social vigente, excluídos do processo político liberal, o que resultou na ausência de direitos, reconhecimento e representatividade.

Segundo Sodré (1999), é neste quadro que nasce a imprensa negra no Brasil, em 1915, com o jornal *O Menelick*. Pouco tempo depois, surgem outros jornais, como o *Clarim da Alvorada*. O objetivo de tais impressos era integrar o negro à sociedade, dar a esse grupo social a possibilidade de sentir-se presente e representado perante a comunidade. Eram publicações marcadas por formalismo e palavras rebuscadas, sempre incentivando a educação e buscando respeito dos outros setores. Sobre este período, Sodré (1999) diz que:

Até o advento da Nova República, esta imprensa caracteriza-se pela tentativa de fazer o negro integrar-se na sociedade global: os textos, de feição rebuscado e literário, noticiam aniversários, casamentos, eventos sociais; veiculam protestos contra o preconceito racial; incitam à educação como recurso de ascensão social; condenam o alcoolismo e as práticas boêmias. Predomina a moral puritana, valorizada como meio de obtenção de respeitabilidade e equiparação aos padrões brancos (SODRÉ, 1999, p. 239).

Já a segunda fase da imprensa negra é marcada pela Nova República, na década de 1930. Com a aquisição do direito ao voto, o terreno ficou propício para reivindicações políticas, surgindo então o movimento “Frente Negra Brasileira” e o jornal *A Voz da Raça* que se dedicou a defender o fim do preconceito contra a população negra. Após a ditadura do Estado Novo que durou entre 1937 a 1945, a imprensa negra volta à ativa com os jornais *Senzala* e *Alvorada*, no entanto, não com o mesmo fervor e sucesso de antes, conforme destaca Sodré (1999).

Quanto a segunda ditadura vivenciada no Brasil, no período 1964 a 1985, apesar da censura aos meios de comunicação, a imprensa negra não deixou de abordar as temáticas a favor do seu povo, mesmo sendo as tiragens e os textos pequenos e curtos. As publicações foram essenciais para manterem vivas dentro de cada um a esperança e a força para lutar por dias melhores.

Com a volta da democracia na década de oitenta, período marcado pelo retorno da liberdade, vários jornais negros começaram a surgir por toda parte, os quais abandonaram os discursos educacionais semelhantes, para focar em assuntos mais eficazes à sociedade, como demonstrar que a democracia racial no Brasil não passava de um mito e traçar estratégias efetivas para trazer qualidade de vida aos negros. Sodré (1999) relata que:

Esvanecem-se os discursos reivindicativos e pedagógicos, as preocupações com ordenamento familiar e formação profissional, dando lugar a enunciados de denúncia do precon-

ceito de cor, a análises da consciência discriminatória, a informações históricas sobre colonialismo e escravidão, a esparsos juízos afirmativos da identidade negra que procuram resgatar os valores políticos das lutas anticoloniais na África (SODRÉ, 1999, p. 242).

Após essas considerações, chega-se à década de noventa, que ficou marcada pelo início da integração do negro aos discursos políticos, conforme narra Schaum (2005). A partir desse momento, governantes se voltam para os assuntos de interesse dessa classe. O governo federal passou a incentivar a cultura afrodescendente por meio do incentivo a participação de bandas e grupos musicais em espaços artísticos e políticos.

Sodré (1999) explica como a imprensa deveria agir, pois tem papel fundamental nas conquistas ou fracassos sociais. O autor defende que “programas de radiodifusão, textos jornalísticos, etc., desempenham um papel central tanto na produção quanto na reprodução do preconceito e do racismo” (1999, p. 242). Continua o autor:

A mídia funciona no nível macro como um gênero discursivo capaz de catalisar expressões políticas e institucionais sobre as relações inter-raciais, em geral estruturadas por uma tradição intelectual elitista que, de uma maneira ou de outra, legitima a desigualdade social pela cor da pele (SODRÉ, 1999, p. 243).

A mídia, na maioria das vezes, reproduz o discurso das elites, de quem detém o poder. Ela se dirige ao público sem destacar a necessidade de políticas públicas que atendam aos interesses das minorias. Tende, ainda, a negar que exista racismo em seu meio, exceto quando algum caso flagrante surge como notícia e dificulta a negação da realidade. Nesse sentido, Sandra Almada afirma que “os meios de comunicação, a não ser em casos flagrantes de discriminação que chegam à opinião pública, tendem a negar a existência do racismo, fator estruturante da sociedade brasileira” (2012, p. 29).

Quanto à negação da existência do racismo, a mídia reflete a face da sociedade. A autora Lília Moritz Schwarcz (2012) trabalha essa questão em seu livro *Nem preto nem branco, muito pelo contrário*, onde debate como no Brasil a questão do preconceito e do racismo se mostra de forma naturalizada, quase como um “desígnio da natureza”. As práticas racistas são sempre jogadas para o plano do outro, isto é, o brasileiro não assume que pratica o racismo, mas ao mesmo tempo, afirma que já o presenciou. Portanto, não é ele o racista, mas sempre a outra pessoa. Para melhor compreensão, a autora apresenta uma pesquisa realizada em 1988 que comprova que o brasileiro não se observa como alguém racista:

É só dessa maneira que podemos explicar os resultados de uma pesquisa realizada em 1988, em São Paulo, na qual 97% dos entrevistados afirmaram não ter preconceito e 98% dos mesmos entrevistados disseram conhecer outras pessoas que tinham, sim, preconceito. Ao mesmo tempo, quando inquiridos sobre o grau de relação com aqueles que consideravam racistas, os entrevistados apontavam com frequência parentes próximos, namorados e amigos íntimos. Todo brasileiro parece se sentir, portanto, como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados. (SCHWARCZ, 2012, p. 30).

Além da prática da negação do racismo, Schwarcz (2012) aborda outros fenômenos históricos que fazem parte da formação do conceito de racismo *à la brasileira*. Significa dizer que, no Brasil, existe um tipo diferente de racismo, um racismo silencioso, que se camufla na ideia de uma “garantia da universalidade e da igualdade das leis”, ou seja, na ideia de uma suposta democracia racial, baseada num branqueamento da população. (2012, p. 32).

A existência dos mestiços, originários dos casamentos inter-raciais, é vista como uma forma de quebrar as barreiras do preconceito e racismo, sendo assim, eles começam a ser vistos como o futuro da nação no processo para o branqueamento, visto que se acreditava que através dos mestiços e suas relações com imigrantes, por exemplo, a tendência era tornar a população cada vez mais branca. Sobre isso Schwarcz (2012) relata:

O argumento é fartamente conhecido: a mestiçagem tem sido o traço positivo da nossa singularidade, e ao mesmo tempo solução para os dilemas da integração nacional e chave capaz de operar com as possibilidades de construção de uma civilização nos trópicos. (SCHWARCZ, 2012, p. 62-63).

Retornando o olhar para os meios de comunicação, estes também não se atentam para o fato de que pessoas de negras são minorias no mercado de trabalho no campo do Jornalismo. Sodré (1999) diz que:

É reduzida a presença de negros nas fileiras profissionais da mídia brasileira. Quando indivíduos de pele escura conseguem empregar-se em redações de jornais ou em estações de televisão, mesmo que possam eventualmente ocupar uma função importante, são destinados a tarefas ditas “de cozinha”, isto é, aquelas que se desempenham nos bastidores do serviço, longe da visibilidade pública (SODRÉ, 1999, p. 246).

Existem dados que comprovam essa realidade. Rogério Ferro (2012), no texto “O negro sem cor no telejornalismo brasileiro”, presente no livro *Mídia e racismo*, narra que:

Como aponta um levantamento feito pela revista Imprensa sobre a presença de jornalistas negros nas redações do país inteiro, cujos resultados foram publicados na edição número 165, de outubro de 2001, revelou que, das 230 redações que responderam ao questionário, apenas 85, ou seja, 36% contavam com jornalistas negros. O mesmo estudo revela que apenas 57 negros ocupavam cargos de chefia do universo de 3.400, o que corresponde a 1,6% de negros tomando decisões nas redações do país. (FERRO, 2012, p. 81).

Essa ausência de profissionais negros nos meios de comunicação resulta em consequências, uma dessas é citada para reflexão por Rogério Ferro (2012), quando o autor esclarece que geralmente os jornalistas costumam “garimpar” os personagens de suas histórias e suas fontes através das suas redes de contatos já estabelecidas, isto é, são telefonemas para amigos ou e-mails para colegas que rendem os personagens e, geralmente, essa rede de amigos é formada por pessoas brancas, assim como o jornalista, o que contribui significativamente para a aparição massivamente de brancos na imprensa.

Diante de todo o exposto, fica evidente que ainda há uma lacuna a ser preenchida na sociedade brasileira no que diz respeito ao/a negro/a e as questões que o cercam. É necessário trazer à tona o debate das questões estéticas, econômicas e de representatividade. Deve-se repensar, ainda, o lugar e o papel do negro na mídia brasileira.

A HISTÓRIA DAS COLUNAS SOCIAIS

A origem mais remota das colunas sociais se encontra nos Estados Unidos, ainda no século XX, mais especificamente na década de 1920, criada pelo norte-americano Walter Wintchell, um jornalista que antes de se profissionalizar escrevia fofocas dos bastidores de peças de teatros. Em seu início, a coluna social caracterizou-se por um estilo mais responsá-

vel e menos bajulador, conforme aborda Beatriz Dornelles (2017) em seu artigo “Evolução da coluna social ao longo do século XX”.

Após se tornar um profissional do jornalismo, Wintchell continuou seu trabalho e produziu “uma coluna de fofocas sobre os ricos e famosos da época. Nascia ali as *gossipcolumns* (colunas de fofocas)”. (DORNELLES, 2017, p. 129).

Os jornais do século XX e meados do século XXI se dedicavam muito a conteúdos tidos como “sociais”: anunciavam casamentos, formaturas, eventos, nascimentos, entre outros. No geral sempre destacavam personagens da alta classe, ficando claro o tom bajulador dessas publicações.

Dornelles (2017) explica que Walter Wintchell foi um revolucionário, porque, de certa forma, rompeu com a tradição de um colunismo de tom bajulador ao publicar fatos que geravam escândalo e polêmica naquela época, como divórcios, mulheres solteiras grávidas, casos extraconjugais, entre outros.

Os textos de estilo sensacionalista trouxeram para o jornal um número significativo de vendas e leitores. Diante deste fato, os jornais concorrentes rapidamente providenciaram as produções das *gossipcolumns*. Coincidente à esta época – anos 1930 e 1940 – surgiu e fez sucesso, nos Estados Unidos, as indústrias cinematográfica e televisiva, e uma forma usada para divulgar e atrair o público para esse novo mercado era através das publicações nas colunas sociais.

No Brasil, José Marques de Melo (2003) conta que elas se tornaram famosas na década de 1950. Apesar dos jornais dedicarem um espaço para esse estilo de texto há muito tempo, foi somente na metade do século XX que elas tomaram força e importância nacional.

Inicialmente, as colunas sociais eram vistas apenas como um espaço no jornal para abordar assuntos mais “tranquilos”. Um contraponto às narrativas criminais, policiais que eram consideradas “pesadas”. Geralmente, se falava de temas femininos e os textos usavam do bom humor. Muito se explorava os acontecimentos da burguesia que era retratada de forma irônica, com ênfase nas fofocas. Neste sentido, Dornelles (2017) pontua:

Quando foram criadas, as colunas sociais, diferentemente das atuais, eram vistas como o lado informal do jornal, voltadas para o público feminino. Uma espécie de “descanso” concedido ao leitor das notícias sobre crimes, violência e mortes do chamado *yellowjournalism* (no Brasil, imprensa marrom ou sensacionalista). Devido a essa característica, muitas delas se voltavam ao humor na formatação do texto. As notícias abordando os integrantes da burguesia eram levadas ao leitor algumas vezes de forma irônica, ressaltando o lado extravagante dos ricos e aos poucos dando maior importância as fofocas, ainda sem atingir seriamente a reputação dos personagens retratados (DORNELLES, 2017, p. 133).

Semelhante ao que aconteceu nos Estados Unidos com Walter Wintchell, no Brasil, o revolucionário do colunismo social, que propiciou alterações significativas no seu formato, nos anos cinquenta, foi Ibrahim Sued. Nascido no dia 23 de junho de 1924, na cidade do Rio de Janeiro, e detentor de um estilo único de colunas, o jornalista construiu uma carreira sólida que teve duração de 45 anos. Melo (2003) ao falar de Sued diz que “a figura dinamizadora do colunismo social brasileiro foi sem dúvida Ibrahim Sued, que atualizou a cobertura da vida mundana dando-lhe uma certa sofisticação”. (2003, p.146).

Ibrahim Sued autoproclamou-se como mestre do colunismo brasileiro e confessa que buscou a fórmula para o sucesso no colunismo social norte-americano, se inspirando especialmente em Walter Wintchell e Elza Maxwell. Com o seu trabalho, lançou muitas figuras na política e em posição de destaque na alta sociedade. Beatriz Dornelles destaca que Ibrahim Sued:

Ganhou fama e notoriedade dentro e fora da profissão escrevendo suas colunas com personalidade, inventando termos e chavões, lançando personagens, criando modismos, elogiando e criticando pessoas famosas como bem entendia, sem temer as consequências. Tal comportamento colocou Ibrahim no topo da história do colunismo social brasileiro (DORNELLES, 2017, p. 134).

A partir dos anos 1960, as colunas sociais no Brasil viveram uma fase de dificuldades devido à ditadura militar. A censura aos jornais predominou durante todo esse período histórico e as colunas tiveram seu espaço reduzido e os conteúdos monitorados, todos esses fatores obrigaram os colunistas sociais a se reinventarem.

No conturbado momento vivido no país – com mudanças nos campos político, econômico e social – o fato das colunas sociais se dedicarem a conteúdos mais amenos atraiu leitores para os jornais. Apesar de sofrerem com a censura, as colunas sociais ainda eram um dos elementos menos vigiados e controlados de toda a imprensa, não sofrendo a mesma perseguição das editorias de economia e política, por exemplo.

A partir dos anos 1980 e 1990, com a volta da democracia, os colunistas ficaram mais livres para não escreverem apenas sobre assuntos supérfluos. Passaram a experimentar outros gêneros, outros textos, novas linguagens e usando mais recursos visuais

A SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA: UMA PAUTA INVISÍVEL

Antes de adentrar a análise das publicações se faz necessário compreender o motivo e o significado do momento temporal escolhido como objeto de estudo. Em busca de uma data que se adequasse ao tema abordado – representação negra – chegou-se à conclusão que o Dia da Consciência Negra seria um marco temporal ideal para abordar como se dá a representação do negro nas colunas sociais de Rio Branco.

Importante ressaltar que, em que pese exista o Dia da Consciência Negra, comumente as instituições e órgãos não dedicam apenas um dia a esta data, mas sim uma semana inteira voltada para esta temática, por isso, a semana da consciência negra será estudada. Durante este período são realizados eventos, palestras, debates, atividades culturais, entre outros, todos voltados à história dos negros, suas lutas, suas vitórias e objetivos para o futuro.

O Dia da Consciência Negra é comemorado no Brasil em 20 de novembro e está inserido na Semana da Consciência Negra, que tem por finalidade gerar uma reflexão social acerca da história do negro no Brasil e no mundo. A celebração no dia 20 de novembro ocorre em homenagem ao herói quilombola Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares, que dedicou sua vida inteira à luta contra a escravidão, que passou a ser introduzida em nosso país no final do século XVI. Zumbi dos Palmares morreu lutando pela liberdade de seu povo exatamente no dia 20 de novembro de 1695, sendo esta a razão da data escolhida para rememorar as conquistas negras.

ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES

O primeiro jornal online a ser analisado neste texto será o ContilNet por meio da coluna social da jornalista Kelly Kley, intitulada “Estilo e Evento”, criada no dia 15 de abril de 2017. O registro destacado neste artigo foi publicado em 21 de novembro de 2018, data seguinte ao Dia da Consciência Negra. A expectativa é que a coluna destaque conteúdos referentes ao momento que é reconhecido em todo o país por sua importância e marcado pela realização de variados eventos, ocupando espaço nos diversos meios de comunicação.



Figura 1 - Coluna social 'Estilo e Evento' no dia 21 de novembro de 2018. Fonte: ContilNet.

O título da publicação indica que serão abordados variados assuntos nesta edição. No entanto, é possível perceber que o dia da Consciência Negra não foi mencionado. Seguem os destaques da coluna:

- Haus Carvalho Calçados – além de ser o primeiro conteúdo, ele conta com um dos maiores espaços da edição. Este subtítulo refere-se à divulgação de promoções em uma loja de sapatos. São postadas quatro grandes fotos com imagens dos produtos.
- Black Friday – divulgação da promoção de Black Friday no shopping local, além da presença de DJ e brindes.
- Glamour – na foto, casal no Peru para curtir o show do cantor Roberto Carlos.
- De mãos dadas – destaca uma feijoada beneficente em favor de crianças portadoras de necessidades especiais.

Os intertítulos dos assuntos em destaque na coluna apontam que não houve publicações a respeito do dia da Consciência Negra na edição analisada, apesar de na mesma época estar acontecendo eventos na cidade alusivos à data. Isso é verificado a partir da notícia apresentada a seguir, retirada do site Agência de Notícias do Acre, e que não foi mencionado por nenhuma das colunas aqui estudadas.

Mês da Consciência Negra é celebrado com vasta programação em Rio Branco

DA REDAÇÃO

18.11.2018 9:00

ATUALIZADO 21.11.2018 ÀS 16:08

Em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, está sendo realizada em Rio Branco uma vasta programação envolvendo esforços do governo do estado e prefeitura da capital junto a instituições parceiras.

Na programação estão inclusas oficinas, palestras, exposição de filmes, a 10ª Semana Justiça Pela Paz, Semana da Igualdade Racial, rodada de conversas, apresentação de trabalhos realizados por acadêmicos da Universidade Federal do Acre (Ufac), apresentações culturais, comidas tradicionais, 16 dias de ativismo pela eliminação da violência contra a mulher, dentre outras atividades.

Entre as atividades o Departamento de Promoção de Igualdade Racial da Sejudh realizará uma audiência pública de educação étnico racial, prevista para o próximo dia 27, a partir das 8 horas no auditório da Secretaria de Educação e Esporte (SEE).

Figura 2 – Matéria do site de notícias do governo do Acre. Fonte: Agência de Notícias do Acre²

Pode-se aferir, portanto, que predominam nas publicações da colunista Kelly Kley as propagandas e promoções pessoais de empresários locais, o que não dialoga com a finalidade de uma coluna social que se propõe a ser um espaço de diálogo dos jornais com a sociedade. Destaque-se, ainda, que as colunas sociais serviram de parâmetros para a melhoria dos critérios jornalísticos, não como meio de enriquecimento dos colunáveis.

Observa-se que nas dez notas que compõem a coluna, a jornalista optou por dar atenção às propagandas e divulgações de negócios locais, mostrando-se pequena a participação de acontecimentos sociais, o que caracteriza esses espaços de discussão. Sabe-se que as empresas jornalísticas veem a atividade como fonte de obtenção de lucro, sendo poucas as exceções a esta regra. No entanto, o lucro não deve se sobrepor a responsabilidade social de um veículo de comunicação, que tem como função precípua a reprodução de informação com responsabilidade e prestação de serviços à comunidade.

Ademais, é possível observar que a Semana da Consciência Negra não fez parte da pauta da colunista. A publicação apresentada aqui é do dia 21 de novembro e nada consta sobre o tema, embora na cidade houvesse ocorrido eventos em prol desta temática, conforme noticiou o próprio jornal online ContilNet:

2. Disponível em: <https://www.agencia.ac.gov.br/mes-da-consciencia-negra-e-celebrado-com-vasta-programacao-em-rio-branco/>.

Grupo de amigos realiza roda de samba em alusão ao Dia da Consciência Negra

O evento está sendo realizada por um grupo de amigos, liderados pelo músico e psicólogo acreano Anderson Liguth

ASCOM
20 de novembro de 2018, 9:45



Em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, será realizado em Rio Branco a roda Samba da Raça, às 19h, na Rua da África, próximo ao Mercado Velho. O evento está sendo realizada por um grupo de amigos, liderados pelo músico e psicólogo acreano Anderson Liguth.



Figura 3 – Matéria sobre o Dia da Consciência Negra no site ContilNet. Fonte: ContilNet.

É perceptível que as pautas realmente sociais – não somente exposição de colunáveis - como projetos, políticas públicas, eventos em prol da sociedade, não são prioridade nas publicações da coluna social analisada. Além disto, é fato que houve eventos em homenagem a Semana da Consciência Negra em vários pontos da cidade, no entanto, não existiu nenhuma publicação a respeito.

A constatação de que existem raras pautas a respeito da Semana da Consciência Negra, apesar de ser uma data amplamente conhecida, nos faz refletir, e logo em seguida, questionar o porquê dessa ausência da representação do negro nos meios de comunicação.

As respostas podem ser várias, entre elas, que o assunto/data é simplesmente ignorado pelos colunistas, suas temáticas não são “interessantes” o suficiente para ocuparem espaço nas colunas sociais. Além disto, outro fator que pode contribuir para a invisibilidade da pauta do negro na mídia, especialmente nas colunas sociais, é o fator econômico, visto que os negros são associados à pobreza, devido à má distribuição de renda, as desigualdades sociais, entre outros, e as colunas sociais, historicamente, são vistas como o contraponto da pobreza, nelas somente se destacam pessoas de alta classe.

Importante destacar que essa ausência de representatividade do negro não se limita somente aos meios de comunicação acreanos, Kátia Regina Rebello da Costa (2012) relata uma pesquisa que confirma este fato:

Ao fazer-se levantamento do quantitativo de propagandas publicadas, em 2009, nas revistas *Veja* e *Época* e ao deter-se a atenção apenas nas peças em cuja composição há pessoas, constata-se que ao negro é reservado espaço desprivilegiado no tecido textual. Um estudo numérico permite que se vá mais além e se afirme que o negro é praticamente invisível na propaganda impressa veiculada por esse tipo de revista. (COSTA, 2012, p. 35-36).

Nesse sentido, o Roberto Borges e Rosana Borges (2012) corroboram ao dizer que:

Os estudos concernentes à mídia convencem-nos de que este tem sido um “território” interdito às populações negras e, também, um espaço de constante criação de estereótipos. Se levarmos em consideração que as mídias formam/produzem opiniões, e não somente in-

formam/reproduzem (sobre) fatos, podemos inferir que a imagem de negros e negras que se quer incutida ou ratificada no imaginário social ainda tem sido, com grande frequência, a daquele(a) que ocupa o “lugar a menos”. (BORGES; BORGES, 2012, p. 36).

A segunda coluna social pesquisada é a “Star’s News”. Foi criada no dia 16 de julho de 2014, de autoria de Gigi Hanan, veiculada pelo jornal *O Rio Branco*. A publicação estudada data do dia 21 de novembro de 2018, ou seja, um dia após o Dia da Consciência Negra.



Figura 4 – A coluna ‘Star’s News’ no dia 21 de novembro de 2018. Fonte: O Rio Branco.

Os assuntos em destaque desta edição foram os seguintes:

- Chá da Liz – divulgação de um baby chá.
- Inauguração Espaço Fiori – divulgação de um empreendimento local.
- Aniversário – aniversário de um colunável.
- Studio Fábio – divulgação de um salão de beleza local.
- Entrega – entrega de mantimentos para uma associação promovida por colunistas sociais.
- Surpresa – aniversário de uma colunável.
- Caldas Country – na foto, grupo de acreanos no festival de música Caldas Country.

Mais uma vez é possível observar que não fazem parte da pauta do colunista temas relacionados à Semana da Consciência Negra. O responsável pelo espaço se limita a conteúdos que dão destaque a vida social de pessoas que integram a classe mais abastada de Rio Branco - Acre, além da divulgação de produtos e empreendimentos locais.

O fato de não haver pautas acerca da Semana da Consciência Negra nas colunas sociais de Rio Branco se mostra no mínimo curioso diante de uma estatística publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e apresentada pelo site G1 Acre, no ano de 2013, no qual o estado do Acre teve maior parte de sua população considerada negra.

04/11/2013 10h29 - Atualizado em 04/11/2013 10h29

No Acre, mais de 70% da população se reconhece como negra

Levantamento foi feito pelo IBGE.
Dia da Consciência Negra é comemorado neste mês.

Figura 5 – Print de tela da notícia retirada do portal G1 Acre.

Portanto, é razoável questionar o porquê, em um local onde a maioria da população se autodeclara negra, não existam publicações a respeito dessa população nas colunas sociais. A invisibilidade e a falta de representatividade dominam esses espaços, mesmo quando se deveria falar a respeito da sua história.

Além deste levantamento publicado no ano de 2013, também há outros dados divulgados em 2005, que assim como o primeiro, diz que, no Acre, a maioria da população se considerava negra naquele período. Ver tabela a seguir:

TABELA 1
População, por Raça/Cor
Unidades da Federação
2005

Unidades da Federação	Brancos	Negros (1)	Total (2)	Negros (%)
Brasil	92.014.364	91.126.531	184.341.031	49,4
Rondônia	533.568	987.206	1.537.072	64,2
Acre	156.173	483.915	646.653	74,8
Amazonas	705.826	2.551.780	3.257.606	78,3
Roraima	87.150	291.480	390.946	74,6
Pará	1.588.810	5.353.677	6.983.038	76,7
Amapá	127.445	463.941	594.843	78,0
Tocantins	333.013	970.655	1.307.382	74,2
Maranhão	1.523.620	4.541.893	6.109.687	74,3
Piauí	742.777	2.264.865	3.007.642	75,3
Ceará	2.818.470	5.258.383	8.106.656	64,9
Rio Grande do Norte	1.110.400	1.892.771	3.003.171	63,0
Paraíba	1.297.580	2.296.907	3.594.487	63,9
Pernambuco	3.112.810	5.267.938	8.420.563	62,6
Alagoas	1.006.230	2.009.607	3.015.837	66,6
Sergipe	557.262	1.405.519	1.967.074	71,5
Bahia	2.895.400	10.890.450	13.825.402	78,8
Minas Gerais	8.859.800	10.367.180	19.255.237	53,8
Espírito Santo	1.342.210	2.063.970	3.411.339	60,5
Rio de Janeiro	8.336.260	7.005.990	15.396.734	45,5
São Paulo	27.392.900	12.493.790	40.481.853	30,9
Paraná	7.503.260	2.645.822	10.271.094	25,8
Santa Catarina	5.175.680	687.523	5.863.203	11,7
Rio Grande do Sul	9.130.770	1.683.718	10.854.343	15,5
Mato Grosso do Sul	1.145.300	1.084.458	2.266.786	47,8
Mato Grosso	1.029.420	1.745.936	2.807.476	62,2
Goiás	2.474.200	3.130.412	5.628.257	55,6
Distrito Federal	1.028.030	1.286.745	2.336.650	55,1

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2005.
(1) Incluem a população parda e preta.
(2) Inclusive a população de raça/cor amarela, indígena e sem declaração.

Figura 6 – Tabela com quantitativo de população por raça. Fonte: Fundação Seade³

³ Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/idr/download/populacao.pdf>. Acesso em 15 de fevereiro de 2019.

O terceiro jornal online objeto de estudo é o *A Gazeta*, com coluna social denominada “Gazeta Estilo”, sob responsabilidade do próprio jornal, e criada no dia 17 de novembro de 2009. A primeira data analisada será o dia 19 de novembro de 2018. Ressalta-se que não foram retirados recortes de outras datas deste jornal, pois não houve outras publicações no mês de novembro, sendo esta do dia 19 a última daquele mês.



Figura 7– Parte inicial da coluna “Gazeta Estilo” do dia 19 de novembro de 2018. Fonte: A Gazeta.

O que se pode observar é que apesar de se tratar de uma data nacionalmente conhecida e de grande relevância para a comunidade negra, a coluna social ora analisada não se debruça sobre a temática, não lhe dando o destaque necessário. Portanto, é notório que a população negra permanece invisível nas colunas sociais estudadas. Mesmo quando as pautas dos meios de comunicação deveriam girar em torno de sua história, dificuldades, conquistas e direitos, isso de fato não acontece.

Além da matéria principal que aborda o Festival Pachamama – Cinema de Fronteira, houve outras dez notas com os seguintes títulos:

- Black Friday no Via Verde Shopping – divulgação de promoções durante o Black Friday em um shopping local.
- Reitora da Ufac recebe medalha de honra – reitora da Universidade Federal do Acre recebeu medalha de mérito em reconhecimento aos seus serviços prestados.
- Brechó Chic – divulgação de evento local.

- Congresso Internacional de Longevidade Humana – na foto, uma médica participando de um congresso em São Paulo.
- Roda de samba em homenagem ao Dia da Consciência Negra – “Em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado hoje, 20 de novembro, será realizado em Rio Branco a roda Samba da Raça, às 19h, na Rua da África, próximo ao Mercado Velho. O evento está sendo realizada por um grupo de amigos, liderados pelo músico e psicólogo acreano Anderson Liguth. Todos lá!” (GAZETA ESTILO, 2018, online).

Diferente das outras publicações analisadas, desta vez é possível observar que há entre as notas um espaço dedicado a falar sobre o evento da roda de samba em homenagem ao Dia da Consciência Negra. Portanto, pela primeira vez, dentre todas as colunas sociais analisadas, uma apresenta – mesmo que rapidamente – um evento ou programação dedicado a essa data nacionalmente conhecida. Apesar de existir um pequeno texto, não existem fotos que divulguem o evento, nem outra imagem relacionada ao assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível afirmar que a representatividade do negro nas colunas sociais ora analisadas é mínima, não há representação de identidades negras nesses espaços jornalísticos e as consequências dessas ausências podem ser sentidas na sociedade. Exemplo desse efeito negativo é trazido por Muniz Sodré (2003) em recorte já mencionado anteriormente, quando um pai faz um desabafo relatando sobre a dificuldade de explicar a uma adolescente negra, filha de branco, que ela é bonita, pois nas propagandas só há a presença de pessoas brancas, tomadas como o padrão de beleza.

Uma pessoa negra que acompanha uma coluna social como as estudadas neste trabalho não se sente representada, pois não encontra conteúdo a respeito de sua identidade, não se sente integrante dessa sociedade marcada pela branquitude, ainda que os números digam algo diferente, como é o caso dos dados vistos anteriormente, em que no ano de 2005, no Acre, 74,8% da população era negra, fato que também se repetiu no ano de 2013, onde mais de 70% da população acreana se autodeclarou negra.

Sabe-se que quando se pensa em colunas sociais, geralmente, a primeira coisa que vem à mente são imagens de pessoas de pele branca, com condições financeiras elevadas e grande prestígio entre a comunidade que vive, o que se aplica a imagem do negro que, frequentemente, está representado nas páginas policiais como associado à marginalização, pobreza e violência. O negro é considerado o contraponto das colunas sociais.

Portanto, é notório que mesmo quando o período é propício a fala, a conteúdos e publicações que tratem da luta negra e das suas conquistas - assim como na Semana da Consciência Negra - as mídias não se posicionam no sentido de dedicarem espaço em seus periódicos a falar da representatividade negra.

Nesse sentido, se faz importante compreender que são decisões diárias - como as dos colunistas apresentados - que demonstram os problemas sociais existentes, isto é, são escolhas como não publicar sobre o negro, não publicar sobre o Dia da Consciência Negra, não postar fotos de pessoas negras, que demonstram o racismo instalado e preconceito já interiorizado dentro da sociedade.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE. **Mês da Consciência Negra é celebrado com vasta programação em Rio Branco.** Rio Branco, 2018. Disponível em: <https://www.agencia.ac.gov.br/mes-da-consciencia-negra-e-celebrado-com-vasta-programacao-em-rio-branco>. Acesso em: 15 fev. 2019.
- ALMADA, Sandra. Prefácio. BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Orgs.). In: **Mídia e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alli; Brasília, DF: ABPN, 2012.
- BORGES, Roberto; BORGES, Rosane. Apresentação. BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Orgs.). In: **Mídia e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alli; Brasília, DF: ABPN, 2012.
- CONTILNET. **Grupo de amigos realiza roda de samba em alusão ao Dia da Consciência Negra.** 2018. Disponível em: <https://www.contilnetnoticias.com.br/2018/11/grupo-de-amigos-realiza-roda-de-samba-em-alusao-ao-dia-da-consciencia-negra>. Acesso em 15 jan. 2019.
- COSTA, Kátia Regina Rebello. De quando a pluralidade revela a invisibilidade. BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Orgs.). **Mídia e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alli; Brasília, DF: ABPN, 2012.
- DORNELLES, Beatriz. Evolução da coluna social ao longo do século XX. **Revista Brasileira de História da Mídia**, Rio Grande do Sul, v. 6., n. 2, p. 126-142, jul./dez. 2017.
- FERRO, Rogério. O negro sem cor no telejornalismo brasileiro. BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Orgs.). **Mídia e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alli; Brasília, DF: ABPN, 2012.
- G1 ACRE. **No Acre, mais de 70% da população se reconhece como negra.** 2013. Disponível: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2013/11/no-acre-mais-de-70-da-populacao-se-reconhece-como-negra.html>. Acesso em: 15 fev. 2019.
- GAZETA ESTILO. **Pachamama atrai público recorde para salas de cinema!** A Gazeta. 2018. Disponível em: <https://gazetadoacre.com/pachamama-atrai-publico-recorde-para-salas-de-cinema>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- HANAN, Gigi. **Chá da Liz.** O Rio Branco. 2018. Disponível em: <http://www.oriobranco.net/colunista/gigi-hanan/23-11-2018-cha-da-liz>. Acesso em: 16 jan. 2019.
- KLEY, Kelly. **SpaDetox, Black Friday, glamour, artes marciais e muito mais na coluna social Estilo e Evento.** ContilNet. 2018. Disponível em: <https://www.contilnetnoticias.com.br/2018/11/spadeto-black-friday-glamour-artes-maciais-e-muito-mais-na-coluna-estilo-evento>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- MELO, José Marques. **Jornalismo Opinativo:** gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- SCHAUN, Angela. Inclusão cultural e mídia: um olhar. BARBALHO, Alexandre; PAIVA, Raquel (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário:** cor e raça na sociabilidade brasileira. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- SEADE. **Maior população negra do país.** Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/idr/download/populacao.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.
- SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros:** identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

LADO A LADO – TELENVELA, ESTEREÓTIPOS, IDENTIDADES: LEITURA DA REPRESENTAÇÃO DO ‘NAVIO NEGREIRO’¹

Guilherme Moreira Fernandes

TELENVELA E REPRESENTAÇÃO DA NEGRITUDE: OS PRIMEIROS PASSOS

A telenovela é o principal produto da indústria cultural brasileira. Ela dita moda e costumes. Tem o poder de projetar identidades. A telenovela ainda pauta a sociedade por meio dos temas discutidos na “telinha” e é capaz de narrar a nação (HAMBURGER, 2005; LOPES, 2009). Dados do Observatório ibero-americano de Ficção Televisiva (Obitel) 2019, analisando a programação televisiva de 2018, mostram que o gênero “ficção” foi responsável por 13,6% do total de horas de conteúdos transmitidos pela TV brasileira, ocupando o terceiro lugar; ficando atrás do gênero informação³ (29,7%) e entretenimento⁴(21,8%) “segue a liderança dos três gêneros que, desde 2016, ocupam a mesma posição: informação, entretenimento e ficção. Juntos, eles formam 65,1% das horas da programação da TV aberta” (LOPES, LEMOS, 2019, p. 77).

Partindo do pressuposto de que a telenovela é a “narrativa da nação” (LOPES, 2009), seria razoável que a representação da multiculturalidade do povo brasileiro fosse inserida nas narrativas. É sensível a carência de personagens interpretados por atrizes e atores negros, o que gera uma invisibilidade desse grupo social. Ademais, também é importante mencionar o elevado grau de personagens sem grande função narrativa.

O problema da representação da negritude não é recente, estudos acadêmicos sobre essa condição, embora com volume pequeno de publicações, também não são novidade. A professora Solange Couceiro, de certa forma, é uma pioneira. No livro “O negro na televisão de São Paulo” (1983), ela expõe três grandes oportunidades em que atores negros se fazem presentes nas telenovelas: 1) quando a telenovela se desenrola em cenário histórico-escravocrata; 2) quando a telenovela se desenrola em fase pós-escravocrata, em que apresenta um

1 A expressão foi retirada da poesia “Os Escravos”, conhecida como “Navio Negreiro”, de Castro Alves, publicada em 1883. (ALVES, 2000).

2 Além das telenovelas, o gênero ficção apresenta os seguintes formatos: série, minissérie, telefilme, filme e desenho adulto.

3 Esse gênero engloba os seguintes formatos: documentário, entrevista, jornalismo, reportagem, biografia e debate.

4 Esse gênero engloba os seguintes formatos: auditório, jogos, humorísticos, musical, *reality show*, show, premiação, feminino e infantil.

cenário de estratificação social, com personagens negros ocupando papéis subalternos; 3) quando a telenovela inclui temas raciais ou se propõe deliberadamente a discuti-los. É notório que, se olharmos pelo lado quantitativo, o item 01 ocupa um lugar privilegiado. Mas se a análise recair sobre o papel, no âmbito da narrativa, personagens negros podem (e já ocuparam) lugar de destaque nos três aspectos, mas é algo raro e que não requer tanto esforço para traçar uma trajetória.

Nos anos 1970/1980, a telenovela vivenciou grandes transformações em sua narrativa, aproximando-se mais dos problemas vivenciados por brasileiros e fazendo uso de linguagem coloquial. Tal período teve como “gênese” “Beto Rockefeller” (1968), de Bráulio Pedroso, exibida pela TV Tupi. “Beto Rockefeller” moderniza a telenovela brasileira (RAMOS; BORELLI, 1991). A partir daí, aos poucos, podemos observar mudanças temáticas e busca por outros territórios (FERNANDES, 2015).

Nesse ponto, as telenovelas de Dias Gomes merecem destaque. “Verão Vermelho” (1969-1970) foi a sua primeira trama autoral⁵ na Rede Globo. Temos poucas informações a este respeito, mas suficientes para mostrar uma grande renovação. O romantismo de Veneza do início do século XVI, expressado em “A Ponte dos Suspiros”, a trama deu lugar à Bahia, cenário ainda não explorado por telenovelas. Além de apresentar o estado brasileiro com maior população negra, a telenovela “abordou questões controversas, como os preconceitos social e racial, a reforma agrária e o divórcio, não legalizado na época” (MEMÓRIA GLOBO, 2010, p. 48). Destaque da narrativa foi a apresentação de elementos da cultura negra, como a capoeira, as festas de rua e o candomblé.

Outra trama de Dias Gomes que buscou retratar explorar não tradicionais, até então não explorado, é “Bandeira 2” (1971-1972). A trama principal era a rivalidade pelo controle do jogo do bicho, o cenário era o bairro de Ramos, na Zona Norte do Rio de Janeiro. A cultura do samba e do carnaval também foi explorada. Personagens negros apareceram com frequência nas telenovelas de Dias Gomes, mas não chegaram a ser protagonistas, antagonistas ou formar um núcleo específico.

As modificações temáticas e estéticas presentes nas telenovelas no período da modernização vão ser responsáveis por apresentar outro cenário, que se difere um pouco do descrito por Couceiro (1983). Destaca-se o trabalho de Joel Zito Araújo. O livro “A negação do Brasil” é o mais completo sobre a representação da negritude no Brasil. É oriundo de sua tese de doutoramento defendida na ECA/USP, sob orientação de Couceiro. Além do livro, o autor e diretor lançou um documentário de mesmo nome, exibindo longas cenas de telenovelas mescladas com o *off*lido por ele e entrevistas com atores negros e com produtores.

Araújo (2004) analisa as produções da TV Tupi e da TV Globo no período de 1963 a 1997. O autor aponta uma evolução da personagem negra com o passar dos anos, mas ressalta que ainda não há grande destaque no tocante ao protagonismo negro. O ciclo abolicionista é apontado como o que concentra um maior número de personagens negros, mas também revela grandes contradições em seu cerne. Por meio de uma pesquisa exploratória a partir de Araújo (2004), nosso objetivo é apontar algumas contradições expressas no ciclo de novelas abolicionistas e, por fim, apresentar a trama “Lado a Lado”, de João Ximenes Braga e

⁵ Anteriormente, o autor havia escrito *A Ponte dos Suspiros* (1969), adaptação do livro homônimo de Michel Zevaco, com o pseudônimo de Stela Calderón.

Cláudia Lage, como alternativa para romper com a lógica, mesmo se valendo dos mesmos estereótipos.

É notável como as produções utilizam-se de estereótipos para retratar o negro, visto em algumas produções como “exóticos”. Traços da cultura negra, como a gastronomia e a religião, poucas vezes foram explorados. Antes de entrarmos na análise exploratória das telenovelas, vamos expor nosso quadro teórico sobre os debates contemporâneos acerca da identidade e do estereótipo.

ESTEREÓTIPOS, IDENTIDADES E REPRESENTAÇÃO TELEDRAMATÚRGICA

Sander Gilman (1985) aponta que designamos rótulos que servem para fixá-los além de nós próprios, rótulos estes que são nomeados de estereótipos. Gilman também realiza uma retrospectiva do uso do termo e diz que sua aparição data do final do século XVIII, quando foi criado como uma técnica designada para o modelo de múltiplas cópias de papel machê, caracterizado como tipos de impressão para moldes. Na incursão do século XIX, o termo já havia conquistado o nível de abstração, configurando lugares-comuns vistos como imutáveis. No início do século XX, psicólogos sociais adotaram o termo estereótipo como designação de imagens pelas quais caracterizamos o mundo, bem como os lugares-comuns, tão rigidamente estruturados.

O sociólogo norte-americano Walter Lippmann, no livro “Opinião Pública”, de 1922, certamente foi um dos primeiros pensadores a refletir sobre o estereótipo. Lippmann argumenta que “os fatos que vemos dependem da posição em que estamos colocados e dos hábitos de nossos olhos” (1970, p. 150), em seguida, o sociólogo expõe, utilizando uma expressão cunhada por Wm. James, “uma cena não é familiar é como um mundo do bebê, ‘grande, florida e zunzunante confusão’” (1970, p. 150).

Tal definição nos faz lembrar o texto “Observando o familiar”, do antropólogo brasileiro Gilberto Velho (1987). O autor inicia seu texto almejando o mito da neutralidade e imparcialidade, dizendo que o cientista social tem a necessidade de uma distância mínima que garanta sua objetividade, como se o olhar do pesquisador não fosse direcionado pelo seu próprio repertório cultural. O destaque do ensaio de Velho está na argumentação de que “o processo de descoberta e análise do que é familiar pode, sem dúvidas, envolver dificuldades diferentes do que em relação ao que é o exótico” (VELHO, 1987, p. 128). As categorias de “exótico” e de “familiar” não são rígidas, pois o que é exótico para um, pode ser familiar para outro, de qualquer modo, “a ‘realidade’ (familiar ou exótica) sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada” (VELHO, 1987, p. 129). Retornando ao pensamento de Lippmann (1970), que é confluyente com o de Velho, o norte-americano expõe:

Na maior parte das vezes, não vemos primeiro para depois definir, mas primeiro definimos e depois vemos. Na grande confusão florida e zunzunante do mundo exterior colhemos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber o que colhemos na forma estereotipada, para nós, pela nossa cultura. (LIPPMANN, 1970, p. 151)

Fazendo uma exegese do pensamento de Lippmann, podemos destacar que, sempre que observamos o exótico, fazemos isso de forma estereotipada, pois “vemos sem ver” algo

que nós já “definimos” antes que pudéssemos ver ou experimentar. Essa forma vaga de olhar (sem enxergar) o exótico levou o próprio Velho (1997) a questionar o posicionamento científico e a sempre preferência em refletir sobre o familiar. Essa inquietação também faz eco no trabalho de Gilman, que utiliza o pensamento de Oscar Wilde para refletir sobre o modo como aprendemos a ver. O estudioso ainda chama a atenção para a necessidade básica do ser humano de estruturar o mundo em termos familiares.

Ao refletir sobre as categorias do estereótipo, o pesquisador propõe a tríade – doença, sexualidade e raça – como os três grandes rótulos. Nesse ponto, solicitamos atenção especial ao estereótipo de raça:

That blacks are the antithesis of them I rage of whiteness, the ideal of European aesthetic values, strikes the reader as an extension of some “real”, perceived difference to which the qualities of “good” and “bad” have been erroneously applied. But the very concept of color is a quality of Otherness, not of reality. For not only are blacks black in this amorphous world of projection. (GILMAN, 1985, p. 30)

Da mesma forma que Gilman argumenta que os negros são a antítese da miragem da brancura e que os valores estéticos europeus são utilizados para aferir qualidades, Stuart Hall (2016) realiza um interessante e didático trabalho expondo a incorporação de valores estéticos, estereotipados, à figura do negro. Iniciando pelos traços físicos e passando por questões de sexualidade, o estudioso analisa diversas imagens e suas variadas formas de interpretação. O texto, de caráter mais reflexivo do que conceitual, nos dá diversas pistas para traçarmos marcas de estereótipos, seja pelo viés da marcação da diferença, da representação, do fetiche ou do poder.

Historicamente, Hall (2016) caracteriza três momentos em que o Ocidente encontrou-se com o negro. O primeiro, no século XVI, período das Grandes Navegações e da ida de europeus ao oeste africano; o segundo trata-se da colonização europeia da África. Por fim, o terceiro refere-se ao pós-II Guerra Mundial e a migração do Terceiro Mundo para a Europa e América do Norte. “As ideias ocidentais sobre ‘raça’ e as imagens da diferença racial foram moldadas profundamente por esses três encontros fatídicos” (HALL, 2016, p. 161).

Em termos de Brasil, os momentos são parecidos. Temos primeiramente a presença de negros africanos na condição de escravizados, trazidos pelos portugueses que colonizaram o Brasil, período que foi do século XVI até o fim do século XIX. No fim do século XIX e início do século XX, o Brasil recebeu inúmeros imigrantes, sobretudo europeus, foragidos de guerras e também em busca de empregos. Na segunda metade do século XX, que coincide com o terceiro período elencado por Hall (2016), é marcado pela ida de brasileiros para os EUA e Europa e, também, pela vinda de africanos e caribenhos para o Brasil.

Hall (2016) segue na exemplificação, levando em consideração esses três modelos. Gostaríamos de chamar atenção para o aspecto da representação, que pode ser vista nos dois primeiros momentos por ele elencados, o que corresponde ao período da escravidão:

[...] algumas representações, mesmo estereotipadas, são idealizadas e sentimentalizadas em vez de degradantes. Estes são os ‘selvagens nobres’ em comparação aos ‘servos rebaixados’ [...]. Por exemplo, as representações infantis do ‘bom’ escravo negro cristão, como o Pai Tomás do romance pró-abolicionista de Harriet Beecher Stowe, “A Cabana do Pai Tomás”, ou a Mammy, a escrava doméstica sempre fiel e dedicada. (HALL, 2016, p. 172).

Escravos fiéis aos seus senhores ou rebeldes, escravas doces e devotas ou rebeldes e mentirosas, enfim, todos os grupos descritos por Hall foram e são representados ainda hoje via telenovela, ou seja, a representação do negro é amarrada a valores da civilização europeia imposta. Embora a “estética sueca” (ARAÚJO, 2004) ainda prevaleça na grande parte das tramas, um processo extremamente lento acontece desde a década de 1980 e o negro chegou a conquistar bons momentos na nossa teledramaturgia.

Hall (1997) e Araújo (2004) utilizam o trabalho de Donald Bogle para caracterizar os cinco tipos de estereótipos mais comuns no cinema industrial. ‘Toms’, o primeiro deles, ficou imortalizado graças ao filme *Uncle Tom’s Cabin*, no Brasil traduzido como “A cabana do Pai Tomás”, representa o negro bom e dócil, sempre “perseguidos, assediados, caçados, açoitados, escravizados e insultados, eles mantêm a fé, jamais se voltam contra os brancos e mantêm-se saudáveis, submissos, estoicos, generosos, altruístas e Oh!, tão gentis” (BOGLE, 1973, p. 6 apud HALL, 2016, p. 177) fiel aos brancos. Os ‘Coons’ (Malandros), por sua vez, representam “uma variação de palhaço de olhos esbugalhados, menestrel, moleque travesso e malandro” (ARAÚJO, 2004, p. 49). O terceiro tipo, ‘Mulattoes’ (The tragic Mulatto/ A mulata trágica) que, geralmente, é interpretado por mulheres negras, e descrito como “bonita, sexualmente sedutora e muitas vezes exóticas, o protótipo da heroína ardente e sexy, cujo sangue (parcialmente branco) faz dela ‘aceitável’ e até mesmo atraente para os homens brancos, mas cuja ‘mancha’ indelével de sangue negro a condena a um final trágico” (HALL, 2016, p. 177). Na sequência, as ‘Mammies’ (mães pretas), “protótipo da sirvente doméstica, geralmente grande, gorda, mandona e intratável, como o seu marido que não serve para nada” (HALL, 2016, p. 177), no Brasil, segundo Araújo, diferenciavam-se das norte-americanas por serem “normalmente representada por atrizes mais magras, sempre caracterizadas como uma doméstica generosa, preocupada e sincera” (ARAÚJO, 2004, p. 50-51).

Por fim, temos os sempre presentes ‘Bucks’ (BadBucks/ Mal-encarados) “o negro brutal e hipersexualizado, um estuprador em potencial ou real” (ARAÚJO, 2004, p. 51). Hall (1997) inclusive aponta que há muitos traços deste tipo na juventude contemporânea, o que não difere radicalmente da realidade brasileira (embora fruto de um processo colonizador diferente), especialmente quando consideramos movimentos como o hip hop, o rap e o funk carioca.

Apoiado na conceituação de Richard Dyer, Hall (1997) estabelece uma distinção entre tipo e estereótipo. Uma linha tênue separa as duas conceituações, sendo que os tipos não são estruturados de forma rígida e, os estereótipos, por sua vez, se apossam de poucas características de uma pessoa e reduzem o indivíduo a estas. Diz Hall (1997):

A estereotipagem, em outras palavras, é parte da manutenção da ordem social e simbólica. Ela estabelece uma fronteira simbólica entre o ‘normal’ e o ‘pervertido’, o ‘normal’ e o ‘patológico’, o ‘aceitável’ e o ‘inaceitável’, o ‘pertencente’ e o que não pertence ou é o ‘Outro’, entre ‘pessoas de dentro’ (insiders) e ‘forasteiros’ (outsiders), entre nós e eles. (HALL, 2016, p. 192).

Chamamos também a atenção para a questão do sentido, da normalidade. É complicado apontar exatamente uma origem histórica para os “tipos” e apontar exatamente o momento em que eles são transformados em estereótipos. Frantz Fanon serviu de marco teórico no pensamento de Hall, Gilman e, especialmente, Homi Bhabha. De certa forma, Fanon

(2008) homogeneiza o racismo (Hall, ao contrário, pensa os racismos), ou seja, para Hall há múltiplas formas de manifestações racistas. É importante observar a forma como o teórico aponta os sentidos da negritude.

Pronto, não foi eu quem criou um sentido para mim, este sentido já está lá, pré-existente, esperando-me. Não é com a minha miséria de preto ruim, meus dentes de preto malvado, minha fome de preto mau que modelo a flama pra tocar fogo no mundo: a flama já estava lá, à espera desta oportunidade histórica (FANON, 2008, p. 121).

Homi Bhabha (1998), da mesma forma que Hall, também discute o estereótipo levando em consideração o poder (Foucault) e o fetiche (Fanon), contudo o discurso colonial será a tônica que vai perpassar toda a argumentação do pensador indo-britânico. Bhabha (1998) afirma que o discurso colonial traz consigo a dependência do conceito de fixidez na construção ideológica da alteridade.

A construção do discurso colonial é então uma articulação complexa dos tropos do fetichismo – a metáfora e a metonímia – e as formas de identificação narcísica e agressiva disponíveis para o imaginário. O discurso racial estereotipado é uma estratégia de quatro termos. Há uma amarração entre a função metafórica ou mascarada do fetiche e o objeto-escolha narcísico e uma aliança oposta entre a figuração metonímica da falta e a fase agressiva do imaginário. (BHABHA, 1998, p. 119-120)

O discurso colonial elencado pelo pesquisador, de certa forma, é o que caracteriza a presença e o discurso do negro na televisão brasileira. Entre jagunços e dóceis cozinheiras, o negro, na TV, faz sempre o mesmo papel, seja em representações do século XIX ou do século XX ou no limiar do XXI. É certo que não devemos generalizar, inclusive, o nosso objetivo é mostrar também “o outro lado”, ou o que Hall denominou de “a inversão dos estereótipos” ao caracterizar outros discursos do estereótipo racial no cinema norte-americano. Este “outro lado”, fazendo uma exegese do pensamento de Bhabha (1998), pode ser caracterizado como um interstício (a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença), promovido por uma produção teledramatúrgica. Contudo, sempre devemos, no processo crítico, ficar atentos às reconstruções do discurso colonial e às múltiplas figurações do discurso racial e estereotipado.

Ao também promovermos, como adverte Bhabha (1998), o reconhecimento do estereótipo “como um modo ambivalente de conhecimento e poder exige uma reação teórica e política que desafia os modos deterministas ou funcionalistas de conceber a relação entre o discurso e a política” (BHABHA, 1998, p. 106). O recorte da análise do estereótipo, seja no viés teórico ou empírico, por nós eleito, recairá então, na construção e projeção de identidades, neste caso, identidades negras.

O discurso contemporâneo das identidades, especialmente pelo viés dos Estudos Culturais, nos leva a diversos questionamentos, que incluem a questão do nacional e do pertencimento. Ao questionar: quem precisa de identidade? Hall (2007) enfatiza as identidades como discurso, os processos de subjetivação e a política da exclusão. Kathryn Woodward (2007) apresenta a identidade como algo relacional, marcada pelo processo da diferença e chama a atenção para as políticas de identidade. Levando em consideração as conceituações de Woodward e o questionamento de Hall e pensando em nosso objeto empírico, podemos fazer outra leitura, e propor outra resposta, à pergunta “quem precisa de identidade?”.

O primeiro ponto a ser realçado são as contradições em torno da identidade brasileira. Ricardo Souza (2007) propõe um interessante diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre. Junto a eles, diversos mitos sobre o brasileiro foram discutidos, desde o processo de branqueamento da população por meio da miscigenação (Romero), à crítica da miscigenação como escurecimento da população (Cunha), a valorização e o resgate das tradições (Cascudo) e o “bom” convívio entre as três raças fundantes do povo brasileiro (Freyre). (SOUZA, 2007). Na segunda metade do século XX, ocorreram oportunos questionamentos sobre a miscigenação, tanto pelo lado étnico, como também, pelo cultural e econômico. O “mito” construído, cujas origens foram sistematizadas por Souza (2007), foi tensionado (embora não com a mesma ênfase demarcada por visionários como Fanon ou a crítica cultural de Hall e Bhabha). Celso Furtado (1999), por exemplo, demonstra que neste processo os portugueses levaram mais vantagens:

Em todo o período colonial os portugueses foram uma minoria em face da presença indígena, e mais ainda da africana que logo começou a fluir como força de trabalho. Mas o peso da minoria portuguesa na formação do que viria a ser a cultura brasileira é decisivo. Não apenas porque são senhores confrontando-se com escravos ou semiescravos, mas também porque os portugueses partiram de um domínio de técnicas superiores e continuaram a alimentar-se de fontes culturais europeias. Ora, os aborígenes, assim como os africanos, foram isolados de suas matrizes culturais e, ao serem progressivamente privados da própria língua, perderam a identidade cultural. (FURTADO, 1999, p.60).

De certo, talvez mais no caso dos negros do que no dos indígenas, o processo não foi tão pacífico e, não estamos falando apenas dos quilombos e da luta antiescravagista. Interessamos, neste momento, o aspecto cultural e identitário. Como mostrado também na telenovela, o governo brasileiro, mesmo em período republicano, tolheu a cultura negra. No decorrer dos anos e especialmente no limiar deste século, vimos diversas culturas afirmativas⁶, um orgulho identitário e uma tentativa de políticas de identidades advindas do movimento negro. O Brasil não foi o único palco de tudo isso. Inclusive, em algumas oportunidades, Hall (2008) discutiu esta temática, o que o levou a questionar “que ‘negro’ é esse na cultura negra?”, logo no início dos anos 1990.

Esse momento essencializa as diferenças em vários sentidos. Ele enxerga a diferença como “as tradições deles versus as nossas” – não de uma forma posicional, mas mutuamente excludente, autônoma e autossuficiente – e, é, conseqüentemente, incapaz de compreender as estratégias dialógicas e as formas híbridas essenciais à estética diaspórica. (HALL, 2008, p. 326).

Também retiramos de Hall (2008) a ideia dos hibridismos culturais e da não essência de nenhuma cultura. A necessidade de identidades culturais, neste caso, é mais uma busca por pertencimento e valorização de culturas, não a busca por algo único ou fundante, mas um exercício de afirmação, como fez a novela “Lado a Lado” ao mostrar que traços culturais (gastronômicos, desportivos e religiosos) trazidos pelos negros, são também nossos.

Antes de entrarmos especificamente em nosso objeto empírico, é necessário relacionar estereótipos, identidades e representações teledramatúrgicas. Encontramos em Aluizio

6 Liv Sovik na apresentação do livro “Da Diáspora” comenta o “momento” especial vivido no Brasil: “A identidade racial brasileira e as formas brasileiras de racismo estão no centro do debate político-cultural. Estão nos discursos dos meios de comunicação e nos produtos culturais de massa, em pronunciamentos oficiais e nas universidades, onde a propensão a estudar as tendências sociais como se fossem externas foi interrompida pela proposta de cotas para alunos negros universitários, feita por diversas instâncias de governo” (HALL, 2008, p. 20).

Trinta (2008) uma interessante análise. O pesquisador aponta que em tramas verossímeis há uma radicalização da

personalização de valores e a representação (competentemente dramatizada) de identidades, oferecendo a milhares de telespectadores uma fisionomia sensível e uma personalidade assimilável, em relação às quais, se verificam fenômenos (psicossociais) de identificação e de projeção (TRINTA, 2008, p. 35-36).

O professor ainda assevera que “uma telenovela deverá não somente corresponder a demandas do sistema industrial ou a estratégias de comercialização e promoção publicitária, senão também, a exigências do texto sociocultural e dos ‘modos de ver’ de nosso tempo” (TRINTA, 2008, p. 36). Na sequência, aponta para os três tipos possíveis de representação, um artifício que “envolve o recurso a arquétipos, a introdução de protótipos e o uso (quase indiscriminado) de estereótipos” (TRINTA, 2008, p. 38). Especificamente sobre os estereótipos, afirma Trinta:

Redundam em simplificações exageradas de características comportamentais específicas. Afetam, sobretudo, minorias: imagens preconceituosas são francamente discriminatórias. Ideias preconcebidas, representações falsas, os estereótipos costumam, porém, ter consequências reais na esfera das relações humanas na sociedade. (TRINTA, 2008, p. 47).

É pensando nessas considerações que vamos passar para a próxima etapa desse texto revendo as formas como a identidade negra foi apresentada – de forma sempre estereotipada – na telenovela brasileira.

TELENOVELA E ESCRAVIDÃO⁷

O grande clássico norte-americano, “A Cabana do Pai Tomás”, de Harriet Beecher, impulsionou o movimento abolicionista norte-americano. O filme, dirigido por Antônio Serra, de 1909, também é um marco do cinema, inaugurando um grande estereótipo do negro, o escravo doce e servil, os ‘Toms’. Embora com uma temática distante do universo brasileiro, a Guerra de Secessão nos EUA, a adaptação desse clássico por Hedy Maia (1969-1970), para a telenovela⁸ gerou grande polêmica.

A primeira delas foi a escolha de um ator branco, Sérgio Cardoso, para viver um personagem negro, o protagonista Pai Tomás. O ator também viveu outros dois personagens no folhetim. Demitrius, inexistente no romance original⁹, e o presidente Abraham Lincoln. Para viver Pai Tomás, Sérgio Cardoso pintava o rosto e o corpo de preto, utilizava uma peruca e punha rolhas no nariz e atrás dos lábios. Esta situação gerou protestos em São Paulo, liderados pelo ator e diretor Plínio Marcos, que achava um absurdo a não escalação de um ator negro para viver o personagem protagonista. Cardoso alegou à época que sofreu pressão da agência Colgate-Palmolive, pela qual era contratado, para vivenciar o personagem, mesmo a contragosto. A telenovela foi lançada com uma grande produção, contudo um incêndio na TV Globo de São Paulo obrigou a trama a migrar para o Rio de Janeiro, sofrendo

7 É importante deixar claro que todas as considerações que esboçamos nesse tópico tiveram como base a pesquisa de Araújo no livro, cuja segunda edição é de 2014, e no DVD.

8 Sobre a telenovela: Araújo (2004, p. 89-95); Fernandes (1997, p. 123-124); Memória Globo (2010, p. 46); Pecegheiro (1980, p. 220-221); Cardoso (1999, p. 118-121).

9 Além do romance de Beecher, os autores inseriram diversos elementos do filme “E o vento levou” na narrativa, entre eles esse personagem.

grandes reduções de orçamento. A história ficou comprometida, atrizes brancas reclamavam que o nome de Ruth de Souza (grande atriz negra e intérprete de Tia Cloé, esposa de Tomás), aparecia antes dos dela nos créditos de abertura. A atriz relembra o episódio em depoimento a Araújo:

Mas no meio da história começou os protestos de outras atrizes, meu nome que estava no primeiro lugar passou para o segundo. Lembro de Sérgio Cardoso que me falou: “Ruth, estão criando um protesto enorme, a novela tem de correr, você se importa de deixar colocar outros nomes das outras atrizes brancas, na frente do seu?”. E eu disse: “não, não me importo”. Claro! O que eu ia dizer, a sobrevivência, um papel maravilhoso. E, a partir daí, o meu papel foi declinando, declinando, declinando (ARAÚJO, 2004, p. 90).

Outro problema da narrativa foi o número de roteiristas. Ao todo cinco. Entre eles, o próprio Sérgio Cardoso. Diversos diretores também estiveram na produção, até a Globo recontratar Régis Cardoso para assumir¹⁰. Todas as mudanças modificaram sensivelmente o enredo. Por fim, Walter Negrão, a pedido de Cardoso, assumiu a telenovela: “Li os últimos capítulos e vi que havia um bando de brancos e negros brigando. Fiz com que os negros subissem em árvores e transformei no maior faroeste. Foram os dezenove capítulos finais” (PECEGUEIRO, 1980, p. 221), diz Negrão. A naturalização do animal, conotando a postura de pessoas negras a macacos e a de brancos como os caçadores se mostra aqui sem o menor tipo de constrangimento. Ruth viu a sua própria sobrevivência (inclusive e obviamente a financeira, afinal, se precisa de dinheiro para viver) a frente de mais um ato racista que tolhe seu direito de existir.

O primeiro exemplo de atrizes brancas vivenciando um papel que deveria ser interpretada por atrizes negras, aconteceu com a transposição do romance “A Moreninha”, de Joaquim Manuel de Macedo para a televisão. A TV Globo, em duas oportunidades, recriou o romance. Na primeira versão, em 1965, com texto e direção de Otávio da Graça Mello, a protagonista do livro – Carolina – foi vivida por Marília Pêra. Na versão mais conhecida, de 1975, com texto de Marcos Rey, a personagem coube à Nívea Maria. Duas atrizes brancas interpretando “a moreninha”. O mesmo vai acontecer com todas as mulatas de Jorge Amado, sempre interpretadas por atrizes brancas: Gabriela, seja na versão de 1975, de Walter George Durst, ou a mais recente, de 2012, de Walcyrr Carrasco, a personagem-título é interpretada, respectivamente, pelas atrizes não-negras Sônia Braga e Juliana Paes, ou seja, cujos traços da beleza branca são facilmente reconhecíveis.

Talvez o exemplo mais emblemático seja a escolha de Lucélia Santos, para o papel de Isaura, em “Escrava Isaura” (1976-1977), de Gilberto Braga. O mesmo aconteceu com a versão que a Record apresentou em 2004, com texto de Tiago Santiago, que teve a atriz branca Bianca Rinaldi como protagonista. Nem Lucélia, nem Bianca, representam as características físicas da personagem de Bernardo Guimarães, pois originalmente, Isaura é uma mulata, filha de um português branco com uma escrava negra. Biologicamente não poderia ter a cor das atrizes escaladas. Nos últimos anos, outras produções continuam replicando os mesmos

¹⁰ A adaptação da obra norte-americana, no Brasil, poderia ter se constituído como uma grande novela, tanto em aspectos de produção, como no de valorização do elenco negro, no entanto, acabou se tornando a primeira, de muitas histórias, em que um ator negro é impedido de viver um personagem originalmente negro. Além de Ruth, outros atores negros participaram da trama, como: Jacyra Silva, Gésio Amadeu, Isaura Bruno, Jorge Coutinho e Haroldo de Oliveira. As atrizes brancas, Miriam Mehler e Maria Luiza Castelli, que faziam personagens protetoras de escravos e encarnavam uma versão tupiniquim de Scarlett O'Hara, possivelmente, foram as responsáveis pelo episódio relatado por Ruth.

modelos. A atriz Giovanna Antonelli foi obrigada a dar vida a uma “japonesa”, a Alice de “Sol Nascente” (2016), tendo a novela de Negrão “dar uma volta” para explicar que ninguém era de fato japonês no núcleo japonês da novela. Se não querem colocar descendentes de japoneses interpretando descendentes de japoneses, assumindo que a arte de interpretar é exclusiva a uma dada etnia disponível no momento, poderia não se pensar em núcleo asiático.

Do ponto de vista histórico e narrativo, tanto “A Moreninha” (1975), quanto “Escrava Isaura” (1976-1977), apresentou um problema maior do que inserir uma atriz branca para viver uma personagem mulata. Ambas as narrativas, conforme aponta Araújo (2004), apresentaram a luta abolicionista, tendo homens brancos como protagonistas, como se a/o negra/o não tivesse papel de destaque em sua própria história.

Embora o romance de Macedo tenha sido publicado em 1844 e não tenha inserido lutas abolicionistas como pano de fundo, Rey, ao fazer a adaptação, trouxe esses elementos para a TV. Além do romance “A Moreninha”, a crônica “Memórias da rua do Ouvidor” (1878) também fora utilizada. Rey transfere o romance para os anos de 1866 a 1868 e também aborda a Guerra do Paraguai. O *plot* da escravidão é representado por meio do romance entre Simão, um escravo fujão e a dócil Duda: o escravo Simão (Haroldo de Oliveira), apaixonado por Duda (Léa Garcia), não via com naturalidade o regime escravista e sempre fugia do capitão-do-mato João Bala (Jaime Barcelos). O mocinho da trama, Augusto (Mário Cardoso), foi transformado em um dos heróis da abolição, da mesma forma que Leonardo (Eduardo Tornaghi), que liderou uma campanha para a libertação dos negros e acabou sendo morto por João Bala. Essa foi a primeira representação do movimento abolicionista, narrado como uma luta de brancos progressistas e de estudantes chancelando uma versão da História do Brasil.

No último capítulo, foi mostrada a luta de estudantes a favor da Lei do Ventre Livre, a alforria de Simão e Tobias (Sidney Marques, jovem alfabetizado que, de posse da carta de alforria, vê a possibilidade de ser ator do teatro Alcazar). Duda e Simão se casam, têm um filho de nome Palmares, que, mesmo sem a aprovação da Lei do Ventre Livre, ganha a carta de alforria. O fim romântico de *A Moreninha* confere destaque à “bondade” branca e à “conformação” negra, representada por ex-escravos negros, gratos pela liberdade! (ARAÚJO, 2004).

“Escrava Isaura” não diferiu de “A Moreninha”. Os personagens negros da trama se mostravam submissos e não tinham orgulho de sua raça. Os costumes africanos não foram inseridos na trama. A personagem Januária (Zeni Pereira) pode ser considerada uma exceção, pois praticava a religião afro, embora a abordagem tenha sido bem discreta. Januária representava o estereótipo da ‘mammie’, como nos filmes norte-americanos, tais como “E o vento levou”. Além de Leôncio (Rubens de Falco), principal algoz de Isaura, a escrava Rosa (Léa Garcia) também foi importante antagonista da trama. Rosa era a única que tinha consciência de sua condição escrava e por isso fazia de tudo para fugir do tronco, ou seja, dormia com todos os homens (do sinhozinho ao capataz) e infernizava a vida de Isaura – era a condição de sobrevivência que ela dispunha.

No último capítulo, Rosa pede desculpas à Isaura, agora na condição de sinhazinha e fazem um brinde. Rosa leva dois copos de ponche, um deles envenenado. Por distração, Rosa acaba tomando a taça errada e morre envenenada. Trata-se do estereótipo da “trágica mulata”, punida com a morte por sua aproximação com homens brancos. O último capítulo

também lembra o desfecho de “A Moreninha”, no tocante à libertação dos escravos. Após a morte de Leôncio, Álvaro (Edwin Luisi), na condição de senhor, resolve libertar todos os escravos e propõe que eles continuem em sua fazenda, com remuneração e direito a um pedaço de terra. O capítulo mostrou a gratidão dos negros ao senhor Álvaro; na última cena, um beijo de Isaura e Álvaro, com os negros dançando ao redor. Outra vez a abolição foi narrada como uma bondade de homens brancos (ARAÚJO, 2004).

A próxima telenovela a abordar a escravidão foi “Sinhazinha Flô” (1977-1978), de Lafayette Galvão. Essa trama celebrou o centenário de morte de José de Alencar e se baseou em três obras do autor cearense: “A Viúvina”, “Til” e “O Sertanejo”. Dirigida por Herval Rossano, a trama foi ambientada em 1880, época de grande efervescência política no Império Brasileiro. A abolição foi o fio condutor de toda a trama. A partir daí, as tramas abolicionistas passaram a demonstrar um papel mais ativo do negro na luta por sua liberdade, embora ainda conferindo grande destaque aos brancos, conforme as observações de Araújo (2004). Juca (José Maria Monteiro) foi o personagem que mais lutou pelo fim da escravidão, inclusive foi enviado pelo próprio André Rebouças¹¹. O fio condutor da trama foi o triângulo amoroso entre Flor (Bete Mendes), Arnaldo (Eduardo Tornaghi) e Jorge (Márcio de Lucca), todos vividos por atores brancos (ARAÚJO, 2004, p. 211-213).

“Sinhá Moça” (1986), de Benedito Ruy Barbosa, embora também se concentre em romances de brancos e enfatize a participação de brancos na abolição, foi responsável por trazer um núcleo de personagens negros mais ativos, na visão apresentada por Araújo (2004). O ex-escravo Rafael (Raymundo de Souza) adota o nome de Dimas e retorna à cidade com o intuito de vingar-se do barão. Rafael, na verdade, é filho do barão com a escrava Maria das Dores (Dhu Moraes); passou a infância ao lado de Sinhá Moça (Lucélia Santos) e depois foi vendido pelo pai. A primeira cena da trama mostra a morte de Pai José (Milton Gonçalves) no tronco. Pai José era considerado rei em sua terra natal, quando foi trazido como escravo ao Brasil. Na trama, tinha dois filhos, Justino (Antônio Pepeu) e Fulgêncio (Gésio Amadeu); Maria das Dores era sua neta e Rafael seu bisneto. Pai José não pediu clemência, foi forte e apanhou até que o feitor Bruno (Walter Santos) não aguentou mais. No leito de morte, revela a Rafael que ele é irmão de Sinhá Moça. A partir daí, os escravos partem para vingar a morte de Pai José. O dia 13 de maio de 1888, data em que Princesa Izabel assinou a Lei Áurea, foi a tônica do último capítulo. De forma diferente das demais produções, não foi mostrado um conformismo ou gratidão dos escravos. O capítulo também mostrou a morte do barão na senzala em chamas. A destruição da senzala também representou a libertação dos escravos que haviam sido mortos ali, entre eles Pai José. Uma fila de escravos libertos, liderados por Nhá Balbina (Ruth de Souza) aparece andando pela estrada, em busca de um destino. De outro lado, diversos imigrantes italianos chegam esperançosos à fazenda, sem saber o futuro que os espera (ARAÚJO, 2004).

A esquecida “Pacto de Sangue” (1989), de Regina Braga, será a última trama que abordaremos nesse tópico, possivelmente é a única telenovela da Globo que foi gravada antes de ser exibida. Quando a novela foi ao ar a autora não fazia mais parte da emissora, bem como alguns nomes do elenco; eles foram para a Manchete. A novela tematizou a escravidão para

¹¹ Personagem da História do Brasil, um engenheiro que funda no Rio de Janeiro uma associação pró-abolição, com Joaquim Nabuco e outros abolicionistas. A mãe de Rebouças era uma escrava alforriada.

comemorar o centenário da abolição. O início é em 1870, na cidade fluminense de Campos dos Goytacazes, quando o jovem Antônio (Marcelo Serrado) morre ao ajudar um negro a escapar da fazenda de seu pai, o juiz Queiroz Antunes (Carlos Vereza). Antes de morrer, ele pede ao pai que crie o pequeno escravo Bento (Armando Paiva) como filho. A convivência foi responsável para a revisão de valores do conservador Antunes, que se envolve com a abolicionista Aimée (Carla Camurati). Araújo (2004) destaca a trama e afirma que foi a que reuniu um maior elenco de atores negros. Havia um grupo de heroínas negras, reunidas no Quilombo Loana, chefiado pela Yalorixá Mãe Quitina (Ruth de Souza). Também faziam parte do grupo a líder guerreira Baoni (Angela Corrêa) – verdadeira mãe de Bento – e outros dois líderes, que moravam na cidade, Damião (Haroldo de Oliveira) e Maria (Zezé Mota). O idioma Iorubá foi utilizado pelos atores quando estavam no terreiro de Mãe Quitina – traço forte da cultura afro, até o momento, foi a única telenovela a utilizar a língua Iorubá. Os personagens também mostravam orgulho de seu povo. Os romances principais, entretanto, eram protagonizados por brancos.

Até aqui fizemos uma espécie de “resenha” do capítulo “o ciclo abolicionista da televisão brasileira” da obra de Araújo (2004). A partir desse momento, focaremos em obras não listadas pelo autor. A década de 1990 apresentou apenas uma telenovela, no âmbito da Rede Globo, que se passava no século XIX, trata-se de “Força de um Desejo” (1999-2000), de Gilberto Braga e Alcides Nogueira, mas a trama não abordou a luta abolicionista. Escravos foram utilizados apenas para compor cenário. Nos anos 2000, a luta abolicionista esteve presente no remake de “Sinhá Moça”, mas sem grandes diferenças da versão original. Na Manchete, “Xica da Silva” (1997) alcançou grande destaque e alçou a atriz Taís Araújo ao posto de protagonista.

O conjunto das telenovelas retratadas até aqui nos faz pensar em algumas constatações prévias. A única protagonista que tivemos foi Taís Araújo, na Manchete. Em tramas contemporâneas, Taís viveu outras protagonistas, como a Preta, em “Da Cor do Pecado” (2004) e a Helena em “Viver a Vida” (2009). Novamente, o protagonismo fez de Taís “a cor do pecado” e também a arrependida Helena, que igualmente reproduziu o cotidiano das mulheres negras que por estratégia de sobrevivência ainda tem de se sujeitar aos brancos. Face inegável da sociedade brasileira, essa não tem que ser a única narrativa possível e naturalizada.

Camila Pitanga foi outra atriz negra que também protagonizou telenovelas como: “Cama de Gato” (2009), “Lado a Lado” (2012) e “Babilônia” (2015). Lázaro Ramos foi protagonista de “Duas Caras” (2007), “Cobras e Lagartos” (2006) e “Lado a Lado” (GRIJÓ; SOUSA, 2012). Contudo, nas tramas com a abolição e a escravatura como pano de fundo, nenhum ator negro foi protagonista. Romances entre negros, apenas via personagens secundários. Todos os principais romances, de todas as tramas retratadas, foram vivenciados por atores brancos. Em relação ao negro ser protagonista de sua própria história, tivemos avanços sensíveis entre a exibição de “A Moreninha” e de “Pacto de Sangue”.

Contudo, até o presente momento, a única trama da Rede Globo a mostrar protagonistas, antagonistas e núcleo formados por atores negros foi “Lado a Lado”. Esta poderia ser uma novela paradigmática, um modelo a ser seguido para as próximas produções. No entanto, os avanços foram apresentados somente nessa trama, ainda que mantendo a apresentação contínua de estereótipos. Até o momento, 2020, nenhuma outra telenovela apresentou o modelo de “Lado a Lado”.

‘LADO A LADO’: EM BUSCA DE OUTRAS SIGNIFICAÇÕES DOS MESMOS ESTEREÓTIPOS

Exibida às 18h, entre 10 de setembro de 2012 a 09 de março de 2013, somando 154 capítulos, a telenovela “Lado a Lado” de João Ximenes Braga e Cláudia Lage¹² pode ser considerada um grande marco na teledramaturgia brasileira ao abordar questões raciais. A trama tem início no ano de 1903, com cenário ambientado na cidade do Rio de Janeiro. Para a imprensa, o período fora assim mostrado pela Rede Globo¹³:

Um novo tempo começa no Rio de Janeiro. Início do século XX e a cidade respira as influências vindas da Europa. Época de transformações embaladas pelo charme da Belle Époque: as grandes confeitarias, os cafés e o nascimento de uma nova era de modernidade – em que as mulheres começam a lutar por liberdade individual e, os afrodescendentes, a criar o samba e, em torno dele, toda uma nova cultura. De um lado, o luxo, o poder, a exuberância e a riqueza dos grandes casarões aristocráticos. De outro, um mundo à parte: o nascimento da primeira favela no Rio de Janeiro e a luta pela dignidade. (CÔRTEZ, 2012, p. 1)

Embora iniciado em tempos de República, o folhetim propôs interessantes debates sobre a abolição da escravidão (1988) ao apontar o negro como o protagonista de sua própria história. Outro marco deste melodrama foi a presença de traços de pertencimento do negro: capoeira, gastronomia, religião, esporte. A emancipação feminina e o papel da mulher no início do século XX também foi um importante argumento, desenvolvido por outro núcleo.

Basicamente, podemos afirmar que a trama girava em torno de dois casais, um negro e outro branco. Convivia, lado a lado, o casal formado por Isabel (Camila Pitanga), filha do ex-escravo Afonso (Milton Gonçalves) e José Maria (Lázaro Ramos); e o formado por Laura (Marjorie Estiano), filha da Baronesa de Boa Vista, Constância (Patrícia Pillar) e do decadente Assunção (Werner Schünemann), e Edgar (Thiago Fragoso), filho do Senador da República, Bonifácio (Cássio Gabus Mendes). A partir deles, outros *plots* foram apresentados.

LADO A LADO: ESTEREÓTIPOS E IDENTIDADES NEGRAS

Lado a Lado foi uma telenovela diferencial por diversos motivos. O primeiro deles foi o momento histórico, o início do século XX, época rica em eventos e fatos históricos, contudo pouco explorada dramaturgicamente. A primeira cena já revela algo diferente ao mostrar o bloco carnavalesco na região da Gamboa, no Rio de Janeiro, em 1903.

Lá Isabel (Camila Pitanga) dança de forma graciosa sob o olhar atento de José Maria (Lázaro Ramos). Na segunda, está Laura (Marjorie Estiano) insatisfeita ao fazer a prova de seu vestido de noiva, é contra o casamento por arranjo. Momento seguinte, Constância (Patrícia Pillar), mãe de Laura, está na sala com sua irmã Celina (Isabela Garcia), quando seu filho Albertinho (Rafael Cardoso) aproxima entoando a música “Ó Abre Alas” e avisa que vai “pular” carnaval. A mãe adverte: “Vai para a Rua do Ouvidor”, local frequentado pela elite carioca e, na sequência, mostra todo seu preconceito em diálogo com a irmã: “É cada má companhia... São esses amigos boêmios que ele arranjou. Gosta de música de negros, o tal

12 Com colaboração de Chico Soares, Douglas Tourinho, Fernando Rebello, Jackie Vellego, Maria Camargo e Nina Crintza. Supervisão de texto de Gilberto Braga. Direção de Cristiano Marques, André Câmara e Noa Bressane. Direção Geral de Dennis Carvalho e Vinícius Coimbra. Núcleo de Dennis Carvalho.

13 O Boletim de estreia de *Lado a Lado* nos foi enviado gentilmente através de apoio do programa Globo Universidade, ao qual agradecemos.

do samba¹⁴. Imagina Celinha, se essa batucada de africanos, macumbeiros (risos) algum dia vai ter qualquer importância para o Brasil”.

José Maria estava usando uma fantasia de diabo, com máscaras. Aproxima-se de Isabel, mas ela não lhe dá atenção. Albertinho e seus amigos chegam à região da Gamboa e também observam a dança de Isabel. Uma possível confusão entre blocos carnavalescos rivais faz Isabel e os rapazes se afastarem do local. Zé Maria consegue evitar a confusão. Isabel sai do local acompanhada da Tia Jurema (Zezeh Barbosa), que inclusive argumentou: “-Faz bem você não dar bola para o Diabo, ainda por cima é capoeira” e Isabel completa: “- Capoeira é tudo bandido”. Isabel deixa Tia Jurema nas proximidades e vai até seu cortiço. No caminho, encontra com Albertinho e seus amigos que querem violentá-la sexualmente; por sorte, Zé Maria se aproxima e luta /joga capoeira com os rapazes. Mesmo assim, Isabel, tihosa, não liga para o rapaz. Isabel não vê o rosto de Zé Maria e nem de Albertinho.

No dia seguinte, Isabel vai até a barbearia do pai para levar-lhe o almoço e encontra Zé Maria. O rapaz, então, pede ao pai, a moça em namoro, e vai morar no mesmo cortiço deles. Com o consentimento de Afonso, os dois saem à noite e vão ao lugar mais tradicional da cidade: a confeitaria Colombo. Lá, são vítimas de preconceito racial, pois o garçom se recusou a atendê-los. Posteriormente, após um beijo, alguns clientes começaram a sair do local. Contudo, Zé Maria e Isabel não se deixaram abater pela situação.

Alguns meses se passam e chega o dia do casamento de Zé Maria e Isabel e, por ironia, vão casar-se no mesmo dia e na mesma Igreja¹⁵ de Laura e Edgar. Zé Maria não comparece ao casamento, pois quando se preparava para sair a força policial do prefeito Pereira Passos invadiu o cortiço, no movimento conhecido como “Bota-Abaixo”¹⁶. O mocinho resistiu, mas acabou preso. A única que sabia do real paradeiro era Berenice (Sheron Menezes) e, como ela também tinha interesses no rapaz, não contou para ninguém, fazendo com que Isabel achasse que fora abandonada no altar.

Assim começa o martírio de Isabel. Acreditando que fora rejeitada, ela acaba sendo conquistada por Albertinho e fica grávida. Ao descobrir o fato, Afonso expulsa a filha de casa. A mocinha então vai até a casa de Madame Besançon (Beatriz Segall), sua patroa, e conta todo o ocorrido. A senhora, achando que Isabel é uma “perdida”, a demite. Sem ter para onde ir, Isabel acaba encontrando consolo com a amiga Laura e arruma emprego no Teatro de Diva Celeste (Maria Padilha) que estava à procura de uma camareira que soubesse falar francês. Constância descobre que o filho que Isabel está esperando é seu neto e, com a ajuda de Berenice, consegue roubar a criança e entregar para Zenaide (Ana Carbatti), irmã de Berenice que passa a morar também no Morro da Providência. Desolada, no fundo do poço, Isabel aceita o convite de Madame Jeanette Dórleac (Maria Fernanda Cândido), uma artista

14 Embora a telenovela tenha se passado no período do início do século XX, os diálogos e algumas situações da telenovela foram bastante atuais. O samba que conhecemos hoje teve seu surgimento basicamente em 1916 com a gravação de “Pelo Telefone”, de Donga. O carnaval da época era mistura de Lundu, Maxixe e Batuque, danças africanas que em sua “brasilidade” deu origem ao nosso genuíno samba.

15 Nesta época, não era muito comum negros e brancos frequentarem a mesma igreja. Dramaturgicamente, Isabel só conseguiu casar-se ali após um pedido de Madame Besançon, sua patroa, que dava generosas contribuições à paróquia. Isabel, graças à sua patroa, aderiu à religião católica, embora sempre que se via em situações complicadas pedia a Tia Jurema para jogar os búzios para ela.

16 Este movimento é tido como o responsável pela favelização do Rio. Após terem suas moradias destruídas os moradores partiram para o Morro da Providência onde já havia alguns moradores que lutaram na guerra de Canudos e receberam a promessa de terem residência na capital federal. Como isso não aconteceu, o Morro foi a única alternativa.

francesa de passagem pelo Brasil, a vai para a França. Lá Isabel também vira uma artista, apresentando sua dança e, anos depois, volta ao Brasil, mais forte e rica.

Nesse ínterim, Zé Maria também passa por maus bocados. Após ser preso pelo movimento do “Bota-Abaixo” passa a ter dificuldades de encontrar um trabalho fixo. Já na segunda fase da novela, em 1910, Zé Maria vai para a marinha e encarna a história do marinheiro João Cândido, protagonista real da Revolta da Chibata.

Bem sucedida, Isabel compra uma grande casa no Cosme Velho e se prepara para apresentar sua arte no Teatro. Grande parte da elite rejeitou a dança por achá-la muito vulgar. Houve ainda muitas idas-e-vindas, nos caminhos percorridos por Isabel e Zé Maria, mas ambos conseguiram se acertar. Isabel também consegue recuperar seu filho e os três passam a morar juntos. O casamento, desta vez, é realizado no terreiro de Tia Jurema, sob a bênção de seus Orixás.

A síntese da narrativa da novela revela que de um lado tivemos avanços significativos na história contada, materializada na mensagem que demonstra a resistência e o não conformismo. Disso se pode presumir que os avanços das pesquisas sociais e de formação da “brasilidade” é posto em tensionamento. Mas quando a análise recai para o que se representa, dentro da perspectiva do “espetáculo do outro” se percebe que a estrutura dos papéis para se fazer a representação da “estória” a se contar não traz distinções substanciais do que foi percebido no cinema industrial (Hall, Boogle) ou na historicidade da novela brasileira (Araújo), o que de fato representa nossa “indústria cultural”.

Passaremos agora a tecer possibilidades de leitura sobre os principais personagens negros e seus enquadramentos estereotipados, realizados a partir da descrição o enredo da novela, tal qual fazem as revistas especializadas¹⁷. Inseridos aqui para dar os subsídios necessários para a construção do enredo de que se parte (e de que também não se tem mais acesso gratuito ao conteúdo).

ISABEL: A MULATA DO BEM OU A MATRIZ DO SAMBA BRASILEIRO

Se a análise de Isabel centrasse apenas na primeira parte da novela, certamente estaríamos de frente com “the tragic Mulatto”, pois após vivenciar um romance inter-racial (com Albertinho), Isabel teve sua vida “desgraçada” e ainda “perdeu” o filho. Contudo, Isabel foi mais forte que a dor e conseguiu vencer os obstáculos. Lutou por sua liberdade e seus costumes e foi a responsável, no âmbito da telenovela¹⁸, por expor o “samba” como uma dança legítima. O estereótipo da trágica mulata fora transformado no papel dado a toda mocinha de telenovela. Um par romântico, sofrimento e, ao fim, o *happy end*. Na telenovela brasileira, tanto Camila Pitanga, como Taís Araújo já foram protagonistas, o diferencial em “Lado a Lado” apoia-se no fato de que o tradicional casal inter-racial (típico do estereótipo) foi substituído por um casal de negros, este na condição de protagonistas. A sensibilidade proporcionada pela telenovela e sua importância cultural na vida brasileira faz com que as características estereotipadas percarnam a importância diante de um cenário real tão desigual.

17 Uma vez que o livro se chama “Pesquisas em Comunicação” é sempre bom lembrar que o leitor não precisa conhecer previamente o objeto empírico para compreender o raciocínio do pesquisador, mas este deve realizar uma descrição empática não exigindo “pré-conhecimentos” que são sempre excludentes.

18 Possivelmente uma referência à cantora e dançarina norte-americana, naturalizada francesa, Josephine Baker, que ficou conhecida como Vênus Negra, Pérola Negra e Deus Crioula. Foi considerada como a primeira grande estrela negra das artes cênicas. (MARTINS, 2013).

A narrativa passa a servir de alento ao mostrar que atrizes negras podem ocupar a função arquetípica da mocinha que sempre é narrada a partir de uma felicidade que é rompida e depois recomposta. A desigualdade do mundo vivendo não necessita ser constante lembrado por aqueles que são suas vítimas diárias. O conforto de um “happy end” (MORIN, 1977) não é somente dos brancos.

TIA JUREMA: A “GRANDE” MÃE DE TODOS

Tia Jurema também pode ser considerada umas das principais personagens do folhetim. De certa forma, a personagem de Zezeh Barbosa foi uma espécie de ‘Mammie’, mas com alguns diferenciais que a fizeram ir além do estereótipo, inclusive pelo fato de não ter nenhum “patrão”. Jurema foi uma segunda mãe para Isabel e também foi escrava, assim como Afonso. Jurema e Afonso são os responsáveis por recordar o período e mostrar que a abolição foi também uma conquista dos negros e não apenas de brancos bondosos, como foi narrado em diversas novelas como “Escrava Isaura” e “Sinhá Moça”. Jurema era uma Yalorixá, jogava búzios e fazia festas com fartas comidas. Era a guardiã da cultura negra, seja pelos elementos gastronômicos ou pela religiosidade. Inclusive, por causa de sua religiosidade, proibida à época, foi presa após uma denúncia da vilã branca Constância. Os moradores do Morro da Providência então fizeram uma vigília em torno da delegacia e, assim, ela foi solta. O casamento de Isabel e Zé Maria foi realizado sob seu comando. Próximo ao fim da trama, surge o personagem Túlio (Antônio Pitanga) para ser o seu par romântico.

Marinildes Martins (2013) assim retratou o papel social (tipo – seguindo o pensamento de Dyer e Hall) desempenhado por Tia Jurema:

Dos terreiros para a vida cotidiana da comunidade, a força feminina foi se estendendo e se fazendo cada vez mais presente. Verdadeiras matriarcas de famílias unidas por laços étnicos - e não necessariamente de sangue. Em torno delas eram cultivadas as tradições negras, com sua sabedora, força e independência - eram conselheiras, rezadeiras, curandeiras, mediadoras de conflitos, organizadoras de festas e administradoras dos recursos financeiros. Trabalhavam também como quituteiras e doceiras e providenciavam o que fosse necessário para as festas, os rituais e a sobrevivência da comunidade. (MARTINS, 2013, p. 77-78).

Tia Jurema é tudo isso e muito mais. A personagem tinha a função de passar a mensagem de que não era permitido vivência fora das cristalizadas pelo padrão Europeu (o que deveria ser seguido na ótica de nosso processo civilizatório). A significância da personagem mediante a historiografia da telenovela brasileira, advém do destaque proporcionado ao longo da telenovela, ao construir significâncias em todas as etapas da narrativa (longa) de uma telenovela.

JOSÉ MARIA: MUITO ALÉM DE UM SIMPLES MOCINHO

José Maria está longe de ser uma espécie de “Tom” ou de “Bad Bucks”, nem mesmo uma mistura dos dois seria possível para caracterizá-lo como tipo. Zé Maria, assim como Edgar, foi o mocinho-herói da trama. Zé Maria tentou impedir que seu cortiço fosse demolido. Também se envolveu, como representante da comunidade, na Revolta da Vacina e, ainda, serviu à Marinha no período da Revolta da Chibata. Zé Maria tinha orgulho de seu povo, em especial, pela prática da capoeira e, por isso, chegou a ter que dar explicações para

o delegado sob a acusação de vadiagem¹⁹. Próximo ao fim da trama, Zé Maria começou a dar aulas de capoeira para os moradores do Morro. É interessante notar as palavras de Martins a respeito do personagem:

É a esse tipo de narrativa, que funde o tempo real com o ficcional, retratando alguns momentos políticos que o país viveu e trazendo à tona parte de nossa história, considerados temas polêmicos, que podemos chamar de crônica, é que a novela Lado a Lado tem sido inovadora, dando voz e vez à participação do negro na construção da sociedade brasileira. Mas, ainda assim, observa-se a ambiguidade do racismo na representação do personagem na novela. (MARTINS, 2013, p. 76).

O racismo, apontado pela pesquisadora, foi justificado, através da passagem de um texto de Hall²⁰, que fala sobre o “primitivismo”, a “selvageria” e a “astúcia” que podem ser identificados nos rostos dos líderes políticos negros. Discordamos da pesquisadora neste ponto, pois não acreditamos que tal apontamento de Hall possa ser utilizado para caracterizar este personagem, até mesmo porque o mote dele não foi político. Zé Maria, sim, participou como herói de todos estes eventos, mas não foi condecorado por nenhum deles, permaneceu inviabilizado pela história “oficial”, aquele que nomeia as pessoas. A sensibilidade da telenovela recai no folhetim e no melodrama, os extremos do humano são expressados pelo humano e não pelo racial. A diferenciação só faz sentido caso o comportamento do protagonista negro – em sua percepção biológica – diferisse do protagonista branco (não detentor de características “animalescas”). Em telenovela, essas características não necessitam de rótulos, são características humanas universais. Além do mais, não acreditamos que a dimensão melodramática per se simboliza o racismo, temos a impressão de que, na verdade, não passam de estereótipos humano/animal. A característica vai adquirir outras significâncias a depender da forma que a narrativa é conduzida. Ainda em defesa do personagem, sabemos que o mesmo não utilizava a capoeira com atitudes de selvageria, muito pelo contrário, o personagem era a favor da paz. Quem poderia se enquadrar nesta característica era o principal “inimigo” dele, o Caniço (Marcello Melo Jr.).

CANIÇO: MUITO AQUÊM DE UM VILÃO

Caniço, por sua vez, tinha traços de ‘Bad Bucks’, mas não se reduzia apenas ao estereótipo. O personagem pode ser enquadrado como um vilão. Era um capoeirista de má índole. Ele não era exatamente hipersexualizado, mas estava constantemente sem camisa ou com a camisa aberta, contudo não cometeu nenhum ato de violência sexual. Teve um relacionamento com Berenice, outra vilã da história. Enquanto a moça armava contra Isabel, Zé Maria era o alvo dele. Da mesma forma que Zé Maria foi o protagonista de muitos atos heroicos, Caniço protagonizou vilanias. Foi informante da força policial à época da Revolta da Vacina e tramou um incêndio na escola da comunidade. Chegou a envolver-se com Catarina (Alessandra Negrini), também vilã do folhetim. Catarina foi namorada de Edgar e esforçou-se para prejudicar a vida dele e a de Laura. Caniço chegou a corromper o sobrinho ao crime, fazendo-o assaltar uma joalheria. O “justiceiro” Zé Maria descobre tudo e, com a ajuda da

19 O folclorista Edison Carneiro ratifica ao afirmar “[a capoeira] foi sempre uma *vadiagem* proibida, perseguida, e os negros que a ela se davam eram caçados nas ruas e escorraçados das cidades como desordeiros e malandros” (1965, p. 49).

20 O texto indicado é “Raça, Cultura e Comunicações: olhando para trás e para frente dos Estudos Culturais”.

polícia, faz com que o rival seja preso. Ao pensar na significância cultural da telenovela brasileira, o estereótipo se distancia pela função dramática.

BERENICE: A PUNIÇÃO (POR SER QUEM É)

Berenice, a outra vilã, mistura traços de ‘tragic mulato’ com o estereótipo da ‘escrava má’, típica das telenovelas brasileiras que retrataram o período da escravidão. Berenice vendia cocadas no centro da cidade, mas não gostava de trabalhar. Acreditava que sua beleza física era o suficiente para vencer na vida. Sentia inveja de Isabel, especialmente pelo fato de a mocinha ser alfabetizada e de saber falar francês. Foi ela a responsável por não avisar Isabel que Zé Maria havia sido preso, deixando-a acreditar que havia mesmo sido abandonada no dia do casamento. Berenice também contou a Afonso que sua filha estava grávida, fazendo-o expulsá-la de casa. Outra ação de Berenice foi a de ajudar Constância a roubar o filho de Isabel, levando-a a acreditar que seu filho havia nascido morto. À época que namorava Caniço, conheceu, em sua barraca de cocada, o poderoso industrial e ex-senador Bonifácio (Cassio Gabus Mendes). Tiveram um *affaire* e, por isso, a jovem acreditava que ele largaria a esposa branca, Margarida (Bia Seidl), para casar-se com ela. Um tempo depois, ela passou a chantageá-lo, e foi muito humilhada. A ambição foi a responsável por sua morte. Berenice havia ganhado algumas joias de Bonifácio; certo dia ela mostra sua conquista para a irmã Zenaide e avisa que irá vendê-las para comprar uma passagem para Paris e voltar mais rica e famosa do que Isabel. Zenaide quer uma parte das joias, as duas brigam, e na tentativa de fuga Berenice cai de um penhasco e morre. Berenice viveu praticamente o fim decretado à “trágica mulata”, contudo com o diferencial da vilania. Em relação aos personagens brancos do folhetim, Berê não foi vilã, mas igualmente uma “mocinha”, ou seja, vítima. A dicotomia pôde ser desconsiderada pelo comportamento narrativo específico do gênero.

CHICO: RAIZ RACISTA NO FUTEBOL

Chico (César Mello) foi um personagem coadjuvante, mas protagonizou um importante episódio da história brasileira. Chico era um exímio jogador de futebol, o melhor de todos, contudo era negro. À época em que o futebol chegou ao Brasil era um esporte exclusivo para brancos. Como Chico era muito bom, o time liderado por Albertinho o chama para jogar, mas com a condição de que se pintasse de branco, usando, para tanto, pó de arroz. No decorrer da partida, o suor foi retirando a maquiagem, fazendo com que todos percebessem a farsa²¹. Zé Maria, ao descobrir que Chico havia se prestado a esse papel, vai até o campo de futebol e retira o amigo de lá, dando-lhe a lição de que ele deveria valorizar sua cultura e ter orgulho de sua raça, além de lembrá-lo de tudo que passaram durante a Revolta da Chibata. É importante mencionar que o personagem Chico – ao ter prestado um papel conformista como os “Tons” em sua essência não se enquadrava em nenhum dos estereótipos traçados por Bogle, Hall e Araújo. O uso para o referencial histórico fora circunstancial demonstrando que estratégias de sobrevivência por vezes obriga a deixar a essência, afinal a leitura de uma identidade não pode ser feita, reclama Hall, a partir de fragmentos isolados.

²¹ A novela fez referência ao episódio acontecido com o jogador Carlos Alberto em uma partida que o mesmo realizou pelo Fluminense no dia 13 de maio de 1914. Data esta em que se comemora a abolição.

SEU AFONSO: O CONSERVADOR

Encerrando, trazemos a figura de Seu Afonso, talvez o personagem mais conservador da trama, sendo uma espécie de guardião da moral que foi imposta, especialmente no que se refere à sua filha Isabel. Afonso foi um escravo e suas lembranças do período passam por toda a trama por meio de diálogos com Tia Jurema, com Isabel e também com as crianças do Morro. Afonso também representa o não conformismo em relação ao branco. Chegou a ser vítima de racismo, mas não se deixou abater e de cabeça erguida expôs o orgulho que guarda diante de sua trajetória. Também não conseguimos enquadrar o personagem em nenhum dos estereótipos. O machismo de Afonso pega carona em muitos outros entrecos da narrativa da telenovela ao mostrar a naturalização do comportamento do “macho” e um ideal do que uma mulher pode/deve ser. Por necessidades distintas, tanto a protagonista branca, como a protagonista negra, tivera que sofrer (e é essa mesma a função de mocinha) com a dominação masculina – que atravessa a questão da raça (também por isso, Hall fala sempre em racismos) sendo um retrato da nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estereótipos estão por toda parte, seja em nossos próprios pensamentos ou pela visão que temos do outro, especialmente quando este outro é diferente de nós; seja nas representações, em especial na teledramaturgia. A dramaturgia de televisão constitui-se por algumas especificidades, embora não retomando as reflexões para dissertar sobre estas, sabemos que “o espectador da última fila” reconhece que em toda telenovela se apresenta, com destaque, um casal de mocinhos. Eles se conhecem no início das narrativas, são separados por ação dos antagonistas (os vilões, que também existem em todas as novelas), e, ao fim, ficam juntos e “felizes para sempre”. A estrutura básica chega a lembrar até um conto de fadas, a felicidade dos mocinhos e a derrocada dos vilões. Essa redução estereotipada da telenovela tem a sua razão de ser, mesmo sabendo que exceções são possíveis. “Lado a Lado” não foi diferente. A estrutura clássica do folhetim e do melodrama perpassou por todos os capítulos. É uma característica do gênero que não se pode desconsiderar. Extremos precisam ser extremos nessa concepção de formato.

“Lado a Lado”, inclusive poderia haver sido uma novela com o caráter de “divisor de águas”, pois, foi a primeira a trazer, como protagonistas, um casal negro e outro branco. Quase a metade do elenco foi formada por negros, etnia que, embora represente a maioria da população brasileira, raramente compõem mais de 10% do elenco de uma trama. E, quando, porventura, isso acontece, estamos diante de figurantes e coadjuvantes que habitam senzalas e cozinhas (composição de cenário). “Lado a Lado”, neste ponto, também foi diferente. O núcleo do Morro da Providência foi bastante ativo e; diversos *plots* foram desenvolvidos. Infelizmente, as tramas apresentadas na sequência, não adotaram as mesmas proporções entre atores brancos e negros e tampouco, fomentaram o protagonismo negro em produto que é “orgulhosamente” destinado a “todos”.

Como já destacamos, os principais atores presentes neste núcleo, compuseram seus personagens de forma pouco estereotipada, mesmo que com inspiração de arquétipos-estereótipos elencados por Bogle e refletidos (traduzidos culturalmente, para usar um termo

de Bhabha) por Hall e Araújo. Em telenovela, isso não poderia ser muito diferente. Estamos lidando com um produto seriado, que tem por obrigação despertar o interesse do público e fazê-lo entender a trama, mesmo que a assistam apenas uma ou duas vezes por semana. Assim, é necessário que o público, ao olhar para um personagem, consiga lê-lo, reconhecendo rapidamente sua função dramática. O problema não é este – ele existe quando vemos (a olho nu) as desigualdades (atos discriminatórios) em papéis de destaque na dramaturgia de televisão. Os principais destaques são dados aos brancos.

Retomando os textos refletidos no decorrer deste capítulo, sabemos que mesmo sem o uso rígido dos tradicionais estereótipos, os personagens da trama ficaram presos a outras marcas, algo típico do gênero. Os papéis sociais foram marcados, a linha tênue que separa o “tipo” do “estereótipo” ficou embaralhada. Isabel, por exemplo, ficou presa e reduzida em seu papel de mocinha, nas idas e vindas com Zé Maria e até mesmo em sua amizade com Laura. Caniço e Berenice levaram às últimas consequências a ambição, a inveja e fizeram seus personagens rodarem apenas em torno das ações de Isabel e Zé Maria.

Por fim, a representação identitária cai na crítica de Hall, pois de certa forma, houve um determinado purismo e um essencialismo. Mas, contudo, destaca-se o mérito e o ineditismo das abordagens propostas pela trama; nossa história não oficial sendo dramatizada sensível à crítica do “mito” da brasilidade e artistas podendo representar outros papéis, e não apenas o “oficial”.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Castro. **Espuma Flutuante e Os escravos**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ARAÚJO, Joel. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Senac, 2004.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CARDOSO, Régis. **No princípio era o som: a minha grande novela**. São Paulo: Madras, 1999.
- CARNEIRO, Edison. **Dinâmica do Folclore**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- CÔRTEZ, Fernanda. **Lado a Lado - Boletim de Estreia**. Rio de Janeiro: CGCOM, 2012.
- COUCEIRO, Solange M. **O negro na televisão de São Paulo: um estudo de relações sociais**. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: UFBA, 2008.
- FERNANDES, Guilherme M. A cidade e as telenovelas: notas preliminares a respeito das cidades fictícias. **Lumina: Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora**, Juiz de Fora, v. 9 n. 2, p. 1-17, dez 2015. Disponível em: <https://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/516/409>. Acesso em 18 jun. 2020.
- FERNANDES, Ismael. **Memória da Telenovela Brasileira**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- FURTADO, Celso. **O longo amanhecer: as reflexões sobre a formação do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GILMAN, Sander. Introduction: What are stereotypes and why use texts to study them? In: GILMAN, Sander. **Difference and Pathology: stereotypes of sexuality, race and madness**. Ithaca; London: Cornell University Press, 1985. p. 15-35.
- GRIJÓ, Wesley P.; SOUSA, Adan H. F. O negro na telenovela brasileira: a atualidade das representações. **Estudos de Comunicação**, nº 11, p. 185-204, maio 2012. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/11/pdf/EC11-2012Mai-09.pdf>. Acesso em 18 junho de 2020.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 103-133.
- HALL, Stuart. Que “negro” é esse na cultura negra? In: SOVIK, Liv (org.). **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: UFJF, 2008. p. 317-330.

- HALL, Stuart. O espetáculo do 'outro'. In: HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-RJ: Apicuri, 2016. p. 139-259.
- HAMBURGER, Ester. **O Brasil Antenado: a sociedade da novela**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LIPPMANN, Walter. Estereótipos. In: STEINBERG, Charles (org.). **Meios de Comunicação de Massa**. São Paulo: Cultrix, 1970. p. 149-159.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Telenovela como recurso comunicativo. **MATRIZES**: Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, ano 3, n. 1, p. 21-47, ago./dez. 2009. São Paulo: ECA/USP/Paulus, 2009.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; LEMOS, Lígia Prezida. Brasil: streaming, tudo junto e misturado. In: LOPES, Maria Immacolata V; OROZCO GOMÉZ, Guillermo (orgs). **Modelos de distribuição da Televisão por internet: atores, tecnologias estratégicas**. Obitel 2019. Porto Alegre: Sulina, 2019. p. 73-108.
- MARTINS, Marinildes. **O negro Cristalizado: a permanência de estereótipos, distorções e preconceitos na teledramaturgia brasileira**. 90f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Comunicação e Semiótica) Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP. 2013.
- MEMÓRIA GLOBO. **Guia Ilustrado TV Globo: novelas e minisséries**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2010.
- MORIN, Edgar. **Cultura de massa no século XX**. Vol. 1 Neurose. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- PECEGUEIRO, Alberto (org.). **Melhores Momentos: a telenovela brasileira**. Rio de Janeiro: Rio Gráfica e Editora, 1980.
- RAMOS, José Mario O.; BORELLI, Silvia H. S. A telenovela diária. In: ORTIZ, Renato; BORELLI, Silvia H. S; RAMOS, José Mario O. **Telenovela: história e produção**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 55-108.
- SOUZA, Ricardo. **Identidade Nacional e Modernidade Brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SOVIK, Liv. Apresentação – Para ler Stuart Hall. In: SOVIK, Liv. (Org.). **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: UFJF, 2008. p. 9-22.
- TRINTA, Aluizio. Televisão e formações identitárias no Brasil. In: LAHNI, Cláudia; PINHEIRO, Marta (orgs.). **Sociedade e Comunicação: perspectivas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 31-50.
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 123-132.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 7-72.

SOBRE OS AUTORES

CHRISTIAN GOZATTI



Doutorando e Mestre em Ciências da Comunicação, com ênfase em Processos Midiáticos, na linha de pesquisa de Linguagens e Práticas Jornalísticas pela Unisinos, com bolsa da CAPES. Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda, também pela Unisinos, com bolsa integral. Membro do Laboratório de Investigação do Cibercontencimento (LIC), do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, desde 2012. Tem interesse, atualmente, nos estudos de cultura pop, redes e mídias digitais, semiótica e pedagogias das diferenças. E-mail: christiangonzatti@gmail.com.

DIANA DE AZEREDO



Jornalista graduada pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com bolsa oferecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Integrante do Grupo de Pesquisa Transverso - Estudos em Jornalismo, Interesse Público e Crítica, liderado pelas professoras doutoras Gislene da Silva, Maria Terezinha da Silva e Daiane Bertasso Ribeiro e membro da ONG Alphorria que, entre outros projetos, realiza encontros mensais do grupo de estudos sobre saberes desenvolvidos pelo movimento negro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5118-0046>. E-mail: azeredo_diana@yahoo.com.br.

FABIANA MORAES



Professora da Universidade Federal de Pernambuco. Jornalista e doutora em Sociologia, tem pesquisas acadêmicas e reportagens voltadas para a questão da hierarquização social através de filtros midiáticos (celebrificação, pobreza) e da relação entre jornalismo e subjetividade. É vencedora dos prêmios Esso, Petrobras de Jornalismo, Embratel, Cristina Tavares e Comissão Europeia de Turismo. Lançou cinco livros: Os Sertões (Cepe, 2010), Nabuco em Pretos e Brancos (Massangana, 2012); No País do Racismo Institucional (Ministério Público de Pernambuco, 2013); O Nascimento de Joicy (Arquipélago Editorial, 2015); Jormard Muniz de Britto - professor em transe (Cepe, 2017). Email: fabimoraes@gmail.com.

FRANCIELLE MARIA MODESTO MENDES



Possui graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pelo Instituto Superior do Acre e em Letras Inglês pela Universidade Federal do Acre. Possui especialização em Psicopedagogia pela Faculdades Integradas de Várzea Grande, Mestre em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre, Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). É professora do curso de graduação em Jornalismo, do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade e do Programa de Mestrado Profissional em História - ProfHistória na Universidade Federal do Acre (UFAC). É autora dos livros Identidades Híbridas: o lugar das personagens ficcionais na obra Coronel de Barranco (2009) e Imaginário na Amazônia: os diálogos entre história e literatura (2016). É organizadora dos seguintes livros: Luz,

Câmera, Palavras! (2013), Pesquisa em Comunicação: registros, olhares e narrativas, Jornalismo e Meio ambiente em pauta (2016) e Jornalismo e Ética (2017). É editora da Revista Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura desde 2014. Email: franciellemodesto@gmail.com.

FRANCISCO AQUINEI TIMÓTEO QUEIRÓS



Doutor em Ciências da Comunicação (Unisinos). Mestre em Letras: Linguagem e Identidade (Ufac). Professor Adjunto do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre (Ufac). Líder do grupo de pesquisa Narrativa, Literatura e Jornalismo (NALIJOR) Editor da Revista Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura (ISSN 2358-212X). ORCID: 0000-0001-5085-7668. E-mail: aquinei@gmail.com.

GUILHERME MOREIRA FERNANDES



Doutor em Comunicação e Cultura pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutor em Jornalismo pelo Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professor adjunto do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFRB. E-mail: guilherme.fernandes@ufrb.edu.br.

JAINE ARAÚJO DA SILVA



Mestranda no programa de pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre e bacharela em Comunicação Social com habilitação para Jornalismo pela mesma instituição. Comunicação, jornalismo e raça são suas áreas de interesse e pesquisa. E-mail: araujojaine7@gmail.com.

MÁRCIA VEIGA DA SILVA



Professora colaboradora e bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES) no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Jornalista, mestre e doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Desenvolve pesquisas sobre jornalismo, gênero e interseccionalidades, epistemologia e produção do conhecimento. Recebeu o Prêmio Adelmo Genro Filho (2011), na categoria Melhor Dissertação de Mestrado, concedido pela SBPJor - Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Recebeu Menção Honrosa no Prêmio CAPES de Teses (na área Ciências Sociais Aplicadas I - 2016). Autora do livro “Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias”, 8º volume da série Jornalismo a rigor da Editora Insular (2014). Email: marciaveiga2005@gmail.com.

MARIA CLARA AQUINO BITTENCOURT



Pesquisadora e docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. Pós-Doutora em Ciências da Comunicação. Doutora e Mestre em Comunicação e Informação. Coordenadora do Laboratório de Investigação do Cibercontecimento. Atua nos cursos de graduação em Jornalismo e Comunicação Digital da Unisinos e coordena projeto de pesquisa sobre Jornalismo e Violência de Gênero. E-mail: aquino.mariaclara@gmail.com.

MARCELLO MESSINA



Natural da cidade siciliana de Catânia, Marcello Messina trabalha no Brasil como compositor e acadêmico. Doutor em composição musical pela University of Leeds, é atualmente professor visitante estrangeiro na Universidade Federal da Paraíba, tendo atuado também na Universidade Federal do Acre, Macquarie University, University of Leeds e Leeds Beckett University. Email: marcellomessina@mail.ru.

PÂMELA FERREIRA DA SILVA



Jornalista formada pela Universidade Federal do Acre, instituição onde pesquisou as relações entre mídia e raça, em especial o colunismo social. É também graduada em Direito pelo Centro Universitário UNINORTE e pós-graduanda em Ciências Criminais pela Faculdade CERS. Email: pamelamirlaf@gmail.com.

STEFANIA CAPOGRECO



Doutoranda em Estudos Culturais na Macquarie University, Sydney. Publica sobre música e teatralidade napolitana como um corpus de manifestações culturais que funcionam para interrogar histórias mais amplas de racismo e neocolonialismo que informam o atual regime de fronteira do estado-nação italiano. A pesquisa atual examina o queering racializado de sulistas italianos perante a Unificação da Itália e a White Australia Policy. Email: stefania.capogreco@hdr.mq.edu.au.

WAGNER DA COSTA SILVA



Professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre há 16 anos onde dedica-se às áreas de história da comunicação e práticas jornalísticas. Formado em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba, possui doutorado na área de Educação pela Universidade Federal Fluminense. Email: wagnercostas@hotmail.com.

“Para os autores, as transformações sociais das últimas décadas impõem ao jornalismo tradicional a urgente tarefa de revisão dos critérios noticiosos excludentes, regidos por enquadramentos homofóbicos, machistas, classistas, sexistas e racializantes, que inferiorizam pessoas, grupos sociais e espaços geográficos devido às hierarquias instituídas pelos valores respaldados na cultura profissional.

Os artigos são atravessados pela reivindicação de que o fazer jornalístico encontre formas mais solidárias de narrar o mundo, encurtando as distâncias entre o “eu e o Outro” e evitando, com esse gesto, as identificações prévias, que conduzem a tipificações inconsequentes. Há um clamor nos textos de que o jornalismo, um dos principais agentes da construção social da realidade nos cenários contemporâneos, assuma suas mediações e produza narrativas mais integrais das existências que relata, promovendo rearranjos sensíveis que interfiram na ordem das visibilidades e, desse modo, reconfigurem o *comum*, introduzindo nesse domínio a parte excluída — a “parcela dos sem parcela”, para retomar a formulação de Jacques Rancière”.

Fernanda Salvo

Professora do curso de jornalismo da Universidade Federal do Acre (UFAC)

Doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Pós-doutora pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)



N E P A N

